

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA

# ABRALIN

---

FILOLOGIA E CRÍTICA TEXTUAL

ISSN – impresso: 1678-1805

ISSN – on line: 0102-7158

REVISTA DA ABRALIN	VOLUME XVI	NÚMERO 1	JAN./FEV./MAR./ABRIL DE 2017
--------------------	------------	----------	---------------------------------

---

R454      Revista da Abralín / Associação Brasileira de Linguística.  
Vol. I, n. 2 (junho 2002)

Volume XVI, n.1 (jan./fev./mar./abril de 2017)

Quadrimestral

ISSN 0102-7158

1. Linguística - Periódicos. 2. Gramática comparada e geral.  
3. Palavra - Linguística. I. Universidade Federal de São Carlos.  
II. Associação Brasileira de Linguística. III. Título.

CDD: 415

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

---

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA

# ABRALIN



NÚMERO DEDICADO AO PROF. DR. HEITOR MEGALE (1940-2009) PELO SEU LEGADO HUMANÍSTICO DEIXADO A TODOS OS PROFISSIONAIS DE LINGUAGEM DO BRASIL E DO EXTERIOR.

ISSN – impresso: 1678-1805

ISSN – on line: 0102-7158

FILOLOGIA E CRÍTICA TEXTUAL

REVISTA DA ABRALIN	VOLUME XVI	NÚMERO 1	JAN./FEV./MAR./ABRIL DE 2017
--------------------	------------	----------	---------------------------------



## NOTA DO EDITOR

É com muita alegria que socializamos ao público leitor interessado em questões científicas de linguagem o Volume XVI da Revista da Associação Brasileira de Linguística, RABRALIN. Trata-se de uma edição carinhosa e competentemente organizada pelos Professores Doutores Manoel Mourivaldo Santiago Almeida e Lígia Maria Boin Menossi de Araújo, ambos ligados à Universidade de São Paulo – USP e se debruça sobre as contribuições da Filologia e da Crítica Textual para o desenvolvimento das ciências da linguagem produzidas no Brasil. A edição em questão segue fielmente a política editorial da revista que é dar visibilidade e circulação irrestrita à pesquisa linguística competentemente engendrada no Brasil, pelos linguistas brasileiros e convidados estrangeiros, nas mais diversas escolas e domínios dos estudos linguísticos.

Os textos aqui publicados trazem uma amostra significativa das importantes contribuições que tanto a Filologia quanto a Crítica Textual têm dado ao longo da história para o desenvolvimento das ciências da linguagem brasileiras. Trata-se de um conjunto de estudos produzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros ligados às mais diferentes instituições brasileiras e do exterior.

Esta edição é justa e carinhosamente dedicada a um grande linguista-autor brasileiro, o Prof. Dr. Heitor Megale. O Prof. Megale graduou-se em Letras pela Universidade de São Paulo (1968), publicou a edição modernizada da Demanda do Sato Graal, pela EDUSP-T.A. Queirós, defendeu doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1980), tese publicada por T. A. Queirós Editor, com o título: "O jogo dos anteparos - A Demanda do Santo Graal: a estrutura ideológica e a construção da narrativa. A tese de livre-docência, "A Demanda do Santo Graal: das origens ao códice português" foi publicada em co-edição FAPESP-Ateliê. Foi Professor titular da Universidade de São Paulo, atuando principalmente em filologia portuguesa, crítica

textual, história da língua portuguesa, codicologia e paleografia e edição de documentos. Foi o criador da Série Diachronica, coordenando a publicação de documentos manuscritos pesquisados no âmbito do Projeto Temático FAPESP, Filologia Bandeirante, que esteve sob sua coordenação entre 1998 e 2004. Orientou 11 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado. Muitos de seus ex-orientandos são pesquisadores de renome em diversas universidades brasileiras. Publicou 25 artigos em renomados periódicos nacionais e internacionais, bem como 24 livros.

Registramos um agradecimento muito especial a todos os pareceristas, que não mediram esforços para atender a nossa solicitação, contribuindo para a qualificação ininterrupta de nossa revista.

Roberto Leiser Baronas  
Editor da Revista da Abralín  
São Carlos, UFSCar, janeiro de 2017.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
<i>Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Légia Mara Boin Menossi de Araujo - Universidade de São Paulo (USP)</i>	

### ARTIGOS

UM ENSAIO DE ESTEMÁTICA: TRADIÇÃO IBERO-ROMÂNICA DA OBRA DE ISAAC DE NÍNIVE .....	15
<i>César Nardelli Cambraia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</i>	
<i>Júlia Batista Castilho de Avellar - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</i>	

RECENSÃO DE 'TESTEMUNHOS DO MANUSCRITO 'MEMORIA' .....	37
<i>Elias Alves de Andrade - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>	
<i>Manoel M. Santiago-Almeida - Universidade de São Paulo (USP)</i>	

DIFUSÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS EM JORNAIS OITOCENTISTAS: OS FOLHETINS DE FRANÇA JUNIOR.....	55
<i>Alexandre Xavier Lima - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)</i>	

AS DIVISAS ESCRITAS DA "IMPERIAL VILLA DE TUCANO": ESTUDO TOPONÍMICO DE DOCUMENTO OITOCENTISTA .....	75
<i>Bárbara Bezerra de Santana Pereira - Universidade de São Paulo (USP)</i>	

MARCAS PONTUACIONAIS NOS LIVROS DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA .....	93
<i>Célia Marques Telles - Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	
<i>Risonete Batista de Souza - Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	

AS EMENDAS INVISÍVEIS DE O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO .....	129
<i>Edgard Murano - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)</i>	

O EXERCÍCIO DA REVISÃO E SEU TRATAMENTO EDITORIAL: PARA UMA EDIÇÃO DA POESIA DE PEDRO HOMEM DE MELLO.....	139
<i>Elsa Pereira - Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL)</i>	
ENTRE A CODICOLOGIA E O ESTUDO DE ABREVIATURAS CONSTANTES EM UMA AÇÃO DE DESQUITE DO SÉCULO XX.....	155
<i>Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)</i>	
ARCHIVOS EM DEBATE: POR UMA HISTORIOGRAFIA DA CRÍTICA TEXTUAL DE AUTORES BRASILEIROS .....	171
<i>Phablo Roberto Marchis Fachin- Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Maiara Miranda - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Suellen Carneiro da Silva - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Mariana Barbosa de Souza - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Luccas Eduardo Castilho Maldonado - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
AS DUAS EDIÇÕES DA GRAMÁTICA DE CONTADOR DE ARGOTE (1721, 1725).....	205
<i>Raquel do Nascimento Marques - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)</i>	
DOIS FRAGMENTOS EBOREENSES DA VITA CHRISTI: QUAL O SEU LUGAR NA TRADIÇÃO DA OBRA? .....	223
<i>Sílvia de Almeida Toledo Neto - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
POR UMA FILOLOGIA VIRTUAL: O CASO DAS ATAS DA CÂMARA DE SÃO PAULO (1562-1596) .....	239
<i>Vanessa Martins do Monte - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Maria Clara Paixão De Sousa - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
CADÁVER ESQUISITO .....	265
<i>João Dionísio - Faculdade de Letras e Centro de Linguística Universidade de Lisboa (FLUL-CLUL)</i>	

## APRESENTAÇÃO

Manoel Mourivaldo SANTIAGO-ALMEIDA  
Universidade de São Paulo (USP/FAPESP/CNPq)

Lígia Mara Boin Menossi de ARAUJO  
Universidade de São Paulo (USP)

Os trabalhos reunidos nesta edição temática – que será o primeiro de três volumes em homenagem ao professor Heitor Megale (USP) – têm como objetivo mostrar o campo de trabalho da Filologia e da Crítica Textual. Tais reflexões traduzem sentidos ora mais amplos – em que foca-se no estudo da língua em diferentes aspectos, tais como o linguístico, literário, crítico textual, sócio-histórico – ora mais estritos, cujo olhar se concentra essencialmente no texto escrito literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso para estabelecê-lo em sua forma ou versão, teoricamente, original ou genuína e, deste modo, prepará-lo para sua publicação.

De autoria de diferentes pesquisadores, em diferentes momentos de estudos e coletados a partir de diversas instituições do Brasil e do exterior, os 13 artigos aqui compilados refletem metonimicamente uma pequena parte dos avanços e das reflexões tecidas recentemente no âmbito dos estudos filológicos.

O primeiro artigo intitulado *Um ensaio de estemática: tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive* apresenta uma proposta de estema parcial para a tradição textual ibero-românica da obra de Isaac de Níneve baseado principalmente no método proposto por Maas (1927). O segundo trabalho intitulado *Recensão de testemunhos do Manuscrito “Memória”* aborda questões relativas à recensão de testemunhos de manuscritos e impressos a partir do “Plano de Guerra Offensiva e Deffensiva da Capitania de Matto Grosso – Janeiro de 1800”.

Em seguida, o terceiro artigo, *Difusão de textos literários em jornais oitocentistas: os folhetins de França Junior*, destaca o papel da seção sob o rótulo folhetim, como estratégia editorial dos periódicos oitocentistas para difusão de textos literários no Brasil. O texto seguinte, o quarto desta edição, *As divisas escritas da “Imperial Villa de Tucano”: estudo toponímico de documento oitocentista* traz como mote a análise de quatro topônimos encontrados em uma ata do primeiro livro de registros da Câmara Municipal de Tucano, cidade localizada no interior do estado da Bahia.

O artigo de número cinco, *Marcas Pontuacionais nos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, mobiliza uma profícua reflexão acerca da transcrição diplomática e a consequente edição diplomático-interpretativa dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia ao mostrar marcas pontuacionais que podiam ser encontradas nos documentos da Idade Média.

*As emendas invisíveis de O ano da morte de Ricardo Reis de José Saramago*, sexto artigo, trata dos rascunhos do romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, do escritor português José Saramago por meio do levantamento, organização e interpretação das marcas de edição deixadas pelo escritor no documento; ademais, ele as comparava ao texto estabelecido pela primeira edição. O sétimo artigo, *O exercício da revisão e seu tratamento editorial: para uma edição da poesia de Pedro Homem de Mello*, tem como objetivo abordar alguns poemas de Pedro Homem de Mello sujeitos a processos de reescrita profunda.

O artigo de número oito, *Entre a codicologia e o estudo de abreviaturas constantes em uma ação de desquite do século XX*, observamos uma breve descrição codicológica de uma ação de desquite lavrada entre 1919 a 1922 em Feira de Santana, bem como o levantamento e análise das abreviaturas constantes no referido documento. O nono artigo, intitulado *Archivos em debate: por uma historiografia da crítica textual de autores brasileiros*, visa problematizar o trabalho do filólogo no exercício da Edótica, tendo como escopo a historiografia da Crítica Textual de autores brasileiros;

destarte busca compreender os caminhos que pautaram as escolhas dos editores acerca dos testemunhos deixados por cada escritor a fim de minimizar as corrupções causadas ao longo da transmissão dos textos.

O trabalho *As duas edições da gramática de Contador de Argote (1721, 1725)* – décimo artigo desta edição – funda-se em princípios da História das ideias linguísticas e compreende a descrição e a análise dos fatos linguísticos nas duas edições (1721, 1725) da gramática Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina. O artigo *Dois fragmentos eborenses da Vita Christi: qual o seu lugar na tradição da obra?* descreve os testemunhos que compõem a tradição direta da primeira parte da *Vita Christi* com a colação de dois fragmentos do texto preservados em Évora com os testemunhos manuscritos provenientes de Alcobaça e Lorvão e com o impresso de 1495.

Já no penúltimo artigo, *Por uma filologia virtual: o caso das atas da Câmara de São Paulo (1562-1596)*, vemos algumas reflexões teóricas e suas consequências práticas advindas do encontro de duas trajetórias de pesquisa: a primeira está centrada na reflexão teórica sobre a natureza do texto digital, seu meio de produção e circulação e a contingência do trabalho filológico neste gênero e, a segunda, discute o trabalho filológico centrado nas Atas da Câmara de São Paulo escritas entre 1562 e 1596. E, por fim, no artigo *Cadáver Esquisito*, encontramos como objeto de trabalho O Virgem Negra, livro de Mário Cesariny de Vasconcelos que obedece a uma série de convenções típicas de uma edição, o que se pode observar em especial na conclusiva secção de notas.

Esperamos, pois, que os trabalhos reunidos nesta edição temática, e nas outras duas que virão, possam suscitar novas e frutíferas reflexões acerca do campo da Filologia e da Crítica Textual, servindo de incentivo para que outros trabalhos ganhem força e promovam novos questionamentos para a área. Agradecemos à diretoria da Associação Brasileira de Linguística, ao editor da Revista da ABRALIN pela oportunidade de divulgação destas pesquisas e aos pesquisadores que

enviaram seus trabalhos/contribuições, assim como às universidades as quais estão filiados e às agências de fomento que subsidiaram tais pesquisas aqui apresentadas.

São Paulo, janeiro de 2017.

Os organizadores.

## **ARTIGOS**

# UM ENSAIO DE ESTEMÁTICA: TRADIÇÃO IBERO-ROMÂNICA DA OBRA DE ISAAC DE NÍNIVE

César Nardelli CAMBRAIA  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Júlia Batista Castilho de AVELLAR  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

## RESUMO

*A tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive é bastante complexa. No presente trabalho, apresentamos uma proposta de estema parcial para essa tradição textual baseado principalmente no método proposto por Maas (1927).*

## ABSTRACT

*The Ibero-Romance tradition of the work of Isaac of Nineveh is very complex. In this paper we present a proposal for a partial stemma of this textual tradition based mainly on method proposed by Maas (1927).*

## PALAVRAS-CHAVE

*Crítica textual. Estemática. Isaac de Nínive. Língua latina. Línguas românicas.*

## KEYWORDS

*Textual criticism. Stemmatology. Isaac of Nineveh. Latin. Romance languages.*

## Introdução

De acordo com Timpanaro (2002: 49-62), o primeiro estema do tipo moderno foi o elaborado pelo estudioso sueco Carl Johan Schlyter em sua edição de antigos textos jurídicos suecos em 1827, a que chamou de *schema cognationis codicum manuscriptorum*. Posteriormente, pertenceria ao estudioso alemão Karl Gottlob Zumpt nova iniciativa de elaboração de estema, em sua edição das Verrinas de Cícero de 1831, a que nomeou de *stemma codicum manuscriptorum*. Novas iniciativas foram propostas por estudiosos que se seguiram, como o também alemão Friedrich Wilhelm Ritschl em 1832 e o dinamarquês Johan Nicolai Madvig em 1833.

Um primeiro tratamento mais sistematizado do processo de elaboração de um estema se deve a Paul Maas:

Na visão tradicional, que se baseia no método sistematizado por Maas (1927), o elemento básico do processo são os *erros significativos* (lat. *errores significativi*). Para que o método seja aplicado com segurança é necessário, primeiramente, que se tenha certeza sobre qual das variantes existentes em cada lugar-crítico é um erro, ou seja, uma forma não-genuína. Em segundo lugar, é preciso que esse erro seja tão particular e idiossincrático que não possa ter sido cometido simultânea e independentemente por dois copistas; além disso, sua condição de erro não pode ser óbvia, pois, em sendo, os copistas poderiam intervir conjecturalmente e, dependendo da obviedade do erro, poderiam acabar por fazer modificações que resultassem no restabelecimento da própria forma genuína, sem a terem visto. [...] Os erros podem ser *conjuntivos* (lat. *coniunctivi*) ou *separativos* (lat. *separativi*). Um erro é *conjuntivo* quando sua presença em dois ou mais testemunhos indica haver uma relação de dependência

entre si; é *separativo* quando sua presença em um testemunho assinala haver uma relação de independência em relação a outro(s). [...] Reynolds & Wilson (1995:205-207) chamam a atenção para três circunstâncias em que o método sistematizado por Maas teria sérias limitações: quando houve a chamada *contaminação* no processo de transmissão; quando os testemunhos subsistentes de uma dada tradição remontam a dois ramos independentes, não derivando, portanto, de um único arquétipo; e quando um texto original circulou em diferentes versões, todas elas genuínas (na medida em que as alterações foram introduzidas pelo próprio autor). (CAMBRAIA, 2005: 136, 137 e 145-146)

## 1. Isaac de Nínive: autor e obra<sup>1</sup>

Isaac de Nínive nasceu em Bet Qatraye (no atual Qatar) e foi ordenado bispo de Nínive no monastério de Bet 'Abe (no norte de atual Iraque) por Jorge, o Católico, em 676 d.C. Cinco meses depois, renunciou ao cargo e foi viver como anacoreta na montanha de Matut, na região de Bet Huzaye (na atual província do Cuzistão no Irã). Posteriormente, transferiu-se para o monastério de Rabban Shabur (também no atual Irã, talvez próximo a Shushtar), onde aprofundou seus conhecimentos das Sagradas Escrituras. Morreu cego e com idade avançada aproximadamente em 700 d.C. e foi sepultado no próprio monastério de Rabban Shabur (BROCK, 1999-2000).

Chialà (2002: 66-83) considera, com base em pesquisas mais recentes, que estariam entre as obras genuínas três conjuntos de capítulos e dois fragmentos de uma outra coleção. A *Primeira Parte* é composta de 82 capítulos; a *Segunda Parte* compõe-se de 41 capítulos (dos quais o 16º e o

<sup>1</sup> A síntese desta seção baseia-se em Cambraia, Melo e Vilaça (2008-2009: 410) e Cambraia e Laranjeira (2010: 10-13).

17º correspondem respectivamente ao 54º e ao 55º da *Primeira Parte*); a *Terceira Parte* apresenta 17 capítulos (dos quais o 14º e o 15º correspondem respectivamente ao 22º e ao 40º da *Primeira*, e o 17º corresponde ao 25º da *Segunda*); a *Quarta Parte* não é conhecida; a *Quinta Parte* compreende apenas dois fragmentos próprios. Vê-se que, conjuntamente, a obra de Isaac compreende pelo menos 137 capítulos distintos.

Dessas coleções importa aqui especificamente a *Primeira Parte*: do original em siríaco, foi traduzida para o grego em fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX por dois monges — Patrikios e Abramios — do mosteiro de Mar Sabbas, situado próximo a Jerusalém, e do grego para o latim por volta de fins do séc. XIII. Considerando que a maioria dos manuscritos com a tradução latina é dos sécs. XIII a XV, que o manuscrito considerado mais antigo (cód. plut. LXXXIX/96, Bibl. Medic. Laur. de Florença) seria do séc. XIII e que a citação mais antiga em latim do texto de Isaac parece estar no *Tractatus Pauperis* (concluído em 1270) de John Pecham (1230-1292), Chialà (2002: 295) propôs o séc. XIII como *terminus ante quem* para a tradução latina.

Ainda que 68 dos 82 capítulos da *Primeira Parte* tenham sido traduzidos para o grego, apenas 26 desses 68 foram traduzidos para o latim. Já na tradição grega se agregaram ao texto de Isaac quatro capítulos de João de Dalyata (ca. 690-ca. 780) e uma carta de Filoxeno (ca. 450-523) a Patrício. Desses cinco textos, apenas dois de Dalyata passaram para a tradição latina (caps. 17 e 18 na tradição grega antiga). A esses 28 capítulos (26 de Isaac mais 2 de Dalyata) se agregou à tradição latina um apêndice de origem variada<sup>2</sup> (ora como capítulo autônomo ora como parágrafo final de capítulo). Esse conjunto de 29 capítulos em latim foi traduzido para diferentes línguas românicas na Idade Média: italiano, francês, catalão, espanhol e português.

<sup>2</sup> Trata-se de um conjunto de frases extraídas de diferentes obras: *Epístolas*, de São Jerônimo; *Diálogos*, de São Gregório; e *Sentenças*, de Santo Isidoro.

## 2. Metodologia

Toma-se aqui como referência a proposta de Maas (1927) para a elaboração de um estema da tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive (mais especificamente, da chamada *Primeira Parte*). Os testemunhos eleitos para a presente análise foram nove.

A tradição latina conhecida compreende 112 testemunhos (100 manuscritos e 12 impressos) (CAMBRAIA, no prelo-a). Destes, estão relacionados a instituições localizadas na Península Ibérica 7: 5 na Espanha<sup>3</sup> e 2 em Portugal<sup>4</sup>. Em estudo prévio, verificou-se que, destes 7, apenas 2 parecem ter relação mais direta com a tradição em línguas românicas (CAMBRAIA, 2010b): o cód. alc. 387 da Biblioteca Nacional de Portugal, de 1409, e o impresso de Barcelona, de 1497. Dentre os 112 testemunhos latinos conhecidos, o que parece conter a versão mais próxima do texto genuíno é o cód. A 49 sup. da Biblioteca Pinacoteca Accademia Ambrosiana de Milão (CAMBRAIA; LARANJEIRA, 2010: 18). Estes três últimos foram, portanto, eleitos para análise como representantes da tradição latina.

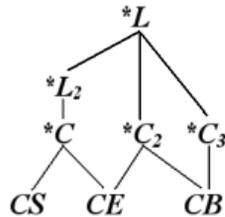
A tradição catalã consiste em 3 testemunhos manuscritos, mas apenas 2 deles apresentam o texto integral (cód. n.I.16 da Real Biblioteca do Monastério de San Lorenzo de El Escorial e o cód. 5-3-42 da Biblioteca Capitular Colombina de Sevilha), ao passo que o terceiro (o cód. 148 da Biblioteca Universitária de Barcelona) possui apenas o capítulo final e um apêndice. Apenas os 2 primeiros foram, portanto, eleitos para análise. Uma tentativa prévia de representação da relação genética na tradição catalã foi apresentada por Cambraia e Cunha (2008: 136):

---

<sup>3</sup> Manuscritos: Bibl. Nac. (Madri), 307, séc. XIV-XV, ff. 88r-130v; Bibl. Públ. (Palma de Mallorca), 529, séc. XIV, ff. 145r-190r; Bibl. Públ. (Tarragona), 135, séc. XV, ff. 1-98; Museu Episcopal (Vic), 55, a. 1457, ff. 78r-151v. / Impresso: Jacobo Gumiel, *Liber abbatís Ysach de ordinatione anime*, Barcelona, 1497.

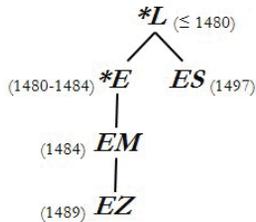
<sup>4</sup> Manuscritos: Bibl. Nac. (Lisboa), alc. 387, a. 1409, ff. 94v-115v; Bibl. Públ. (Évora), CXXIV/2-8d, séc. XV, ff. 1r-35.

FIGURA 1: Estema da tradição catalã



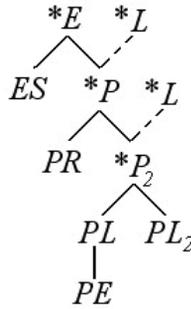
A tradição espanhola apresenta três testemunhos: um manuscrito (cód. II/795, Biblioteca do Palácio Real, Madri, , 1484) e dois impressos ([Zaragoza], 1489; e Sevilha, , 1497). Como o impresso de 1489 segue muito fielmente o manuscrito de Madri, foram adotados na presente análise apenas o referido manuscrito e o impresso de Sevilha. Cambraia (2009: 7) apresenta uma proposta de relação entre esses testemunhos:

FIGURA 2: Estema da tradição espanhola



A tradição portuguesa compõe-se atualmente de quatro testemunhos manuscritos: o cód. 50-2-15, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o cód. alc. 461 da Biblioteca Nacional de Portugal; o cód. alc. 281 da Biblioteca Nacional de Portugal e o cód. CXII/1-40 da Biblioteca Pública de Évora. Destes, o terceiro é apenas um fragmento, e o quarto é um conjunto de excertos. Por isso, foram adotados na presente análise apenas os dois primeiros. Para uma associação entre a tradição portuguesa (com referência à espanhola), há a proposta de Cambraia (no prelo-b):

FIGURA 3: Estema da tradição portuguesa



Em síntese, os testemunhos que foram adotados para a análise da tradição ibero-românica são:

- (a) 3 latinos:  
*LMi*: cód. A 49 sup., Biblioteca Pinacoteca Accademia Ambrosiana, Milão, séc. XIII, ff. 1r-75v;  
*LL*: cód. alc. 387, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1409, ff. 94v-115v; e  
*LB*: impr., , Barcelona, 1497, ff. 1r-151r.
- (b) 2 catalães:  
*CE*: cód. n.I.16, Real Biblioteca do Monastério, San Lorenzo de El Escorial, séc. XV, ff. [0r]-69r; e  
*CS*: cód. 5-3-42, Biblioteca Capituluar Colombina, Sevilha, séc. XV, ff. 1r-185r.
- (c) 2 espanhóis:  
*EM*: cód. II/795, Biblioteca do Palácio Real, Madri, , 1484, ff. 1-123r; e,  
*ES*: impr., , Sevilha, , 1497, ff. 127v-162v.
- (d) 2 portugueses:  
*PR*: cód. 50-2-15, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2<sup>a</sup> met. do séc. XV, ff. 1r-114r; e

PL: cód. alc. 461, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2ª met. do séc. XV, ff. 14r-101v<sup>5</sup>.

Dada a grande extensão do texto e a inexistência de transcrição integral desses 9 testemunhos, a presente análise será feita com base em uma amostra textual: serão analisados os dados do primeiro terço do primeiro capítulo.

Foi feita a transcrição desse primeiro terço dos referidos 10 testemunhos e as transcrições foram processadas no programa de colação *Donne-Variorum*<sup>6</sup>, que emparelha cada segmento textual delimitado nas tradições (geralmente os segmentos adotados correspondem a períodos e, se estes fossem muito longos, seriam segmentados em orações): foram analisados 57 segmentos textuais. Veja-se abaixo um exemplo de emparelhamento de um segmento textual<sup>7</sup>:

#### EXCERTO 1

- |   |
|---|
| <p>LMi: <i>Melius est enim a peccati uinculo soluere temet ipsum . quam liberare seruos a seruitute. (f. 3r13-14)</i></p> <p>LL: <i>Melius est a peccati uinculo soluere temet ipsum . quam liberare seruos a seruitute. (f. 96v9-10)</i></p> <p>LB: <i>Melius est tibi a peccati vniculo [sic] solvere temet ipsum quam liberare seruos a seruitute. (f. 6r11-14)</i></p> <p>EM: <i>Ca meior es para ti soltarte de las cadenas del pecado que te tienen preso; que delibrar los sclauos e catiuos de la seruidumbre. (f. 5v1-3)</i></p> <p>CS: <i>Car major cosa es a tu deslligar tu mateix dels ligams de pecats que no es desliurar los altres de seruitut. (f. 6v12-15)</i></p> |
|---|

<sup>5</sup> Esse testemunho está mutilado e não apresenta parte do trecho a ser analisado.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://donnevariorum.tamu.edu/html/resources/down/index.html>>.

<sup>7</sup> Em função da natureza deste estudo, apresentamos os dados sem marcação de desenvolvimento de abreviatura e com regularização apenas da separação vocabular.

CE: *Car mellor cosa es a tu desliurar tu matex dels lignams de peccats / que no es desliurar los altres de seruitut. (f. 2rb7-10)*  
 ES: *ca mejor es a ti desatar a ti mesmo de los atamientos de pecados que librar a otro de seruimiento. (f. 128va27-29)*  
 PR: *ca milhor cousa he a ty desatar a ty meesmo dos atamẽtos dos peccados que liurar aos outros de os nõ fazerẽ. (f. 7r7-8)*  
 PL: *Melhor cousa he a ty desatar a ty meesmo dos peccados que liurar os seruos da seruidom. (f. 14r16-18)*

Cada variante encontrada foi classificada segundo a tipologia tradicional (CAMBRAIA, 2005: 78): adição, omissão, alteração de ordem e substituição.

### 3. Descrição e análise dos dados<sup>8</sup>

#### 3.1 Erros separativos de cada testemunho

Em todos os 9 testemunhos há erros que lhes são privativos e funcionam, assim, como erros separativos, indicando que nenhum dos testemunhos analisados deu origem a algum outro deles:

LMi: substituição de *honorem* por *orationem*<sup>9</sup>;

LL: substituição de *ornat* por *honorat*<sup>10</sup>;

LB: omissão de *tua*<sup>11</sup>;

<sup>8</sup> A presente análise retoma uma investigação preliminar realizada por Avellar (2011).

<sup>9</sup> LMi: *horationem* (f. 3r12); LL: *honorem* (f. 96v9); LB: *honorem* (f. 6r11); EM: *alabaça* (f. 5v1-3); CS: *honor* (f. 6v11-12); CE: *honor* (f. 2rb6); ES: *bonrra* (f. 128va27); PR: *seruiço* (f. 7r6); PL: *honrra* (f. 14r16).

<sup>10</sup> LMi: *bornat* (f. 2v28); LL: *honorat* (f. 96v4); LB: *ornat* (f. 5v16); EM: *guarneçe y arrea* (f. 5r7); CS: *guarneyx* (f. 6r15); CE: *guarnex* (f. 2ra15-16); ES: *guarnece* (f. 128va10); PR: *guarnece* (f. 6v17); PL: *esguarnece* (f. 14r3-4).

<sup>11</sup> LMi: *tua* (f. 3r15); LL: *tua* (f. 96v11); LB: *o* (f. 6r15); EM: *tu* (f. 5v4); CS: *tua* (f. 6v15); CE: *tua* (f. 6v13); ES: *tu* (f. 128va30); PR: *tua* (f. 7r9); PL: *tua* (f. 14r18).

- EM*: omissão de *sus*<sup>12</sup>;  
*CS*: adição de *co es uan alegrament*<sup>13</sup>;  
*CE*: adição de *car*<sup>14</sup>;  
*ES*: omissão de *en los pobres*<sup>15</sup>;  
*PR*: adição de *das cousas de fora*<sup>16</sup>;  
*PL*: omissão de *dos atamentos*<sup>17</sup>.

Salientamos que esses erros separativos confirmam o que se defendeu nas propostas anteriores parciais de estema (cf. figuras 1, 2 e 3 acima): nenhum desses testemunhos foi modelo para algum deles. Os erros privativos separativos abarcam em torno de um terço de todos os lugares críticos identificados no trecho analisado.

### 3.2 Erros conjuntivos

Como se viu acima, *LMi* apresenta erro separativo em relação aos 8 outros testemunhos; entretanto, não apresenta nenhum erro conjuntivo em relação a algum deles. Logo, constitui um ramo independente do estema, subordinado a um arquétipo latino [*\*L<sub>i</sub>*].

Há, no entanto, erros conjuntivos entre 6 dos outros testemunhos, excluindo *LL* (pela ausência do erro) e *PL* (por aparecerem na parte

<sup>12</sup> *LMi*: *suarum* (f. 3r2); *LL*: *suarum* (f. 96v4); *LB*: *suarum* (f. 5v18); *EM*:  $\emptyset$  (f. 5r9); *CS*: *sues* (f. 6r17); *CE*: *sues* (f. 2ra18); *ES*: *sus* (f. 128va12); *PR*: *suas* (f. 6v18); *PL*: *suas* (f. 14r5).

<sup>13</sup> *LMi*:  $\emptyset$  (f. 2v26); *LL*:  $\emptyset$  (f. 96v2); *LB*:  $\emptyset$  (f. 5v12); *EM*:  $\emptyset$  (f. 5r5); *CS*: *co es uan alegrament* (f. 6r12); *CE*:  $\emptyset$  (f. 2ra12); *ES*:  $\emptyset$  (f. 128va7); *PR*:  $\emptyset$  (f. 6v14); *PL*:  $\emptyset$  (f. 14r1).

<sup>14</sup> *LMi*:  $\emptyset$  (f. 1v3); *LL*:  $\emptyset$  (f. 96r13); *LB*:  $\emptyset$  (f. 3r1); *EM*:  $\emptyset$  (f. 2v15); *CS*:  $\emptyset$  (f. 3r8); *CE*: *car* (f. 1ra9); *ES*:  $\emptyset$  (f. 127vb21); *PR*:  $\emptyset$  (f. 4v5); *PL*: [mutilado nesse trecho].

<sup>15</sup> *LMi*: *in pauperibus* (f. 2r2); *LL*: *in pauperibus* (f. 96r25); *LB*: *in pauperibus* (f. 3v19-20); *EM*: *en los pobres* (f. 3v2); *CS*: *en los pobres* (f. 4r11); *CE*: *en los pobres* (f. 1rb20); *ES*:  $\emptyset$  (f. 128ra17); *PR*: *ẽ nos pobres* (f. 5r19); *PL*: [mutilado].

<sup>16</sup> *LMi*:  $\emptyset$  (f. 2v27); *LL*:  $\emptyset$  (f. 96v3); *LB*:  $\emptyset$  (f. 5v14); *EM*:  $\emptyset$  (f. 5r6); *CS*:  $\emptyset$  (f. 6r14); *CE*:  $\emptyset$  (f. 2ra14); *ES*:  $\emptyset$  (f. 128va9); *PR*: *das cousas de fora* (f. 6v15-16); *PL*:  $\emptyset$  (f. 14r3).

<sup>17</sup> *LMi*: *vinculo* (f. 3r13); *LL*: *vinculo* (f. 96v9-10); *LB*: *vinculo* [*siç*] (f. 6r12); *EM*: *de las cadenas* (f. 5v2); *CS*: *dels ligams* (f. 6v13); *CE*: *dels liguams* (f. 2rb8); *ES*: *de los atamentos* (f. 128va28); *PR*: *dos atamẽtos* (f. 7r7-8), *PL*:  $\emptyset$  (f. 14r17).

que corresponde ao trecho mutilado nesse testemunho): como exemplo, citamos a adição de *mundi* em *LB* e nos correspondentes românicos<sup>18</sup>. Esses erros demonstram que os 6 testemunhos (e provavelmente *PL* também, em função de seu vínculo com *PR* a ser comentado mais adiante) pertencem a um mesmo ramo do estema, subordinado ao mesmo arquétipo latino  $*L_1$ .

Como já dissemos, o testemunho latino *LB* apresenta erro privativo separativo, por isso é necessário postular um outro testemunho latino interposto [ $*L_2$ ], do qual terão derivado *LB* e as tradições em línguas ibero-românicas.

A posição de *LL* é complexa, pois, como já mencionamos, não apresenta erro conjuntivo com *LMi* (estando fora do ramo dele) nem erro conjuntivo com todos os 7 demais (estando fora do ramo deles). A conclusão é a de que *LL* constitui um terceiro ramo independente (subordinado ao já mencionado arquétipo latino  $*L_1$ ). Entretanto, eventualmente apresenta erro conjuntivo com algumas das traduções ibero-românicas (mas não com todas), sugerindo assim que seu texto seja compatível com contaminações nessas traduções. Na discussão sobre o estema da tradição portuguesa, Cambraia (no prelo-b) defendeu a existência de contaminação por testemunhos latinos na tradição portuguesa em mais de um nível (tanto no arquétipo dessa tradição [ $*P$ ] quanto no interposto que deu origem aos testemunhos portugueses alcobacenses e eborenses [ $*P_2$ ]). Deixaremos para tratar com mais detalhe da questão da contaminação mais adiante.

Há também entre os testemunhos ibero-românicos erros conjuntivos que demonstram formarem um ramo próprio, mas subordinado a um outro interposto [ $*L_3$ ], pois esse erro não poderia estar no modelo de *LB*: se estivesse nesse modelo [ $*L_2$ ], deveria aparecer também em *LB*. Como exemplo de erro conjuntivo na tradição em línguas ibero-

<sup>18</sup> *LMi*: o (f. 1v3); *LL*: o (f. 96r13); *LB*: *mundi* (f. 3r2); *EM*: *deste mundo* (f. 2v16); *CS*: *del mon* (f. 3r9); *CE*: *del mon* (f. 1ra10); *ES*: *del mundo* (f. 127vb22); *PR*: *do mundo* (f. 4v5); *PL*: [mutilado].

românicas analisada, citamos a omissão do item que correspondente a *ipsum* na tradução latina<sup>19</sup>.

Como já salientamos, há erro separativo em *EM* (o que significa que não serviu de modelo para os demais testemunhos românicos), mas há também erro conjuntivo entre os demais testemunhos românicos, formando-se assim um novo ramo. Uma questão importante é em que língua estaria esse novo interposto a que estão subordinados *CS*, *CE*, *ES*, *PR* e *PL*. Há uma tal discrepância entre a tradução de *EM* e as demais traduções que parece óbvio que estas não derivam de um possível testemunho com a tradução espanhola que teria servido de modelo para *EM* (já que, como dissemos, *EM* não foi modelo para o ramo desses 5 testemunhos). Vejam-se o excerto 1 apresentado anteriormente e ainda o excerto 2 abaixo para atestar a referida discrepância na forma textual de *EM* em relação a *CS*, *CE*, *ES*, *PR* e *PL* e a convergência entre estes 5 últimos.

## EXCERTO 2

*LMi: Dilige ocium solitudinis. plus quam esurientes seculi saturare; et conuertere multas gentes ad supernam agnitionem et ad horationem dei. (f. 3r10-12)*

*LL: Dilige occium solitudinis. plus quam esurientes seculi saturare. et conuertere multas gentes ad agnitionem supernam. et ad honorem dei. (f. 96v8-9)*

*LB: Dilige quietem solitudinis plus quam esurientes seculi saturare: et conuertere multas gentes ad agnitionem dei supernam et honorem dei. (f. 6r7-11)*

*EM: Codicia e quiere mas el reposo de la soledat; que fartar los fambrientos en el siglo. ny conuertir muchas gentes al soberano conoçimiento de dios e a su alabança. (f. 5r19-5v1)*

<sup>19</sup> *LMi: ipsum* (f. 2v1); *LL: ipsum* (f. 96r37); *LB: ipsum* (f. 4v17); *EM: o* (f. 4r15); *CS: o* (f. 5r14); *CE: o* (f. 1rb3); *ES: o* (f. 128rb15); *PR: o* (f. 6r7); *PL: [mutilado]*.

- CS: Ama repos de solitut mes que sadollar los famejants en lo segle e mes que fi [sic] conuerties moltes gents a conexenca e a la honor de deu sobirana. (f. 6v8-12)*
- CE: Ame repos de solitut / mes que si sadolaues los famejans en lo segle. E mes que si conuerties moltes gents a le conaxensa e a le honor de deu sobirane. (f. 2rb3-7)*
- ES: Ama reposo e apartado mas que fartar los fanbrientos del mundo e conuertir muchas gentes a conoscencia alta e honrra de dios. (f. 128va24-27)*
- PR: Ama folgança em apartado mais que fartar os famyntos do mundo e couerter muytas Jentes a conhocença alta. e ao seruiço de deus. (f. 7r6)*
- PL: Ama folgança do apartamêto. mais que os que fartam os famyntos do mûdo. e conuerter muytas gentes a alto conhocimêto e aa honrra de deus. (f. 14r16)*

Os excertos 1 e 2 sugerem que, além de o interposto do ramo formado por *CS*, *CE*, *ES*, *PR* e *PL* não estar em espanhol (pelo menos equivalente ao texto de *EM*, pois há muita discrepância), é possível que esteja em uma das 3 línguas em questão (catalão, espanhol [equivalente ao texto de *ES*] ou português), dado o alto grau de concordância entre as traduções. Mas qual delas?

A existência de erros conjuntivos entre a tradução espanhola de *ES* e a portuguesa de *PR* e *PL*, ausentes da tradução catalã, sugerem que esta tenha sido o modelo para as demais: se a espanhola de *ES* ou a portuguesa de *PR* e *PL* fossem o modelo para a catalã, também esta deveria apresentar os mesmo erros daquelas. Como exemplo de erro conjuntivo entre *ES*, *PR* e *PL*, podemos citar a substituição, nestes 3 testemunhos, do item que correspondente a *continent* na tradição latina<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> *LMi: continet* (f. 3r3); *LL: continet* (f. 96v5); *LB: continet* (f. 5v19); *EM: contiene* (f. 5r11); *CS: contem* (f. 6r19); *CE: contem* (f. 2ra20); *ES: alcança* (f. 128va13-14); *PR: encalça* (f. 6v19); *PL: acaça* (f. 14r6).

Claro está, portanto, que a tradução catalã precede a tradução espanhola de *ES* e a portuguesa de *PR* e *PL*: a proposta de prioridade da tradução catalã reitera a proposta defendida por Cambraia (no prelo-b), com base em excertos de outras seções da obra. Mas qual é a relação entre os 2 testemunhos catalães (*CS* e *CE*)?

Como tanto *CS* quanto *CE* apresentam erros privativos separativos, um não foi modelo para o outro; logo, a hipótese mais provável é a de que sejam cópias independentes (ramos diferentes) de um mesmo modelo [\*C<sub>1</sub>], pois a concordância textual de forma geral indica ambos derivarem de uma mesma tradução catalã. Há, no entanto, erros conjuntivos entre *CE*, *ES*, *PR* e *PL* (ausentes de *CS*), e *CE* tem erro privativo separativo (não podendo ter sido o modelo para o ramo de *ES*, *PR* e *PL*): esses fatos apontam para a necessidade de um testemunho interposto [\*C<sub>2</sub>]. Como exemplo de erro conjuntivo entre *CE*, *ES* e *PR* (e possivelmente *PL*), podemos citar a omissão de um trecho iniciado na tradução latina por *Precedit*<sup>21</sup>.

Entre a tradução espanhola de *ES* e a portuguesa de *PR* e *PL*, Cambraia (no prelo-b) defendeu a prioridade da primeira, o que os dados do presente estudo confirmam: há erro conjuntivo entre *PR* e *PL*, ausente de *ES*, como a substituição por *continuada*<sup>22</sup>. Nesse caso, o testemunho espanhol que deu origem a *ES* deveria apresentar *contina*, assim como *ES* a apresenta, levando o tradutor português a retificar como *continuada* (inovando o texto), e não como *contínua* (restabelecendo o que seria forma genuína, tal como aparece nos testemunhos catalães).

<sup>21</sup> LM̄: *Precedit enim colligari deo; solutio a mundanis*. (f. 1r5-6); LL: *Precedit enim colligari deo. solutio a mundanis*. (f. 96r2-3); LB: *precedit eum colligari deo solucio a mundanis* (f. 2r-11-13); EM: *Ca primera es la separacion e renunciacion de las cosas mundanas que el acostamiento e ay[unta]miento a dios*. (f. 2r8-10); CS: *Conuense certamet que hom sia desligat primerament de les coses mundanals an que hom se puga ligar ne ajustar ab deu* (f. 2r16-19); CE: ø (0vb7); ES: ø (f. 127va35); PR: ø (f. 4r8); PL: [mutilado].

<sup>22</sup> LM̄: *continuum* (f. 3r1); LL: *continenciam* (f. 96v4); LB: *continuum* (f. 5v16-17); EM: *continua* (f. 5r8); CS: *continua* (f. 6r16); CE: *continua* (f. 2ra17); ES: *contina* [s̄i] (f. 128va11); PR: *contjnoada* (f. 6v17); PL: *continuada* (f. 14r4).

Por fim, como já dissemos que há erro privativo separativo em *PR* e *PL*, logo um não foi modelo para o outro, pertencendo a ramos distintos.

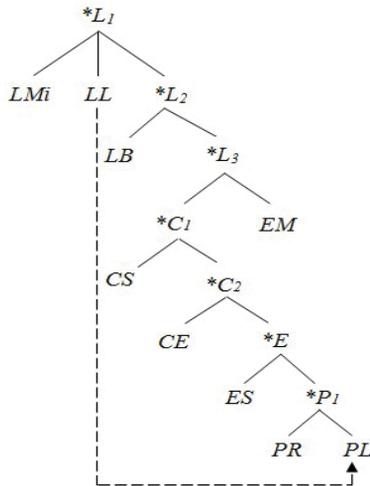
Convém agora retomar aqui o tema de contaminação. Embora Cambraia (no prelo-b) já tenha demonstrado contaminação em *PL* em outros trechos da obra, também no trecho examinado encontram-se evidências. Um caso interessante é o da expressão *mundr*<sup>23</sup>, acrescentada na entrelinha de *LL*, mas ausente de *LMi*, sendo portanto uma adição no texto latino de *LL*: enquanto *CE*, *ES* e *PR* apresentam forma compatível entre si, *PL* apresenta justamente a expressão *deste mundo*, bem mais próxima do texto latino de *LL*. Note-se, aliás, que, nos dados de Cambraia e Laranjeira (2010), que abarcam 18 testemunhos latinos, apenas em *LL* aparece a expressão *mundi* nesse ponto, o que sugere que *PL* foi contaminado possivelmente pelo próprio texto latino de *LL* - algo perfeitamente plausível, já que ambos pertenceram ao Mosteiro de Alcobaça em Portugal. Como *PL* forma um ramo próprio com *PL*<sub>2</sub> e *PE*, a contaminação deve ter atingido o modelo para essa tradição (cf. o testemunho *\*L* que contamina *\*P*<sub>2</sub> na figura 3 acima), já que os 3 testemunhos em português apresentam grande semelhança textual. Não terá atingido o modelo para a tradição portuguesa como um todo (cf. o testemunho *\*L* que contamina *\*P* na figura 3 acima), pois essa contaminação específica não ocorre em *PR*.

### 3.3 Síntese da tradição ibero-românica

Com base nos dados discutidos, propomos o seguinte estema provisório para representar a tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive:

<sup>23</sup> *LMi*: o (f. 2v25); *LL*: *mundi* (f. 96v2); *LB*: o (f. 5v11); *EM*: o (f. 4v21); *CS*: *corporals* (f. 6r9-10); *CE*: *forans* (f. 2ra10); *ES*: *de fuera* (f. 128va6); *PR*: *de fora* (f. 6v13); *PL*: *deste mūdo* (f. 14r1).

FIGURA 4: Estema provisório da tradição ibero-românica

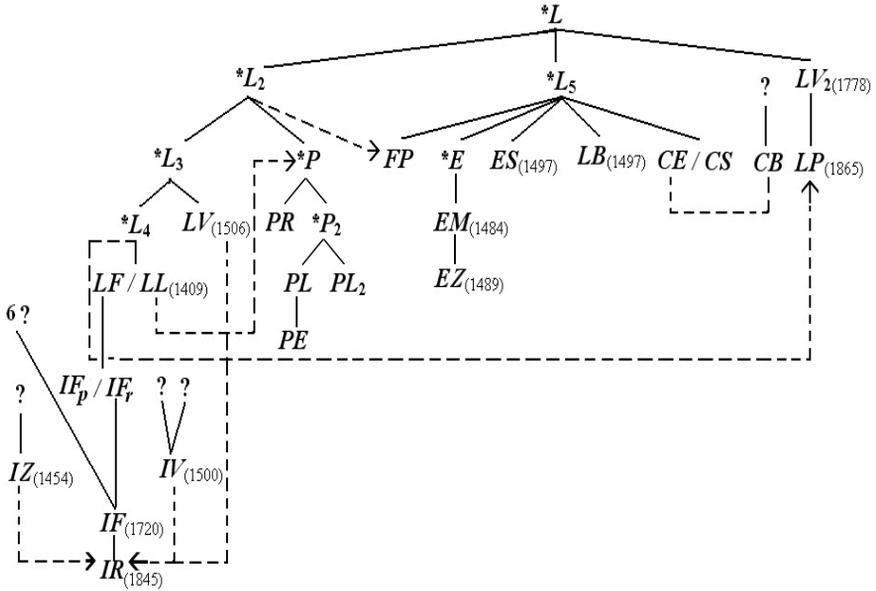


Atente-se para o fato de que a contaminação de *LL* foi ligada aqui diretamente a *PL*, pois não foram considerados os demais testemunhos do ramo próprio de *PL* nesta análise. Quando forem considerados, a contaminação será ligada ao modelo em português que deu origem ao ramo da tradição portuguesa de que faz parte *PL*.

Esta proposta representa a superação de uma proposta anterior muito limitada em termos de dados, apresentada por Cambraia, Melo e Vilaça (2008-2009: 423)<sup>24</sup>:

<sup>24</sup> Apesar da data de publicação, esse estudo de 2008-2009 foi realizado em 2007, precedendo o estudo de Cambraia e Cunha (2008), razão pela qual a tradição catalã ainda aparece pouco detalhada nele. Para conhecimento das siglas desse estudo de 2008-2009 que não foram apresentadas aqui, sugerimos consulta ao referido estudo.

FIGURA 5: Estema prévio da tradição latino-românica



Um grande progresso do novo estema proposto na figura 4 em relação ao estema prévio reproduzido na figura 5 encontra-se na percepção de que as traduções em línguas ibero-românicas fazem parte de um só ramo e de que há um encadeamento entre elas (catalã > espanhola de *ES* > portuguesa), confirmando a análise preliminar apresentada em Cambraia (2010a). Observamos, assim, que, na Península Ibérica, o processo de transmissão da tradição românica do *Livro de Isaac* teria seguido uma rota geográfica linear, do leste (Reino de Aragão) até o oeste (passando Reino de Castela até chegar ao Reino de Portugal).

Há, na figura 5, 11 outros testemunhos que não foram analisados aqui em função da limitação de espaço, mas futuramente tentaremos integrar ao novo estema esses outros testemunhos, com especial atenção à tradução francesa, que também parece ter ponto de contato com a tradição ibero-românica, diferentemente da italiana, que parece ser bastante independente das demais românicas.

A integração dos estemas prévios (figuras 1, 2 e 3) ao estema provisório elaborado aqui (figura 4) é viável, pois em muitos casos há diferença apenas no postulado de mais interpostos, e não em diferentes relações entre os testemunhos (ou seja, na separação diferente em ramos). Assim, a integração dos estemas das figuras 2 e 3 ao da figura 4 não apresenta nenhum problema. A dificuldade aparece no estema da figura 1 (da tradição catalã), na qual houve 3 traduções diferentes para o catalão:

uma deu origem ao texto do capítulo final de *CE* e *CS*, outra deu origem ao apêndice de *CE* e de *CB* e ainda outra deu origem ao texto [d]o capítulo final de *CB*. Como já se apurou que *CE* e *CS* não são um cópia do outro, deve-se admitir a existência de um testemunho a eles interposto em catalão ( $=*C_1$ ), derivado de um texto latino ( $=*L_1$ ) que tinha a especificidade apresentada no excerto 7 deste trabalho<sup>25</sup>; além disso, como o apêndice de *CE* e de *CB* também não é um cópia do outro, deve-se admitir também a existência de um testemunho a eles interposto em catalão ( $=*C_2$ ), não sendo, porém, possível determinar se estaria ligado ao texto latino com a especificidade mencionada, razão pela qual se pode vinculá-lo temporariamente ao texto latino mais antigo da tradição ( $=*L_1$ ); por fim, apesar de o já referido capítulo final presente em *CB* constituir uma tradução

<sup>25</sup> Trata-se da presença da forma genuína *misericórdia* em *CB* (f. 80r4), frente à inovadora *mirra* em *CE* (f. 64vb28) e *CS* (f. 184v15) (CAMBRAIA; CUNHA, 2008: 129-130)

independente, é cópia, sendo necessário admitir a existência de um testemunho em catalão que lhe tenha servido de modelo (= \*C<sub>3</sub>) (CAMBRAIA; CUNHA, 2008: 135).

A existência de mais de uma tradução catalã é confirmada por dados externos. Primeiramente, consta uma tradução em catalão no inventário da parte dos livros de herança de Guillem de Vall, de 8 de junho de 1373, no Arquivo Capitular da Catedral de Barcelona: “Item, quendam alium librum cum postibus cohopertis de corio viridi, scriptum in papiro, vocatum *Liber de Issach de contemplacione anime*, qui in primo folio in rubro: «Comence lo *Libre de Issach* etc.». Et sequitur ibidem in nigro: «Ànima que Déu ama». Et ultimo linea ipsius folii finit: «per obres de misericòrdia»”. (MADURELL I MARIMON, 1974: 25-26). Em segundo lugar, há alusão a uma tradução que seria feita na lista de empréstimos entre 1411 e 1412 da Ordem da Cartuxa de Valldemossa em Maiorca, no Arquivo Histórico Municipal de Palma (AH, C-1667, f. 48v e 70v): “Item té frara Pere Valero, hermità, lo *Libre del Abat Ysach*, en romanç. És hi fermança fra Nicholau Mora, hermità (sic)” e “Item prestí a frare Pere Valero hermità per trelladar lo *Libre del abat Ysach* en romanç; entrami tangut fra Nicholau Mora hermità, lo qual me feu albarà de sa mà.” (LLOMPART, 1975: 208 e 209, *italico nosso*). Como se sabe da existência de 2 testemunhos latinos maiorquinos (um perdido e o atual 529, ambos do Monestir de La Real, da Ordem de Cister), pode ser um destes a fonte para essa possível segunda tradução catalã do fr. Valero.

## Considerações finais

Não podemos terminar sem deixar claro que a nossa proposta provisória de estema tem alguns limites.

O primeiro limite, naturalmente, diz respeito ao fato de o estema da figura 4 ter sido estabelecido com uma amostragem de dados (apenas o primeiro terço do primeiro capítulo da chamada *Primeira Parte*). Acreditamos, no entanto, que esse fato apenas evidencia a natureza exploratória deste estudo, mas não o invalida, sobretudo porque apresentou grande compatibilidade com os estudos prévios particulares de cada tradição (CAMBRAIA; CUNHA, 2008; CAMBRAIA, 2009; CAMBRAIA, no prelo-b). Uma análise profunda e extensa depende da existência de edição finalizada de todos os testemunhos considerados, condição que ainda levará tempo para se consumir, razão pela qual estudos exploratórios são sempre contribuições relevantes.

Um segundo limite diz respeito ao próprio método maasiano, que pressupõe tradição apenas com transmissão vertical, ou seja, sem contaminação (sem consulta a mais de um modelo pelos copistas). Em diferentes oportunidades (CAMBRAIA; LARANJEIRA, 2010: 23; VILAÇA, 2012: XCI, XCV, CVI, CXVIII-CXX; CAMBRAIA, no prelo-b), já se assinalou que a contaminação na tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive é um fato, e não poderia ser diferente, dada a abundância de testemunhos latinos. Acreditamos que o problema da contaminação pode ser superado com base em uma abordagem mais quantitativa, ou seja, a relação genética entre os testemunhos não depende apenas de haver erros conjuntivos, mas esses erros devem ser quantificados para determinar a qual tradição efetivamente se vinculam. A superação dessa limitação, no entanto, depende da já referida existência de edição finalizada de todos os testemunhos considerados, o que só poderá ser tratado futuramente.

## Referências

AVELLAR, Júlia Batista Castilho de. **Tradição latino-românica do Livro de Isaac**: subsídios para uma edição crítica da tradução catalã. 2011. 167 f. Iniciação Científica. (Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BROCK, Sebastian. **From Qatar to Tokyo, by way of Mar Saba**: the translations of Isaac of Beth Qatraye (Isaac the Syrian). *Aram*, n. 11-12, p. 475-484, 1999-2000.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tradição em língua espanhola do «Livro de Isaac»**. In: CONGRESSO VIRTUAL DO DEPARTAMENTO DE LITERATURAS ROMÂNICAS, II, 16-21 abril 2007, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2009. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Dulceza, dulçor, dulçura e dulcidom**: um estudo de caso de variantes derivacionais no português medieval. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, v. 2, p. 37-56, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Tradição latina de Isaac de Nínive na Península Ibérica**: sete testemunhos, séculos de história. Belo Horizonte, 2010b. (Comunicação apresentada no XXV Encontro Nacional da ANPOLL, 1-3 julho 2010, Universidade Federal de Minas Gerais).

\_\_\_\_\_. **Livro de Isaac (cód. 50-2-15 da BN)**: caminhos percorridos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 133, (no prelo-a).

\_\_\_\_\_. **Livro de Isaac**: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos de Crítica Textual/FALE/UFMG, (no prelo-b).

\_\_\_\_\_; CUNHA, Evandro Landulfo Teixeira Paradela. **Tradição em língua catalã do Livro de Isaac**. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, v. 4, p. 119-167, 2008.

\_\_\_\_\_; LARANJEIRA, Máira Borges. **Tipologia dos erros na tradição latina do Livro de Isaac**. Caligrama: Revista de Estudos Românicos, Belo Horizonte, v. 15, p. 7-48, 2010.

\_\_\_\_\_; MELO, Teresa Cristina Alves de; VILAÇA, Cynthia Elias de Leles. **Tradição latino-românica do Livro de Isaac: análise de alguns lugares-críticos**. Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 10-11, p. 409-425, 2008-2009.

CHIALÀ, Sabino. **Dall'ascesi eremitica alla misericordia infinita: ricerche su Isaaco di Ninive e la sua fortuna**. Firenze: Leo S. Olschki, 2002.

LLOMPART, Gabriel. **El llibre català a la casa mallorquina (1350-1550)**. Analecta Sacra Tarraconensia: Revista de Ciències Historicoeclesiàstiques, Barcelona, v. 48, p. 193-240, 1975.

MAAS, Paul. **Textkritik**. Leipzig: B. G. Teubner, 1927.

MADURELL i MARIMON, Josep Maria. **Manuscrits en català anteriors a la impremta (1321-1474): contribució al seu estudi**. Barcelona: Anaba, 1974.

REYNOLDS, Leighton D.; WILSON, Nigel G. **Scribes and scholars: a guide to the transmission of greek and latin literature**. Oxford: The Clarendon Press, 1968. [Trad. esp.: **Copistas y filólogos**. 2. ed. Madrid: Gredos, 1995].

TIMPANARO, Sebastiano. **La genesi del metodo del Lachmann**. Firenze: Le Monnier, 1963. [2. ed. 5 rist. Torino: Liviana, 2002].

VILAÇA, Cynthia Elias de Leles. **Libro dell'Abate Isaac di Siria: edição crítica e glossário**. 2012. 217 + 345 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.

# RECENSÃO DE TESTEMUNHOS DO MANUSCRITO ‘MEMORIA’

Elias Alves de ANDRADE

Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem  
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Manoel M. SANTIAGO-ALMEIDA

Universidade de São Paulo (USP/CNPq/FAPESP)

## RESUMO

*Este artigo, que tem por referência a Filologia e a Crítica Textual, aborda questões relativas à recensão de testemunhos de manuscritos e impresso, em Língua Portuguesa e em Língua Espanhola, a partir do manuscrito “Plano de Guerra Offensiva e Deffensiva da Capitania de Matto Grosso – Janeiro de 1800”, pertencente ao acervo do Arquivo Público de São Paulo, com ênfase na sua tradição.*

## ABSTRACT

*The present article, written in the light of Philology and Textual Criticism, approaches questions concerning to the recension of manuscripts and printed editions, in Portuguese and Spanish, of the document “Offensive and Deffensive war plan of the Captaincy of Matto Grosso – January, 1800”, that belongs to the collection of the Public Archive of São Paulo, emphasizing its tradition.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Filologia. Crítica Textual. Recensão. Testemunhos.*

## KEYWORDS

*Philology. Textual Criticism. Recension. Testimonials.*

## **Introdução**

Este artigo, levando em conta os princípios teórico-metodológicos lachmannianos para a Crítica Textual, conforme as referências em Spina (1977), Cambraia (2005) e Spaggiari; Perugi (2004), dentre outros, tem por objetivo tratar da primeira etapa do trabalho filológico que tem como meta realizar a edição crítica de uma dada obra, a *Recensão*. Para tanto, tratamos aqui dos caminhos percorridos para se efetuar a recensão de cinco testemunhos do manuscrito “Memória Sobre o Plano de Guerra Offensiva e Deffensiva da Capitania de Matto Grosso”, procurando-se abordar aspectos relativos à sua tradição, como origem dos testemunhos, arquivo em que se encontram, punhos que os produziram e, por fim, o cotejo de parte comum deles.

## **1. Os testemunhos**

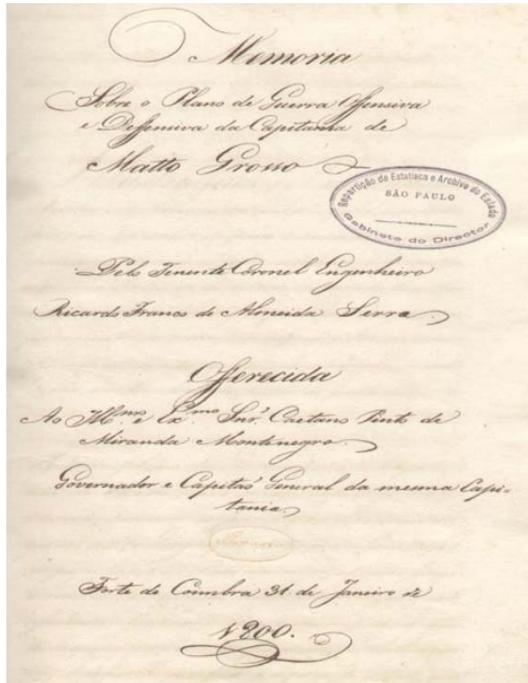
### **1.1 Testemunho “Memória Sobre o Plano de Guerra Offensiva e Deffensiva da Capitania de Matto Grosso – Janeiro de 1800”**

Trata-se de um manuscrito, cópia, portanto apógrafo, datado de 31 de janeiro de 1800, escrito por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente-coronel engenheiro, no Forte Coimbra, Capitania de Mato Grosso, a pedido do Governador e Capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, pertencente ao acervo do Arquivo Público de São Paulo.

Esse manuscrito foi objeto de análise no livro “Memória Sobre o Plano de Guerra Offensiva e Deffensiva da Capitania de Matto Grosso, de autoria de Elias Alves de Andrade (UFMT), Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP/UFMT) e Roberto Leiser Baronas (UFSCar/UFMT) e), publicado em 2012, com recursos da FAPEMAT, e

reimpresso em 2014, em 2ª edição revisada, ambas as publicações feitas pela EdUFMT, Cuiabá, MT, cujos Fólios 1r e 2r, acompanhados da edição semidiplomática<sup>1</sup> se pode observar a seguir:<sup>2</sup>

FIGURA 1: Fólio 1r



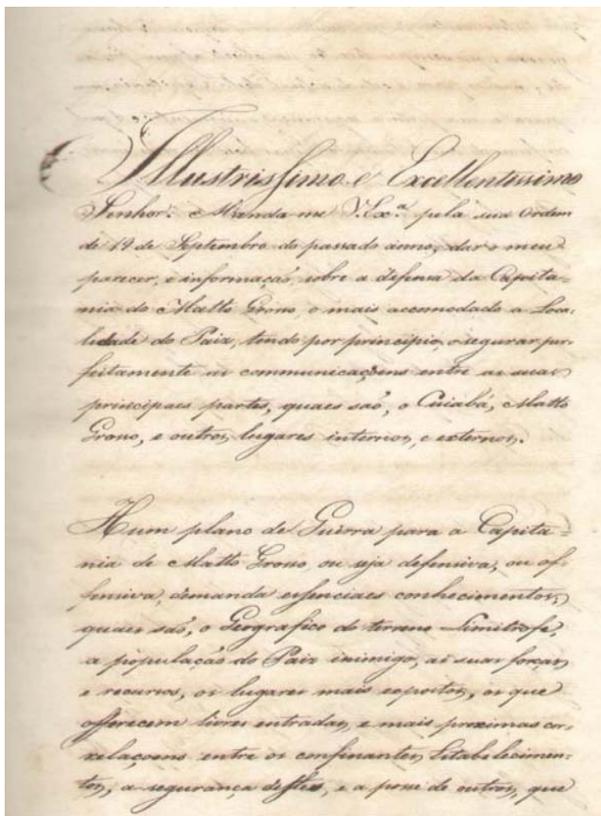
Memoria | Sobre o Plano de Guerra Offensiva | e Deffensiva da Capitania de | Matto Grosso | Pelo Tenente Coronel Engenheiro | Ricardo Franco de Almeida Serra. | Offerecida | Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Caetano Pinto de | Miranda Montenegro. | Governador e Capitaõ General da mesma Capi = | tania. | Forte de Coimbra 31 de Janeiro de | 1800.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> A edição semidiplomática, também denominada *conservadora, diplomático-interpretativa, interpretativa, paleográfica, paradiplomática* (SANTIAGO-ALEMIDA, 2009, p. 227), caracteriza-se por baixo grau de intervenção do editor no texto, apenas com o desdobramento das abreviaturas, mantendo-se todas as demais características do original.

<sup>2</sup> Leia-se Fólio 1r como fólio 1, *recto* (frente), e Fólio 1v como fólio 1 verso.

<sup>3</sup> A barra vertical ( | ) indica mudanca ( 1v como f/schemaLi

FIGURA 2: Fólio 2r



Illustrissimo e Excellentissimo | Senhor. Manda-me Vossa Excellencia pela sua ordem | de 19 de Septembro do passado anno, dar o meu | parecer, e informação, sobre a defesa da Capita = | nia do Matto Grosso, o mais accomodado a Loca = | lidade do Paiz, tendo por principio, osegurar per = | feitamente as communicaçoes entre as suas | principaes partes, quaes são, o Cuiabá, Matto | Grosso, e outros lugares internos, e externos.

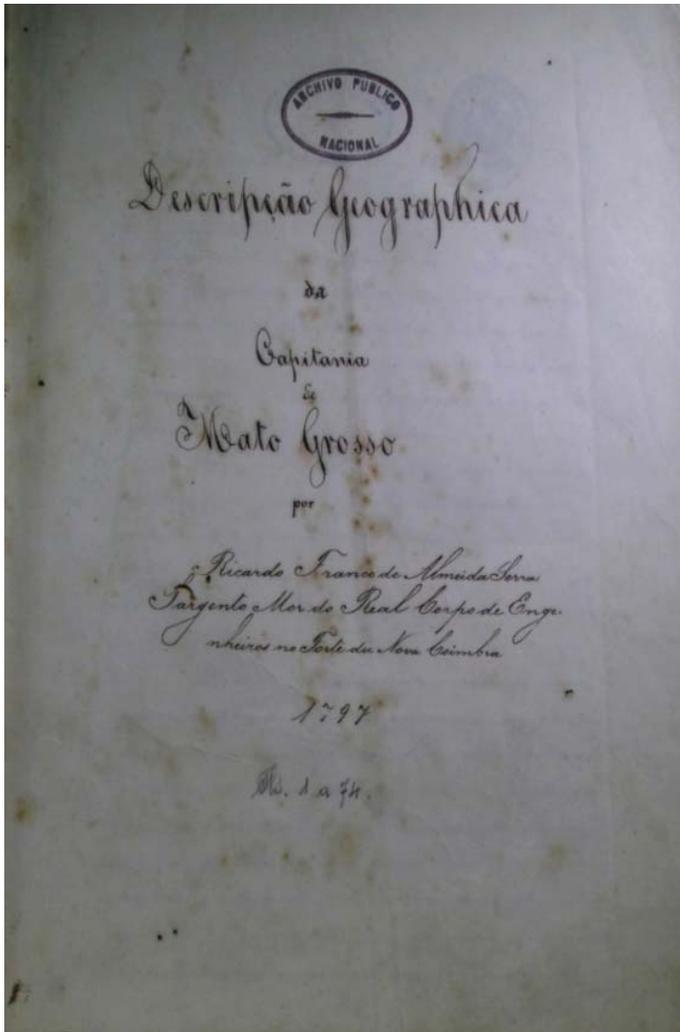
## 1.2 O testemunho “Memoria Militar sobre o systema de defesa da Capitania de Mato Grosso, precedido de uma Noticia Geographica da Capitania de Mato Gosso”

Escrito por Jozé Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento Mor do Real corpo de Engenheiros no Forte da Nova Coimbra 1797, compõe um códice, manuscrito, identificado com o carimbo “ARQUIVO NACIONAL SECÇÃO HISTORICA”, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com a etiqueta: “CÓD: 873, VOL: 1, 03019”, fólhos numerados de 1 a 74, cuja capa, folha de rosto e fólho 1r, podem ser vistos a seguir, acompanhados da edição semidiplomática.

FIGURA 3: Capa

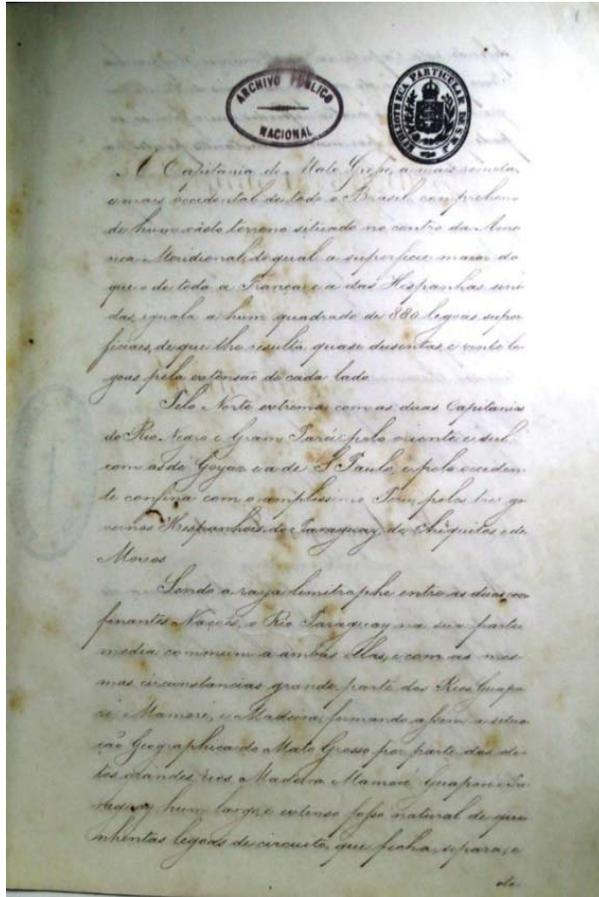


FIGURA 4: Folha de rosto



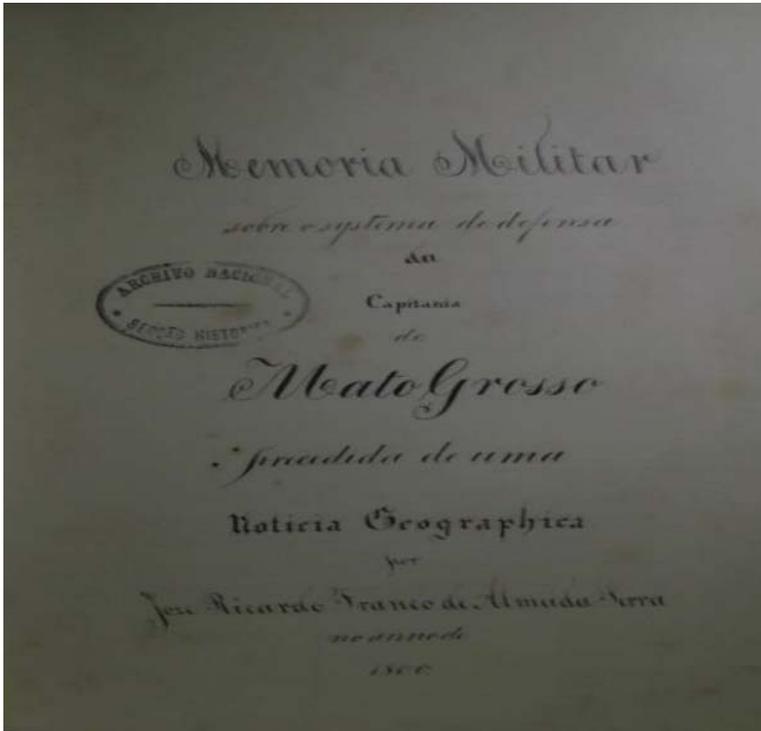
Descrição Geographica | da | Capitania | de | Mato Grosso | por | Ricardo  
Franco de Almeida Serra | Sargento Mor do Real Corpo de Enge = | nheiros  
no Forte da Nova Coimbra | 1797 | Folios 1 a 74.

FIGURA 5: Fólio 1r



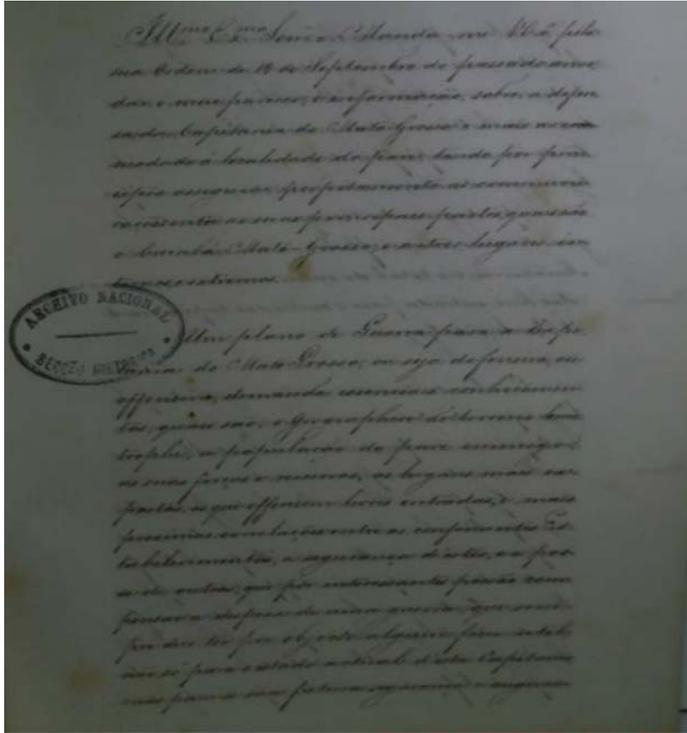
A Capitania do Mato Grosso, a mais remota, | e mais occidental de todo o Brasil, comprehen - | de hum vasto terreno situado no centro da Ame - | rica Meridional, do qual a superficie maior do | que o de toda a França, e a das Hespanhas uni | das, igual a hum quadrado de 880 legoas super - | ficiaes, de que lhe resulta quasi duzentas, e vinte le - | goas, pela extensão de cada lado.

FIGURA 6: Folha de rosto do segundo manuscrito que compõe o códice



Memoria Militar | sobre o systema de defenza | da | Capitania | de | Mato  
Grosso | precedida de uma | Noticia Geographica | por | Jozé Ricardo  
Franco de Almeida Serra | no anno de | 1800.

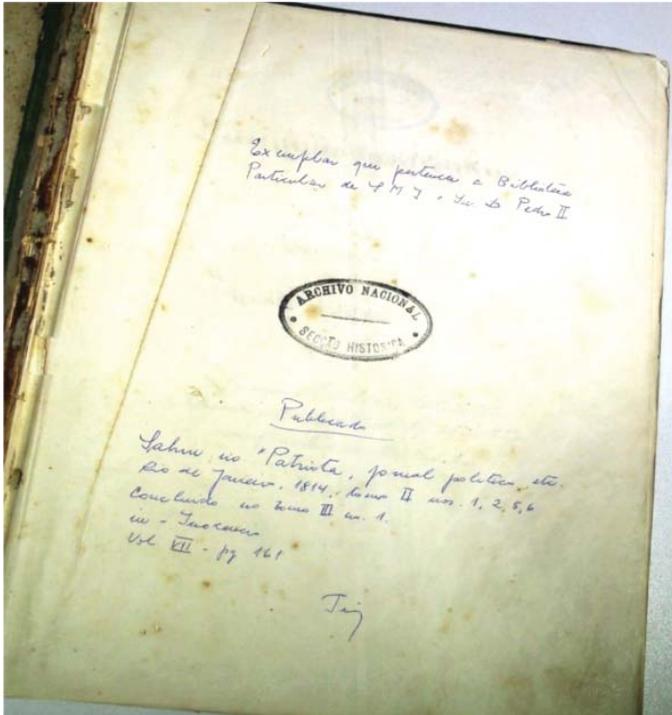
FIGURA 7: Fólio 2r



Illustrissimo e Excellentissimo Senhor | Manda-me VossaExcellencia pela  
 | sua Ordem de 19 de Septembro do passado anno, | dar o meu parecer,  
 e informaçã, sobre a defen - | sa da Capitania do Mato - Grosso o  
 mais accom - | modado á localidade do paiz, tendo por prin - | cipio  
 assegurar perfeitamente as communi - | cações entre as suas principaes  
 partes, quaes são | o Cuiabá, Mato-Grosso, e outros lugares, in - |  
 ternos, e externos<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> VossaExcellencia não possui fronteira entre palavras, como no original, já que a edição utilizada é a semidiplomática.

FIGURA 8: Contracapa do códice



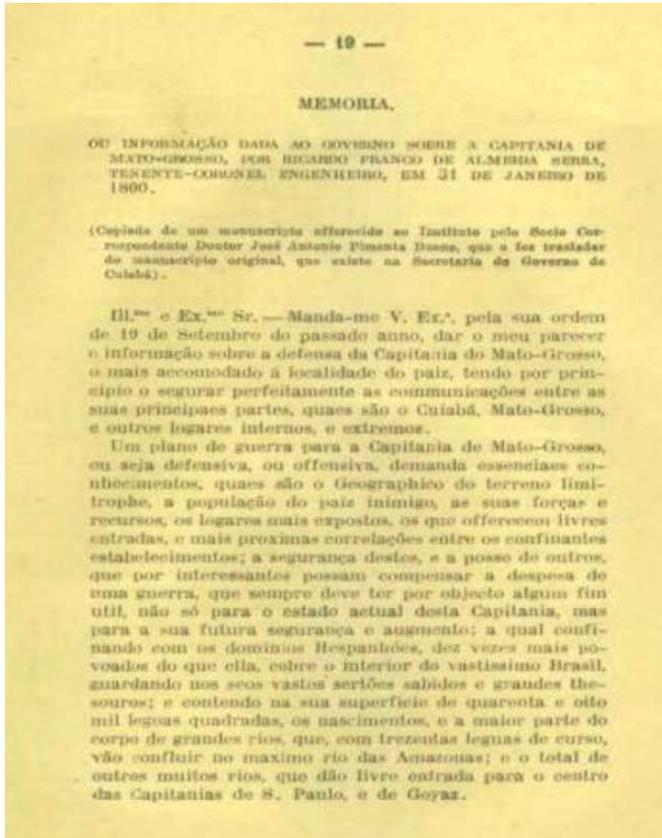
Exemplar que pertenceu a Biblioteca | Particular de *Sua Magestade Imperador Dom Pedro II*

Publicado. | Sahiu no “Patriota”, jornal politico, etc. | Rio de Janeiro, 1814, tomo II *numeros.* 1, 2, 5, 6 | Concluido no tomo III *numero.*1 | in – Inocencio | Volume VII – *pagina* 161 | (assinatura ilegível)

### 1.3 Testemunho “Memória”

Impresso, foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB, Tomo II, páginas 19 a 49, 3ª Edição, indexada sob o nº 2534-915, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, cuja capa e fólio 1r se pode observar a seguir, acompanhados da edição semidiplomática.

FIGURA 9: Fólio 1r (pág. 19)



MEMORIA, | OU INFORMAÇÃO DADA AO GOVERNO SOBRE  
A CAPITANIA DE | MATO-GROSSO, POR RICARDO FRANCO  
DE ALMEIDA SERRA, | TENENTE-CORONEL ENGENHEIRO,  
EM 31 DE JANEIRO DE | 1800.

(Copiada de um manuscripto offerecido ao Instituto pelo Socio Cor- |  
respondente Doutor José Antonio Pimenta Bueno, que o fez trasladar  
| do manuscripto original, que existe na Secretaria do Governo de |  
Cuiabá.)

*Illustrissimo e Excellentissimo Senbor.* – Manda-me *Vossa Excellencia*, pela sua ordem | de 19 de Setembro do passado anno, dar o meu parecer | e informação sobre a defesa da Capitania do Mato-Grosso, | o mais accomodado á localidade do paiz, tendo por prin- | cipio o segurar perfeitamente as communicações entre as | suas principaes partes, quaes são o Cuiabá, Mato-Grosso, | e outros logares internos, e extremos.

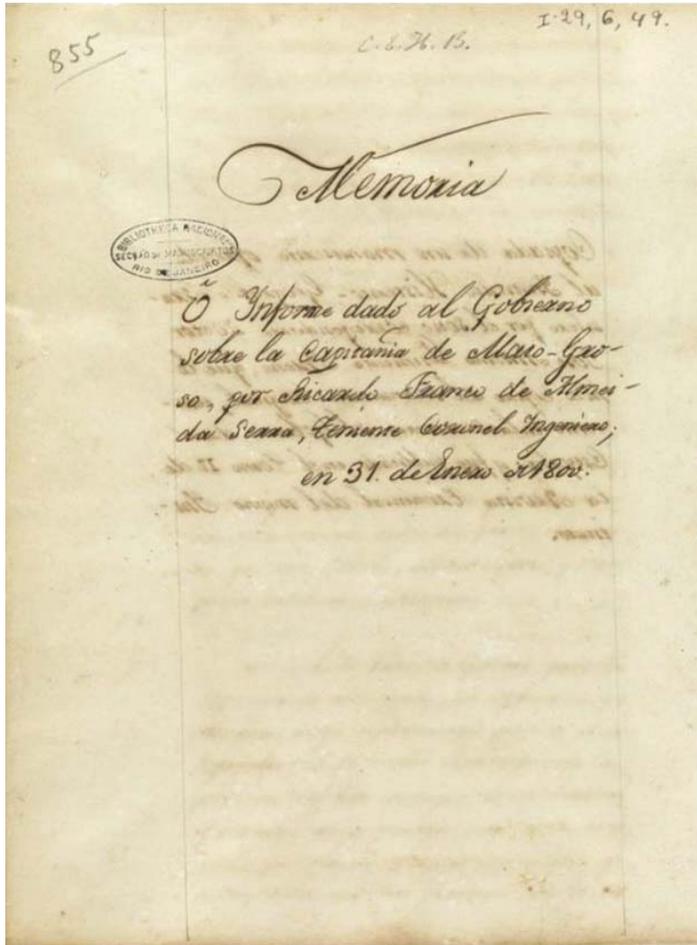
José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, nasceu em Santos em 04/12/1803 e faleceu no Rio de Janeiro em 19/02/1878. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado, encarregado de negócios no Paraguay (1844), Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Ministro de Negócios Estrangeiros e, depois, da Justiça, Senador do Império do Brasil, Presidente das Províncias do Rio Grande do Sul (1850) e de Mato Grosso (1836-1838).

Observe-se que, à página 49 da mesma revista, ao final do texto ‘Memoria’, encontra-se a seguinte informação, em itálico: (*Em um dos próximos números publicaremos a 2ª parte desta memoria*). Entretanto, fazendo-se busca nos números posteriores da RIHGB, não foi encontrada a 2ª parte desse testemunho, pelo menos até o nº 18.

#### 1.4 Testemunho “Memoria”

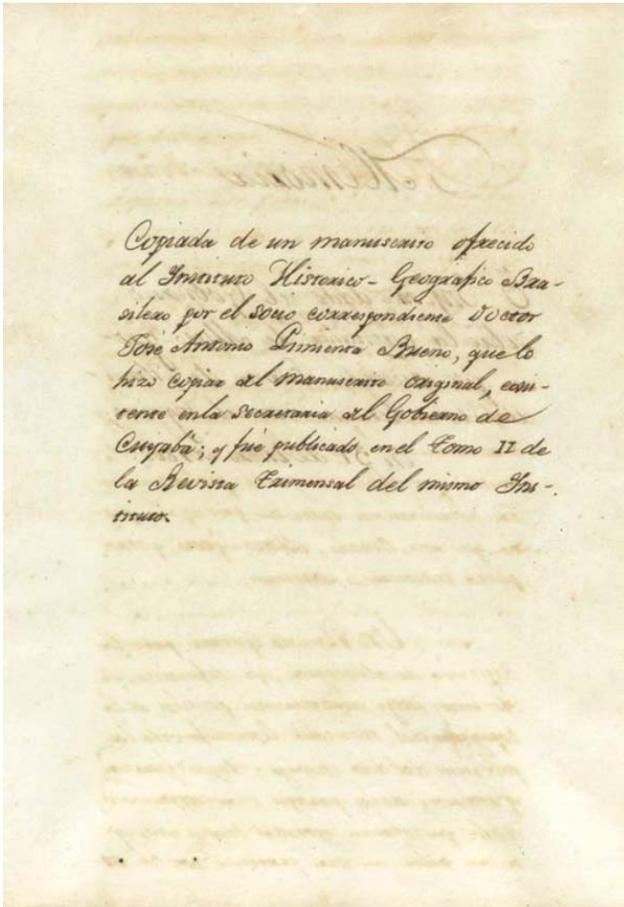
Manuscrito em Língua Espanhola, identificado como: “855 C. E. 26.13 I.29,6,49.”, intervenção de terceiros, a lápis, cópia, portanto apógrafo, pertence acervo da Biblioteca Nacional – RJ, cujas edições semidiplomáticas se pode ver a seguir.

FIGURA 10:



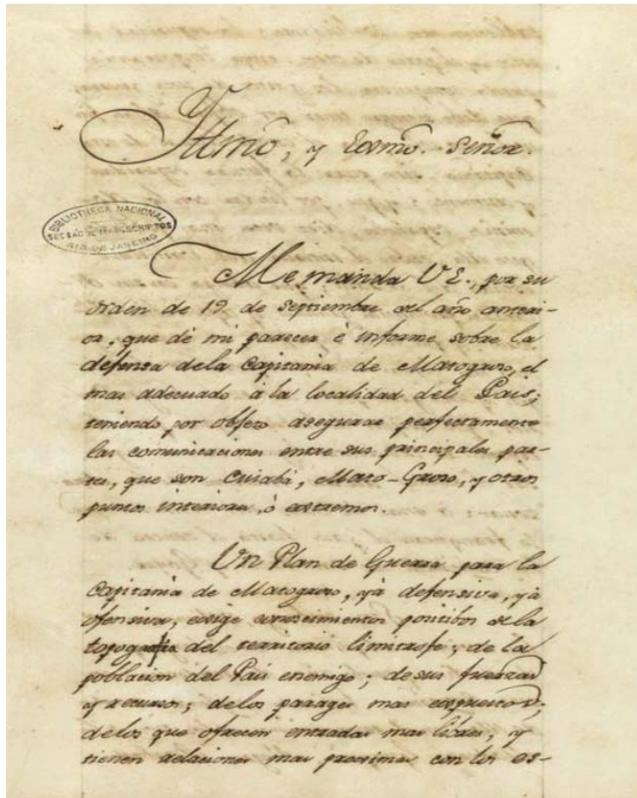
Memoria | Ó Informe dado al Gobierno | sobre la Capitanía de Mato -  
Gro - | so, por Ricardo Franco de Almei - | da Serra, Teniente Coronel  
Ingeniero; | en 31 de Enero de 1800.

FIGURA 11: Origem do testemunho



Copiada de un manuscrito ofrecido | al Instituto Historico – Geografico Bra-  
| silero por el socio correspondente Doctor | José Antonio Pimenta Bueno,  
quelo | hizo copiar al manuscrito original, exis- | tente en la secretaria del  
Gobierno de | Cuyabá; y fué publicado en el Tomo II de | la Revista Trimestral  
del mismo Ins - | tituto.

FIGURA 12: Texto



Illustrissimo, y Excellentissimo Señor. | Me manda Vosa Excellencia, por su | orden de 19 de septiembre del año anteri - | or, que dé mi parecer e informe sobre la | defensa de la Capitanía de Matogrosso, el | mas adecuado a la localidade del Pais; | teniendo por objeto asegurar perfectamente | las comunicaciones entre sus principales par - | tes, que son Cuiabá, Mato - Grosso, y otros | puntos, interiores, ó extremos.

Vale observar que, como o testemunho 1.3, “Memoria”, impresso publicado na RIHGB, Tomo II, págs. 19 a 49, pela Imprensa Nacional em 1916, contém apenas a 1ª parte, até “Vice Rei de Buenos Aires

... 240.000 (habitantes)”, a cópia em espanhol, por ser tradução dele, também contempla apenas até “Total Vice Rey de Buenos Ayres = 240.000”.

Em ambos não consta, pois, a segunda parte, que se iniciaria por “Com a diferença que de tantos mil Indios...” (Fólio 32r, linha 22, do manuscrito “Memoria Sobre o Plano de Guerra ...”, estudado no livro editado pela EdUFMT em 2014).

### **1.5 Testemunho “Memoria”**

Suposto original, que, de acordo com José Antonio Pimenta Bueno, sócio correspondente do IHGB, estaria de posse da então Secretaria do Governo de Cuiabá e, segundo informação constante na RIHGB, Tomo II, página 19, publicada em 1916, pela Imprensa Oficial, no Rio de Janeiro, teria sido a origem da cópia citada, do punho de Pimenta Bueno.

## **Conclusão**

O papel do crítico textual, como se pode ver pelas informações aqui apresentadas, além da dedicação que deve marcar seu trabalho, em todas as etapas do processo de restituição de um texto à sua forma genuína, procurando estabelecê-lo de forma a se identificar o original, ou sua reconstituição, deve ter a consciência de que a primeira etapa de sua pesquisa, a recensão, é sempre marcante e decisiva para a garantia da qualidade do resultado, que culmina na construção da Edição Crítica.

Assim, como se pode observar, há pelo menos 5 testemunhos do documento 'Memoria', 4 manuscritos aqui elencados, um ainda não identificado, mas referido, e um impresso, incompleto, impresso pela Revista do IHGB, destacando-se que um deles está redigido em espanhol, também incompleto, sobre cujo punho não se tem notícia ainda.

Dentre os testemunhos, há uma referência, no publicado pela Revista do IHGB, Tomo Segundo, 1840, pela Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, páginas 19 a 49, 3ª edição, a que o manuscrito original, fornecido ao IHGB pelo sócio correspondente José Antônio Pimenta Bueno, estaria na Secretaria do Governo de Cuiabá, notícia que se repete no testemunho em espanhol, cópia dessa edição impressa e, por isso mesmo, igualmente incompleta.

Buscando, entretanto, o manuscrito original citado, nos acervos do Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, e no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, não se obteve sucesso até o presente momento.

Por outro lado, há também a informação de que haveria um suposto 6º testemunho, a confirmar, identificado como: ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. “Rio Paraguay. Memoria ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso – por Ricardo Franco de Almeida Serra. Tenente-coronel Engenheiro. Cuiabá: copiada de um manuscrito oferecido ao IHG de São Paulo, 1840, vol. 2, pág. 20, que não se pode atestar, por enquanto, ser do mesmo teor dos já conhecidos, uma vez que ainda não se teve contato com ele.

Chegou-se também à informação de que haveria ainda outro, talvez o 7º testemunho, cujo teor permanece, como o anterior, desconhecido, citado por: FREIRE, Zeferino Pimentel Moreira. “Memoria Militar sobre o rio Paraguay na Província de Matto Grosso. Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro.: Jornal do Comércio, Lata 763, Pasta II. (Documento Avulso)”. Vale esclarecer que Zeferino Pimentel Moreira Freire foi presidente da província de Mato Grosso entre 24/09 (ou 10) /1843 a 26/09/1844.

Por fim, é necessário aqui destacar que o processo de coleta de testemunhos de um texto, a recensão, demanda tempo, paciência, atenção e perseverança para que a Edição Crítica possa ser mais adequadamente construída.

## Referências

ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. **Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso – Janeiro de 1800**. Edição revisada. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: Gil et alii. **Modelos de análise linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: Crítica textual**. São Paulo: Cultrix, 1977.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.

# DIFUSÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS EM JORNAIS OITOCENTISTAS: OS FOLHETINS DE FRANÇA JUNIOR

Alexandre Xavier LIMA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/CAP)

## RESUMO

*Este artigo destaca o papel da seção sob o rótulo folhetim, como estratégia editorial dos periódicos oitocentistas para difusão de textos literários no Brasil. Além de identificar em que medida as obras brasileiras se serviram desse rótulo, apresenta-se, como produto da investigação filológica, a edição diplomático-interpretativa dos Folhetins do França Junior, autor brasileiro que vislumbrou nessa estratégia a oportunidade de divulgar seus textos.*

## ABSTRACT

*This article shows the role of the section Folhetim as editorial strategy of nineteenth-century newspapers for dissemination the literary texts in Brazil. Besides identifying the way Brazilian works have used this label, it's also a product of philological research, the diplomatic-interpretative issue of Folhetins of França Junior, Brazilian author who saw in this strategy the opportunity to disseminate his texts.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Crônicas. França Junior. Folhetins. Jornais Oitocentistas.*

## KEYWORDS

*Chronicle. França Junior. Folhetins. Nineteenth-century newspapers.*

## Introdução

Neste artigo, fornecemos subsídios para a reflexão a respeito da difusão de textos literários publicados em jornais brasileiros sob o rótulo *folhetim*. Ao mesmo tempo, recuperamos um exemplo dessa prática através da edição dos *Folhetins* de França Junior. O ponto inicial desse estudo foi a atuação do projeto *Laboratório de História do Português Brasileiro: Tradições textuais e variação linguística na România Nova* que, a partir do acervo da *Fundação Biblioteca Nacional*, tem procurado mapear jornais cariocas oitocentistas, construir *corpora* e disponibilizá-los em meio eletrônico, através do site [www.lettras.ufrj.br/folhetim](http://www.lettras.ufrj.br/folhetim).

Segundo BARBOSA (2013), a intenção desse projeto é identificar modelos objetivos de erudição escrita praticados nos periódicos diários, em função de seu alcance na sociedade fluminense e no papel desempenhado pelos folhetins na difusão de práticas de leitura e de escrita. A partir da relevância do papel do folhetim, vislumbramos a oportunidade de utilizar o catálogo mapeador, produto desse projeto, para compreender a maneira como os brasileiros se inseriram na produção literária vinculada ao rótulo *folhetim*. Dentre as descobertas, além de mensurar a participação de brasileiros, localizamos e editamos os folhetins de França Junior, um importante testemunho das práticas folhetinescas dos oitocentos.

### 1. O surgimento do rótulo *folhetim* em periódicos brasileiros

Não se trata aqui de indicar quando os textos literários foram vinculados aos jornais, pois desde o início da imprensa brasileira havia a publicação de poemas, novelas<sup>1</sup>, contos e anedotas<sup>2</sup>. Nota-se, no

<sup>1</sup> A primeira novela brasileira, *Olaya e Julio ou A Piriquita*, é de 1830, publicada na Revista O Beija-Flor (1830), data anterior à adoção do rótulo *folhetim*. Há uma edição disponível no site [www.lettras.ufrj.br/folhetim](http://www.lettras.ufrj.br/folhetim).

<sup>2</sup> No *Jornal do Commercio*, a seção *Variedade* já existia pelo menos desde 1833. No *Diario do Rio de Janeiro* havia a seção *Appendice* com a mesma funcionalidade (22/01/1841), muito embora já

entanto, que não havia a intenção regular de nutrir o leitor com material literário nos primeiros anos de jornalismo brasileiro. Além disso, mesmo após a adoção do rótulo *folhetim*, havia no jornal outras possibilidades de vinculação de textos literários. No *Diário do Rio de Janeiro*, o *folhetim* coexistiu com as seções *Variedade* e *Litteratura*. Inclusive, alguns textos seriados publicados inicialmente em *Folhetim*, depois passaram para as outras seções nas publicações seguintes. Dessa forma, trata-se, simplesmente, de reconhecer a adoção do rótulo francês como um meio de difusão de textos literários brasileiros.

Iniciamos a busca no *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858), tendo em vista a duração desse periódico e a sua representatividade, conforme nos aponta SODRÉ (1966: 59). Esse jornal utilizou pela primeira vez o rótulo *folhetim* em 12 de fevereiro de 1841. Nesse dia, no rodapé da primeira página, foram publicadas algumas fábulas e uma ode do Senhor Doutor Joaquim José Teixeira (1811-1885). Antes dos textos, porém, o periódico fez uma advertência aos leitores sobre a adoção do novo rótulo. Nessa advertência, há a consciência sobre a origem francesa do rótulo e seu papel relacionado à vinculação de *artigos de recreio*. Vale dizer que o termo surgiu no início da década de 30 do século XIX. Com o objetivo inicial de apresentar textos ao gosto do público, teve sua melhor expressão com a publicação de *romances no folhetim* a partir de 1836. Não demorou muito para que a demanda de literatura exigisse *romances feitos para* o *folhetim*. Entre 1836 e 1840, desenvolvia-se então o gênero *romance-folhetim*, com noção de espaço de publicação de cada capítulo, estratégia de retomada do capítulo anterior e de clímax no final de cada publicação. Segundo MEYER (1996: 58), ainda introduziu ao romance a interferência do leitor, ou seja, cada capítulo era escrito, tendo como termômetro a recepção do capítulo anterior pelo público leitor.

Ainda sobre a advertência no *Diário do Rio de Janeiro*, o editor justifica a decisão editorial, considerando a aceitação do público e de outros

---

publicasse artigos literários, fora do rodapé, na seção *Variedade*, desde janeiro de 1839. Antes desse período, publicou esporadicamente poesias sem vinculação às seções do jornal.

periódicos, como o *Jornal do Commercio*, que já utilizava o rótulo. Esse jornal passou a usar o rótulo *folhetim* no dia 04 de janeiro de 1839, ou seja, dois anos antes. Como estreia, o *Jornal do Commercio* publicou sob esse rótulo o primeiro capítulo do romance *Edmundo e sua prima* (escrito por Paul de Kock e traduzido por Julio Cezar Muzzi [-1858]) e a crônica histórica *As Janeiras*<sup>3</sup>. Diferente do *Diario do Rio de Janeiro*, não houve advertência sobre o emprego dessa nova estratégia editorial; apenas uma nota aos leitores, assegurando que, para merecer a atenção do público, além do aumento do formato, trabalharia no aperfeiçoamento do jornal. Dentre as melhorias podemos supor a atualização das seções. Entretanto, a reviravolta rocambolesca a respeito da origem dessa prática em jornais brasileiros ocorre ainda nesse mesmo mês (24/01/1839). Um colaborador identificado apenas com a letra Y no periódico *O Chronista* não só critica os principais jornais da época, como reivindica a primazia na adoção dessa tradição para o seu jornal:

[...] O 'Jornal do Commercio' tem a primazia entre os periodicos da Côrte pela belleza da impressão; pelo que toca á redacção, este periodico não tem alguma. Ultimamente adoptou o uso dos periodicos francezes, publicando o que naquelles apparece estampado com o titulo de *feuilleton*, palavra que elle traduzio, em odio ao 'Chronista', por *folhetim*: que importa porêem a differença de nome? Se tal uso é um melhoramento, o 'Chronista' foi o primeiro periodico brasileiro que adoptou esse melhoramento. [...]

---

<sup>3</sup> A parte do jornal em que consta o autor está ilegível. Por conjectura, acredita-se que seja Emilio Germon, médico francês, residente no Brasil. Colaborou nesse período com artigos sobre botânica. Nessa crônica, explica-se a origem da tradição de se presentear as pessoas no mês de janeiro.

O cronista Y, ao tecer crítica ao *Jornal do Commercio*, reconhece que a origem da palavra *folhetim* no Brasil ocorreu nesse periódico. No entanto, afirma que o fato de adotar essa palavra não lhe confere a primazia pela estratégia editorial. Isso porque a prática já era empregada por *O Chronista* há mais tempo. No mapeamento feito desse último periódico, encontramos o início da prática datada de 06 de outubro de 1836, isto é, três anos antes do *Jornal do Commercio*. Nessa publicação, o editor explica que os jornais franceses, no rodapé das páginas, sob o rótulo *feuilleton*, publicavam artigos de recreio que entretinham todos os grupos sociais. Expõe que pretendia transplantar a moda francesa “para o abençoado solo de nossa pátria”, dando as feições brasileiras. Ressalta dentre as dificuldades, o nome que essa prática receberia no Brasil. Segundo o editor, a tradução ao pé da letra, resultaria na palavra *folhetão*. Para o editor, esse nome era “feio”. Considera ainda que <ão> em língua portuguesa seria aumentativo e <on> na língua francesa seria diminutivo. Embora tenha pensado em usar a palavra *folbasinha*, por motivos de superstição, segundo o editor, preferiu chamar pelo nome genérico de *folha*. O epíteto que segue tal palavra designaria o gênero. Assim, a *folha litteraria* foi usada como correspondente aos artigos publicados como *feuilleton* na França, até abril de 1837. A partir do dia 08 de abril de 1837, *O Chronista* passa a utilizar para esse fim o rótulo *Appendice* o qual o *Diario do Rio de Janeiro* adota antes de se render ao rótulo *folhetim*, rebatizado pelo *Jornal do Commercio*.

Observa-se que adoção dessa prática em terras brasileiras é contemporânea ao seu apogeu nos jornais franceses. Essa adoção demonstra a influência cultural, a intenção de atualização das práticas jornalísticas e o desejo de apropriação de um instrumento europeu para o fomento de uma literatura brasileira.

## 2. A inserção de autores brasileiros no *Diário do Rio de Janeiro* e na *Gazeta de Notícias*

Identificada a origem da estratégia de difusão literária em *folhetins* nos periódicos oitocentistas, convém mensurar a inserção de autores brasileiros nessa prática. Se não considerássemos as obras sem indicação clara de autoria, encontraríamos algumas dificuldades para analisar a realidade. No *Diário do Rio de Janeiro*, tomado aqui como metonímia, de 1841 a 1858, há 81 obras na seção *folhetim*, mas apenas 35 obras foram assinadas com o nome completo. A descrição só nos permitiria afirmar que em 35 casos com indicação de autoria, teríamos apenas um brasileiro, José de Alencar, em 1857 com o romance *O Guarany*. Deixaríamos de fora possíveis autores brasileiros que não assinavam (26 obras), sem contar os autores que usavam apenas as iniciais (17 obras) ou pseudônimos (3 obras).

Esses 46 casos são indícios de que a presença de brasileiros é mais efetiva do que parece. Por isso, utilizamos caminhos alternativos para a identificação de nacionalidade. Esse expediente filológico considerou informações do próprio texto (posicionamento do autor como brasileiro), do suporte (em anúncios ou notícias) e de fora do texto e do suporte (como dicionários e bibliografias). Como nem sempre há referência sobre a nacionalidade do autor, foi necessário separar também os casos de *não identificados*.

No *Diário do Rio de Janeiro* (81 obras), jornal que representa a fase de apropriação do rótulo *folhetim*, os estrangeiros aparecem em maior número (45,95%), seguido por brasileiros (44,44%) e não identificados (8,61%). Ao contrário do que se poderia imaginar, esse resultado demonstra que a participação de estrangeiros e brasileiros é equilibrada. Na *Gazeta de Notícias* (268 obras), jornal da década de 70 que representa a fase em que o rótulo *folhetim* já está consolidado, a presença de brasileiros se tornou mais efetiva (72%), sendo maior que a colaboração estrangeira (22%) e a não-identificada (6%) juntas.

Nota-se ainda que a participação dos brasileiros se configurou de forma distinta a dos estrangeiros, sobretudo na forma como a autoria é indicada. No *Diário do Rio de Janeiro*, a identificação de autoria não era a principal estratégia brasileira. As principais estratégias eram a vinculação de textos sem assinatura (44,4%) e a indicação das iniciais ao final do texto (47,2%), como fez Umbelino Alberto de Campo Limpo (1824-1885), quando colaborou com a *Resenha Militar*, usando as iniciais *Umb. de C. L.* O uso de pseudônimos (5,5%) e o uso de nome completo (2,8%) para indicar autoria eram estratégias pouco utilizadas naquele momento.

No caso de autores estrangeiros, predominava a indicação do nome completo (89,5%). São obras consagradas na Europa, principalmente, na França, país que servia ao Brasil como referencial cultural. Indicar autoria neste caso era estratégia comercial para atrair leitores interessados nas obras francesas. A presença do nome completo passava pela consagração do autor. Um caso ilustrativo sobre a identificação do nome completo a fim de consagrar o texto é de José de Alencar, único brasileiro nesse período a vincular seu nome completo em seu romance (*O Guarany*), pois já era sucesso frente ao público, graças às publicações dos romances *Viúvinha* e *Cinco Minutos*, em que assinava com as iniciais *A.D.*

Na *Gazeta de Notícias*, observamos a alteração da maneira como os brasileiros indicavam a autoria. Assinar o nome completo passou a ser a principal estratégia autoral (52,06%), seguida pelo uso de pseudônimo (30,41%), iniciais (10,3%) e sem assinatura (7,21%). Às vezes, mais de uma estratégia era usada pelo mesmo autor, permitindo que apresentasse diversas facetas de seu trabalho. É o caso de José do Patrocínio. Com esse nome, assinou romances históricos, como *Motta Coqueiro* e *Os Retirantes*. Com os pseudônimos *Nemo* e *Proudbomme*, escreveu crônicas sobre política e sociedade. Sem contar os demais pseudônimos em outras seções.

Quanto aos estrangeiros, mantiveram a utilização da assinatura completa para indicar a autoria (77,96%). O objetivo, como apontado

anteriormente, é garantir o sucesso do texto pela consagração dos autores. Em compensação a indicação com nome completo cedeu um pouco de espaço para o uso de pseudônimos (13,55%).

Além da identificação de autoria, há mais diferenças na inserção de brasileiros e estrangeiros na seção *folhetim*. Uma delas é o tipo da periodicidade das publicações. Nesse controle, é observado se as obras são seriadas, isto é, se são obras que se prolongam em mais de um dia publicação, ou se não são seriadas, ou seja, obras publicadas em apenas um dia.

No *Diário do Rio de Janeiro*, há espaço para obras publicadas em único dia (27%); no entanto, a seção *folhetim* privilegia a publicação de obras seriadas (73%). É fácil supor que a vinculação de colaboradores fixos, nesse momento, favorece o estabelecimento de um público regular, movido pela empatia a seus autores que se revezam na seção durante a semana. Contudo, esse privilégio de obras seriadas predomina para autores estrangeiros (59,32%). Quanto à produção brasileira, restringe-se a 35,59% dos casos.

Já na *Gazeta de Notícias*, houve a inversão quanto à periodicidade das obras. As obras não-seriadas passaram a ser mais frequentes (76,12%). Isso se deve ao aumento da colaboração de brasileiros, mais frequentes em obras não-seriadas. Enquanto uma obra seriada leva até 6 meses de publicação, todo dia havia pelo menos uma obra não-seriada sendo produzida.

Os casos com indicação de nome completo e pseudônimo são justamente o que inflaciona a produção não-seriada de brasileiros. Ou seja, a mudança de estratégia de indicação autoral favoreceu a inserção de brasileiros sob o rótulo *folhetim*. No caso dos estrangeiros, ainda são destaques nas obras seriadas, porém numa distribuição mais equilibrada com as obras seriadas dos brasileiros.

A análise da periodicidade das obras encaminha a análise para o controle dos gêneros. O fato de ser seriado ou não poderia ser

consequência do gênero vinculado ao rótulo *folhetim*. Quanto aos gêneros, consideramos *fábulas, romance, poesia e crônica*, tendo como referência a visão que se tinha na época para cada um desses gêneros, o que não necessariamente vai corresponder ao que hoje compreendemos.

A distribuição das obras publicadas em *folhetim* por gênero acentua ainda mais a diferença entre brasileiros e estrangeiros no *Diário do Rio de Janeiro*. Como os demais controles já apontaram, os brasileiros, preferencialmente, publicam sem indicar autoria ou indicam apenas as iniciais. Por esse controle, no entanto, é possível identificar a motivação textual. A colaboração dos brasileiros faz-se essencialmente pelas crônicas (86,11%). Nesse gênero não é uma obra que se prolonga, em partes, no periódico, mas de um autor que pode se prolongar em novos textos regularmente.

A contribuição dos estrangeiros concentra-se com romances-folhetim (84,21%). Como já sabemos, quando publicado na Europa, havia a interferência do leitor no desenvolvimento da narrativa, conforme sua aceitação. Quando publicadas no Brasil, perderam a interferência do leitor. São obras que, embora mantenham as características estruturais, não são encaminhadas pelo gosto do leitor brasileiro. O gosto do leitor é que vai sendo encaminhado aos sabores europeus. No caso das crônicas brasileiras, elaboradas semanalmente sob o efeito da repercussão do texto anterior, essas sim são preparadas a gosto do público leitor.

Na *Gazeta de Notícias*, a colaboração estrangeira passa a ter outras características. Os estrangeiros inverteram a contribuição. O romance (32,20%) perde espaço para a crônica (66,10%). Isso se deve a estratégia da *Gazeta* para atender ao público português residente no Brasil, através da presença de colaboradores portugueses que escreviam regularmente, comentando sobre o cotidiano lusitano, como Julio Cesar Machado, Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão, por exemplo.

Quanto aos brasileiros, a crônica (95,36%) continua sendo a principal colaboração. Embora predomine a indicação do nome

completo nas crônicas, as demais estratégias também são utilizadas. Outro aspecto relevante é a quantidade de romances brasileiros (2,57%). Estatisticamente, parece pouco, mas se tomarmos o número de romances desse jornal (5 romances) e compararmos com o *Diário do Rio de Janeiro* (3 romance), podemos perceber o avanço. Esse novo espaço é ocupado, por exemplo, por José do Patrocínio, consagrado como cronista e que passa a publicar romances sob o rótulo *folhetim*. Se a efetiva produção brasileira começou pelas crônicas e pelas crônicas foi possível impulsionar os romances, julgamos que é hora de privilegiar os estudos das crônicas, não como gênero menor para a literatura, mas como matéria literária legítima.

Por fim, vale ressaltar a efetiva produção da *Gazeta de Notícias*. Embora sejam apenas 5 anos de mapeamento, identificamos 268 obras sob o rótulo *folhetim*, sem contar as outras obras publicadas no rodapé sem a presença do rótulo, ou em outras seções com fins semelhantes. Tal produção é mais efetiva em comparação as 81 obras em 17 anos do *Diário do Rio de Janeiro*. Se tomarmos a *Gazeta de Notícias* como metonímia dos jornais daquilo que chamamos de segunda fase, somos inclinados a acreditar que a prática não só se consolidou, mas também se ampliou.

### 3. Os Folhetins de França Junior

A busca por *folhetins* brasileiros não se restringiu a simples observação do rodapé dos jornais. Foi necessário realizar análise do periódico por inteiro, pois as demais seções poderiam oferecer melhor compreensão sobre a forma como os brasileiros vinculavam seus textos. Um desses vestígios foi a localização de um anúncio que oferecia livros na *Gazeta de Notícias*.

Nesse anúncio, publicado a partir de 1878, observa-se a prática de se publicar *romances* em livros a partir de textos de jornais. Nota-se a inserção de brasileiros nessa prática e o valor atribuído às produções

folhetinescas. Contudo, é a versão em livro das *crônicas* de França Junior<sup>4</sup> que chama mais atenção em meio à prática já consolidada de se publicar *romances*. Esse fato ganha ainda mais relevância quando verificamos que o valor atribuído a esse livro (2\$000) é maior que o valor atribuído aos demais livros oferecidos pela *Gazeta de Notícias* (1\$500). O destaque para as crônicas de França Junior pode também ser observado em outras seções do jornal, como a notícia do dia 3 de janeiro de 1878, em que justifica o atraso da publicação do folhetim de França Junior por causa de uma enfermidade a que o autor foi acometido. Se a justificativa do atraso já nos deixa supor a rede de leitores assíduos, a mudança da rotina de colaboradores semanais, com dias fixos, para que fosse possível publicar o folhetim já atrasado de França Junior, parece ratificar que tais folhetins eram “tão justamente apreciados”.

Ainda sobre o sucesso desses folhetins, numa de suas notícias do dia 22 de novembro de 1877, a *Gazeta* inseriu um fragmento do *Jornal da Tarde* em que o concorrente relata a dificuldade para comprar a *Gazeta* nos dias de quarta-feira, a ponto de não se conseguir um exemplar para escrever seu extrato<sup>5</sup>. Eram 16 mil exemplares por dia e esgotados ainda pela manhã, situação atestada como corriqueira às quartas-feiras em função dos folhetins de França Junior.

Outros cronistas também reconheciam a “força e efeito” de seus folhetins. Tralgadabas<sup>6</sup>, quando publica em sua seção um folhetim de França Junior (29/07/1877), chama-o de “maligno amigo”, “perverso Osiris<sup>7</sup>” e “espírituoso classificador”. Nas duas primeiras alcunhas, Tralgadabas destaca a perspicácia do olhar do folhetinista sobre a realidade, porém, ao mesmo tempo, quando diz “espírituoso”, adjetivo

---

<sup>4</sup> Joaquim José da França Junior nasceu no Rio de Janeiro em 18 de abril de 1838 e faleceu em Poços de Caldas no dia 27 de novembro de 1890. Importante teatrólogo e colaborador dos principais periódicos nas últimas décadas do séc. XIX.

<sup>5</sup> Seção do jornal que resumia as informações mais relevantes de cada jornal publicado.

<sup>6</sup> Pseudônimo de Joaquim Maria Serra Sobrinho, também folhetinista da *Gazeta de Notícias*.

<sup>7</sup> Pseudônimo de França Junior no *Correio Mercantil* entre 1867 e 1868.

também atribuído pelo folhetinista Nemo<sup>8</sup> ao França Junior, aponta para maneira como desenvolve seus textos. Essa maneira é bem descrita numa resenha do jornal *Cruzeiro*, publicada logo após o lançamento do livro *Folhetins* em março de 1878, em que diz:

O Dr. França Junior possui a arte de dialogar, essencial a tal sorte de escriptos; parece que não escreve os dialogos, mas que simplesmente os repete, tão naturaes são elles, Tem, além d'isso, a arte de resumir de maneira que não dilue a observação, mas concentra-a em poucas paginas, o que lhe dá ainda maior força e effeito. (*Cruzeiro*, 24/03/1878).

França Junior não é apenas o classificador, apontado por Tralgadabas. É o cronista que reflete sobre o essencial do cotidiano, num tom de diálogo espontâneo que agrada, fazendo dele “um escriptor original e imaginoso”. Para BLAKE (v. 4, 163), “foi um dos nossos mais applaudidos folhetinistas”. Acrescenta ainda que o “autor sempre applicou-se a desenhar em estylo humoristico nossos costumes”. BLAKE, no verbete destinado a Luiz de Andrade (1849-), quando diz “em estylo humorístico á semelhança dos folhetins de França Junior” (v.5, 347) deixa entender que França Junior teria se tornado um padrão de estilo humorístico para outros folhetinistas.

Por trás desse sucesso, a *Gazeta de Noticias* investia em estratégias de divulgação. Esse recurso assegurava aos leitores assíduos do folhetim que teriam mais uma crônica de França Junior no dia costumeiro. Os anúncios dialogavam com a crônica e também criavam expectativa, como vemos a seguir:

---

<sup>8</sup> Um dos muitos pseudônimos de José do Patrocínio.

O nosso collega Dr. França Junior mandou-nos dizer da Tijuca, onde tem estado, que o folhetim que pretende remetter-nos hoje para ser publicado na folha de amanhã, tem por titulo e assumpto. – *A Republica*. || Querem vêr que o homem vai metter-se em politica? (*Gazeta de Noticias*, 22/01/1878)

A questão que finaliza a notícia cria uma expectativa quanto à maneira como o olhar cômico de França Junior trataria de um tema, a princípio, sério como a república. No dia seguinte ao anúncio do jornal, França Junior satisfaz a expectativa, iniciando o folhetim *A Republica* com a voz do leitor:

Ora esta !! Pois este homem, que era tão inoffensivo, que fazia-nos rir sem irritar-nos os nervos, não está deitando as manguinhas de fóra !! O que vem fazer aqui republica ?! (LIMA, 2010: v. 2, 117)

Depois de fisgar a atenção do leitor com um assunto polêmico e se alinhar ao pensamento conservador de seus leitores, o cronista desfaz a ambiguidade explicando o tema, “república de estudante”. Nesse folhetim, há um grupo de jovens estudantes em São Paulo, vivendo de forma cômica e, dentre as aventuras, o confronto inevitável com um cobrador de dívidas. Essa cena é recuperada de sua peça *Meia hora de cinismo* (1862), comédia que tem como cenário uma república de estudantes em São Paulo, em que os personagens tentam também se livrar de um cobrador de dívidas.

Além de descrever os mais variados temas, como o casamento, a visita, o enterro, o namoro, as festas, os passeios etc., França Junior também avança para questões sociais alinhadas às notícias coevas aos folhetins. Em *Occorrencias da Rua*, seção da *Gazeta de Noticias* estudada

por LIMA (2014: 94), em que são relatados os crimes praticados nas ruas do Rio de Janeiro, encontramos um exemplo sobre a relevância dos assuntos abordados por França Junior:

Foi preso o crioulo livre Pedro Victor, por estar ante-hontem em exercicio de capoeiragem na praia do Sacco. (*Gazeta de Noticias*, 04/01/1878)

Nessa *Ocorrência das ruas*, o inusitado é causa da prisão: prática de *capoeiragem*. No dicionário de MORAES E SILVA, não há o termo *capoeiragem*. Os verbetes relacionados ao termo empregado no jornal são *capoeira*, que significa “cesto fechado onde estão gallinhas” e *capoëiro*, que significa “ladrão de gallinhas” (1813: v. 2, 343). Se considerarmos a relação dessas palavras, *capoeira* estava associada à atividade criminosa. Encontramos relatos que apontam para marginalidade dessa prática no século XIX nas crônicas de França Junior. No trecho a seguir do folhetim *Os Massantes*, o cronista caracteriza os capoeiras:

Não pensem os leitores que venho fallar de **capoeiras**. Estes Cambrones das grandes batalhas eleitoraes, manuseadores da faca e do cacete, são mais ou menos perseguidos pelo gladio da policia, segundo a importancia dos padrinhos (LIMA, 2010: v. 2, 19).

Ao escrever sobre os *massantes*, uma classe de amoladores sociais, o autor alerta para a possível confusão envolvendo os *capoeiras*, pois guardariam as mesmas características – “classe perigosa de homens, cujos actos escapam á ação da justiça”. Segundo França Junior, os *capoeiras* seriam “manuseadores da faca e do cacete”. A marginalidade dessa classe se confirma no folhetim *Visitas* (LIMA, 2010: v. 1, 40). Nesse folhetim, o cronista apresenta a *capoeira* na conversa de duas senhoras. Elas conversam sobre os problemas envolvendo os escravos.

O principal problema refere-se a “Felisberto”, escravo que “deu para capoeira”. Segundo a personagem, “E’ um perigo”, pois oferece o risco de investir com uma faca contra o proprietário.

Assim, o olhar sensível sobre a realidade torna a obra não só representativa para estudos de literários, como também para a compreensão da sociedade oitocentista do Rio de Janeiro.

### 3.1 A edição dos *Folhetins* de França Junior

A motivação de editar tais folhetins justifica-se pelo interessante conteúdo e pelo reconhecimento que o autor mereceu do público fluminense, materializado na intensa produção em vários jornais e ainda a edição em livros.

O trabalho com a edição dos textos de França Junior começou pelo levantamento de sua fortuna crítica. O resultado foi a localização de um testemunho em livro de folhetins publicados no *Correio Mercantil* entre 1867 e 1868, sob o título *Política e Costumes*, organizado e publicado por Raimundo Magalhães Junior em 1957; um relatório sobre pintura de autoria de França Junior, publicado em 1874; um conjunto de peças de teatro, estabelecidas por Edwaldo Cafezeiro (1980); e quatro testemunhos do livro *Folhetins* (1878 / 1894 / 1915 / 1926). É justamente a primeira edição desse livro que a *Gazeta de Noticias* oferecia aos seus leitores no anúncio. Além disso, após a publicação no jornal e antes da publicação em livro, os folhetins foram publicados em folhas soltas. Em 11 de novembro de 1877, o editor alega que apressou a publicação da segunda folha pelo “facto da rapida extracção que teve a primeira”. Alguns folhetins mereceram ainda uma versão em inglês. Em 8 de dezembro de 1877, a *Gazeta de Noticias* menciona a publicação do folhetim *Os casamentos* no *Jornal The Anglo Brazilian Times*<sup>9</sup>, como já havia ocorrido em 10 de outubro de 1877 com o folhetim *Os Bailes*<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Jornal escrito em inglês e publicado no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Sob o título *Scenas do Rio*.

Após o levantamento de todos os textos referentes a França Junior, que pode ser recuperado em LIMA (2010: v. 1, 41), coube-nos a tarefa de escolher aqueles que fariam parte dessa edição crítica. Obviamente, interessávamos pela tradição de textos apresentados no anúncio. Assim, havia o conjunto de textos publicados no jornal entre 1877 e 1878 (testemunho A) que mereceu publicação em folhas soltas (testemunho  $\beta$ ) e quase que imediatamente a coletânea em livro de 1878 (testemunho B), republicado em 1894 (testemunho C), 1915 (testemunho D) e 1926 (testemunho E).

Como o testemunho em folhas soltas ( $\beta$ ) não foi localizado nos diversos acervos consultados, optamos por editar os textos do jornal (testemunho A) e cotejamos esse testemunho com a primeira e segunda versões em livro, testemunhos B e C, respectivamente.

O primeiro cuidado foi localizar os folhetins no jornal. O principal problema foi a localização do folhetim *Dilettanti*, pois não foi publicado como os demais. Em função da ordem do testemunho B, penúltimo folhetim na versão em livro, a busca concentrou-se no ano de 1878, levando-nos por muito tempo a imaginar que estava perdido. A reviravolta folhetinesca fez-se presente quando ampliamos o nosso olhar aos demais colaboradores da *Gazeta de Notícias*. Tralgadabas é quem publica, em 29 de julho de 1877, o texto dentro de sua crônica semanal chamada *Ao acaso*. Pela data recuada, em relação aos demais, *Dilettanti* é o primeiro texto de França Junior, sob o rótulo *folhetim*. Até então esse autor havia colaborado nesse jornal apenas na seção *Curso Litterario*, no dia 25 de julho de 1877. É possível que suas “notas” sobre os diletantes tenham, no rodapé, ganhado a projeção que faltava ao cronista cujo estilo já era conhecido por sua colaboração no jornal *Correio Mercantil*.

Além disso, nem todos os textos publicados na *Gazeta de Notícias* foram incluídos na primeira edição de *Folhetins*, permanecendo inéditos em formato de livro. Foi o que aconteceu com os folhetins *Carnaval* e *Rapazes*, sem contar os folhetins sobre a viagem à França desse autor. Nota-se ainda que alguns títulos foram alterados. É o caso da crônica

inicialmente identificada pela data e que passa a ser na versão em livro intitulada de *Massantes*, para se ajustar aos demais títulos. Para a edição dos folhetins de França Junior, respeitamos os títulos apresentados no jornal e a ordem de publicação.

Definidos os textos que seriam editados, tornou-se necessário adotar um tipo de edição, a fim de estabelecer de forma coerente os textos de França Junior. Adotamos a *edição diplomático-interpretativa* com o aparato crítico-textual, porque, para além dos objetivos propedêuticos de construção de *corpora*, confiáveis quanto à forma, reconhecemos ser necessário aos futuros *pesquisadores-usuários* de nossos materiais editados, ter acesso a comentários que lhes ajudem a compreender valores contextuais de certos usos pretéritos ou mesmo dimensionar certos dados modificados de um testemunho a outro.

A edição diplomático-interpretativa procura reproduzir o modelo com fidelidade, mas realiza pequenas intervenções, a fim de decodificar algumas informações para o leitor, como inserção ou supressão de elementos por conjectura, o desenvolvimento de abreviaturas, ou ainda inclusão de notas resgatando informações sócio-históricas da obra e de seu suporte.

Tomamos ainda o cuidado de indicar em nota todas as variantes entre os testemunhos (A, B e C), através do *aparato crítico*. O aparato crítico é a organização de instrumentos necessários para a realização de uma edição. Segundo BECLUA (1983: 147), é composto pelo conjunto de variantes e por notas introduzidas pelo editor para justificar determinada escolha.

Reforçamos mais uma vez as vantagens desse tipo de edição: preservar o testemunho mais antigo para que outros leitores/pesquisadores tenham acesso ao texto em melhores condições de estudo. O resultado foi a recuperação de textos que repercutiram na sociedade fluminense oitocentista e que merecem atenção, não apenas da linguística histórica, mas também da literatura brasileira.

## Conclusão

Procuramos dimensionar a contribuição do rótulo *folhetim* para a difusão de textos literários brasileiros. Verificamos que a adoção desse rótulo proporcionou a regularidade e aumentou a quantidade de publicações literárias.

Observamos o perfil de autores brasileiros nessa prática. São essencialmente cronistas, que encontraram na crônica e sob o rótulo *folhetim* a melhor estratégia para pensar a sociedade fluminense, tanto no que diz respeito a aspectos sociais e políticos, quanto à própria identidade literária brasileira. França Junior é um bom exemplo da presença brasileira no rodapé. Através de crônicas semanais no jornal *Gazeta de Notícias*, o autor descrevia de forma cômica os tipos da sociedade fluminense oitocentista, tornando-se um modelo para outros folhetinistas.

Por fim, fica evidente, ao longo do texto, o uso dos instrumentos filológicos para reestabelecer as crônicas de França Junior. Nessa tarefa, procuramos adotar uma edição diplomático-interpretativa a fim de garantir aos leitores um texto mais próximo possível do testemunho mais antigo. No entanto, todo o percurso envolvendo o estudo dos jornais também faz parte do expediente filológico, uma vez que potencializa as possíveis intervenções desse tipo de edição.

## Referências

BARBOSA, Afranio G. **Linguística de corpus**: metodologias para a História do Português brasileiro. IX Seminário Nacional do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) - UFAL/FALE/PGLL, Maceió. 2013. Outubro.

BECLUA, Alberto. **Manual de crítica textual**. Madrid. Editorial Castalia, 1983.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1883.

LIMA, Alexandre Xavier. **Crítica Textual e Corpora para a Linguística Histórica**: Padrões Ortográficos Oitocentistas em Folhetins (crônicas) e França Junior. 2010. 329 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Descrição da ortografia portuguesa**: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas. 2014. 524f. Tese (doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Antonio de Moraes e. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa. Typographia Lacérdina, 1813.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.

# AS DIVISAS ESCRITAS DA “IMPERIAL VILLA DE TUCANO”: ESTUDO TOPONÍMICO DE DOCUMENTO OITOCENTISTA

Bárbara Bezerra de Santana PEREIRA

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*O presente trabalho apresenta a análise de quatro topônimos encontrados em uma ata do primeiro livro de registros da Câmara Municipal de Tucano, cidade localizada no interior do estado da Bahia. Esse documento encontra-se datado do dia 26 de maio de 1837, quando a cidade era denominada de Villa Imperial. Para a realização da análise proposta, nos amparamos em preceitos filológicos ao editarmos, através de parâmetros semidiplomáticos, a ata acima citada. A partir da edição, selecionamos e classificamos os topônimos de acordo com as categorias taxionômicas de Dick (1990). Através deste trabalho buscamos evidenciar a estreita relação entre Filologia e Toponímia, apresentando as interseções entre essas ciências.*

## ABSTRACT

*The current work presents the analysis of four toponyms found in a minute book of the Common Hall's first book of records in Tucano – a city in Bahia state. This manuscript dates from May 26, 1837, when the city was called Vila Imperial. To perform the analysis of the mentioned minute book, we drew upon philological precepts to edit, using semi diplomatic parameters. Through the edition, we selected and classified the toponyms according to Dick's taxonomic categories (1990). With this, we seek to point out the strait relation between Philology and Toponymy, presenting the intersections between these sciences.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Ata. Filologia. Toponímia.*

## KEYWORDS

*Minute. Philology. Toponymy.*

## Introdução

Dia 26 de maio de 1837, a recém instituída Villa Imperial de Tucano assiste à segunda sessão de sua Câmara Municipal, na qual são explicitados os limites geográficos entre as comarcas e vilas daquela região do sertão baiano. Esses limites foram delimitados e decretados pela Assembleia Provincial e sancionados por Francisco de Sousa Paraizo, o então presidente da Província da Bahia. Encontramos tais informações nos fólios 3, 4 e 5 do primeiro livro de registros da Câmara, escrito entre os anos de 1837 a 1876. Nomes de vilas, comarcas, freguesias, fazendas, rios e riachos são generosamente citados nessas três páginas do documento. Com essas informações, pudemos analisar a realidade toponímica da época e traçar um paralelo com a realidade atual.

A partir dos fac-símiles e seguindo critérios previamente selecionados, realizamos uma edição semidiplomática do documento. Posteriormente, amparados nas categorias taxionômicas de Dick (1990), destacamos e analisamos quatro topônimos através de fichas lexicográfico-toponímicas.

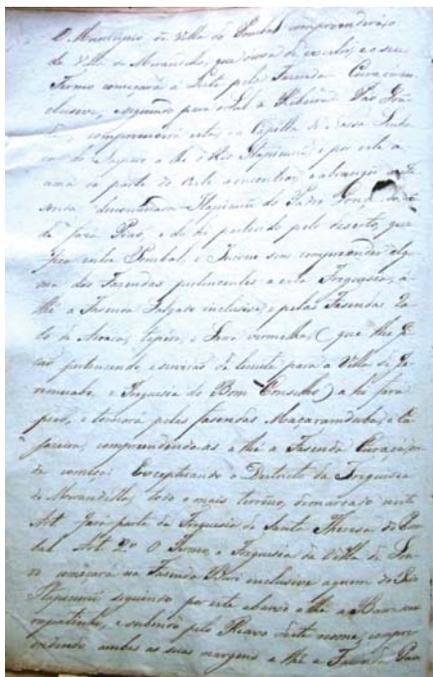
Ao analisamos os objetos de estudo das ciências filológica e toponímica, a saber, o texto e o topônimo, percebemos o quanto essas duas áreas do conhecimento se aproximam e dialogam.

## 1. Foco Filológico

“Amor à palavra” ou “amor ao texto” é o conteúdo etimológico do termo Filologia. Essa ciência, que possui como principal objetivo a restituição do texto, é uma das bases teóricas do presente trabalho. Preparar e apresentar um material confiável são duas das principais funções dessa ciência. Partindo de uma edição filológica cuidadosa, podemos realizar análises de diversos aspectos de um *corpus*. A edição aqui escolhida foi a semidiplomática (também conhecida como paleográfica, diplomático-interpretativa ou paradiplomática). Por possuir um grau mediano de intervenção do editor, essa edição condiz com os objetivos para uma posterior análise linguística do texto. Sendo assim, destacamos como principais critérios: respeitar a grafia do texto no que tange letras e algarismos; desdobrar as abreviaturas, apontando-as em itálico; separar as palavras unidas e unir das separadas; respeitar os sinais diacríticos e a pontuação; usar a *crux desperationes* nas passagens ilegíveis [†] e usar colchetes nas interpolações [ ].

Como *corpus*, escolhemos a segunda ata do livro de registros da Câmara Municipal da cidade de Tucano, mais precisamente a ata da sessão do dia 26 de maio de 1837, com ao todo 3 fólios (3 recto e verso, 4 recto e verso, 5 recto e verso). Esta escolha se deu pelo fato de estarem descritas nestes fólios as divisas geográficas da então “Vila Imperial de Tucano”. Em outras palavras, nessas páginas encontramos vários topônimos, que são o objeto linguístico analisado neste trabalho. A maior parte dos lexemas analisados encontra-se entre a primeira linha do fólio 3 verso à vigésima quinta linha do fólio 4 recto. Vejamos o fac-símile seguido da edição semidiplomática do fólio 3 verso:

FIGURA 1: Fólio 3 verso



Fonte: Arquivo da Câmara de Vereadores de Tucano

Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

O Município da Villa do Pombal compreenderá, o | da Villa de Mirandella, que deixa de existir, e o seu | Termo começará á Leste pela Fazenda Curaçá in- | clusive, e seguindo para o Sul á Ribeira – Páo Grã- | de-, compreenderá esta, e a Capélla de Nossa Senho- | ra do Amparo athé o Rio Itapicurú, e por este á- | cima da parte do Oeste a encontrar, e abrangêr a Fa- | senda, denominada – Itapicurú do Padre Gonç[al]lo õ | de fará Piaõ, e dahi partindo pelo deserto, que | fica entre Pombal, e Tucano sem compreender algu- | ma das Fasendas pertencentes a esta Freguesia, á- | thé a Fasenda Salgado inclusive, e pelas Fasendas Ra- | bo de Arraia, tapéra, e Serra vermelha, ( que lhe fi- | caõ pertencendo, e servirão de limite para a Villa de Je- | remuabo, e Freguesia do Bom Conselho) ahi fará | piaõ, e tomará pelas fasendas Maçaramduba, a Ca- | jazeira, compreendendo-as athé a Fasenda Curaça, on- | de começa

Exceptuando o Desticto da Freguesia | de Mirandélla, todo o mais terrêno, demarcado neste | Artigo fará parte da Freguesia de Santa Theresa do Pom- | bal. Artigo 2º O Termo, e Freguesia da Villa de Sou- | re começará na Fasenda Buri inclusive aquem do Rio | Itapicurú seguindo por este abaixo até a Barra car- | rapatinho, e subindo pelo Riixo deste nome compre- | endendo ambas as suas margens até a Fazenda Paia-

A partir dessa edição, passamos à análise linguística do léxico toponímico. Para tanto, trazemos um breve comentário acerca desses estudos.

## 2. Foco Toponímico

O vocábulo Toponímia provém da junção dos radicais gregos: *tòpos* “lugar” e *onoma* “nome”. Segundo Dick (1990:19), é uma “[...] disciplina antiga, cuja significação começou a se delinear a partir do momento em que os núcleos humanos se distribuíram distintamente, em porções territoriais delimitadas, impondo-se a identificação das regiões que se iam ocupando [...]”. Essa observação já evidencia o caráter histórico, social e cultural que perpassa essa ciência. Atualmente a Toponímia é considerada uma disciplina completa no que tange aos seus aparatos teórico-metodológicos e seu objeto de estudo – o topônimo.

Em 1931, ao tratar do conteúdo relativo à Toponímia Portuguesa, na segunda parte de seu *Opúsculo: Onomatologia Volume III*, Leite de Vasconcellos divide a análise dessa ciência no que ele denomina “três secções maiores”, são elas: os nomes de lugar, modos de formação toponímica e categorias de nomes. A primeira seção aborda a classificação dos topônimos por línguas, a segunda faz um levantamento dos fatos gramaticais que mais ocorrem no léxico toponímico português e a terceira traz as relações entre os topônimos e suas prováveis origens motivadas. Ao exemplificar, destaca os nomes que provêm da

hidrografia, da agricultura, da caça, fauna, flora, religiões, entre outros. Essa motivação originária alicerça uma das principais características do topônimo: ser um signo motivado. Com a palavra, Dick (1990:38):

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, **marcando-o duplamente**: o que era **arbitrário**, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente **motivado**, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (Grifos da autora).

Segundo essa autora, há o chamado “duplo aspecto da motivação toponímica”: a intencionalidade do denominador e a origem semântica da denominação. Levando em consideração esse aspecto, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em sua tese de doutoramento, formula um modelo de classificação dos topônimos brasileiros, baseando-se nas prováveis motivações existentes para cada topônimo. Essas classificações são apresentadas em 27 taxionomias, divididas em dois grupos, as de natureza física e antopocultural.

Passando para o *corpus* em estudo, levantamos ao todo 34 topônimos, não considerando as repetições. Esses lexemas abrangem tanto nomes de acidentes físicos (rio e riacho), como os chamados acidentes humanos (província, município, vila, comarca, freguesia e fazenda). Após realizarmos o levantamento dos topônimos presentes na ata analisada, partimos para a classificação de acordo com as taxionomias de Dick (1990). Dentre os topônimos de natureza física, temos as seguintes classificações: Fitotopônimos - Buri, Cajazeira, Jeremoabo

e Maçaranduba; Geomorfotopônimos – Bahia, Baixa Grande, Barra Carrapatinho, Monte Santo e Serra Vermelha; Hidrotopônimos - Agoa Fria e Alagoinhas; Litotopônimos - Itapicuru e Itapicuru do Padre Gonçalo; Zootopônimos -Imnhambupe, Soure e Tucano. No que tange aos topônimos de natureza antropocultural, temos as seguintes taxes: Animotopônimos - Bom Conselho, Contendas e Salgado; Antropotopônimo - Pombal; Axiotopônimos - Conde e Dona Maria; Dirrematotopônimos – Mirandella; Ecotopônimos - Abadia e Mucambo; Ergotopônimo -Tanque; Etnotopônimo - Paiaia; Hierotopônimo - Curaçá; Hagiotopônimos - Santa Anna, Santa Theresa do Pombal e Santo Antonio do Tucano; Poliotopônimo - Tapera; Somatotopônimos - Coração de Jesus do Monte Santo e Rabo de Arraia.

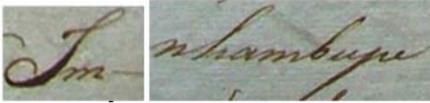
Dos 34 topônimos acima apresentados, selecionamos 4 para analisarmos de uma forma mais aprofundada, através da fichas lexicográfico-toponímicas. Vejamos:

### Conde

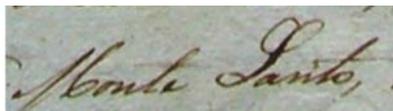
	
<b>TOPÔNIMO:</b> Conde	
<b>AH:</b> Vila	
<b>TAXIONOMIA:</b> Axiotopônimo	
<b>ETIMOLOGIA:</b> * sm. ‘título de nobreza’ XIII. Do lat.cōmes – ĩtis    cond ADO XVIII    condESSA XIII. Do lat. Tardio comĩtissa.  ** ETIM lat. comes, ĩtis ‘companheiro’[...] s XIVcōde, s XV quonde.	<b> FONTE:</b> *Cunha(1999, **Houaiss (2001).
<b>ENTRADA LEXICAL:</b> Conde	

<b>HISTÓRICO</b> <b>ENCICLOPÉDICAS:</b>	/ <b>INFORMAÇÕES</b>	<b>FONTE:</b>
<p>* Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano), MRG 018 (Entre-Rios), criado pela Portaria de 24.11.1806, e instalado em 17.12.1806, com sede no povoado de Itapicuru de Baixo, recebendo o nome de Vila de Nossa Senhora do Conde do Itapicuru da Praia. Pela Lei Estadual nº 889, de 10.06.1912, a sede municipal foi transferida para o arraial de Esplanada, conservando, porém, o nome original. Extinto juntamente com Vila Rica (atual Crisópolis) pelos Dec. Leis Estaduais nº 7.455, de 23.06.1931, e nº 7.499, de 08.07.1931, passou a fazer parte do Município de Esplanada. Foi restaurado pelo Dec. nº 9.662, de 10.08.1935, e reinstalada a 30 do mesmo mês e ano, com sede no povoado de Ribeira do Conde. Pelo Dec. Estadual, nº 9.673, de 13.08.1935, recebeu o território do distrito de Cajueiro (atual Acajutiba) do extinto município de Vila Rica, e que passou, assim, a compor o município de Esplanada. Recebeu foros de cidade por força do Dec. Lei Estadual nº 10.724, de 30.03.1938.</p> <p>** População: 23.620  Área da unidade territorial (Km<sup>2</sup>): 964,673  Densidade demográfica (hab/Km<sup>2</sup>): 24,48  Gentílico:condense</p>		<p>*Falcão (2001);  ** IBGE (Censo 2010).</p>
<b>CONTEXTO:</b>		
<p>“2º A Comarca de Im- / nhambupe compreenderá a da Villa do seu nome, / a de Agoa Fria, e a do <b>Conde.</b>” (Fólio 4r, Linhas 23 a 25)</p>		
<p><b>OBS:</b> De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958, p. 185), o topônimo “Conde” possui a seguinte explicação: “Em 17 de dezembro de 1806, foi[...], elevada à categoria de vila [...] com a denominação de vila do Conde, sede do município de igual nome, nessa mesma data criado, em cumprimento das ordens do Conde de Arcos de cujo título lhe veio a denominação.”</p>		

## Inhambupe

	
<b>TOPÔNIMO:</b> Imnhambupe	
<b>AH:</b> Vila	
<b>TAXIONOMIA:</b> Zootopônimo	
<p><b>ETIMOLOGIA:</b></p> <p>* corr. <i>Ynhambú-pe</i>, nas perdizes. Bahia. V. <i>Inhambú</i>, <i>Inambú</i> (corr. <i>Y-nhã-bú</i>, a que corre a prumo, ou se levanta a prumo, a perdiz)</p> <p>** Cidade da Bahia; provável alt. de inhambupé, o nome da perdiz que aparece nos dicionários de Tupi com diferentes grafias: <i>inhapupé</i>, <i>nhuãpupé</i>, porém seu verdadeiro nome tupi deve ser, sem dúvida, <i>inambupeba</i>.</p> <p>*** Palavra indígena composta de <i>inhambu</i> (perdiz) + <i>pe</i> (caminho), significando “o caminho da perdiz”.</p>	<p><b>FONTE:</b></p> <p>* Sampaio (1987),  ** Tibiriçá (1985),  *** Falcão (2001).</p>
<b>ENTRADA LEXICAL:</b> Imnhambupe	
<p><b>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:</b></p> <p>* Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano) MRG 017 (Alagoinhas), desmembrado do Município de Água Fria pela Provisão Real de 26.06.1801, com o nome de Vila do Espírito Santo de Inhambupe de Cima, instalada aos 13.03.1802. O núcleo original em torno do qual desenvolveu-se o município era chamado de Alto da Gameleira e foi elevado à condição de vila pela resolução de 24.04.1727, subordinada a Água Fria. Recebeu foros de cidade em virtude da Lei Estadual nº 134, de 06.08.1896. O distrito foi criado com a denominação de Divino Espírito Santo do Inhambupe pelo Alvará Régio de 11.04.1718.</p> <p>** População: 36.306  Área da unidade territorial (Km<sup>2</sup>): 1.222,580  Densidade demográfica (hab/Km<sup>2</sup>): 29,70  Gentílico: inhambupense</p>	<p><b>FONTE:</b></p> <p>*Falcão (2001);  ** IBGE (Censo 2010).</p>

## Monte Santo



**TOPÔNIMO:** Monte Santo

**AH:** Vila

**TAXIONOMIA:** Geomorfotopônimo

**ETIMOLOGIA:**

\* sm. 'elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia' 'porção, acervo, ajuntamento' XIII. Do lat. *mons mōtis*.  
\* adj, sm. 'sagrado' 'que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' 'segundo a tradição judaico cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' XIII. Do lat. *sanctus, -a, -um*.

\*\* Do lat. *mons motis*, 'monte, montanha'.

\*\* ETIM lat. *sanctus, -a, -um* 'que tem caráter sagrado, augusto, venerado, inviolável, respeitável.

**FONTE:**

\*Cunha (1999,  
\*\*Houaiss (2001),

**ENTRADA LEXICAL:** Monte Santo

**HISTÓRICO / INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

\* Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano), MRG 014 (Euclides da Cunha), desmembrado do município de Itapicuru de Cima (atual Itapicuru) pela Lei Provincial nº 51, de 21.03.1837, instalado a 15 de agosto do mesmo ano com o nome de Coração de Jesus do Monte Santo, posteriormente reduzido para Monte Santo. O município teve origem no lugar Piquaracá ou Pico Araçá, onde o capuchinho Frei Apolônio Toddi esteve em 1755 para realizar uma missão e conforme conta no final "houve uma procissão e penitência ao cume do monte ali existente, onde foi levantado um cruzeiro.

**FONTE:**

\*Falcão (2001);  
\*\* IBGE (2010).

À proporção que subiam a escarpa, iam os fiéis plantando cruzes de madeira a espaços regulares e na seguinte ordem: a primeira dedicada às almas, as sete seguintes representando as dores de Nossa Senhora, e as quatorze restantes lembrando os sofrimentos de Jesus”. Atualmente existem, em lugar das cruzes, capelas de alvenaria contendo painéis dos passos do martírio de Jesus. Conta Frei Apolônio que um furacão atemorizou os fiéis durante a procissão, mas as preces do piedoso frade fizeram abrandar a tempestade, o que considerou um milagre. Ao chegar ao cume, uma nuvem luminosa e mostrou aos fiéis e precedeu a procissão pairando sobre o lugar onde se acha edificada a capela de Nossa Senhora das Dores. A partir desse dia a serra de Piquaraçá passou a denominar-se Monte Santo. Diz o relato de Frei Apolônio que apareceu um arco-íris na direção das cruzes e outro sobre o lugar onde está a capela de Nossa Senhora das Dores. O fenômeno teve tal repercussão que fez-se construir o caminho do santuário, por onde atualmente os romeiros levam a efeito as suas peregrinações. A capela foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1788 com o nome de santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo. Recebeu foros de cidade pela Lei Estadual nº 2.192, de 25.07.1929.

\*\* População: 52.338

Área da unidade territorial (Km<sup>2</sup>): 3.186,872

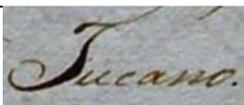
Densidade demográfica (hab/Km<sup>2</sup>): 16,42

Gentílico: monte-santense

**CONTEXTO:**

“A Comarca de Itapicurú com-/ preenderá á Villa de seo nome, e a de Soure, a de- / Jeremuabo, a de Monte Santo, a de Pombal, a do Tu- / cano, e a da Abadia. [...]” (Fólio 4r, Linhas 20 a 23)

## Tucano



**TOPÔNIMO:** Tucano / Vila Imperial de Tucano/ Imperial Vila de Tucano

**AH:** Vila

**TAXIONOMIA:** Zootopônimo / Etnotopônimo

**ETIMOLOGIA:**

\* sm. ‘ave da fam. Dos ranfastídeos’ | 1587, *tucána* c 1584 | Do tupi *tu’kana*.

\*\* ETNOL. 1 indígena pertencente a qualquer dos grupos tucanos.2 Família linguística betóia. 3 Língua dessa família, falada pelos tucanos, arapaços e miritis tapuias. 6 grupo indígena que habita no noroeste do Amazonas (Áreas indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I Médio Rio Negro II, Pari Cachoeira I, II, II; Taracuá, Uneixi, Yauareté I e II e Reserva Indígena do Balaio) (2782)

\*\*\* corr. *Tu-quã*, o bico que sobrepuja, o bico exagerado. Pode ser corrupção de *tu-can*, o bico ósseo. Batista Caetano. É nome de ave conhecida (*Rhamphastus*).

\*\*\*\* Cid. da Bahia; de tucano, conhecido pássaro (do tupi *tucaná*)

**FONTE:**

\*Cunha (1999,  
\*\*Houaiss (2001),  
\*\*\* Sampaio (1987),  
\*\*\*\* Tibiriçá (1985).

**ENTRADA LEXICAL: Tucano**

**HISTÓRICO / INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

\*Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano), MRG 014 (Euclides da Cunha), desmembrado do município de Itapicuru pela lei provincial nº 51, de 21.03.1837, e instalado a 26 de maio do mesmo ano, com sede no arraial de igual nome, então elevado à categoria de vila com o título de Imperial Vila de Tucano. [...]

**FONTE:**

\*Falcão (2001);  
\*\* IBGE (2010).

Em 1755 já era freguesia e distrito, com o nome de Santa Ana e Santo Antonio do Tucano, foi extinto por força dos Dec. Leis Estaduais nº 7.455 de 23 de junho, e nº 7.479, de 08 de julho, ambos de 1931, e teve o seu território incorporado ao de Cipó, criando-se em Tucano uma sub-prefeitura. Sendo restaurado pelo Dec. estadual nº 8.447, de 27.05.1933, desmembrando-se de Cipó e reinstalado em 24.06.1933. No território do município fica localizada a Instância Hidro-Mineral de Caldas do Jorro, criada pela Lei Estadual nº 2.007, de 14.12.1964.

\*\* População: 52.418

Área da unidade territorial (Km<sup>2</sup>): 2.799,120

Densidade demográfica (hab/Km<sup>2</sup>): 18,73

Gentílico: tucanense

### CONTEXTO:

“Há de Servir este livro / para as Sesoens da Camara Municipal / da Vila Imperial do Tucano [...]” (Fólio 1r, Linhas 1 à 3).

“ Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chris- / to de mil oitocentos e trinta e sete, aos vinte e se- / is dias do mêz de Maio do dito anno, nesta Im- / perial Villa do Tucano [...]” (Fólio 3r, Linhas 3 à 6).

**OBS:** A primeira vista, Tucano pode ser classificado um zootopônimo, se considerarmos que o que motivou esta denominação tenha sido a ave da família dos ranfastídeos. Outra possibilidade de classificação é como um etnotopônimo se considerarmos que a origem do nome provém da tribo indígena dos índios tucano. Porém, ao analisarmos as questões geográficas e históricas da região não encontramos argumentos precisos para alicerçar nenhuma destas duas hipóteses. Há uma terceira hipótese relacionada à questão de cunho fonético, porém não tivemos elementos fortes, sejam históricos, geográficos ou linguísticos, para classificar este nome de forma mais precisa. Como a análise deste trabalho parte do ponto de vista etimológico, escolhemos classificá-lo duplamente em zootopônimo e etnotopônimo.

### 3. Filologia e Toponímia: diálogos e aproximações

Ao realizarmos um trabalho dessa natureza, constatamos que a relação entre a Filologia e a Toponímia ultrapassa o simples fato de uma oferecer um *corpus* confiável para a análise da outra. Entre essas duas ciências há outros aspectos convergentes. O primeiro diz respeito ao poder de comunicação ao longo do tempo que tanto o texto escrito quanto o topônimo possuem. Dick (1990:21) observa que:

[...] os topônimos se apresentam [...] como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da identidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.

Essa função do topônimo provém de uma característica que lhe é inerente: sua cristalização ao longo do tempo. Ao comparar a área toponímica com um sítio arqueológico, Carvalhinhos (2002/2003) ressalta que é possível reconstituir fatos sociais através da análise dos significados cristalizados dos topônimos, conseqüentemente, contribuir para estudos de outras áreas do conhecimento como a História, Geografia, Antropologia, etc. Esse aspecto corrobora a aproximação

com a Filologia, haja vista um texto filologicamente tratado servir como fonte de pesquisa para outras áreas do conhecimento, tais como as acima citadas.

Assim como a Filologia tem caráter transdisciplinar, vide sua relação com a Paleografia, a Codicologia, a História, a Linguística, entre outras, a Toponímia também traz em sua gênese a necessidade de se remeter a outras ciências, pois, para se realizar um estudo desta natureza, faz-se necessário recorrer a áreas como a Antropologia, Sociologia, História, Geografia, etc. Podemos perceber claramente esta característica através da seguinte observação: “A toponímia, portanto, atualmente, com orientações e perspectivas novas, é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia [...]” (DICK, 1992, p. II). E essas relações são o que podemos chamar de “mão dupla”, tanto a Toponímia e a Filologia utilizam estudos de outras áreas, como também oferecem contribuições para outras ciências.

Em outras palavras, tanto o texto escrito como o topônimo são portadores de importantes informações históricas, sociais, culturais, linguística...

## Conclusão

Os objetos da Filologia e da Toponímia, bem como suas metodologias de trabalho, aproximam ainda mais essas duas áreas do conhecimento e fortalecem o estudo aqui apresentado.

Partindo de um *corpus* escrito, da primeira metade do século XIX, pudemos conhecer um pouco mais sobre a história social e cultural de uma pequena cidade do sertão baiano. A possibilidade de resgate histórico, através dos estudos toponímicos e filológicos, vem à tona. Ao longo dessa pesquisa, conseguimos enxergar com mais clareza a forte relação entre língua, história, cultura e sociedade.

## Referências

CARVALHINHOS, Patrícia de J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal) **Revista USP**, São Paulo, n 56, p. 172-179, dez, fev. 2002-2003. Disponível em: < <http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2010

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e antroponímia do Brasil**: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

FALCÃO, Márlio F. Pelosi. **Pequeno dicionário toponímico da Bahia**. Fortaleza: Gráfica Santa Helena, 2001.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Vol. XX e XXI

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes aos municípios baianos, fornecidos em meio eletrônico. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat)>. Acesso em: 10 maio 2012

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Tomo II (Nomes próprios). Rio de Janeiro, 1952.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. corrigida e aumentada. São Paulo: Editora Nacional, 1987

TIBIRIÇÁ, **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

VASCONCELLOS, J. Leite. **Opúsculos: Onomatologia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. Vol. III

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.

# MARCAS PONTUACIONAIS NOS LIVROS DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA

Célia Marques TELLES

Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura

Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – CNPq

Risonete Batista de SOUZA

Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura

Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

## RESUMO

*A transcrição diplomática e a consequente edição diplomático-interpretativa dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia mostraram, nesses documentos jurídicos, marcas pontuacionais que podiam ser encontradas nos documentos da Idade Média. Os resquícios medievais não são uma novidade nessa documentação notarial, desde o fato de fazer copiar para preservar o patrimônio até os ritos de posse, passando pelos ritos de passagem. O processo de edição diplomático-interpretativa exigiu do editor, para a manutenção das características da scripta, que analisasse o sistema pontuacional utilizado no texto. Assim, além de manter os diacríticos utilizados – ponto, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos –, teve de levar em consideração outros sinais – tais como: hífen (-), sinal de igualdade (=), barra inclinada simples (/) ou dupla (//), barra inclinada ponto (/.) –, e o uso das letras maiúsculas e dos marcadores discursivos – coordenante e, o subordinante que (sem função sintática), entre outros. O parágrafo pode ser indicado com o uso do caldeirão (€) ou do sinal semelhante ao atual indicador de parágrafo (§). A partir dos estudos sobre a pontuação em manuscritos portugueses medievais, pretende-se mostrar como os documentos trasladados nos Livros do Tombo conservaram essas marcas, mantendo, desse modo, os hábitos pontuacionais da escrita medieval. Reitera-se, ainda, o uso retórico da pontuação.*

## ABSTRACT

*The diplomatic transcription and the following interpretative-diplomatic edition of the Livros do Tombo of the Saint Benoit Monastery of Bahia show, in those juridical documents, punctuation marks that could be found in Middle Age documents. Medieval traces are not a novelty in this documentation of notary, from the fact of making copies to preserve the patrimony to the rites of possession, passing by the rites of death. The interpretative-diplomatic editing process required from the editor, in order to maintain the characteristics of the scripta, that he analyzed the punctuation system used in the text. So, besides maintaining the employed diacritics – period, comma, semi-colon, colon –, others signs had to be considered – such as: hyphen (-), equality signal (=), simple inclined slash (/) or double (//), inclined slash period (/.) –, and the use of capital letters and the discourse markers – coordinate e, the que subordinate (without a syntactic function), among others. The paragraph is indicated by using the paraph (€) or the similar signal of the actual paragraph sign (§). From studies on punctuation in medieval Portuguese manuscripts, we intend to show how documents transcribed in the Livros do Tombo have kept these marks, maintaining, this way, the punctuation habits of medieval writing. We also reiterate also, the rhetorical use of this punctuation.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Livros do Tombo. Marcas pontuacionais. Valor retórico. Documentos notariais. Brasil Colônia.*

## KEYWORDS

*Livros do Tombo. Punctuation marks. Rhetorical value. Documentation of notary. Colonial Brazil.*

## Introdução

A pontuação representa a tentativa de transpor para a escrita aspectos expressivos próprios da linguagem falada, tais como pausa, entonação, ritmo. Sua história está imbricada com a da escrita ocidental e como nos lembra Nina Catach (1980:16) traz para o linguista problemas teóricos

cada vez mais difíceis de estudar. Trata-se de um sistema de signos não alfabéticos que funcionam como sinais linguísticos, fortemente instalados na maior parte das línguas. Mas, sobretudo:

[...] enfin, il s'agit de signes linguistiques apparus à un *moment donné* de l'histoire; ils sont liés à un système *second* de communication, devenu pour l'homme cultivé tout aussi indispensable que le premier, ce qui pose le problème de la prise en compte de cette dualité de fonctionnement linguistique et de leur interaction réciproque<sup>1</sup>; [...] (CATACH, 1980:16).

Nina Catach (1980:17) reconhece nas marcas pontuacionais (diacríticas) três tipos de função:

- *organisation syntaxique*: union et séparation des parties du discours, à tous les niveaux (jonctions et disjonction, inclusion et exclusion, dépendance et indépendance, distinction et hiérarchisation des plans du discours);
- *correspondance avec l'oral*: indication des pauses, du rythme, de la ligne mélodique, de l'intonation, de ce que l'on appelle en bref le “suprasegmental”, tous phénomènes qui, notons-le, ne sont pas marqués à l'écrit par ailleurs, et qui peuvent être appelés à juste titre “la troisième articulation du langage”. C'est ce qui explique que la plupart du temps l'effet des signes, contrairement à ce que pourrait laisser croire leur dénomination, n'est pas “ponctuel”, mais continu, portant sur toute une phrase ou un segment de phrase;

---

<sup>1</sup> Traduzindo: “[...] são sinais linguísticos surgidos em um *dado momento* da história; estão ligados a um sistema *secundário* de comunicação, tornado para o homem culto tão indispensável quanto o primeiro [um sistema de sinais não alfabéticos, mais ou menos ‘ideográficos’], o que traz o problema de levar-se em conta esta dualidade de funcionamento linguístico e da sua interação recíproca” [...].

– *supplément sémantique*: ce supplément peut être redondant ou non par rapport à l’information alphabétique, compléter ou suppléer les unités de première articulation, morphématiques, lexicales ou syntaxiques<sup>2</sup>.

Ao tratar da pontuação e dos caracteres especiais, Nina Catach (1980:19-20) lembra que alguns desses sinais são separadores “e neste sentido aproximam-se bastante dos sinais de pontuação tradicionais” (CATACH, 1980:19); outros são chamados símbolos, como, por exemplo, o ponto abreviativo que “é um ideograma de uma espécie particular” (CATACH, 1980:19). Entre as técnicas de pontuação estão incluídos do “*blanc des mots aux blanc des pages*”. Nesse aspecto os *Livros do Tombo* trazem alguns usos marcantes, como a ausência de mapas no *Livro Velho do Tombo*, ou os brancos devido às rasuras, ou os brancos relativos às autenticações no *Livro III do Tombo*:

---

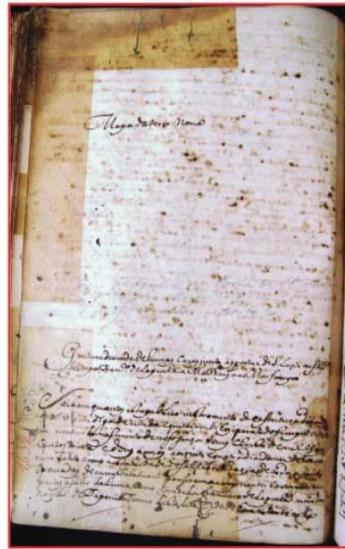
<sup>2</sup> Traduzindo: “– *organização sintática*: união e separação das partes do discurso, em todos os níveis (junção e disjunção, inclusão e exclusão, dependência e independência, distinção e hierarquização dos planos do discurso); § – *correspondência com o oral*: indicação das pausas, do ritmo, da linha melódica, da entonação, do que se chama ‘suprasegmental’, todos fenômenos que, o notamos, não são marcados no escrito, e que podem ser chamados com justeza ‘a terceira articulação da linguagem’. É o que explica que na maior parte do tempo o efeito dos signos, contrariamente ao que poderia deixar crer sua denominação, não é ‘pontual’, mas contínuo, recaindo em toda uma frase ou em um segmento de frase; § – *suplemento semântico*: este suplemento pode ser redundante ou não relativamente à informação alfabética, completar ou suprir as unidades de primeira articulação, morfemáticas, lexicais ou sintáticas”.

FIGURA 1: LVT, f. 33v, L. 1:  
Mapa



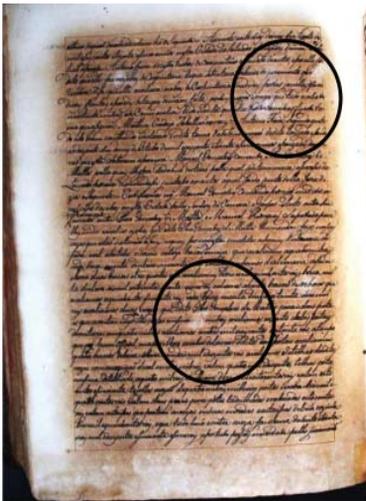
Fonte: Arquivo do Mosteiro de S. Bento

FIGURA 2: LVT, f. 61v, L. 1:  
Mapa da terra Nova



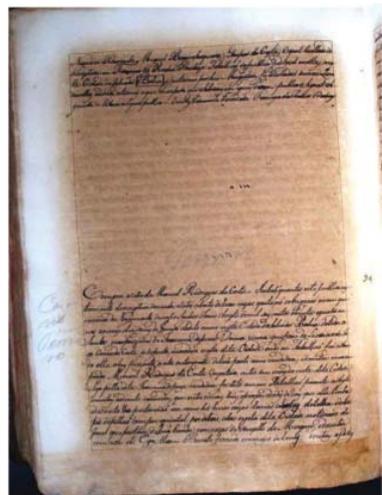
Fonte: Arquivo do Mosteiro de S. Bento

FIGURA 3: L3T, f. 292v, rasuras



Fonte: Arquivo do Mosteiro de S. Bento

FIGURA 4: L3T, F. 289V, ausência da autenticação



Fonte: Arquivo do Mosteiro de S. Bento

Finalmente, Nina Catach (1980:21) apresenta uma definição para pontuação:

Ensemble des signes visuels d'organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, *intérieurs* au texte et *communs* au manuscrit et à l'imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l'information alphabétique<sup>3</sup> (CATACH, 1980:21).

Quanto à função dos sinais de pontuação, N. Catach (1980:21) chama a atenção para os três tipos, a pontuação de palavras, a pontuação de frase e a pontuação de texto; para as suas funções de: separadores, pausadores, semânticos; para a polissemia fortemente marcada dos sinais. Em relação à função sintática, destaca N. Catach (1980, p. 21), usando a denominação *pontema*:

La plupart des *pontèmes* ont une fonction séparatrice et organisatrice. La valeur des signes essentiellement *séparateurs* est *nettement croissante*: virgule (ou blanc); point-virgule (ou deux-points); points (interrogatif, exclamatif, suspensif, final); blanc d'alinéa, etc.<sup>4</sup> (CATACH, 1980:21)

Note-se que N. Catach (1980) cita a herança medieval das marcas pontuacionais: “Toute une partie de nos signes sont, dès le Moyen Age, des signes muets de reconnaissance, des repères de lisibilité: appels de notes, procedés d'ordonnancement, de gloses, d'ajouts de retraits, de

<sup>3</sup> Traduzindo: “Conjunto dos sinais visuais de organização e de apresentação acompanhando o texto escrito, *interiores* ao texto e *comuns* ao manuscrito e ao impresso; a pontuação compreende várias classes de sinais gráficos discretos e formando sistema, completando ou suprimindo a informação alfabética”.

<sup>4</sup> Traduzindo: “A maior parte dos pontemas têm uma função separadora e organizadora. O valor dos sinais essencialmente separadores é nitidamente crescente: vírgula (ou branco); ponto e vírgula (ou dois-pontos); pontos (interrogativo, exclamativo, suspensivo, final); espaçamento entre as linhas, etc. ”.

corrections, etc.<sup>5</sup> [...]” (CATACH, 1980:25).

Finalmente, ao concluir, afirma: “[...] il ne s’agit pas d’éléments auxiliaires, non indispensables au langage, mais, au contraire, d’une acquisition historique fondamentale de la communication humaine<sup>6</sup>” (CATACH, 1980, p. 27).

Roger Laufer (1980) escreve em relação à pontuação: “La notion de ponctuation est obscurcie par des ambiguïtés sémantiques et des variations historiques<sup>7</sup>” (LAUFER, 1980:77). Ainda para Laufer: “La ponctuation de phrase a une fonction ‘logique’ ou, plus justement, analytique: elle marque les relations syntaxiques. La même évolution de l’espace écrit se reconnaît dans l’histoire de la page, qui gagne en clarté visuelle, c’est-à-dire en accessibilité et donc en rationalité<sup>8</sup>” (LAUFER, 1980:84).

Quanto à normatização dos gramáticos, afirma Laufer que: “Les grammairiens n’ont jamais pu régler précisément l’emploi des signes de ponctuation. Ce n’est pas un hasard<sup>9</sup>” (LAUFER, 1980:86).

A propósito das marcas pontuacionais na escrita, é muito importante ressaltar o que diz , ainda, R. Laufer:

Les marques scripturales de la langue écrite naturelle sont normalement imprécises, souvent même équivoques. Cette imprécision est indispensables à la communication

---

<sup>5</sup> Traduzindo: “Toda uma parte de nossos sinais são, desde a Idade Média, sinais mudos de reconhecimento, de retomadas de lisibilidade: indicação de notas, procedimentos de ordenação, de glosas, de acrescentamentos, de recuos, de correções, etc. [...]”.

<sup>6</sup> Traduzindo: “[...] não se trata de elementos auxiliares, não indispensáveis à linguagem, mais, ao contrário, de uma aquisição histórica fundamental da comunicação humana”.

<sup>7</sup> Traduzindo: “A noção de pontuação é obscurecida pelas ambiguidades semânticas e pelas variações históricas”.

<sup>8</sup> Traduzindo: “A pontuação de frase tem uma função ‘lógica’ ou, mais precisamente, analítica: ela marca as relações sintáticas. A mesma evolução do espaço escrito se reconhece na história da página, que ganha em clareza visual, em acessibilidade e também em racionalidade”.

<sup>9</sup> Traduzindo: “Os gramáticos jamais puderam regulamentar precisamente o emprego dos sinais de pontuação. E não é por acaso”.

pragmatique. Les marques scripturales d'énontiation, pas plus que les marques orales, ne sont réductibles à une systématisation logique. Le langage écrit conserve la propriété fondamentale et distinctive du langage parlé de pouvoir s'adapter à toutes les situations de communication. Ce caractère linguistique distingue l'ensemble des marques scripturales d'avec les systèmes symboliques formels<sup>10</sup>. [...] (LAUFER, 1980:86).

Após a argumentação e a análise sobre o resultado de uma pesquisa sobre a pontuação entre escritores modernos, conclui A. Lorenceau (1980):

Nous voilà bien loin de la grammaire, de la syntaxe, des règles. Respiration, rythme, cadence, temps, ton, mélodie, musique, souffle, serpentement, ruissellement, mouvements, gestes, intonations, silence, style, voilà les mots qui reviennent sous la plume des écrivains. Plus proches de la tradition orale du XVIII<sup>e</sup> siècle que les contraintes grammaticales que voulaient imposer les imprimeurs du XIX<sup>e</sup> siècle, les écrivains du XX<sup>e</sup> siècle nous ouvrent des perspectives très nouvelles – et inattendues – sur la ponctuation, phénomène qui reste mineur pour les grammairiens et les linguistes<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Traduzindo: “As marcas escriturais da língua escrita natural são normalmente imprecisas, frequentemente até equívocas. Esta imprecisão é indispensável à comunicação pragmática. As marcas escriturais de enunciação, não mais do que as marcas orais, não são reduzíveis a uma sistematização lógica. A linguagem escrita conserva a propriedade fundamental e distintiva da linguagem falada de poder adaptar-se a todas as situações de comunicação. Este caráter linguístico distingue o conjunto das marcas escriturais juntamente com os sistemas simbólicos formais. [...]”.

<sup>11</sup> Traduzindo: “Eis-nos muito longe da gramática, da sintaxe, das regras. Respiração, ritmo, cadência, tempo, tom, melodia, música, sopro, circunlóquio, ruído, movimentos, gestos, entonações, silêncio, estilo, eis as palavras que retornam na pena dos escritores. Mais próximos da tradição oral do século XVIII do que as restrições gramaticais que os impressores do século XIX desejam impor, os escritores do século XX nos abrem perspectivas muito novas – e

(LORENCEAU, 1980:97).

A propósito da importância da pontuação em uma edição crítica, vale lembrar o que diz Jean Varloot (1980):

La besogne de l'édition critique, par la nécessité qu'elle implique, non seulement d'une transcription fidèle, mais aussi d'une compréhension des données scripturaires et typographiques, mène à mainte découverte qui éclaire de façon nouvelle telle ou telle particularité des textes anciens et modernes. La nécessité est peut-être ressentie davantage quand le texte doit être modernisé, si du moins da modernisation se veut elle aussi 'fidèle'<sup>12</sup>, [...] (VARLOOT, 1980:41).

Ao editar a *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia* (TELLES 1988:1,22), manuscrito quinhentista, em letra humanística cursiva, de cota *FP56* da Bibliothèque Nationale de France, a *pontuação* foi objeto de parcas observações na subseção 1.1.2, como complementação ao estudo sobre a letra do manuscrito. Segundo os critérios utilizados, optou-se pelo modernização no uso da pontuação, seguindo-se as normas atuais. Esse comportamento não mais seria o escolhido nos últimos anos. A pontuação nos textos dos roteiros não deveria ter sido modernizada, considerando-se a função das diversas marcas pontuacionais presentes no manuscrito. Nesse momento (segundo quartel do século XVI), não se está muito distante do uso medieval.

---

inatingíveis – sobre a pontuação, fenômeno que fica menor para os gramáticos e os linguistas”.

<sup>12</sup> Traduzindo: “A busca na edição crítica, pela necessidade que ela implica, não apenas de uma transcrição fiel, mas também de uma compreensão dos dados escriturários e tipográficos, leva à principal descoberta que esclarece de forma nova tal ou tal particularidade dos textos antigos e modernos. A necessidade é talvez ressentida de antemão quando o texto deve ser modernizado, se, pelo menos, se deseja que a modernização seja ela também ‘fiel’, [...]”.

A esse propósito deve ser retomado o que diz A. V. L. Machado Filho (2004) que após resenhar alguns trabalhos sobre o uso da pontuação em manuscritos medievais, retoma as observações de Claude Gruaz (1980), destacando dois aspectos:

1) A antiga pontuação [no francês] tem como unidade sintática o *período* ou *unidade de pensamento total*, e não a *frase*, como se faz hoje, como diz Beauzée (GRUAZ, 1980:8);

2) Desse modo a pontuação não tem caráter gramatical, ela serve, antes, para por em relevo as qualidades estéticas e os elementos interessantes do texto, reportando-se a H. Naïs<sup>13</sup> (GRUAZ, 1980:9).

Preocupado, então, com a pontuação nos manuscritos medievais portugueses, Machado Filho questiona:

Seria a pontuação medieval meramente arbitrária, exclusivamente prosódica, incipientemente sintática, esteticamente facultativa? Ou seria o comportamento da pontuação um fenômeno de variação linguística, nos moldes do que hoje se observa cientificamente? Ou quiçá um indicativo de mudança sintática ou até mesmo prosódica em processo? (MACHADO FILHO, 2004:57).

Depois de discutir as posições em alguns trabalhos sobre a pontuação em manuscritos portugueses, a propósito de se chegar a uma teoria geral sobre a pontuação medieval, afirma Machado Filho:

Com alguma cautela se poderia dizer que pareciam existir balizas norteadoras, em que, nos mais diversos graus, se apoiavam os ‘profissionais da escrita’ da época, no ato de pontuar, mas não só. O próprio escriba, com sua história particular de vida, poderia interferir no processo da escritura, nomeadamente no da pontuação.

---

<sup>13</sup> Nas edições da *Conquête de Constantinople* de G. Villehardouin.

Demais, se por outro lado, a pontuação não parecia denotar uma relação direta e exclusiva com a língua falada – já que as considerações dos estudiosos citados apontam também para alguma tendência de fundamento gramatical, por outro lado, não se pode distanciá-la completamente desta (MACHADO FILHO, 2004:61).

Onde buscar, então, uma teoria que leve a compreender quais marcas pontuacionais são usadas nos textos mais antigos? O olhar toma a direção dos primeiros gramáticos portugueses e três deles tratam da pontuação: João de Barros (1971 [1540]), Pero de Magalhães de Gândavo (1981 [1574]) e Duarte Nunes do Leão (1983 [1596]): em uma *gramática* e em dois *tratados de ortografia*, respectivamente. No século XVII, vamos encontrar em Alvaro Ferreira de Vera (2009 [1631]), um capítulo onde se explica o uso da pontuação e do acento: *Trattado da pontuação das clausulas, notas, & accentos da orthographia* (VERA, 2009 [1631]: 103-111). No século XVIII, Madureira Feijó, na *Orthographia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, trata da pontuação (FEIJO, 1734).

## 1. A pontuação: dos gramáticos quinhentistas ao século XVIII

Nessa direção, para melhor explicar as marcas pontuacionais em documentos escritos no Brasil Colônia (séculos XVI-XVIII), faz-se necessário buscar o que sobre a pontuação existe nesses trabalhos, buscando, desse modo, uma das possibilidades de estudo a partir da escrita de documentos antigos apontadas por R. Lass (1997:45): o testemunho dos gramáticos pré-modernos e dos foneticistas.

João de Barros na *Gramática da língua portuguesa* (BARROS, 1971:1540) afirma: “[...] E por a nóssa gramática, nésta páрте, nam ficár escássa, diremos dos pontos que podemos usár se quisérmos doutamente

escrever” (BARROS, 1971 [1540]:387). Enumera, então, além dos *parêntesis* e da *interrogaçam*, os sinais de pontuação usados pelos latinos:

- *coma* = cortadura [...] porque ali se corta a cláusula em duas partes. Estas duas partes se cortam em vírgulas que sam hñas distinções das partes da cláusula (BARROS, 1971 [1540]:387).
- *cólo* = [...] termo ou márco em que se acába a cláusula. As figuras de cada ponto destes (:) sam as seguintes: dous a este módo (:) se chama coma, Este só (.) se chama cólo (BARROS, 1971 [1540]:387).  
Na coma parece que descansa a vóz, mas nam fica o intendimento satisfeito, porque deseja a outra parte, com que a oraçam fica perfeita e rematáda com este ponto, cólo (BARROS, 1971 [1540]:388).
- *verga* = [...] são estas zeburas (,) ao modo dos gregos (Barros, 1971 [1540]:388).

Pero de Magalhães de Gândavo, nas *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* (GÂNDAVO, 1981 [1574]) explica a pontuação:

E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar et entender o sentido da sentença, ou clausula, conuem a saber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto (da maneira que fica significado). Da virgula se vsará quando quiserem de- / stinguir hña parte da outra indo proseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario. Dos dous pontos em algũs lugares onde se fizer mais pausa. De hum ponto no fim da clausula, onde se acaba de concluir algũa cousa (GÂNDAVO, 1981 [1574]:17-18).

Duarte Nunes do Leão (1983 [1596]) é o que mais se estende ao explicar a pontuação (LEÃO, 1983 [1596]:212-216):

E os pontos que neste tempo se vsão, no partir & diuidir as clausulas, assi na scriptura de mão, como na stampada, são tres: *virgula*, *comma*, *colon*, que tem estas figuras.

*Virgula* ,

*Comma* :

*Colon* . (LEÃO, 1983 [1596]:212).

E assinala a diferença de uso entre elas:

E a differença que ha entre estes tres pontos he, que a *virgula* se põe, & faz distinção, quando ainda não stá dicto tal cousa, que dee sentido cheo, mas somente descansa para dizer mais. /

O segundo se põe, quando stá dicto, tanto, que dá sentido, mas fica ainda mais para dizer, para perfeição, & acabamento da sentença. O qual ponto se chama *comma*, que quer dizer *cortadura*.

O terceiro se põe, quando teemos chea a sentença, sem ficar della mais que dizer. Chama-se *colon*, que quer dizer membro. Porque elle he parte do periodo, que he a clausula ou materia acabada, de que a baxo diremos mais. O qual periodo, que quer dizer arrodeio, consta de tres membros, & ao menos de dous (LEÃO, 1983 [1596]:212-213).

D. N. do Leão continua a explicar:

[...] a *virgula* se põe para distinguir, / não somente hũa oração da outra, mas ainda para distinguir hũas dições de

outras. [...] (LEÃO, 1983 [1596]:213-214).

O *comma* se põe sempre em sentença suspensa, & não acabada como nos exemplos acima dictos. Item se põe, quando na practica que fazemos, referimos palavras d'outrem, como aqui: S. Paulo diz: *fee sem obras he morta*. [...] (LEÃO, 1983 [1596]:214).

O *colon* & periodo tudo se assinala com hum ponto & nisso ha pouco que dizer, pois são pontos, que se põem no fim da sentença acabada, ou da clausula toda, em que não ha que errar (LEÃO, 1983 [1596]:214).

De outro ponto vsão agora alguns modernos, que consta de hum *colon*, na parte superior, & de hũa *virgula* na inferior assi ; do qual dizem que querem vsar, onde não está dicto tanto, que se aja de poer virgula. Mas a meu ver, he invenção de pouca vtilidade, & desnecessaria, & que eu não imitaria. Porque polos pontos antigos se distingue tudo, & este faz mais toruação, que distinção, que he o fim dos pontos (LEÃO, 1983 [1596]:215).

No século XVII, Alvaro Ferreira de Vera (2009 [1631]) descreve e explica os sinais de pontuação:

Assi como no processo da oração, ou practica, que fazemos, naturalmente usamos de hũas distinções de pausas, & silencio, assi para o que ouve entender, & conceber o que se diz, como para o que falla tomar espiritu, & vigor para mais dizer: assi da mesma maneira usamos quando escrevemos. Porque como a escritura he hũa representação do que fallamos, para nos darmos a entender nella, usamos de pontos, como de balisas, que dividão as sentenças, & os membros de cada

cl;ausula, Porque com aquelles certos finaes tiramos, & distinguimos a muita confusão, que costuma aver no que escrevemos sem aquelles sinaes. Os quaes ordinariamente são sette, em que se divide a clausula, ou periodo, a saber: Incisio , Colon imperfeito ; Colon perfeito : Ponto final . Interrogação ? Admiração ! Parenthesis ( ) Mas porque inda ha outros sinaes, que he bem se saibão, farei menção de hũs, & outros (VERA, 2009 [1631]:103).

Apresenta, então, esquematicamente, como se pode ver na Figura 5:

FIGURA 5: Marcas de pontuação segundo Vera (2009 [1631]:104)

Pontos, & notas, de que frequentemēte ufamos:	Notas menos ufadas:
, Virgula	.. Apices
; Colon imperfeito	∨ Vnião
: Colon perfeito	△ Definição
. Ponto final	F Falta
? Interrogação	○ Meio circulo
! Admiração	* Aterisco
( ) Parenthesis	— Obelisco
– Divisão	∩ Brachia
^ Angulo	_ Syllaba longa
§ Paragrafo	

Assinala, descrevendo o uso:

Esta varinha, se diz Virgula, Coma, Incisio, Meio ponto. Della usamos para distincão do escritto & respiração do que lee: porque nella descansa para dizer mais (VERA, 2009 [1631]:104).

Da virgula & ponto (a que chamamos Colon, ou Membro imperfeito) usamos, quando fecha sentença imperfeita. [...] (VERA, 2009 [1631]:105).

De dous pontos (a que se diz Colon perfeito) usamos, quando temos cheia a sentença, sem ficar mais, que dizer. Polo que se chama Colon perfeito, que quer dizer Membro: porque elle he parte do periodo que he a clausula, ou materia acabada. Assi que he diferente de ponto & virgula, que deixa suspenso o / sentido (por não estar ditto tanto, que baste) até ouvir a partícula indeclinavel, ou relativa, que se segue. [...] (VERA, 2009 [1631]:105-106).

Ponto final se põe no fim da razão, ou sentença, quando está de todo concluida, & não deixa suspenso o sentido. Assi que tem pouco que / dizer, pois fecha sentença perfeita, que se diz Periodo, Circulo, Clausula. Depois d'elle sempre se começa com letra capital (VERA, 2009 [1631]:106-107).

Angulo denota falta no lugar, onde se põe: usamos d'elle nos escritos de mão quando nos esquecer palavras, q(ue) vão por entrelinha [...]. E quando a falta he tão grande, que não cabe na entrelinha, poremos â marjem o que falta com outra nota desta maneira F, & na regra outra semelhante: com a qual mostramos, que naquelle lugar, onde está, se hão de meter as taes palavras.

Paragrafo, Artigo, Apartado, ou Aforismo, he ponto de distinção; não de hũa clausula â outra; mas de hum tratado a outro, ou de hũa materia â outra diversa. [...] se põe no principio de cousa dividida, como vulgarmente usão os Iuristas (VERA, 2009 [1631]:109).

Madureira Feijó, no século XVIII (FEIJO, 1734), escreve sobre a pontuação na segunda parte da sua *Ortographia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, como diz ele: “pontuação para dividirmos as oraçoens com bom sentido” (FEIJO, 1734, p. 15-16)). Explica o uso dos sinais *virgula, ponto e vírgula, ponto final, dous pontos, ponto de interrogação, ponto de admiração, paragrapho, Parenthesis, Angulo, Asterisco, Branchia* e *Desunião*.

Maria Filomena Gonçalves (1992) comenta a *Ortographia* de Madureira Feijó, assinalando: “Os três primeiros sinais marcam fundamentalmente a pausa, enquanto os dois pontos, os pontos de interrogação e de exclamação e os parênteses marcam principalmente a entonação” (GONÇALVES, 1992:88). Afirma, então: “Finalmente, é de salientar que o espírito normativo do ortografista não parece deixar margem para uma função afectiva da pontuação isto é, para o seu emprego expressivo e, nesse sentido, individualizado; Madureira Feijó confere, pois, a pontuação uma função exclusivamente intelectual” (GONÇALVES, 1992:90).

## 2. Marcas pontuacionais em dois *livros do tombo*

A *Coleção dos Livros de Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia* é composta de seis livros. Em consequência das informações fornecidas pelos *Livros do Tombo*, eles foram editados com as seguintes designações: *Livro Velho do Tombo* (LVI), *Livro I do Tombo* (L1T), *Livro II do Tombo* (L2T), *Livro III do Tombo* (L3T), *Livro IV do Tombo* (L4T) e *Livro V do Tombo* (L5T), conforme o registro feito nas lombadas da encadernação de 1924<sup>14</sup> (TELLES et al., 2016)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Observe-se que o *Livro V do Tombo*, ainda que todo preparado, em 1934, para o lançamento de “documentos de importancia”, não traz qualquer traslado, razão pela qual foi descrito extrinsecamente, mas não tem como ser editado.

<sup>15</sup> A edição semidiplomática dos cinco volumes dos *Livros do Tombo*, no formato face a face com os originais manuscritos, pode ser acessada no site: <[www.saobento.org/livrosdotombo](http://www.saobento.org/livrosdotombo)>.

Ressalte-se que a ordem cronológica, de acordo com as datas dos *Termos de Encerramento*, mostra quatro séries cronológicas: a primeira, representada pelo *Livro Velho do Tombo*, com data de 17 de janeiro de 1705, e a segunda, representada pelo *Livro I do Tombo* e pelo *Livro III do Tombo*, datados, respectivamente, de 14 de julho de 1803. O *Livro II do Tombo* traz na comissão do Juiz de Fora, Domingos José Cardoso, a data de 4 de outubro de 1803; o *Livro IV do Tombo* traz, no Termo de Encerramento, a data de 25 de fevereiro de 1858; o *Livro V do Tombo* traz, no Termo de Encerramento, a data de 24 de setembro de 1934 (TELLES et al., 2016).

A análise a ser feita enfocará o uso das marcas pontuacionais – não apenas dos sinais de pontuação – considerando o emprego expressivo dessas marcas. No *Livro Velho do Tombo* (trasladado em 1705) e no *Livro III do Tombo* (trasladado em 1803) o levantamento realizado mostrou tanto o uso de sinais de pontuação, como de outras marcas, diacríticas ou discursivas.

Como apontado por A. F. Vera, no século XVI, nota-se a utilização da *vírgula*, do *colon imperfeito*, do *colon perfeito*, do *ponto final*, do *angulo* e do *parágrafo*. Além deles, são diversas as combinações e o uso de *outros sinais* e de *marcadores discursivos*.

Um exame dos dados mostra que uma determinada marca pontuacional pode ter várias funções, do mesmo modo que uma mesma função pode ser indicada por marcas pontuacionais diferentes.

1) VÍRGULA é usada para indicar:

a) pausa menor entre frases:

[...] foremdadas apessoas q(ue) as aproveitem, eestiverem vagas edevolutas (LVT, f. 3v, L. 7)

[...] dadita Cidade que sam seislegoas pera Cadaparte quenaõ foremdadas<sup>16</sup> / apessoa que as aproveitem, eestiverem vagas edevolutas pera mim por qual / quer via, emodo que seja poderei dar desismaria aspessoas

<sup>16</sup> A barra inclinada ascendente da esquerda para a direita / indica mudança de linha.

quenellas pedirem / asquaes terras assim darias livremente  
Sem outro algum foro, nem tributo / Somente o Dizimo  
aordem denosso Senhor Jesus Christo, [...] (*L3T*, 3v, L. 6-10)

- b) pausa menor entre lexias complexas, podendo ser nomes próprios:

Conheso aspartes outorgantes serem ospropios, e todos  
asinaram João defreitas tabaliaõ / queoescrevy, Dom  
Vasco Mascarenhas, Diogodeleaõ, Franciscofernandes,  
Diogolopes / Vchoa, deAntoniofer(nande)s, PauloDias,  
Antonio Camello, [...] (*LV/T*, f. 88v, L. 9-11)

[...] eoutra que tirou O Padre André deGouvea antecessor  
do Autor eoutra / que havia menos de quatro mezes que  
omesmo Autor o Padre Estevão Pereira mandou pedir  
p(o)r / Seus Criados Gaspar Ferdandes, e Antonio  
deCrasto demodo que os Autores e seus antecessores  
sem- / pre Reconheçeraõ aelles Reos porsenhores  
daditaterra [...] (*L3T*, 57v, L. 14-17)

- c) pausa menor entre nomes:

[...] Item queelle Reuerendo Padre Provincial / Presidente  
Prior, Superior, emais Religiozos do d(it)o mosteyro [...] (*LV/T*, f. 80v, L. 24-25)

[ ..] hum pedaço deterra athè Sahir fora dos Mangues, e  
eu dey, a- / os ditos Padres paos terra, e eruas, Ramos, e  
em vos alta disse huma, duas, / etres vezes que se havia  
algua pessoa, ou pessoas [...] (*L3T*, 5r, L. 6-8)

- d) pausa menor, antes de complemento de objeto direto ou indireto:

[...] pello qual foi dito, que elle era Procurador bastante  
de / clara EmRique sua mulher Como Constaua  
daprocuraçaõ atras [...] (*LV/T*, f. 162r, L. 9-10)

[...] Fazemos / saber, aosque esta minha provizaõ dedata  
virm queporparte do Dezembargador / Balthezar Ferrâs  
mefoi feita, apetiçaõ, atras, escrita naoutra metta folha /  
desta, [...] (16r, L. 15-18)

- e) escrita dos numerais cardinais:  
[...]aditasentença deduzentos, esinq(uen)ta, Equatro eseis  
Centos Enov(en)ta / deCustas, [...] (*LV*T, f. 54r, L.21-22)

2) DOIS PONTOS são usados para indicar:

- a) pausa menor antes de apostro:  
[...] façosaber que nestejuizo <d>/s\efesInventario /  
dafazendaEbens q(ue)ficarampormortee falecimento  
deCatherinaAl(vare)z / defuntamulher quefoi  
deBalthezar Barboza outrosi defunto: mora= /  
dora queeranafreguezia desergippedoCondetermo  
destaCidade [...] (*LV*T, f. 5r, L. 8-11)

- b) Pausa maior, enumeração de frases:  
[...] Easim / mais mediram Cem misaz porminhaalma,  
alemdestas maiz / des as almas doPurgatorio, esemediram  
todos os annoz tres misaz / do Natal: declaroqueeu deuo  
aP(edr)o Franciscoporescritos cor= / rentes setenta  
milreis EameusobrinhoLourenço Cardozo [...] (*LV*T, f.  
78v, L. 24-28)

- c) Pausa maior, enumeração de frases na função de apostro:  
[...] Proua dadaporhuma Eoutraparte Emais papeis  
juntos. Prouase / departedosA(utores) queoCaminho  
dequetratam na dita suapetiçam uai por / humas terras  
quesemprereditoConuentopossuhio comosuas detrinta  
Etqua / renta annos aestaparte noslemite devilaVelha

detras Eabaixo dahermi / dadeNosas(enho)ra daGraça  
 correndoparaaCostadomarlarço: Prouase / mais que  
 antes do dito Conuentoposuir asditas terras não hauia  
 nellas ca / minho algum [...] (*LV7T*, f. 34r, L. 8-14)

- d) Pausa maior, fim de enunciado  
 Prottestaõ ossupplicantes portodas asperdas edamnos  
 quedestas couzas lheRezulta / rem para ashaverem  
 dequeem direito for: tararippe em Vinteeseinco  
 deNovembro / demil eseisçentos esetenta coito annos  
 [...] (*L3T*, 108r, L. 2-4)

3) PONTO FINAL é usado para indicar:

- a) Pausa maior, fim de enunciado:  
 [...] os Padres desam Bento desta Cidade dosalvador que  
 / elles tem hũa dada deterra emo Rio desergipe daqual  
 estaõ de posse a- / muitos anos Com Cannas Rosas  
 egado, eoutras Criaçoens. Pedem [...] (*L3T*, 3r, L. 13-15)  
 [...]que anda nos mesmos autos afolhas / duzentas  
 sesenta coito.Pede aVossa Merçê lhe faça mercê mandar  
 que odito escrivão lhe / passetudo por Certidaõ em  
 modo quefaça fé [...] (*L3T*, f. 75v, L. 9-11)

- b) Ponto usado como sinal abreviativo:  
 [...] E com aditadeclaraçam assignaram, e  
 aseitaram sendo / testemunhasAntonio   
 F(e)r(nande)z Roxo EAntonio f(e)  
 r(nande)z Carpint(ei)ro. digo / eAntonioIoamCarpint(ei)  
 ro. (*LV7T*, f. 25r, L.29-30)  
 [...] Balthezar deVasconcelhos Cavalcante  
 escrevão da Alfandega desta Ci- /dade   
 dosalvador detodos ossantos por sua

Magestade que / Deus Guarde *et c(oeter)a* Certefico que em meu poder, e Cartorio dada a Alfam- / de ga está hum Livro desesmaria [...] (*L3T*, 18v, L. 16-18)

[...] Enão se continha mais <†>/emasobre d(it)a\ sentença e Arcordão da caza dasu- / plicação que está emadita carta desentença e assim mais Certefico que [...] (*L3T*, 86v, L. 25-26)



- 4) PUNTO E VÍRGULA é usado para indicar pausa maior, fim de enunciado:

[...] foi dito que elle se itaua as obrigações declaradas nada / escritura e se obrigaua a Cumprilas inteiramente em todo Como nella / se conthem; [...] (*LVT*, f. 64r, L. 12-14)

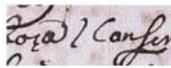
- 5) SINAL DE IGUALDADE (=) é usado para indicar:

- a) Pausa menor, antes de apostro

[...] por elles foidito allegado e apontado dese u direito e justiça que os autos me foraõ feitos con- / cluzos evistos pormim Comparecer do Mestre de Campo deste prezidio Dom Vasco Mas- / carenhas pronunciey em elles o seguinte = Mostrase por estes autos em que Antonio Mar- / tiães aCuza Crimemente ao Reoprezo Pedro Botelho de Affonceca [...] (*L3T*, 55r, L. 23-26)

- b) Pausa menor, antes de complemento de objeto direto:

[...]. Provaria = que os sitio / deque o Autor lhederrubara o Estalleiro, fica dentro da direita da terras que elle / Reu possuia, e deque estava de posse havia muitos annos [...] (*L3T*, 52v, L. 22-24)

- c) Pausa maior, fim de enunciado  
 = Despacho doS(e)n(ho)r Governador = (*LVT*, f. 3v, L. 2)  
 [...] aqual petição despacho, e- / treslado hê Oseguinte  
 = Diz luis Vas dePaiva, eseu Irmão Manoel Nu- / nes  
 dePaiva que noParnamirim nas Cabiseiras de Iorge  
 deMello [...] (*L3T*, 14v, L. 13-15)
- d) Pausa maior entre lexias complexas, podendo ser nomes  
 próprios  
 [...] Iorgelopes daCosta que se assignou portestemunha  
 Sendo mais testemu- / nha Pedro Botelho deAffonçeca  
 emvinte deseptembro deseis Centos evinte enove An-  
 / tonio Martiñs deAzevedo = testemunha IorgeLopes  
 daCosta = Pedro Botelho deAf- / fonçeca = Poreste  
 pormim feito easignado [...] (*L3T*, 55r, L. 23-26)
- 6) BARRA INCLINADA SIMPLES ( / ) é usada para indicar  
 pausa maior, fim de enunciado:  
 [...] e estaConcertey conferi sob \   
 escreui<sup>17</sup>, Eassignei Lourenço Barboza  
 / Consertado pormimTabaleão \  
 Lourenço Barboza EComigo escriuamFGFrancisco  
 Al(vare)z Tauora (*LVT*, f. 86r, L. 25-27)
- 7) BARRA INCLINADA, PONTO ( / . ) é usada para indicar  
 pausa maior, fim de enunciado:  
 [...] / . IoamBorges / . Consertadopormim  
 Tabaleam Hyacintho \ Barreto leui   
 oproprio frei Francisco deMagdalena [...] (*LVT*, f. 43r, L. 10-11)

<sup>17</sup> Em exemplos com este tipo de marca pontuacional, usa-se a barra inclinada descendente da esquerda para a direita \ para indicar a mudança de linha.

- 8) BARRA DUPLA INCLINADA ( // ) é usada para indicar:
- a) Pausa menor, antes de aposto:
 

[...] eCappitaõ General do Estado do Brazil aqual petição edespa / cho he oseguinte // os Padres desam Bento desta Cidade dosalvador [...] (*L3T*, 3r, L. 12-13)
  - b) Pausa maior, fim de enunciado:
 

[...] // lhederamduzentos / esincoenta mil Reis na outraametade dasCazas desobrado asima com / suaIrmaã Margarida // (*LV7T*, f. 13v, L. 12-14 )

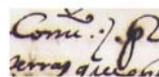
[...] oCorri,eConcertei hoje, oprimeiro deFevereiro deseissentos, equatro Annos / Belxor Dias que, oescrevi // Belxor Dias // Caramurû // [...] (*L3T*, 16v, L. 6-7)
  - c) Pausa maior entre lexias complexas, podendo ser nomes próprios:
 

[...] estando pResentes portestemunhas Domingosde / Freitas // ManoelCouseiro // Pedrodemiranda Residentes nobairro desaõ / Bento // EomesmoAntonio Nogueira Barrento morador destaCidade que / asinarãõ comodito ReverendoPadrePrior, [...] (*LV7T*, f. 92v, L. 8-11)
- 9) BARRA DUPLA INCLINADA, PONTO ( // ) é usada para indicar pausa maior, final
- Emverdadeeu aqui asigneydemeupublicosignalseg(uin) te sig{n}alpublico / pagou desta duzentos Reis // (*LV7T*, f. 49r, L.23-24)
- 10) BARRA DUPLA INCLINADA, TRAVESSÃO, BARRA DUPLA INCLINADA ( // - // ) é usada para indicar pausa maior, final:

[...] Eavendo Respecto aoprevisto que Sepode Seguir á  
 Serca / da Republica eSer Serviço de Deus ede El Rey  
 Nosso Senhor e por aterra Se / povoar e hir omereçimento  
 lhesConfirmouaditaterra, edenovo lhadeude / Sismaria  
 porvirtude doseudespacho eRegimento de El Rey nosso  
 Se- / nhor deque otreslado he oSeguinte —// —// —//  
 —// —// —// —// —// —// —// (L3T, f. 3r, L. 25-29)  
 Sismaria porvirtude doseudespacho eRegimento de El  
 Rey nosso Se- / nhor deque otreslado he oSeguinte —//  
 —// —// —// —// —// —// —// —// —// —//  
 / Despacho do Senhor Governador (L3T, 3r, L. 28-30)

- 11) PONTO, BARRA INCLINADA, PONTO (./.) é usado para indicar pausa maior, fim de enunciado:

[...] pellamediaçãupertencia ao  
 Com(ven)to ./ pRouaria q(ue)  
 \ aCatharinaAluares pertencia  
 ametadedasterras queestãõ ao Redor \ denosasenhora  
 dagraça dasquaes dispuseraEtomara emsuatersa  
 ‘parabem desuaalma [...] (LVT, f. 31r, L.1-4)



- 12) PONTO, BARRA DUPLA INCLINADA, PONTO (./.) é usado para indicar:

- a) Pausa maior antes de enunciado:

[...] ./ Cartade dada ./ OZOfficiaez daCamara, Iuiz, E  
 / vereadorez, eprocurador do Cons(elh)o destaCidadedo  
 saluadorBahia de / todoz ozSantoz estadodoBrazil  
 que esteprezenteanno deseiz Centoz / e vinteseiz  
 annoz seruimoz et c(oeter)a Fazemozsaber aozq(ue) esta  
 nossaCar- / ta dedatafor apresentada, e oconheciim(en)  
 to della comdir(ei)to pertenser [...] (LVT, 175r, L. 25-29)

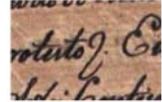
- b) Pausa menor entre lexias complexas, podendo ser nomes próprios:  
 [...] asino aRogo de Catherina dearahujo e de Maria darahujo e deluzia de figueiredo .//. Antonio / desouza .//. Ioam dias brauo .//. Martim brandam .//. Bernardo dasilua .//. Amado da Crus .//. / seBastiam de mattos .//. Manoel Rodrigues .//. [...] (*LVT*, f. 103v, L. 18-20)
- c) Pausa menor antes de completiva de objeto direto, com ou sem o subordinante:  
 [...] segundo se Comtiha na dita Cota daqual digo Cota ofereçida por parte do / Reo daqual ouuera uista hopRocurador dos autores olençensiado Domingos ferras desouza / aqual sendolhe dada Respondera poroutra cota dizendo nella .//. que aotempo dapRoua \ sefaria clareza dasIdades que hera artigo que Constaua da pRoua extrinseca [...] (*LVT*, f. 103v, L. 30-33)
- 13) CALDEIRÃO (€), em inglês *paraph*<sup>18</sup> (PARKES, 1993), é usado para indicar pausa maior, parágrafo:

€ lhederam MiguelCrioulo que está em caza deFranciscoDias / daVila emsua aualiaçam dequarenta milreis € lhe deraõ trezemilreis € lhederaõ trezemil [...] (*LVT*, f. 5v, L. 15-16)

<sup>18</sup> Note-se que Porta (1958: 60), no verbete *Caldeirão*, informa que os povos de língua inglesa costumam chamar este sinal “[...] *paragraph sign, paragraph mark, blind P* [...]”, enquanto que conhecem a notação que nós denominamos parágrafo (§) como *section mark*”. Preferimos a forma usada por Parkes, para cuja localização agradecemos a ajuda de Américo Venâncio Lopes Machado Filho.

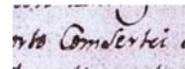
- 14) SINAL DE PARÁGRAFO ( § ) é usado para indicar pausa maior, parágrafo:

[...] lhese rSuspeito aodito Seu Constituinte eRequeria Seajuntasse aos autos aspetiçoẽs que / em nome deseu Constituinte apresentava edeComo assim oprotestava mandou oditto / Dezembargador Luis doTombo fazer estetermo deprotesto emque assignou opro testante / eeu Antonio daRocha Rocha escrivão doTombo queoescrevy=luis Gregorio daCunha Segun- / do o que assim hê declarado nodito protesto § Emandando odito Dezembargador Luis do- / Tombo Continuaraditamedição Sefoi Continuando oRumo dosúl para o Nortepello / Outro Lado Seu opposto quehê oque olha para <†>/o este Onde\ Confronta Comterras [...] (L3T, f. 73v, L. 8-14)



- 15) LETRA MAIÚSCULA INICIAL é usada para indicar pausa maior, início de enunciado:

[...] de humliuro denotas donde atomou oproprietario deste ofiço Antonio debrito / Correa aque meReporto Comsertei sobesCreuy e asinei deme u publico sinal hoje outo deju / lho demil eseis sentos esincoenta edous annos .//. (LVT, f. 103v, L. 22-24)



- 16) MARCADORES DISCURSIVOS são usadas para indicar introdução de novo enunciado. Destaca-se o uso de:

a) E:

[...] Emandara,fazer esteinstrumento NestaNota queassignaram / pedirameasitaram, E quedellaselhesdem os tresllados necesarios [...] (LVT, f. 48r, L.18)

[...] aomenos três annos, *E*que dentro nodito tempo que asnaõ possão vender nem, alhear, etereis lembrança quenaõ deis, acada pessoa [...] (*L3T*, 13v, L. 9-10)

b) *e assim:*

Comellas eaBalthazar daCunha sepagarâ muito bem oseu Serviço, eassim aGaspar Cardozo / *eassim* atodos os Mercadores eCriados muito Cumpridamente = OSOffiçios que semchaõdefazer (*L3T*, 56r, L. 5-6)

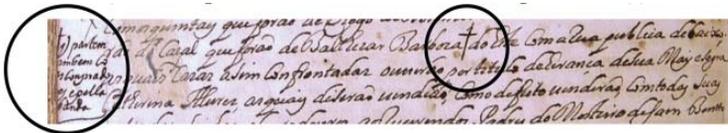
c) *e assim mais:*

[...] queestá situada napouoçam deVilla velhaComtoda aprata / Eornamentos doseruico daditahermida *easim mais* lhefariado / açam detoda aprata doseruico desuaCasa, [...] (*LV7*, f. 41r, L.27-29)

d) *e bem assim:*

[...] que anda em huñs autos / entre partes Miguel Pereira daCosta, ea Antonio Guedes dePaiva deque he escrivaõ Frã- / cisco desouza de Menezes afolhas cento e / quinze. *Ebem assim* amedição que o dito An- / tonio Martiñs de Azevedo Requereo dadita Sesmaria ao Dezembargador Affonço Soares / de Afonceca noanno demil eeseisçentos Cincoenta e seis que anda nos mesmos autos afolhas / duzentas sesenta e oito [...] *L3T*, f. 75v, L. 5-10

17) CRUZ para indicar local de correção posterior (†)



[...] queforaõ de Balthezar Barboza † do Este com a Rua publica debaixo /

Correção à margem esquerda: q(ue) partem / tambem Cõ / os Comprado / res epella / banda

Texto corrigido:

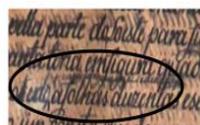
[...] queforaõ de Balthezar Barboza [← q(ue) partem / tambem Cõ / os Comprado / res epella / banda] do Este com a Rua publica debaixo; / as quais Cazas assim Confrontadas ouveraõ por titulo deherança desua May esogra / Catherina Alu(a)res, as quais diseraõ vendiaõ, Como defeito uenderaõ, Com todas suas [...] (*LVT*, 98v, L. 24-26)

[...] eos di- / tos Luis Vãs de Paiva, e Manoel Nunes Paiva que posuhia o Mos- / teiro do [↑Reverendo] suplicante declarando juntamente asbraças que semandaõ / medir para o Norte [...] (*L3T*, 42v, L. 9-12)

[...] para dizersequeriaser parte eacuzar aodito Reo prezo, Pedro / Botelho deAffonçeca que merequeria o houvesse porCitado emsua pessoa para dizer Sequeria / accuzar [↑aod(i)to Reo, epor dizer que o queira accuzar] eserlheparte emseu Livramento, mandey viesse aprimeira audiência como Libello / contra odito Reo porbem doque viera oAutor contra oReo com o libello porescripto dizendo emelle / que Cumprindo [...] (*L3T*, 52r, L. 2-6)

18) ÂNGULO para indicar local de correção posterior:

[...] tanta terra quanta teria emfigura quadrada na forma dasmes- / ma sesmaria como <†> / tēdo\ [↑mais paragens doquesedeclara] afolhas



duzentas esetenta verço dos ditos / autos edelles outro  
sim consta que do marco [...] (L3T, 47r, L. 24-26)

### 3. A que se chegou

Nos dois *Livros do Tombo* examinados, até o momento, foram encontradas 18 (dezoito) marcas pontuacionais: aquelas que aparecem indicadas pelos gramáticos quinhentistas e nos ortografistas dos séculos XVI a XVIII: *vírgula* (,), *colon perfeito* (:), *colon imperfeito* (;), *ponto final* (·).

O mais importante, entretanto, para a leitura e compreensão dos documentos, são aquelas marcas pontuacionais que ajudam a compreender o sentido do texto, como são os marcadores discursivos e determinado uso das maiúsculas

As dezoito marcas pontuacionais que foram encontradas no levantamento realizado tanto apresentam usos unívocos como podem ser multifuncionais. Assim, têm um uso singular: 1) o *ponto e vírgula*, a *barra inclinada simples*, a *barra inclinada seguida de ponto*, o *ponto seguido da barra inclinada e novamente do ponto* utilizados para indicar uma pausa maior em fim de enunciado; 2) a *barra dupla inclinada seguida de ponto* e a *barra dupla inclinada seguida de travessão e novamente da barra dupla inclinada* que servem para assinalar uma pausa maior; 3) o *caldeirão* e o  *sinal de parágrafo* que indicam uma pausa maior, marcando o parágrafo; 4) a *letra maiúscula inicial* que adverte para a pausa maior no início de enunciado; 5) e, finalmente, a *cruz* e o *ângulo* que são usados para indicar correção posterior feita no texto; 6) os marcadores discursivos (*E*, *e assim*, *e assim mais*, *e bem assim*) que introduzem um novo enunciado.

As demais marcas pontuacionais mostram um uso plurívoco, variando, nos casos ilustrados entre dois e cinco usos diversos: 1) o *ponto final* mostra dois usos (a pausa maior em fim de enunciado e o de sinal abreviativo); 2) a *barra dupla inclinada* tem três usos (o de pausa menor antes de apostro, o de pausa maior em fim de enunciado e o de

pausa maior entre lexias complexas que podem ser nomes próprios); o *ponto*, *barra dupla inclinada*, *ponto* mostra três usos (o de pausa maior em fim de enunciado, o de pausa maior entre lexias complexas que podem ser nomes próprios e o de pausa menor antes de completiva de objeto direto, com ou sem o subordinante); o *senal de igualdade* também tem três usos (o de pausa menor antes de aposto, o de pausa menor antes de complemento de objeto direto e o de pausa maior em fim de enunciado); 3) os *dois pontos* apresentam-se com quatro usos (o de pausa menor antes de aposto, o de pausa maior em enumeração de frases, ainda o de pausa maior em enumeração de frases, mas na função de aposto, e o de pausa maior em fim de enunciado); 4) por fim, a *vírgula* tem cinco usos (o de pausa menor entre frases, o de pausa menor entre lexias complexas que podem ser nomes próprios, o de pausa menor entre nomes, a pausa menor, antes de complemento de objeto direto ou indireto; e, ainda, o da escrita dos numerais cardinais).

De acordo com a utilização dessas marcas pontuacionais e da sua função na *scripta*, dezoito situações foram encontradas na amostragem<sup>19</sup>: 1) pausa menor entre nomes: *vírgula*; 2) pausa menor entre frases: *vírgula*; 3) pausa menor entre lexias complexas, podendo ser nomes próprios: *vírgula*, *senal de igualdade* (L3T), *barra dupla inclinada* (LV T), *ponto barra dupla inclinada ponto* (LV T); 4) pausa menor, antes de aposto: *dois pontos* (LV T), *senal de igualdade* (L3T), *barra dupla inclinada* (L3T); 5) pausa menor, antes de complemento de objeto direto ou indireto: *vírgula* (LV T), *senal de igualdade* (L3T), *barra dupla inclinada*; 6) pausa menor antes de completiva de objeto direto, com ou sem o subordinante: *ponto barra dupla inclinada ponto* (LV T); 7) pausa menor, antes de explicativa: *ponto barra dupla inclinada ponto*; 8) pausa maior, na enumeração de frases: *dois pontos* (LV T); 9) pausa maior, na enumeração de frases na função de aposto: *dois pontos* (LV T); 10) pausa maior entre lexias complexas, podendo ser nomes próprios: *senal de igualdade*, *barra dupla inclinada*; 11) pausa maior antes de enunciado: *ponto*

<sup>19</sup> Identificam-se apenas quando o registro aparece em um dos dois *Livros do Tombo* examinados, nos demais casos os registros aparecem nos dois livros.

*barra dupla inclinada ponto (LVT), letra maiúscula inicial (LVT); 12) pausa maior, fim de enunciado: ponto e vírgula (L3T), dois pontos (L3T), ponto final (L3T), sinal de igualdade, barra inclinada simples (LVT), barra dupla inclinada, barra inclinada ponto (LVT), ponto barra inclinada ponto (LVT); 13) pausa maior final: barra dupla inclinada ponto (LVT), barra dupla inclinada travessão barra dupla inclinada (L3T); 14) pausa maior, parágrafo: caldeirão (LVT), sinal de parágrafo (L3T); 15) introdução de novo enunciado, marcadores discursivos: e, e assim (L3T), e assim mais (LVT), e bem assim (L3T); 16) escrita dos numerais cardinais: vírgula (LVT); 17) diacrítico para marcar correção: cruz, ângulo; e 18) sinal abreviativo: ponto final.*

Dessa forma, o uso das marcas pontuacionais nos *Livros do Tombo* apresentam-se antes como marcas dos *scriptores*, resultado da sua interpretação do escrito, servindo para assinalar a respiração, o ritmo, a cadência, o tempo, o circunlóquio, o silêncio e, enfim, o estilo jurídico. O trabalho da edição, na tentativa de compreender o discurso pode levar a que se perceba o tom, a melodia, o ruído, as entonações. É, por exemplo, o que pode explicar a grafia *infortifra* para *infrutifera*, ou a alternância de grafias como *reveria* e *revelia*, no mesmo *scriptor*. As diferentes marcas pontuacionais neles registradas têm função muito distante daquela preconizada pela gramática, pela sintaxe ou pelas regras normativas da linguagem. Representam, na realidade, a unidade do pensamento escritural de cada um dos *scriptores*, servindo para por em relevo as qualidades estéticas e os elementos que despertam interesse no texto jurídico.

O sistema pontuacional que se encontra nos *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento reflete o *modus scribendi* dos traslados, de acordo com a determinação do Juiz de Fora nas comissões aos tabeliães Lourenço Barbosa e Joaquim Tavares de Macedo. Os Escrivães da Causa deveriam proceder aos traslados “juntamente com outro escrivão”, com quem deveriam “concertá-lo”.

## Referências

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha.** Lisboa: Pub. Da Fac. de Letras da Univ. de Lisboa. 1971 [1540].

CATACH, Nina. **Présentation.** Langue Française. Paris, v. 45, p. 3-7, fév. 1980.

FEIJO, João de Moraes Madureira. **Orthographia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza.** Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarcha, 1734. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source>. Acesso em 13 maio 2015.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa:** com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Ed. facsimilar da 1. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981 [1574].

GONÇALVES, Maria Filomena. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII:** para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura Portuguesa, 1992.

GRUAZ, Claude. Recherches historiques et actuelles sur la ponctuation: compte rendu de la table ronde internationale sur la ponctuation, mai 1978, CNRS Ivry. Langue Française, Paris, v. 45, p. 8-15, 1980.

LASS, Roger. **Written records: evidence and arguments.** In: \_\_\_\_\_. Historical linguistics and language change. Cambridge: CUP, 1997. p. 44-103.

LAUFER, Roger. **Du ponctuel au scriptural: (signes d'énoncé et marques d'énonciation).** Langue Française, Paris, v. 45, p. 77-87, 1980.

LEÃO, Duarte Nunes do. **Ortografia da língua portuguesa reduzida a Arte e preceitos.** In: \_\_\_\_\_ao\_. Ortografia e origem da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983 [1596] p. 43-186.

LIVRO III DO TOMBO. Salvador: Memória & Arte, 2016. v. 4. Col. *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*: editando 400 anos de história, org. por Alícia Duhá Lose e Dom Gregório Paixão, OSB. Ed. diplomático-interpretativa coord. por Célia Marques Telles.

LIVRO VELHO DO TOMBO. Salvador: Memória & Arte, 2016. v. 2. Col. *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*: editando 400 anos de história, org. por Alícia Duhá Lose e Dom Gregório Paixão, OSB. Ed. diplomático-interpretativa coord. por Célia Marques Telles.

LORENCEAU, Annette. **La ponctuation chez les écrivains d'aujourd'hui:** résultats d'une enquête. Langue Française, Paris, v. 45, p. 88-97, fév. 1980.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses.** Salvador: EDUFBA, 2004.

PARKES, M. B. **Pause and effect:** an introduction to the history of punctuation in the west. Berkeley: University of California Press, 1993.

PORTA, Frederico. **Dicionário de artes gráficas.** Rio de Janeiro; Pôrto Alegre; São Paulo: Globo, 1958.

TELLES, Célia Marques et al. **Os Livros do Tombo contam a sua história.** In: LOSE, Alícia Duhá; Dom Gregório Paixão, OSB. *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*: editando 400 anos de história. Salvador: Memória & Arte, 2016. v.1, p. 51-140.

\_\_\_\_\_. *Coleção de roteiros portugueses da “Carreira da Índia” no século XVI*. 1988. 3v. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

VERA, Alvaro Ferreira de. *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa*. São Paulo: Paulistana. 2009 [1631].

VARLOOT, Jean. *Diderot du dialogue à la dramaturgie: l’invention de la ponctuation au XVIIIe siècle*. Langue Française, Paris, v. 45, p. 41-49, fév. 1980.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.

# AS EMENDAS INVISÍVEIS DE *O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS* DE JOSÉ SARAMAGO

Edgard MURANO

Pós Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNiveridade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*Os rascunhos do romance O Ano da Morte de Ricardo Reis (1984), do escritor português José Saramago (1922-2010), são uma boa oportunidade para o estudo do método criativo do autor à luz da Crítica Genética e da Crítica Textual. Por meio do levantamento, organização e interpretação das marcas de edição deixadas no documento pelo escritor — comparando-as ao texto estabelecido pela primeira edição (editio princeps) — é possível aprofundar-se não só no modus operandi do escritor como também nas divergências entre a versão do manuscrito e a da edição impressa que, em alguns casos, além de desobedecer as variantes autógrafas do original, vai além ao incorporar lições que não estavam previstas, batizadas de “emendas invisíveis”.*

## ABSTRACT

*The drafts of the novel The Year of the Death of Ricardo Reis (1984), by the portuguese writer José Saramago (1922-2010), are a great opportunity to study the author's creative method in the light of Genetic and Textual Criticism. Through the gathering, organization and interpretation of editing marks left on the paper by the writer — comparing them to the text established by its first edition (editio princeps) — it is possible to deepen our comprehension not only about his modus operandi but also about the differences between manuscript's version and printed edition, in which the latter, in some cases, strays from original text's variants and also includes unexpected innovations, the so-called “invisible amendments”.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Crítica Genética. Crítica Textual. Filologia. Literatura Portuguesa.*

## KEYWORDS

*Genetic Criticism. Philology. Portuguese Literature. Textual Criticism.*

## Introdução

Dentro do campo de estudos da Crítica Genética, muitas metáforas já foram criadas para conceituar a atividade crítica que se dedica ao estudo dos originais de autor. A maioria delas dá conta dos “bastidores” de uma obra, do seu “processo de criação”, bem como dos “movimentos” da escrita, numa referência às marcas deixadas pelo autor em rascunhos e manuscritos. Mais do que variações e hesitações de um texto em construção, as emendas e as variantes contidas nesses originais têm muito a dizer sobre o *modus operandi* do escritor e sobre a própria literatura, descortinando um universo de processos e de possibilidades.

É o estudo das marcas autorais que nos interessa em nossa abordagem dos rascunhos de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), um dos romances mais conhecidos de José Saramago (1922-2010) e, também, uma de suas obras mais complexas e consequentes. Nela, o autor português — prêmio Nobel de Literatura de 1998 — leva a cabo um romance que, ao misturar elementos ficcionais e símbolos da cultura e da história portuguesa, empurra as fronteiras do gênero romanesco rumo à poesia e ao ensaio, numa releitura engenhosa da obra do poeta português Fernando Pessoa (1888-1935). A narrativa acompanha, em plena ditadura salazarista, o regresso a Lisboa do protagonista Ricardo Reis — personagem tomado à heteronímia de Pessoa — após um longo período de exílio no Brasil. Ao lado de outros romances representativos do autor, como *Memorial do Convento* (1982), *História do Cerco de Lisboa*

(1989) e *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), *O Ano da Morte de Ricardo Reis* compõe o chamado “ciclo histórico” da produção saramaguiana, caracterizado por um engenhoso projeto de revisão do passado histórico, subvertido pela imaginação do autor.

Para tanto, Saramago buscou sedimentar um projeto narrativo consistente antes de se lançar à empreitada, de que é prova o dossiê genético da obra, que reúne: a agenda do autor, apontamentos sobre o romance, recortes e fotocópias de jornal, livros que serviram de base para a pesquisa e, principalmente, o original da obra datilografado com emendas manuscritas.

É sobre esse original que recairá nossa atenção, em particular sobre as variantes registradas no papel pelo autor, para, em seguida, tratarmos das diferenças entre essa versão original do texto e a versão estabelecida pela primeira edição impressa (a *editio princeps* ou edição príncipe). No cotejo desses dois testemunhos daremos destaque a algumas alterações trazidas pelo impresso que não estavam previstas no manuscrito, e que doravante chamaremos de “emendas invisíveis” em contraposição às “emendas visíveis” registradas no original.

## 1. Visão geral

Nosso objeto de estudo — um conjunto de 365 folhas A4 que responde pelos manuscritos do romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago — está disponível no site da Biblioteca Nacional de Portugal em formato digital e com alta definição (SARAMAGO, 2011). Nesses originais distinguem-se duas etapas bem claras do processo criativo: primeiramente o texto datilografado em tinta preta, com pouquíssimas correções ou rasuras feitas à máquina; e, posteriormente, emendas e intervenções manuscritas autógrafas, em caneta preta, no texto datiloscrito, que por sua vez são mais abundantes.

Pode-se dizer, *grosso modo*, que as variantes desse documento indicam, em seu conjunto, uma preocupação estilística do autor em relação a um texto cuja forma já se encontrava relativamente próxima da que foi estabelecida pela edição príncipe da Caminho Editorial (1984), também chamada de “fase de elaboração definitiva”, em que as modificações se dão sobre uma cópia passada a limpo ou sobre um datiloscrito (GRÉSILLON, 2007:333). Isso não quer dizer, entretanto, que se trate de um amontoado de “correções ortográficas”, como sugere ROANI (2003). Longe disso: as inovações contidas no manuscrito revelam um autor preocupado com a forma do dizer, perfeccionista nas alterações dos enunciados, com substituições, acréscimos, supressões e inversões que atestam uma busca — a manutenção de um certo tom —, expresso ora na musicalidade das frases, ora na construção de metáforas, ora na meticulosa escolha de vocábulos. Essa consciência da obra como um processo aberto e em andamento, em que se pese a inexistência de alterações ligadas ao enredo, encontra eco numa anotação do autor na margem superior da primeira página do romance, uma das raras intervenções que não se constituem variantes propriamente ditas. A nota manuscrita “rever, repensar, reescrever” — essa tríade tão cara ao processo de composição — soa como “palavra de ordem” entoada por um autor que, já tomando alguma distância da primeira “campanha de escritura” (GRÉSILLON, 2007:329), representada pela instância datiloscrita, se lança, de caneta em punho, a uma leitura mais atenta e minuciosa do que escreveu.

Um bom exemplo que ilustra de maneira didática a natureza das preocupações do autor, expressa pela dinâmica das variantes, diz respeito à frase que abre o romance. Temos o seguinte enunciado datiloscrito tachado à caneta: “Aqui, onde a terra começa e o mar se acaba.” Logo acima, manuscrito, também tachado, lemos: “Cá onde o mar acaba e a terra principia.” E, finalmente, mais acima, a versão final acatada pela edição príncipe: “Aqui o mar acaba e a terra principia.”

Observa-se na sucessão dessas variantes uma tentativa consciente, por parte do autor, de alterar a perspectiva da visão do personagem que chega à terra pelo mar. Para além do princípio estilístico nesse caso, há uma marca de autoralidade nessa sequência de operações editoriais orientadas, das quais é possível discernir uma intencionalidade subjacente à dinâmica do significado implicada na sucessão das variantes. Vale dizer que essa lógica cronológica, no entanto, nem sempre será observada no texto estabelecido pela edição príncipe, como veremos adiante.

## 2. Metodologia

Ainda que caiba à Crítica Genética o estudo da gênese dos textos, por meio da análise das circunstâncias de sua produção, dos suportes e das tipologias textuais — o que vai ao encontro da natureza genética do nosso objeto —, é preciso ressaltar que a Crítica Textual, neste caso, também se mostra fundamental para a abordagem dos rascunhos face à edição impressa.

Isso ocorre na medida em que a Crítica Textual, em sua missão de reconstituir o texto original ao retroceder na cadeia de transmissão dos textos, apresenta um instrumental bastante consolidado no tocante à análise de variantes e aos critérios que caracterizam os diferentes tipos de edições. De modo que a contribuição dessa disciplina para a análise das variantes do original saramaguiano se traduz na adoção do método de edição crítico-genético, que, ao compreender mais de um testemunho, vai além da finalidade de apenas reproduzir as variantes do manuscrito, introduzindo também a interpretação do editor quanto às discrepâncias entre o texto do manuscrito e o texto impresso.

Logo, decorre dessa abordagem não só o levantamento das variantes do original, mas sua classificação e comparação com a versão impressa, fazendo o salto entre o genético e o textual com o intuito de investigar se há outros fatores extra-documentais que deem conta dos lugares

críticos ressaltados. Vale lembrar que a existência de lacunas nos objetos genéticos não constitui nenhuma surpresa para os geneticistas, e não seria diferente no caso dos manuscritos de José Saramago, haja vista o percurso acidentado de documentos dessa natureza, os interesses envolvidos em sua divulgação, suas condições de conservação, entre outras variáveis que influenciam direta ou indiretamente a “curadoria” de um espólio genético. Isso sem mencionar que um determinado manuscrito ou datiloscrito, ainda que plenamente conservado, não necessariamente trará registrado mais do que uma pequena parte do processo de criação, atividade esta essencialmente mental e complexa.

A esse respeito, como afirma GRÉSILLON (2007: 41), “(...) contra toda investigação da origem, resta que a transmissão mais completa é apenas a parte visível de um processo cognitivo mil vezes mais complexo e que a origem enquanto tal, o nascimento de um projeto mental, é inatingível: Quando eu me disponho agora a abordar a execução desses projetos antigos, a primeira linha que escrevo é uma linha que já se baseia em dez ou quinze anos de rascunhos mentais, de rasuras mentais.”

No caso dos originais de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, trabalha-se à sombra dessa parte invisível do processo de criação aludida por Grésillon, como é de praxe na atividade dos geneticistas. Porém, indo mais além dessa constatação, tendo em vista a inclusão do testemunho impresso em nossa edição crítica, emerge novamente o espectro da ausência de registro sob o tecido da divergência entre os testemunhos. Tal discrepância, rica de significados na medida em que transcende o descritivismo estanque (e monotestemunhal) do original, nos leva a formular hipóteses que sejam capazes de preencher essas lacunas, questionando assim não só o processo criativo em si, objeto por excelência genético, mas também as práticas editoriais da época partilhadas pelo autor, a sua relação com a casa editorial que o edita, entre outros fatores.

### 3. As variantes e os testemunhos

Ao cotejarmos as variantes contidas no testemunho manuscrito (doravante chamado de A) com o texto estabelecido pela edição príncipe (B), nos deparamos com as seguintes situações ou lugares críticos:

- 1) Quando A *não* apresenta variantes em relação a B;
- 2) Quando A apresenta variantes e B as acompanha, incorporando de A apenas as variantes previstas;
- 3) Quando A apresenta variantes mas B *não* as acompanha
  - 3.1) seja por não adotar a última variante da cronologia, atendo-se a uma das anteriores na sucessão registrada pelo manuscrito;
  - 3.2) seja por incorporar uma variante que não estava prevista em A.

Examinemos a seguir exemplos referentes à situação 3, em que as divergências entre os testemunhos apresentam lições ligadas às “emendas invisíveis”, cujas implicações interessam mais aos nossos propósitos. Para as transcrições que seguem, nos valem da nomenclatura adotada pela “equipa Pessoa” (CASTRO, 1990a).

Para a situação 3.1, acompanhemos a seguinte transcrição de A: “(...) e, por ser tão caseiro e confortável <nos> /em seus\ arranjos interiores (...)”. Neste trecho, a substituição de “nos” por “em seus” descrita em A não é acompanhada por B, que mantém “nos”.

Agora, como exemplo da situação 3.2, vejamos: “(...) tudo isto <seja> /é\ ilusão, **quimera**, miragem criada pela <oscilante> /movediça\ cortina das águas que descem do céu fechado.” Temos acima a transcrição das variantes de A, em que se observa a substituição de “seja” por “é”, e “oscilante” por “movediça”. Atentemos aqui para uma inovação não prevista no manuscrito, a inserção de “quimera”, presente apenas em B, o que nos permite deslocar o lugar crítico, até então fixado no testemunho A, para B.

Em outra passagem que nos serve de exemplo, sem quaisquer emendas visíveis, temos uma inversão: em A, lê-se “urbe sobre colinas rasa”, ao passo que em B temos “urbe rasa sobre colinas”.

As lições descritas pela situação 3, como vemos, abrem caminho para a apreciação de outras possibilidades que porventura extrapolem o testemunho A. As hipóteses abrangem fatores extra-documentais que podem explicar a ausência de registro para as variantes adotadas pela edição príncipe. Isso significa que essas emendas invisíveis podem ter sido realizadas por meio de conversas telefônicas, cartas ou mesmo durante uma conversa presencial.

Outra hipótese, por sinal mais promissora, é a de que há outros testemunhos deixados de fora do dossiê genético do qual nosso presente manuscrito faz parte, uma espécie de  $A'$ , que estaria posicionado, na cadeia genética, em algum lugar entre A e B. Não deve ser descartado também o “fator editor” como explicação para as lições de B, o que afastaria significativamente as variantes do terreno autoral de A (posto que autógrafas) na direção de uma “autoria consentida” e pouco vigilante por parte do escritor, que delegaria alterações menores ou tidas como irrelevantes ao seu editor. Convém frisar que esta última hipótese explicaria apenas parte das ocorrências previstas no tópico 3.2, sendo sensivelmente mais praticável na situação 3.1, na qual o editor, diante de uma ou mais variantes registradas pelo autor, se daria “ao luxo” de escolher a que lhe soasse melhor à revelia da cronologia (ou a mais recente), o que sem dúvida é uma posição mais confortável e menos arriscada para ele do que propor uma inovação não prevista.

## Conclusão

De qualquer maneira, é difícil afirmar que uma “terceira lição” presente em B significaria necessariamente que a vontade do autor em A foi contrariada, haja vista que ele (o autor) pode ter participado dessas

“emendas invisíveis” de maneira indireta ou não relatada, sem que saibamos disso portanto. Por outro lado, não podemos ignorar também o fato de que, diante das inovações em B não previstas em A, encontramos a uma distância cada vez maior do terreno da autoria, representada aqui pelas marcas autógrafas. Ao mesmo tempo, essas inovações podem indicar a existência de uma outra etapa do processo genético — um terceiro testemunho — como dissemos há pouco, possivelmente um *A'*.

É importante reiterar que as ambiguidades contidas na relação entre esses testemunhos dizem respeito não apenas à etapa genética da obra, mas também ao seu nascimento editorial, cujas práticas remontam a um período anterior à informatização do texto. Nesse sentido, quando Grésillon afirma que “a reconstrução genética é uma questão de probabilidade, não de certeza” é “o suficiente para mostrar que a margem da crítica genética é estreita” (2007:42). Em outras palavras, a natureza lacunar dos artefatos genéticos nos faz trabalhar com conjecturas a partir de indícios que, não raro, apresentam-se escassos ou incompletos.

Dito isso, a questão acerca da possibilidade de reconstruir o universo histórico-discursivo de uma obra pode (e deve), em nosso caso, ser realocada dentro de um contexto mais amplo, que não leve em conta apenas a instância genética. Aqui, o processo de composição saramaguiano registrado no manuscrito, justaposto ao processo editorial (representado pela edição príncipe), tende a evocar um continuum criativo-editorial em que as tipologias textuais do original são quase que imperceptivelmente refratadas ao ingressarem no impresso (à maneira da luz através de superfícies turvas). Trocando em miúdos, essa “refração” equivale às “emendas invisíveis” de A em relação a B, não dispondo, até o momento, de registros que as sustentem.

Dessa forma, se a adoção do método crítico-genético para lidar com os dois testemunhos não chega a relativizar ao menos em parte o conceito absoluto de autoria, tão caro à literatura contemporânea, ao menos delinea a relação ambivalente entre autor e editor, manuscrito

e impresso, ressaltando seus pontos de contato e de conflito, suas transparências e opacidades. Em última análise, podemos dizer que a articulação dessas duas instâncias teóricas — a genética e a textual — também ajuda a reafirmar o lugar da Crítica Genética em relação à Filologia, não só em sua tentativa de elucidar o trabalho de escritura, mas também naquilo que diz respeito às condições necessárias que um texto deve reunir para que inaugure uma nova tradição textual a partir da edição príncipe.

## Referências

CASTRO, Ivo. **Editar Pessoa**. Volume 1, Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1990.

GRÉSILLON, Almuth. **Elementos de crítica genética - Ler os manuscritos modernos**. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 2007.

ROANI, G. L. **O jornal como elemento de transfiguração da história em O Ano da Morte de Ricardo Reis de Saramago**. Revista Letras, Curitiba, n. 60, p. 153-176, jul/dez. Editora UFPR, 2003.

SARAMAGO, José. Coleção José Saramago. **O Ano da Morte de Ricardo Reis - materiais preparatórios**. Disponível em: <http://purl.pt/13867/1/morte-ricardo-reis.html>. Data de acesso: 14 dez 2011.

SARAMAGO, José. **O Ano da Morte de Ricardo Reis**. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.

# O EXERCÍCIO DA REVISÃO E SEU TRATAMENTO EDITORIAL: PARA UMA EDIÇÃO DA POESIA DE PEDRO HOMEM DE MELLO

Elsa PEREIRA

FCT (SFRH/BPD/92155/2013)<sup>1</sup>; – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL)

## RESUMO

*Este artigo debruça-se sobre alguns poemas de Pedro Homem de Mello (1904-1984) que foram sujeitos a processos de reescrita profunda. Segundo a argumentação aqui exposta, por mais divergentes que possam ser, essas versões, resultantes de revisão vertical, não podem ser separadas e devem editar-se em simultâneo. Neste sentido, as abordagens digitais surgem como as mais adequadas, para cotejar, editar e reorganizar automaticamente os testemunhos, explorando a natureza dinâmica da condição textual.*

## ABSTRACT

*This article deals with a few poems by Pedro Homem de Mello (1904-1984), which were subject to rewriting through vertical revision. It argues that, no matter how different they may seem to be, versions cannot be unlinked from one another and should be brought together in a genetic-critical edition. In order to explore diachronic revision, electronic strategies must be devised, so that new patterns and relationships may be rearranged through automatic processing, thus exploring the dynamic textual condition.*

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de Pós-doutoramento “Poesia de Pedro Homem de Mello: edição crítico-genética”, apoiado por uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/92155/2013), comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES de Portugal.

## PALAVRAS-CHAVE

*Edição crítico-genética. Digital. Revisão. Versões.*

## KEYWORDS

*Digital. Genetic-critical edition. Revision. Versions.*

## Introdução

A apologia de um trabalho aturado de aperfeiçoamento dos textos, que se prolongue muito para lá do momento da composição, remonta, como sabemos, à Antiguidade Clássica. Em artigo recentemente publicado (PEREIRA, 2016), tivemos oportunidade de observar que o verbo *rever* aparecia já no *Vocabulário Português & Latino* (1720), de Raphael Bluteau, com um sentido próximo da reescrita de um texto pelo seu autor, mas foi com o Modernismo que esta aceção se consolidou, coincidindo com uma importante mudança no paradigma editorial:

During the early twentieth century, most books went through the following stages: manuscript, typescript, galley proof, revised proof, page proof, first edition. [...] The important point about this multistage process is that it stimulated, rather than merely enabled, the act of revision (SULLIVAN, 2013: 38).

Segundo Hannah Sullivan, a pluralidade de suportes materiais a que se submetia a produção de um livro em inícios do século XX, aliada à maior abundância de papel e ao aparecimento da máquina de escrever, resultou numa multiplicação dos estádios redacionais e no prolongamento do processo compositivo, muitas vezes para lá do momento da publicação. Tal circunstância estimulou os escritores modernistas a empreenderem

um tipo de revisão mais audaz do que o praticado até à altura. Em vez das habituais substituições vocabulares e sintáticas (com o propósito de refinar a expressão), foi-se generalizando um exercício de reescrita mais profundo, obtido por processos de excisão ou interpolação de sequências textuais, com o intuito de alterar a estrutura discursiva e o conteúdo intrínseco dos textos. Seguindo a célebre máxima de Ezra Pound – *make it new* – esta modalidade revisória, que passou a exercer-se ao nível estrutural, está na origem de uma série de tendências de estilo ligadas ao experimentalismo dos textos (como a fragmentação, a justaposição, a expressão elíptica, a opacidade, a descontinuidade discursiva, etc.) e poderá relacionar-se com aquilo que G. Thomas Tanselle denomina de *revisão vertical*:

two types of revision must be distinguished: that which aims at altering the purpose, direction, or character of a work, thus attempting to make a different sort of work out of it; and that which aims at intensifying, refining, or improving the work as then conceived [...] thus altering the work in degree but not in kind. If one may think of a work in terms of a spacial metaphor, the first might be labelled “vertical revision,” because it moves the work to a different plane, and the second “horizontal revision,” because it involves alterations within the same plane (TANSELLE, 1990: 53).

Partindo de alguns exemplos na obra de um poeta do Segundo Modernismo português, este artigo procura refletir sobre as abordagens editoriais mais adequadas à natureza dinâmica das composições e a um conceito de textualidade flutuante, que se transforma e amplia, através de múltiplas manifestações.

## 1. Revisão vertical na poesia de P. Homem de Mello

Pedro Homem de Mello (1904-1984) é um dos poetas proeminentes na lírica portuguesa do séc. XX, cuja extensa obra se encontra, em parte inédita (e dispersa por manuscritos ou dactiloscritos), em parte distribuída por uma variedade de publicações impressas (como periódicos, postais ilustrados e livros de poesia), bem como testemunhos áudio, onde se registam algumas adaptações musicais para o fado.<sup>2</sup>

Além da natureza multimédia que caracteriza esses registos (e, só por si, constituiria um desafio editorial), a obra do autor coloca-nos um problema particularmente estimulante em termos filológicos: o facto de os seus poemas terem sido sujeitos a processos de reescrita profunda, resultando frequentemente em versões díspares.

Em relação a estas, podemos distinguir um primeiro grupo em que o parentesco é mais ou menos evidente, já que o processo de revisão assenta em operações de excisão, extensão ou substituição de partes do poema, mantendo todavia intacto o cerne da composição. A título ilustrativo, confrontem-se, na fig. 1, dois dos oito testemunhos coligidos para o poema “Eternidade”, que Pedro Homem de Mello publicou no jornal *Soberania do Povo* (A – MELLO, 1947, n.º 5435; B – MELLO, 1947, n.º 5436).

---

<sup>2</sup> Estas adaptações musicais foram já objeto de uma comunicação que apresentámos à 12.<sup>th</sup> International Conference of the European Society for Textual Scholarship (De Montfort University, Leicester, 19-21 novembro 2015): “When poems become songs: uses for an edition of Pedro Homem de Mello’s poetry”.

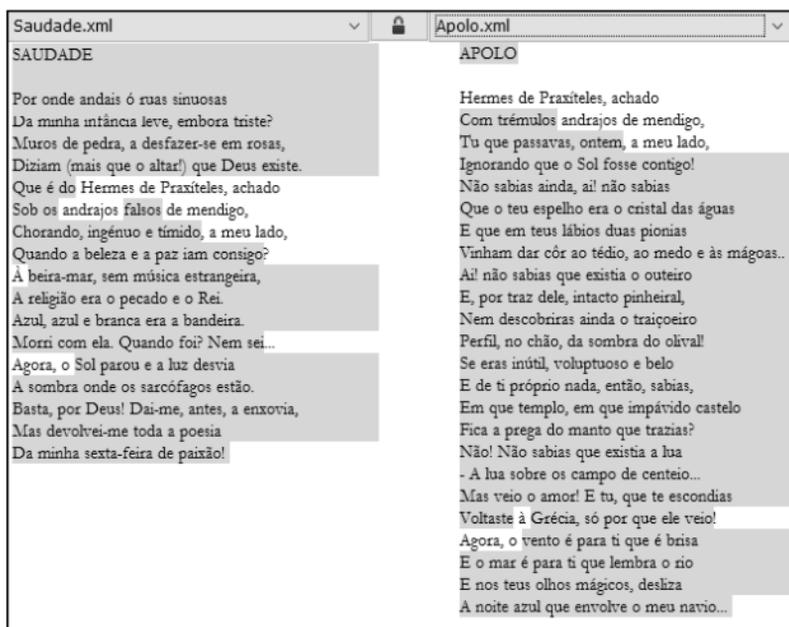
FIGURA 1: Colação automática de dois testemunhos através da ferramenta Juxta.

Eternidade A.xml	Eternidade B.xml
Eternidade	Eternidade
A minha eternidade neste mundo Sejam vinte anos só, depois da morte! O vento, éles passados, que, emfim corte A flor que no jardim plantei tão fundo.	A minha eternidade neste mundo Sejam vinte anos só, depois da morte! O vento, éles passados, que, emfim, corte A flor que no jardim plantei tão fundo.
As minhas cartas leia-as quem quiser! Torne-se público o meu pensamento! E a terra a que chamei - minha mulher. A outros dê seu líbio sumarento!	As minhas cartas leia-as quem quiser! Torne-se público o meu pensamento! E a terra a que chamei - minha mulher A outros dê seu líbio sumarento!
A outros abra as fontes do prazer E teça o leito em pétalas e lume! A outros dê seus frutos a comer E em cada noite a outros dê perfume!	A outros abra as fontes do prazer E teça o leito em pétalas e lume! A outros dê seus frutos a comer E em cada noite a outros dê perfume!
O globo tem dois polos: Ontem e hoje. Dizemos só: - Meu pai! - ou só: - Meu filho! O mais é baile que nem deixa trilho, Rósto sem carne fixidez que fogê...	Venham beijar-me a campa os que me beijam Agora, ingénuos, frívolos e humanos Os que me virem morto, ainda me vejam Depois da morte, vivo, ainda vinte anos!
Adro! Cabanas! meu Cantar do Porto! (Negasse eu tudo, acreditava em Deus!) Não peço mais: - Depois da minha morte Haja vinte anos que ainda sejam meus!	Nuvem dispersa, aniz que se evapora, Assim um dia seja a minha vida! Mas antes, que uma lígrima sentida Traga a certeza de que alguém me chora
	Adro! Cabanas! Meu cantar do Norte! (Negasse eu tudo acreditava em Deus!) Não peço mais: - depois da minha morte Haja vinte anos que ainda sejam meus!

Casos há, no entanto, em que, entre as várias versões, parece existir uma relação mais de tipo filial, do que propriamente de descendência. Atente-se, neste sentido, ao cotejo entre “Saudade” (MELLO, 1961: 49) e “Apolo” (BNP, E14, cx. 22 [pasta 125]), ilustrado na fig. 2, onde é possível identificar alguns versos parcialmente comuns, que aliás aparecem dispostos em posição divergente. No exemplo em apreço, a dificuldade será tanto maior, se pensarmos que as transcrições

apresentadas correspondem apenas a dois dos dezanove testemunhos até agora coligidos para um conjunto textual mais vasto, em que é possível identificar várias versões, com fenómenos extremos de variação entre si.

FIGURA 2: Colação automática de dois testemunhos através da ferramenta Juxta.



Em situações deste tipo, poderíamos talvez perguntar qual o grau de variação necessário para que se instaure uma nova versão, e se duas versões tão díspares poderão ser encaradas como textos independentes:

Of the problems concerning the concept of versions [...], there are two that should be mentioned [...]. The first is the problem of determining when the developing version has reached a degree of coalescence that can be identified as an essayed version. The second is the problem of determining if and when a second version

has coalesced that should be considered as separate from the first. To discuss these problems we need several related concepts: *time*, *content*, *function*, and *material*. One should also note that concepts of *intention* and *authority* are crucial to the idea of versions (SHILLINGSBURG, 2000: 69-70).

Para responder à primeira pergunta, Peter Shillingsburg identificou quatro fatores que nos podem ajudar a aferir o grau de variação textual (i.e. tempo, conteúdo, função e suporte material). A segunda questão, no entanto, é mais sensível, e tem suscitado posições discordantes. Alguns críticos admitem que uma versão pode dar origem a novo texto, sempre que se quebre um certo grau de continuidade entre dois estádios redacionais (MCLAVERTY, 1991: 138). Outros consideram que, por muito diferentes que possam ser, duas versões nunca se tornam textos distintos, e em circunstância alguma poderão ser editadas separadamente (BRYANT, 2005: 85). John Bryant inclui-se no segundo grupo e recomenda que editemos várias versões em simultâneo (ibidem: 94), assinalando a variação entre diferentes testemunhos e conduzindo os leitores através desses itinerários textuais (ibidem: 123). Em vez de um aparato marginal, que remeta a informação para o rodapé ou para o final do volume, deverão conceber-se estratégias inclusivas, capazes de articular o texto crítico com o aparato, de modo a envolver o leitor, despertando-o para os chamados *prazeres do texto fluído* (ibidem: 133).

Se é certo que a recomendação de Bryant faz todo o sentido (sobretudo quando lidamos com versões autorais), a verdade, porém, é que tais objetivos são difíceis de alcançar em edição impressa. Mesmo que a ideia de um aparato integrado esteja subjacente a várias iniciativas em papel – desde as propostas de Hans Zeller, em inícios dos anos 70 (ZELLER, 1995: 41), até à edição de Hans Walter Gabler para o *Ulysses* (JOYCE, 1984) – poucos são os leitores capazes de decifrar um percurso

de variação através de aparatos codificados, sobretudo quando as versões sejam formalmente muito diferentes. Em situações de variação estrutural que envolvam apenas duas versões, a alternativa mais viável poderá passar por uma edição sinóptica. No entanto, os constrangimentos materiais inerentes ao suporte impresso tornam-se especialmente flagrantes, se em causa estiverem múltiplas versões deste tipo. No caso acima mencionado, por exemplo, teríamos de editar os dezanove testemunhos em páginas consecutivas. Ficariam os leitores impossibilitados de alterar a ordem pela qual escolhêssemos apresentar as versões, ou sequer de empreender um cotejo simultâneo de todos os testemunhos – a não ser que recorrêssemos a um gigantesco desdobrável, semelhante ao proposto por Giuseppe Tavani (vd. BOCHICCHIO, 2008).

Pelo que fica assim exposto, somos levados a concluir que a semiótica particular do códice é demasiado restritiva, para editar textos sujeitos a fenómenos extremos de variação estrutural, como a observada em muitos autores modernistas e, concretamente, na poesia de Pedro Homem de Mello:

The principles outlined above can best be realized, perhaps  
*only* realized, through the extraordinary hypertextual  
features of the electronic medium (BRYANT, 2005: 145).

## 2. Abordagens digitais

Para ultrapassar os constrangimentos descritos e tirar partido da flexibilidade hipertextual<sup>3</sup>, têm surgido nos últimos anos vários projetos de edição eletrónica, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos (FRANZINI et al., 2016: 171), ao ponto de alguns especialistas

---

<sup>3</sup> “*Hypertext*, a term coined by Theodor H. Nelson in the 1960s, refers [...] to [...] text that branches and allows choices to the reader, best read at an interactive screen. As popularly conceived, this is a series of text chunks connected by links which offer the reader different pathways” (LANDOW, 1997: 3).

admitirem que, num futuro próximo, a generalidade das edições críticas e genéticas deverá passar por este suporte:

We are [...] probably only a few years away from the day when e-publication will become the primary format of choice for scholarly editions, with print on demand, in a more sophisticated form than it exists at present, serving as the secondary format for those parts of the edition required by the reader (EGGERT, 2009: 74).

Enquanto as primeiras iniciativas na área encaravam o meio digital como mera plataforma de publicação (não se afastando muito do conceito de *e-book*), a mais recente geração de edições eletrónicas representa já uma verdadeira mudança de paradigma:

Scholarly digital editions are scholarly editions that are guided by a digital paradigm in their theory, method and practice. [...] The scholarly edition undergoes a fundamental change that is triggered by the new possibilities of digital technologies of description, encoding and publication (SAHLE, 2016: 28, 37-38).

Trata-se, na verdade, de um tipo de edição radicalmente diferente, baseado numa lógica abstrata de codificação semântica<sup>4</sup> e na recíproca integração do texto com o aparato, “reconstelando as relações textuais num espaço não coincidente com a ordem bibliográfica” (PORTELA, 2003). A vantagem mais evidente deste tipo de abordagem, no que diz respeito ao tratamento da variação estrutural, reside na possibilidade

---

<sup>4</sup> Notemos, por contraste, a ambiguidade dos símbolos usados em edições tradicionais, onde prepondera uma lógica visual, assente em formações ou caracteres especiais, e por isso também mais sujeita a perdas de informação, nomeadamente na passagem de processadores texto, como Microsoft Word, para programas de paginação, como Adobe InDesign (atualmente usado pelas editoras, na produção de livros).

de compararmos várias versões em simultâneo, sem que nenhuma seja privilegiada hierarquicamente.

Para isso, é necessário que a sintaxe e as linguagens de marcação assumam um lugar de destaque na arquitetura editorial, nomeadamente através de esquemas e marcadores XML, como os que vêm sendo fixados pela Text Encoding Initiative (TEI). Este consórcio, fundado em 1988, tem como objetivo desenvolver uma norma internacional para a representação de textos em formato eletrónico<sup>5</sup>, que venha incrementar o seu processamento. Graças a uma implementação crescente (FRANZINI et al., 2016: 175), com o consequente reforço da interoperabilidade, tem sido possível assegurar, por um lado, o robustecimento das edições e, por outro, a partilha de programas e plataformas em projetos análogos.

Entre os vários recursos disponibilizados pela comunidade TEI, em acesso aberto, destacaremos apenas um, por responder, de forma geral, aos objetivos do nosso projeto e à especificidade dos desafios colocados pela variação estrutural da poesia melliana. Trata-se da Versioning Machine,<sup>6</sup> uma interface gráfica concebida por Susan Schreibman, em 2000, que tem sido adotada em diversas edições, para lidar com fenómenos extremos de variação. A VM 5.0 foi disponibilizada no início de 2016 e tem como grande novidade a funcionalidade HTML5, que, no nosso caso, é particularmente útil para editar poemas adaptados ao fado, pois permite que ficheiros de som e imagem sejam incorporados e alinhados com o texto.

Através da arquitetura hipertextual e de um esquema conforme à norma TEI-P5, a Versioning Machine adequa-se essencialmente a uma abordagem crítico-genética, que privilegie o texto sobre o documento. Assim, as emendas do editor podem ser codificadas usando os elementos <choice>, <sic> e <corr>, enquanto a representação do processo de escrita fica a cargo dos fac-símiles dos manuscritos, do dispositivo

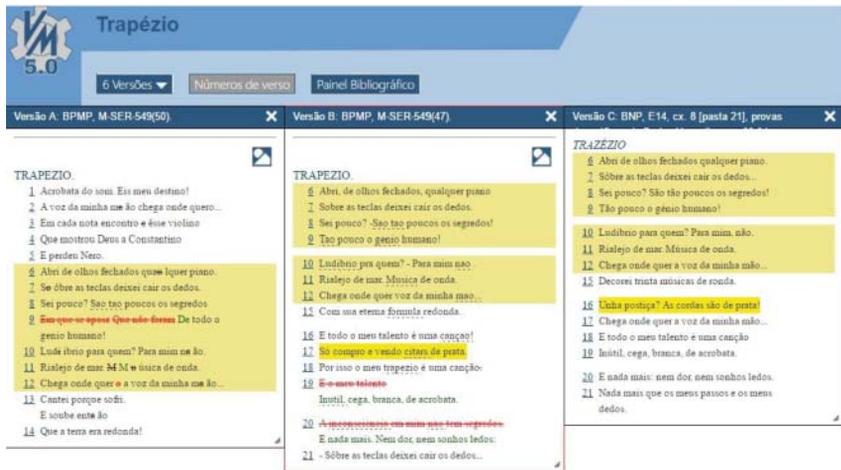
---

<sup>5</sup> Periodicamente revista e aumentada, a versão atual desta norma data de 2012 e designa-se TEI-P5: <<http://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc.readme-2.8.0.html>>.

<sup>6</sup> <[v-machine.org](http://v-machine.org)>

de parágrafe (remetido para notas marginais) e das transcrições dos testemunhos. Estas aparecem depois apresentadas na interface gráfica, numa disposição paralela, como ilustra a fig. 3.

FIGURA 3: Apresentação de três versões de “Trapézio” na Versioning Machine.



No exemplo apresentado, o poema intitula-se “Trapézio” e chegou-nos através de um conjunto de seis testemunhos, que começámos por codificar num único documento XML. A transformação para HTML foi depois executada, usando a opção “Apply Transformation Scenario” do oXygen<sup>7</sup>, de forma a articular na interface os vários painéis das versões, que podem ser seleccionados e (re)ordenados pelo utilizador, em múltiplas combinações possíveis. Para facilitar a visualização, optámos por seleccionar, na fig. 3, três versões, onde a variação estrutural é evidente: os cinco versos iniciais de A encontram-se omitidos em B e C, enquanto os dois últimos versos de A aparecem substituídos em B, por um bloco de sete versos, depois reescrito em C.

<sup>7</sup> Sobre este editor XML, vd.: <<https://www.oxygenxml.com>>

A interface da Versioning Machine permite que o utilizador interaja criticamente com a dinâmica da revisão, comparando aqueles blocos de texto, a par de outras marcações verso a verso ou palavra a palavra, que tenham sido codificadas pelo editor. Estas podem ocorrer em correspondência direta (e.g. versos 21 B e 21 C), ou entre diferentes versos de cada versão (e.g. versos B 17 e C 16).

Para que tal seja possível, é necessário que as transcrições dos testemunhos sejam sequenciadas e justapostas num aparato integrado, conforme prescrito pela norma TEI (que estabelece três métodos diferentes de codificar o aparato crítico: método de segmentação paralela, método de localização referenciada e método de dupla adjunção<sup>8</sup>). O esquema suportado pela Versioning Machine admite documentos codificados apenas com dois dos procedimentos prescritos pela Text Encoding Initiative, que poderão ser escolhidos pelo editor, em função da natureza do texto e dos problemas colocados. Enquanto o método de segmentação paralela constitui a abordagem mais simples e vantajosa (sendo por isso também o preferido pela generalidade dos editores<sup>9</sup>), nem sempre consegue lidar com a sobreposição de elementos e estruturas, que caracteriza o tipo de variação descrita neste artigo. Para ultrapassar o desafio, devemos, pois, recorrer ao método de localização referenciada, em que os vários versos correspondentes podem ser associados, através de um atributo <loc>, adicionado aos respetivos aparatos:

FIGURA 4: Codificação dos versos C 16 e B 17 do poema “Trapézio”.

```
<1 n="16">
  <app loc="c30">rdg wit="#C #D #E #F">Unha postieça? As cordas são de prata!</rdg></app>
</1>
<1 n="17">
  <app loc="c30">rdg wit="#B">Sô compro e vendo <choice><sic>citaras</sic><corr>citaras</corr></choice>
  de prata.</rdg></app>
  <app loc="b28">rdg wit="#C #D #E #F">Chega onde quer a voz da minha mão...</rdg></app>
</1>
```

<sup>8</sup> Vd. “TEI Guidelines”, capítulo 12 (“Critical Apparatus”), max. secção 12.2 (“Linking the Apparatus to the Text”): <<http://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/TC.html>>

<sup>9</sup> Sobre a preferência do método de segmentação paralela sobre os restantes, vd.: <[http://wiki.tei-c.org/index.php/Critical\\_Apparatus\\_Workgroup](http://wiki.tei-c.org/index.php/Critical_Apparatus_Workgroup)>

Tal mecanismo fará que, ao passar o cursor sobre um dos versos associados com o mesmo valor de localização, o utilizador veja realçarem-se, na interface gráfica, todas as variantes correlatas, independentemente da posição divergente que estas possam ocupar nas versões apresentadas.

Trata-se enfim de uma representação dinâmica da variação, significativamente distinta da que nos é facultada por abordagens estáticas e tradicionais. Lá onde as edições impressas privilegiam a fixação de um texto (modelo crítico) ou uma perspetiva teleológica (modelo genético), edições digitais deste tipo evidenciam uma conceção barthesiana de metamorfose textual, que é intrínseca às obras do período modernista, pois, como vimos, os seus autores reviam os textos mais frequentemente, mais estrutural e experimentalmente (SULLIVAN, 2013: 22). Daí que a decisão de editar a poesia de Pedro Homem de Mello através de uma abordagem heurística em suporte digital não seja apenas uma questão de forma ou de representação. Implica, mais que tudo, uma reconceptualização do próprio texto, entendido como entidade plural e fluída, que se transforma continuamente, assumindo várias manifestações:

In contrast to the one-text paradigm of the print edition, the digital edition shows a strong tendency towards multiple texts. Varying forms of text are not just teleologically moving toward one final goal. Rather, this conveys and embodies a pluralistic *notion* of text (SAHLE, 2016: 30-31).

## Conclusão

Por tudo isto, concluiremos que uma abordagem digital, suportada pela codificação TEI, constitui talvez a solução mais adequada para editar a poesia de Pedro Homem de Mello – um autor que, em consonância

com o seu tempo, submetia os textos a processos de revisão vertical, conferindo-lhes uma mobilidade intrínseca que coincide enfim com o conceito de hipertexto eletrónico:

o hipertexto traz uma resposta tecnológica à [...] reconceção [pós-moderna] da textualidade (que passa por aspectos como o abandono da linearidade, o texto como rede, o texto aberto, a dispersão do texto, a questão da intertextualidade, o tema dos múltiplos começos e fins e o descentramento do texto) (FURTADO, 2010: 42).

## Referências

BOCHICCHIO, Maria. **A crítica genética e a estética da produção: o modelo Tavani**. Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas. [Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto], 2006 [2008], II Série, vol. XXIII, p. 261-282.

BRYANT, John. **The Fluid Text: a Theory of Revision and Editing for Book and Screen**. 4.<sup>a</sup> ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005.

EGGERT, Paul. **The Book, the E-text and the ‘Work-site’**. In: DEEGAN, Marilyn; SUTHERLAND, Kathryn (ed.). Text Editing, Print and the Digital World. Farnham: Ashgate, 2009, p. 63-82.

FRANZINI, Greta; TERRAS, Melissa; MAHONY, Simon. **A catalogue of digital editions**. In: DRISCOLL, Matthew J.; PIERAZZO, Elena (org.). Digital Scholarly Editing: Theories and Practices. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, p. 161-182.

FURTADO, José Afonso. **Hipertexto *revisited***. Letras de Hoje. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010, vol. 45, n.º 2, p. 31-55. <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/7525/5395>> [abril de 2016]

JOYCE, James. **Ulysses: A Critical and Synoptic Edition** (ed. Hans Walter Gabler, Wolfhard Steppe, Claus Melchior). New York: Garland, 1984.

LANDOW, **George P. Hypertext 2.0: The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology**. Baltimore-London: John Hopkins University Press, 1997.

MCLAVERTY, James – **Issues of identity and utterance: an intentionalist response to “textual instability”**. In: COHEN, Philip (ed.). *Devils and Angels: Textual Editing and Literary Theory*. Charlottesville-London: University Press of Virginia, 1991, p. 134-151.

MELLO, Pedro Homem de. **Eternidade**. Soberania do Povo [Águeda, s.n.], 1947, n. 5435, p. 4; n. 5436, p. 4.

\_\_\_\_\_. **Trapézio** [provas tipográficas do livro *Bodas Vermelhas*, 1947, p. 93-94]. Biblioteca Nacional de Portugal. E14, cx. 8 [pasta 21].

\_\_\_\_\_. **Expulsos do Governo da Cidade**. Porto: Livraria Galaica, 1961.

\_\_\_\_\_. **Apolo** [dactiloscrito]. Biblioteca Nacional de Portugal. E14, cx. 22 [pasta 125].

\_\_\_\_\_. **Trapézio** [dactiloscrito]. Biblioteca Pública Municipal do Porto. M-SER-549(50).

\_\_\_\_\_. **Trapézio** [dactiloscrito]. Biblioteca Pública Municipal do Porto. M-SER-549(47).

PEREIRA, Elsa. **Da revisão autoral na poesia de Valter Hugo Mãe:** as edições de *três minutos antes de a maré encher*. In: NOGUEIRA, Carlos (org.). *Nenhuma Palavra É Exata: Estudos sobre a Obra de Valter Hugo Mãe*. Porto: Porto Editora, 2016, p. 60-74.

PORTELA, Manuel. **Hipertexto como Metalivro**, 2003. <[http://www1.ci.uc.pt/pessoal/mportela/arslonga/MPENSAIOS/hipertexto\\_como\\_metalivro.htm](http://www1.ci.uc.pt/pessoal/mportela/arslonga/MPENSAIOS/hipertexto_como_metalivro.htm)> [abril de 2016]

SAHLE, Patrick. **What is a Scholarly Digital Edition?** In: DRISCOLL, Matthew J.; PIERAZZO, Elena (org.). *Digital Scholarly Editing: Theories and Practices*. Cambridge: Open Book Publishers, 2016, p. 30-31.

SHILLINGSBURG, Peter L. **Resisting Texts: Authority and Submission in Constructions of Meaning**. 4.<sup>a</sup> ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

SULLIVAN, Hannah. **The Work of Revision**. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

TANSELLE, G. Thomas. **Textual Criticism and Editing**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1990.

ZELLER, Hans. **Record and interpretation: analysis and documentation as goal and method of editing**. In: GABLER, Hans Walter; BORNSTEIN, George; PIERCE, Gillian Borland (ed.). *Contemporary German Editorial Theory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995, p. 17-58.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016

# ENTRE A CODICOLOGIA E O ESTUDO DE ABREVIATURAS CONSTANTES EM UMA AÇÃO DE DESQUITE DO SÉCULO XX

Josenilce Rodrigues de Oliveira BARRETO  
Mestre em Estudos Linguísticos  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

## RESUMO

*O trabalho do filólogo centra-se, principalmente, na edição de textos. Ao realizar esta atividade, são levados em consideração os aspectos extrínsecos e intrínsecos ao corpus, o que permite que o conhecimento acerca do estado de conservação e das características inerentes ao documento sejam conhecidas pelo público interessado. Pensando nisso, apresentamos, neste artigo, uma breve descrição codicológica de uma ação de desquite lavrada entre 1919 a 1922 em Feira de Santana - Ba, bem como o levantamento e análise das abreviaturas constantes no referido documento. Assim, após o levantamento dos aspectos codicológicos do documento, analisamos 99 abreviaturas. Destas, 18 foram classificadas por siglas, 29 por apócope, 9 por síncope, 31 por letras sobrepostas e 12 por letras numerais. Para a realização das análises codicológicas e das abreviaturas, utilizamos como aporte teórico CAMBRAIA (2005), COSTA (2007) e SPINA (1994).*

## ABSTRACT

*The philologist's central work is the text edition. By doing this activity, the intrinsic and extrinsic aspects to the corpus are considered, what allows the knowledge on the conservation and the inner characteristics of the document to be known by the target audience. Considering that, we present in this article a brief codicological description of a divorce action wrought around 1919 and 1922 in Feira de Santana-BA, as well as the collection and analysis of the frequent abbreviations found on the document. Thus, after the collection of the codicological aspects of the document, we analyzed 99 abbreviations from which 18 were classified by initials, 29 by apocope, nine by syncope, 31 by superimposed letters and 12 by numeral*

*letters. To perform the codicological and abbreviation analysis, we used CAMBRAIA (2005), COSTA (2007) and SPINA (1994) as theoretical references.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Abreviaturas. Ação de desquite. Codicologia.*

## KEYWORDS

*Abbreviations. Divorce Action. Codicology.*

## Introdução

É árduo o trabalho do filólogo, por se tratar de uma tarefa em que sejam necessários conhecimentos de áreas diversas quando se tem um texto em mãos “aguardando” edição. Editar filologicamente já foi uma atividade feita sem muito rigor científico, entretanto desde que a Filologia adquiriu o *status* de ciência, no século XIX, isso mudou, pois atualmente as edições, consideradas fidedignas e aceitas para pesquisas científicas, só são creditadas se possuírem critérios bem elaborados e apresentados claramente.

Ao se falar em Filologia - ciência muito antiga, mas pouco conhecida pelo público em geral – tem-se em mente a assertiva de que o labor filológico abrange muito mais do que, simplesmente, transcrever quaisquer textos. A referida ciência abarca desde conhecimentos paleográficos à linguísticos, codicológicos, históricos, culturais etc. Assim, dentre esses saberes, quando tratamos especificamente daqueles concernentes ao labor filológico, deparamo-nos com, por exemplo, a codicologia que trata da descrição do estado de conservação de determinado documento, o que nos leva a conhecer melhor o suporte físico, sua origem, sua datação, seu conteúdo, sua composição etc. Dito isto, neste trabalho, apresentamos a descrição, o levantamento e uma breve análise de abreviaturas constantes em uma ação de desquite lavrada entre a primeira e a segunda décadas do século XX.

## 1. Da descrição às abreviaturas: analisando uma ação de desquite do século XX

Segundo CAMBRAIA (2005, p. 26, grifo do autor), a “[...] codicologia consiste basicamente no *estudo da técnica do livro manuscrito*”. Sendo assim,

[...] Além de permitir uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos, os conhecimentos codicológicos também são utilizados mais pragmaticamente na descrição de códices, a qual deve constar na edição de textos preservados em manuscritos [...] (CAMBRAIA, 2005, p. 27).

Dito isto, eis algumas ponderações codicológicas: o processo judicial de desquite solicitado por Dona Albertina da Motta Barretto, autora, encontra-se sob a guarda do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, órgão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a classificação: Estante 03, Caixa 65 e Documento 753.

O documento encontra-se em razoável estado de conservação, não possui capa nem contracapa, mas há uma ficha catalográfica anexada ao primeiro fólio, que foi colocada pelos estagiários do CEDOC como forma de identificação do referido documento. Há também algumas manchas e borrões causados pela tinta utilizada no texto, sendo que existe variação de, pelo menos, três tipos delas: uma mais forte, outra mais clara, ambas pretas; e tinta de cor azul nos fólios datilografados.

Notamos, também, a presença de alguns selos estaduais, um carimbo com o nome de um dos escrivães, rubricas de dois escrivães e numeração (1 a 97) em todos os fólios rectos e um carimbo em alto relevo, nos fólios datilografados, com a inscrição “Dr. José Maria Neves”, que foi advogado do réu. Existe também um barbante na cor vermelha que, através de uma costura, prendia todos os fólios, mas, atualmente, a

maioria dos fólhos se encontra solta e poucos deles permanecem presos a esse cordão.

Ainda na descrição intrínseca, notamos a existência de algumas expressões escritas em latim; alguns trechos do documento grifados pelos escrivães, os quais buscavam, através da sublinha, destacar fatos/acontecimentos considerados importantes por eles; além do próprio documento, que é um rico manancial de informações da época vigente.

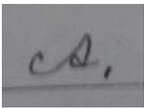
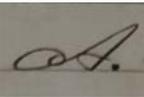
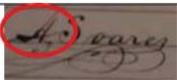
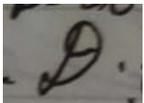
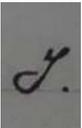
Outra característica que merece ser pontuada é a presença de abreviaturas ao longo do texto. Abreviar palavras é uma atividade que remonta desde a época romana, quando os escribas redigiam todo o discurso falado em praça pública. Entretanto, na Idade Média, houve uma tentativa de impedir o uso frequente de abreviaturas, mas essa medida não obteve o sucesso esperado pelo fato de que essa prática recorrente proporcionava a economia do suporte material em função de sua escassez e preço. Ademais, durante o período renascentista essa atividade continuou com mais força, tornando-se, portanto, necessária a publicação de tábuas que continham os significados das siglas a fim de facilitar a leitura (SPINA, 1994).

Sob tal entendimento, de acordo com SPINA (1994), as abreviaturas podem ser classificadas em seis tipos, a saber: abreviaturas por siglas; abreviaturas por apócope; abreviaturas por síncope; abreviaturas por letras sobrepostas; abreviaturas por signos especiais de abreviação; e letras numerais.

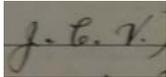
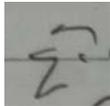
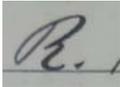
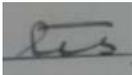
A abreviatura por sigla é pautada na representação da palavra pela sua letra inicial; a abreviatura por apócope consiste na supressão de elementos finais do vocábulo; a abreviatura por síncope apresenta-se mediante a supressão de elementos gráficos do meio do vocábulo; a abreviatura por letras sobrepostas consiste na sobreposição da última ou últimas letras da palavra; a abreviatura por sinais especiais constitui-se na presença de um sinal colocado no início, meio ou fim da palavra, a fim de indicar os elementos ausentes; e as letras numerais designam quantidades e marcos cronológicos (SPINA, 1994; COSTA, 2007).

Partindo de tal classificação, os tipos de abreviaturas encontrados no documento estudado foram:

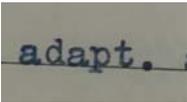
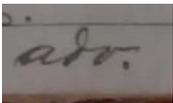
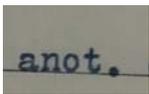
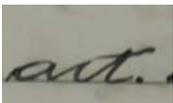
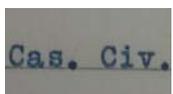
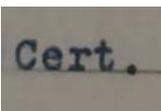
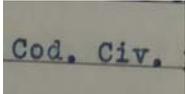
QUADRO 1 - Abreviaturas por siglas

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Ocorrências
	A.	<i>Auctor</i>	1
	A.	<i>Auctora</i>	52
	A. Soares	<i>Augusto Soares</i>	2
	João C. Vital	<i>João Carneiro Vital</i>	4
	D.	<i>Dona</i>	47
	I.	<i>Indeferimento</i>	1
	J.	<i>Jacinto</i>	1
	j.	<i>Junta</i>	1

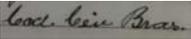
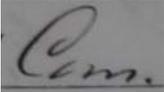
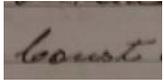
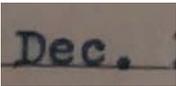
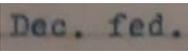
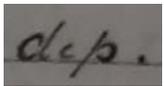
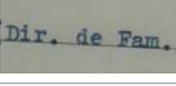
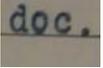
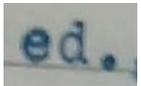
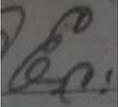
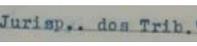
ENTRE A CODICOLOGIA E O ESTUDO DE ABBREVIATURAS CONSTANTES EM UMA AÇÃO DE DESQUITE DO SÉCULO XX

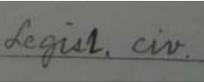
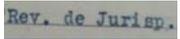
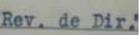
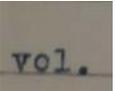
	j.	<i>Junte</i>	1
	J.	<i>Justiniano</i>	1
	J.C.V.	<i>João Carneiro Vital</i>	2
	P.	<i>Pede</i>	3
	q.	<i>Que</i>	1
	r.	<i>Reis</i>	1
	R.	<i>Réo</i>	29
	tes.	<i>Testemunhas</i>	4
	V.	<i>Ver</i>	10
	v.	<i>Verso</i>	19

QUADRO 2 - Abreviaturas por apócope

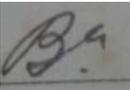
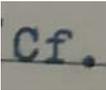
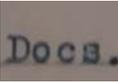
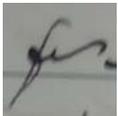
Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Ocorrências
	adapt.	<i>Adaptado</i>	1
	adv.	<i>Advogado</i>	11
	anot.	<i>Anotado</i>	3
	art.	<i>Artigo</i>	33
	Cas. Civ.	<i>Casamento Civil</i>	1
	Cert.	<i>Certidão</i>	6
	cit.	<i>Citada</i>	2
	cit.	<i>Citado</i>	3
	Cod.	<i>Código</i>	5
	Cod. Civ.	<i>Código Civil</i>	19

ENTRE A CODICOLOGIA E O ESTUDO DE ABREVIATURAS CONSTANTES EM UMA AÇÃO DE DESQUITE DO SÉCULO XX

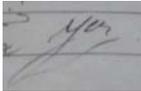
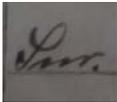
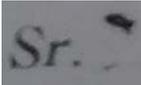
	Cod. Civ. Bras.	<i>Código Civil Brasileiro</i>	8
	Com.	<i>Comandantes</i>	1
	Const.	<i>Constituição</i>	1
	Dec.	<i>Decreto</i>	4
	Dec. fed.	<i>Decreto federal</i>	2
	dep.	<i>Depoimento</i>	1
	Dir.	<i>Direito</i>	1
	Dir. de Fam.	<i>Direito de Família</i>	3
	doc.	<i>Documento</i>	1
	ed.	<i>Edição</i>	3
	Esc.	<i>Escrivão</i>	1
	est.	<i>Estadual</i>	2
	Jurisp. dos Trib.	<i>Jurisprudência dos Tribunais</i>	2

	Legisl. Civ.	Legislação Civil	1
	loc.	Locução	1
	Proc. Est.	Processo Estadual/ Processo Estadual <sup>1</sup>	3
	Rev. de Jurisp.	Reverência de Jurisprudência	1
	Rev. de Dir.	Reverendo de Direito	2
	vol.	Volume	9

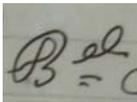
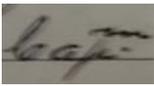
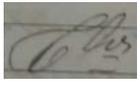
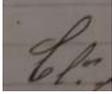
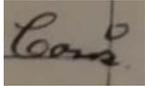
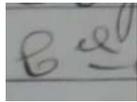
QUADRO 3 - Abreviaturas por síncope

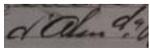
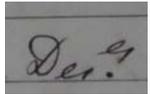
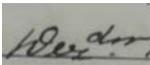
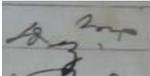
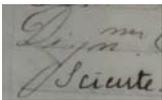
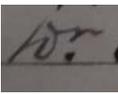
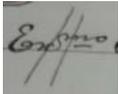
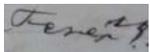
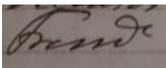
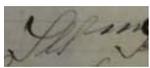
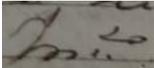
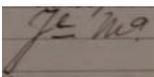
Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Ocorrências
	Ba.	Babia	5
	Cf.	Conferir	1
	Docs.	Documentos	1
	fl.	Folha	17
	fls.	Folhas	38

<sup>1</sup> Ao longo do documento essa expressão é grafada, pelos escrivães, ora com u ora com o. Diante disso, optamos por desdobrar a abreviatura **Proc. Est.** com ambas as formas gráficas.

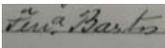
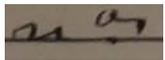
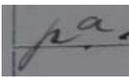
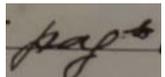
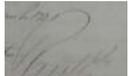
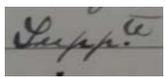
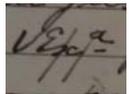
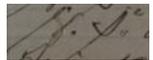
	Jr.	<i>Junior</i>	1
	Segs.	<i>Seguintes</i>	2
	Snr.	<i>Senhor</i>	76
	Sra.	<i>Senhora</i>	2

QUADRO 4 - Abreviaturas por letras sobrepostas

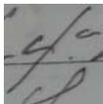
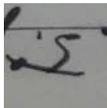
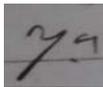
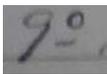
Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Ocorrências
	B <sup>el</sup> .	<i>Bacharel</i>	1
	Cap <sup>m</sup> .	<i>Capitã</i>	2
	C <sup>loes</sup>	<i>Condições</i>	4
	Cl <sup>os</sup> .	<i>Conditos</i>	3
	Cons <sup>o</sup> .	<i>Conselheiro</i>	1
	C <sup>el</sup> .	<i>Coronel</i>	2

	d'Alm <sup>da</sup> .	d'Almeida	48
	Des <sup>es</sup> .	Desembargadores	11
	Dez <sup>dor</sup> .	Dezembargador	1
	Dez <sup>bro</sup> .	Dezembro	1
	Dign <sup>mo</sup> .	Digníssimo	1
	D <sup>r</sup> .	Doutor	82
	Ex <sup>mo</sup> .	Excellentíssimo	31
	F <sup>a</sup> .	Feira	1
	Ferr <sup>a</sup> .	Ferreira	3
	Fever <sup>ro</sup> .	Fevereiro	3
	Fran <sup>co</sup>	Francisco	77
	Ill <sup>mo</sup>	Illustríssimo	4
	Jn <sup>no</sup> .	Janeiro	1
	J <sup>c</sup> . M <sup>a</sup> .	Jose Maria	1

ENTRE A CODICOLOGIA E O ESTUDO DE ABREVIATURAS CONSTANTES EM UMA AÇÃO DE DESQUITE DO SÉCULO XX

	Ferr <sup>a</sup> . Bastos	Ferreira Bastos	1
	n <sup>o</sup> .	Numero	22
	n <sup>os</sup> .	Números	2
	p <sup>a</sup> .	Para	1
	pag <sup>s</sup> .	Páginas	4
	Proc <sup>or</sup> .	Procurador	1
	Prom <sup>or</sup> .	Promotor	1
	Rmtt <sup>dos</sup> .	Remettidos	1
	Supp <sup>te</sup> .	Supplicante	15
	V. Ex <sup>a</sup> .	Vossa Excellencia	14
	V. S <sup>a</sup> .	Vossa Senhoria	11

QUADRO 5 - Letras numerais

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Ocorrências
	1ª	Primeira	3
	2ª	Segunda	3
	2º	Segundo	14
	3º	Terceiro	6
	4ª	Quarta	1
	5º	Quinto	1
	7ª	Sétima	1
	9º	Nono	1
	II	Dois	2
	Iº	Primeiro	12
	IV	Quatro	11
	V	Quinto	1

## Conclusão

O labor filológico é uma atividade que envolve dedicação e atenção em todos os detalhes, sejam históricos, linguísticos, codicológicos ou paleográficos concernentes ao texto. Assim, antes de fazer a edição de quaisquer documentos, o filólogo precisa observar, descrever e sistematizar todas as características intrínsecas e extrínsecas, a fim de deixar claro para o leitor qual o estado de conservação do documento antes de ser editado, isso inclui a existência de carimbos, selos, emblemas, assinaturas, tipos de letra, manchas, borrões, rasuras, perfurações, intervenção ou não de terceiros, existência e classificação de abreviaturas, etc., constantes no texto, descrição esta que garante mais credibilidade ao trabalho desenvolvido filologicamente.

Assim, ao descrever extrínseca e intrinsecamente a ação ordinária de desquite de dona Albertina da Motta Barretto, foi necessário o registro dos fac-símiles, através de fotografias digitais, de todo o texto, o que garante, para a posteridade, a manutenção da originalidade de todo o documento. Ao levantar as abreviaturas constantes no texto, foi necessário classificá-las e desdobrá-las, a fim de facilitar a leitura das informações presentes no documento, já que toda leitura paleográfica faz-se a partir do conhecimento preciso do sistema abreviativo de determinada época/ documento, o que é imprescindível ao trabalho do filólogo. Assim, das 99 abreviaturas encontradas, 18 foram classificadas por siglas, 29 por apócope, 9 por síncope, 31 por letras sobrepostas e 12 por letras numerais, o que evidencia uma necessidade do escrivão de escrever rápido, economizar suporte físico e de conhecimento do sistema abreviativo vigente.

Portanto, a partir das análises codicológicas e paleográficas (neste caso das abreviaturas) realizadas, a leitura do texto poderá ser facilitada para que pesquisadores de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a História, a Linguística, a Sociologia, o Direito, enfim, possam trabalhar em cima do documento aqui analisado. Dessa forma, o labor

filológico vem permitindo que outros saberes sejam trazidos à tona, a saber: a cultura e as estórias circunscritas em tais documentos, o que corrobora a cientificidade da Filologia no que concerne ao conhecimento da língua, da cultura e das sociedades que produziram tais textos em épocas pretéritas.

## Referências

CAMBRAIA, César Nardelli. **Crítica textual. Introdução à crítica textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Renata Ferreira. **Edição semidiplomática de *Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*.** 2007. 558f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10012008-112512/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: Crítica textual.** 2. ed. São Paulo: Ars Poetica/ Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016

# ARCHIVOS EM DEBATE: POR UMA HISTORIOGRAFIA DA CRÍTICA TEXTUAL DE AUTORES BRASILEIROS

Phablo Roberto Marchis FACHIN  
Universidade de São Paulo (USP)

Maiara MIRANDA  
Universidade de São Paulo (USP)

Suellen Carneiro da SILVA  
Universidade de São Paulo (USP)

Mariana Barbosa de SOUZA  
Universidade de São Paulo (USP)

Luccas Eduardo Castilho MALDONADO  
Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*Este artigo visa problematizar o trabalho do filólogo no exercício da Edótica, tendo como escopo a historiografia da Crítica Textual de autores brasileiros. Partindo da análise metodológica empregada pela Coleção Archivos, busca-se compreender os caminhos que pantaram as escolhas dos editores, com base nos testemunhos deixados por cada escritor, a fim de minimizar as corrupções causadas ao longo da transmissão dos textos. Desse modo, apresenta-se uma discussão sobre a relevância de um texto fidedigno para a atuação do pesquisador no campo dos estudos literários.*

## ABSTRACT

*This article aims to discuss the work of the philologist in the exercise of Edótica, with the scope of the historiography of textual criticism by Brazilian authors. Based on the*

*methodological analysis employed by the Archives Collection, we want to understand the ways that guided the choice of editors, based on testimonies left by every writer in order to minimize the corruptions caused along the transmission of texts. Thus, it presents a discussion of the relevance of a reliable text for the work of the researcher in the field of literary studies.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Filologia Portuguesa. Coleção Archivos. Crítica textual. Crítica Genética. Literatura brasileira.*

## KEYWORDS

*Portuguese Philology. Archivos Collection. Textual Criticism. Genetic Criticism. Brazilian Literature.*

## Introdução

A preocupação com o apuro do texto é antiga e sempre esteve latente no contexto da Filologia e da Crítica Textual. Na tradição manuscrita medieval, por exemplo, textos com mais de um testemunho, com original ausente, podiam apresentar alterações pela intervenção do copista durante o processo de transmissão. Na moderna, em que teoricamente a tradição pode contar com manuscritos do autor ou textos que passaram por seu aval, alterações apareciam tanto na tradição manuscrita quanto na impressa. Em ambos os casos, o texto que se tinha em mãos se distanciava daquele composto originalmente<sup>1</sup>. A diversidade entre testemunhos de uma mesma obra deve provocar, portanto, a pesquisa das fontes: originais do autor, edição revisada pelo autor, alguma edição alterada por editores, ou ainda acúmulo de erros sobrepostos ao longo de sua tradição.

---

<sup>1</sup> “A circulação, a transmissão de uma obra, - manuscrita ou impressa – traz consigo erros que podem enturvar, quando não modificar radicalmente, seu conteúdo” (TOVAR, 2004: 41).

Historicamente, essa busca pelo estabelecimento dos textos, com o intuito de reconstituí-los à sua genuinidade, em recuperar o patrimônio de uma cultura através da edição e sua reconstrução, literários ou não, tem sido acompanhada por um conjunto, muitas vezes conflitantes, de teorias e métodos, diferentes maneiras de olhar o texto, sua tradição e o seu estabelecimento. Diante de uma complexa história metodológica, é natural que surjam dúvidas sobre qual caminho seguir. O entendimento desse processo, sem perder de vista as particularidades de cada obra, também passa por um emaranhado de complexidades.

Quais seriam, então, os procedimentos indispensáveis para a realização de um trabalho de Crítica Textual? Como se familiarizar com todo esse conhecimento, com todo esse método rigoroso de investigação histórico-cultural e genética? Como fazer com que estudantes de graduação, futuros pesquisadores e professores de literatura, se familiarizem com esse tipo de estudo e valorizem os textos genuinamente estabelecidos?

Há manuais que recorrentemente são mencionados em estudos críticos, entre eles, Azevedo Filho (2004), Spina (1977), Spaggiari e Peruggi (2004), Cambraia (2005), Blecua (1983), que proporcionam essa caminhada inicial. De diferentes perspectivas, transmitem o conhecimento inicial sobre a ciência em questão e os procedimentos disponíveis, porém nem sempre a tradição de determinada obra é modelar como nos manuais de Crítica Textual conhecidos. Não se trata de um mero seguimento técnico de procedimentos pré-estabelecidos. Definitivamente, não há uma receita para o trabalho filológico de Crítica Textual. Isso não implica abrir mão de metodologias. Vai por um caminho muito tortuoso quem age assim ou procura sucumbir histórias complexas de transmissão textual e literária aos limites impostos pela cientificidade de métodos elevados a *cânone*.

É preciso enfrentar o texto e a sua história, em busca de sua forma de transmissão, de identificar suas particularidades, os traços da pena do autor, ou modernamente, dos caracteres datiloscritos ou digitais. Nesse momento, importa como a história do texto se apresenta e o caminho

a percorrer para alcançar tal objetivo e reconstituir a sua história ao seu estado genuinamente autoral.

Na tentativa de responder a essas perguntas e alcançar o conhecimento básico relacionado a trabalhos de Crítica Textual de autores da literatura do Brasil, criou-se em 2015 o projeto de pesquisa *Historiografia da crítica textual de autores brasileiros*, o qual objetiva o desenvolvimento de competências acadêmicas indispensáveis para o contato com o texto literário, o respeito à sua história de transmissão e à fidedignidade autoral.

O projeto integra uma ação que visa aproximar alunos da graduação a assuntos filológicos, principalmente no que tange os estudos literários. O estudo da Crítica Textual mostra-se fundamental para a compreensão das transformações sofridas pelo texto ao longo dos anos e dos processos editoriais. Tal consciência desperta o interesse pela busca de um material menos corrompido e deformado de seus sentidos, a fim de evitar a ocorrência de erros grosseiros de análise. Principalmente quando se refere a alunos de Letras, que estão constantemente em contato com textos literários consagrados.

É muito significativo, portanto, compreender o processo de transmissão dos textos, principalmente literários, entender todas as etapas do trabalho de reconstituição de uma obra, previstas em manuais de Crítica Textual, e também contrastar com o que tem sido feito em termos práticos no contexto literário brasileiro. Verificar, dessa forma, que os textos disponíveis chegam a apresentar diferenças relevantes e comprometedoras da sua fidedignidade, a ponto de instalar-se a dúvida de qual seria o original do autor nesta e naquela passagem: o autor escreveu isso ou aquilo? Há obras que poderiam alimentar a hipótese de duas tradições, uma ao lado da outra mais curta, ou de outra em que tal trecho ou tais cenas não aparecem. O público leitor, apenas ocasionalmente, toma conhecimento de parte do problema, e a tradição impressa avança intrépida multiplicando edições com problemas sobrepostos (FACHIN et al., 2010).

A par dessas considerações, neste texto apresentamos alguns resultados do projeto em questão. O estudo envolve diferentes áreas, integradas entre si: Filologia e Crítica Textual, Literatura e História. Com base em perspectiva essencialmente filológica, relacionada aos estudos literários, busca-se compreender a história dos textos e como foram transmitidos ao longo do tempo, isto é, a sua tradição. O *corpus* é composto por edições críticas de autores brasileiros publicados pela Coleção Archivos, *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade, *Crônica da Casa Assassinada*, de Lúcio Cardoso, *A Paixão Segundo GH*, de Clarice Lispector, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e pela edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada fora da coleção.

## 1. O projeto *Historiografia da crítica textual de autores brasileiros*

De acordo com CANDIDO (2005:13), “o estudioso de literatura visa essencialmente ao conhecimento e análise do texto literário. Este apresenta dois aspectos básicos: a) acessório; b) essencial”. O primeiro seria a sua realidade material (aspecto, papel, caligrafia, tipo, estado do texto), mais a sua história (por quem, como, onde, quando, em que condições). O segundo, a sua realidade íntima e finalidade verdadeira, a sua natureza, significado, alcance artístico, de certo modo, a sua alma. O estudo de textos literários e da sua história, baseado em princípios filológicos, pautados pela Crítica Textual, cumpre esses dois critérios. Por um lado, na medida em que se vai às fontes, realiza-se importante função do trabalho filológico, de acordo com Spina (1994), em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a sua gênese e transmissão. Por outro, por se tratar de trabalho que tem como base o confronto do conjunto de testemunhos que compõem a tradição de determinada obra, pratica-se o estudo das transformações pelas quais

o texto passou, do estilo do autor e do que se denomina em Filologia o seu *usus scribendi*, isto é, a utilização estilística da língua pelo autor e as formas linguísticas de uma determinada época. Dessa maneira, como defende CARVALHO e SILVA (1994:57),

a Crítica Textual, com o seu método rigoroso de investigação histórico-cultural e genética, toma os textos como expressões da cultura pessoal ou social, com as preocupações fundamentais de averiguar a autenticidade dos mesmos e a fidedignidade da sua transmissão através do tempo, e de cuidar de interpretá-los, prepará-los e reproduzi-los em edições que se identifiquem ou se aproximem o mais possível da vontade dos autores ou dos testemunhos primitivos de que temos conhecimento.

Levando-se em conta princípios metodológicos da Filologia, por meio de análise de trabalhos de Crítica Textual, o projeto em questão, como mencionado, procura desenvolver competências acadêmicas indispensáveis para o estudante de graduação em Letras, principalmente em Iniciação Científica, no contato com o texto literário, o respeito à sua história de transmissão e à fidedignidade autoral. A relevância da pesquisa reside no fato de que ainda há muitas edições corrompidas de obras consagradas, com diferenças encontradas em edições da mesma obra de autores nacionais que levantam dúvidas em relação ao texto de que se valeram as editoras.

Em recente publicação, Moreira (2011:48), ao citar o filólogo Antônio Houaiss, questiona a universalização e a aplicação generalizada do método editorial da Crítica Textual a todo tipo de obra, “como se a historicidade dos textos a serem editados não demandasse ao editor e ao método por ele escolhido, no mínimo, adaptações ou acomodações apropriadas às suas peculiaridades históricas”. O processo de simplificação dos procedimentos analítico-interpretativos

está presente em diversos trabalhos realizados sob a denominação de moderna Filologia, ocasionando, muitas vezes, equívocos interpretativos e induções a uma crítica distanciada do alcance literário do autor e de sua obra. Hansen (2011:19), resume com autoridade toda essa problemática:

[...] o exame da manuscritura permite relativizar e tornar inconsistentes as interpretações dos poemas do *corpus* de Gregório de Matos por meio de categorias filológicas que universalizam pressupostos românicos sobre o tempo, a história, a arte e a subjetividade. Em geral, são usadas para quaisquer textos de qualquer formação histórica, como as categorias *origem, autenticidade, autoridade, unicidade, genuinidade, originalidade, autoria individualizada, primeira intenção autoral*.

O projeto de pesquisa *Historiografia da crítica textual de autores brasileiros* tem como objetivo específico a análise de edições críticas de obras da literatura brasileira, com o intuito de verificar os seguintes aspectos relacionados à sua historiografia e a teorias utilizadas para a sua concretização: 1) autores brasileiros já passaram por trabalhos de edição crítica; 2) caracterização do trabalho de Crítica Textual com base em autores brasileiros; 3) identificação das teorias utilizadas para a concretização dessas edições, de acordo com a própria história da Crítica Textual; 4) contraste entre a metodologia empregada nesses trabalhos e as diferentes linhas de estudos de manuais consagrados da Crítica Textual.

Planejada para ser realizada em cinco etapas, a pesquisa contempla: 1. levantamento dos autores brasileiros que já passaram por trabalhos de edição crítica; 2. leitura de bibliografia especializada sobre Filologia e Crítica Textual; 3. estudo e caracterização do trabalho de Crítica Textual com base na edição crítica dos autores levantados; 4. identificação das teorias utilizadas para a concretização dessas edições, de acordo com

a própria história da Crítica Textual; 5. contraste entre a metodologia empregada nesses trabalhos e as diferentes linhas de estudos de manuais consagrados da Crítica Textual.

Como resultado, espera-se que o estudante entenda o processo de transmissão dos textos, principalmente literários, compreenda todas as etapas do trabalho de reconstituição de uma obra, previstas em manuais de Crítica Textual, e possa contrastar com o que tem sido feito no contexto literário brasileiro, no respeito à sua história de transmissão e à fidedignidade autoral. Ao realizar a pesquisa, o resultado também contribuirá tanto para os trabalhos na área da Filologia, uma vez que será sistematizado o conjunto de estudos realizados no âmbito da Crítica Textual de autores brasileiros, quanto para a Literatura Brasileira, pois destacará a relevância do texto fidedigno para interpretações críticas nessa área.

## 2. A Coleção Archivos

A escolha da Coleção Archivos, especificamente *Colección Archivos de la literatura latinoamericana y del Caribe del Siglo XX*, como base da pesquisa ocorreu por ser um dos mais bem-sucedidos projetos internacionais dentro do âmbito da Crítica Textual. Suas edições críticas desempenham diversos papéis, entre eles, a divulgação de obras canônicas da América Latina, contribuição para a “preservação do patrimônio literário e cultural dos países que, no século passado, revolucionaram o conceito de literatura” (MIRANDA; SOUZA, 2003:10) e incentivo ao diálogo entre as culturas europeias e da América Latina. Seu acervo de publicações de autores brasileiros é notável.

Em 1971, o escritor guatemalteco vencedor do Nobel de literatura, Miguel Ángel Asturias, decidiu entregar seus manuscritos à Biblioteca Nacional da França para que o *Centre National de la Recherche Scientifique* realizasse estudos e edições críticas sobre seus documentos. Porém,

apenas a partir de 1984, o projeto começaria a ganhar forma. O CNRS e o *Consiglio Nazionale delle Ricerche* (CNR), em parceria com a Unesco, organizaram um colóquio em Paris, com especialistas da América Latina, Europa e Estados Unidos para discutirem os objetivos gerais da Coleção, assim como seus critérios metodológicos, seus autores e coordenadores. No ano seguinte, no dia 28 de setembro, em Buenos Aires, sob a direção do filólogo italiano Amos Segala, o projeto *Archivos de la literatura latinoamericana y del Caribe del Siglo XX* seria consolidado. Representantes de quatro países europeus (Espanha, França, Portugal e Itália) e quatro latinos (Argentina, Brasil, Colômbia e México) estavam presentes na reunião. A encomenda da edição crítica de *Don Segundo Sombra* aos especialistas argentinos foi um importante marco, para a produção acadêmica do país e para o projeto Archivos, resultado desse evento (LOUIS, 2012).

Em 1989, foi lançada a coleção no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Antes do lançamento, um evento temático, organizado pelo IEB-USP e pela CNPq, foi realizado com o fim de debater os projetos da coleção. O evento foi intitulado: Semana Arquivo, com duração entre 12 e 16 de julho.

A partir de 1996, a coordenação editorial da Coleção passa a ser de responsabilidade da Espanha (a decisão já havia sido tomada em 1994). Tal centralização da produção da Coleção tinha como finalidade a viabilização do acesso aos leitores do mundo inteiro, sem omissões arbitrárias de texto, com características gráficas e preços similares. Com a mudança, as edições lançadas anteriormente à data de unificação foram reimpressas, como os três primeiros livros de autores brasileiros. Em relação aos nacionais, foram seis obras publicadas, como indicado no quadro abaixo:

TABELA 1: obras brasileiras publicadas pela Coleção Archivos

N.	Ano	Título	Autor	Coordenador
6	1988/1996	Macunaíma, o herói sem nenhum caráter	Mário de Andrade	Telê Ancona Lopez
13	1988/1996	A paixão segundo G.H.	Clarice Lispector	Benedito Nunes
18	1991/1996	Crônica da Casa Assassinada	Lúcio Cardoso	Mário Carelli
30	1997	Triste fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto	Antonio Houaiss/ Carmem Lúcia Negreiros
33	1998	Libertinagem/ Estrela da manhã	Manuel Bandeira	Giulia Lanciani
55	2002	Casa grande & Senzala	Gilberto Freyre	Guillermo Giucci/ Enrique Rodriguez Larreta/ Edson Nery da Fonseca

A Archivos possui uma estrutura padronizada para suas obras. O esquema adota as seguintes determinações, com pequenas variações:

1. Introdução
  - Liminar
  - Introdução do coordenador
  - Nota filológica e estudo genético
  
2. O Texto
  - A obra
  - Variantes e notas críticas → Glossário

3. Quadro cronológico
4. História do texto  
→ Gênese e circunstância (produção da obra) → Destinos
5. Leituras do texto  
→ Temática  
→ Intratextual  
→ Estruturas, formas e linguagens
6. Dossiê da obra  
→ Dossiê de recepção  
→ Correspondências  
→ Manuscritos e documentos fotográficos e iconográficos

Para o estudo em questão a parte denominada *Introdução* tem sido determinante, pois é nela que os procedimentos editoriais são descritos pelos respectivos editores – nas seções *Introdução do coordenador* e *Nota filológica*, especificamente. A *Liminar* traz a participação de um convidado de renome, quase sempre ligado ao autor em questão, com o intuito de agregar valor à obra, credibilidade ao estudo e contextualizar o seu alcance artístico-literário.

### **3. O trabalho de edição crítica da Coleção Archivos**

As particularidades de cada trabalho de edição crítica das obras nacionais contempladas pelo projeto serão apresentadas nesta parte do artigo, com a indicação do percurso da equipe editorial no seu labor filológico e crítico textual, procurando explicitar as principais implicações metodológicas que levaram em consideração para o resultado alcançado. As obras selecionadas para esta parte são: *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, *Crônica da Casa Assassinada*, *A Paixão Segundo G.H.*, e *Os Sertões*.

### 3.1 *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade

A primeira edição crítica de *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, com estabelecimento de texto feito por Telê Ancona Lopez, data de 1978, obra inaugural de uma série liderada por José Aderaldo Castello, editada em parceria pela LTC (Livros Técnicos e Científicos) e pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Dez anos depois, chegaria ao mercado a primeira edição da rapsódia pela Coleção Archivos. O trabalho de Lopez inaugura a participação de brasileiros estudados pela iniciativa. Em 1996, a história do rapaz nascido no fundo do mato-virgem ganhou sua segunda e paradigmática edição pela Archivos.

Chama a atenção e provoca estranhamento a existência de três edições críticas de uma mesma obra, ainda mais tendo sido estabelecidas pela mesma pesquisadora. Contudo, basta que se analise cuidadosamente cada uma delas para perceber a evolução teórica de Lopez. Em 1978, encontrava-se descontente com as lições publicadas, mas ainda amarrada por uma metodologia tradicional; em 1988, abriu caminho à utilização de um manuscrito como texto-base; em 1996, ocorreu sua adesão total à Crítica Genética, recriando os caminhos da criação literária e adotando documentos fragmentados, manuscritos e de ordem não-pública para complementar a edição.

A apresentação da edição da obra na Coleção Archivos começa com um texto de Darcy Ribeiro, no que compete à *Límitar*. Antropólogo brasileiro, também conhecido por sua atuação na área política, notabilizou-se pela relação com as questões indianistas e pela pesquisa a respeito do povo brasileiro. Esse é, portanto, o assunto que une Darcy a Mário, uma vez que os dois não se conheceram pessoalmente. Soma-se a isso a admiração confessa do acadêmico para com o escritor. Nessa abertura, apresentam-se também brevemente os componentes da edição e a contextualização da presença da rapsódia na Coleção, em termos

de relevância literária e cultural. Classifica-a como amor (representado pela entrega de Telê, a editora) e erudição (através da equipe, que conta com nomes de peso, tais quais Gilda de Mello e Souza, Alfredo Bosi e Silviano Santiago). Em relação à obra modernista, encontra seu valor como representação do povo brasileiro, mestiço, sacana, alegre, sem deixar de mostrar a sua influência europeia. Macunaíma seria, então, um milagre da literatura. Algo que apenas o trabalho não seria capaz de criar. Sobre as faces de Mário, se não forem trezentas e cinquenta, pelo menos pode indicar algumas: erudito leitor, exótico paulista e exilado paulistano, ou ainda “enciclopédia viva das brasilindionegritudes” (1996, XVIII).

A Liminar não possui pretensões críticas e muito menos filológicas, sendo apenas um espaço introdutório e enaltecendo da obra que se segue. Em relação ao estabelecimento crítico de texto, as duas edições publicadas pela Archivos não apresentam alterações. Contudo, no que toca os textos iniciais da editora, encontramos diferenças significativas do ponto de vista metodológico.

Em sua introdução, Lopez aponta as características que irmanam “Macunaíma às grandes obras latino-americanas” (1996, XXIII) e levanta as qualidades que o tornam relevante nesse cenário. Se esse espaço é primordialmente destinado a saudações e agradecimentos, há aqui lugar para delimitações procedurais. Na primeira edição, em 1988, a editora parece estar ainda tímida ao abraçar os estudos genéticos, ao passo que na segunda já indica todos os sinais de sua aproximação, como pode ser constatado nesta relevante afirmação que sustenta a leitura da transformação teórica seguida (LOPEZ, 1996: XXIII)

Edição crítica, incorporando procedimentos da crítica genética, descobre Macunaíma em suas raízes, em seu percurso, na sua pluralidade. Nas variantes e no estudo delas, ao buscar a organicidade estrutural e estilística,

sabe-se que o texto é, dialeticamente, um e vários. Espelha as etapas, as fases, o trabalho. Traduz a insatisfação, a dificuldade do criador em se separar do objeto criado, ou melhor, a força de um vínculo que desafia o tempo, postulando a incompletude. Abre caminho para a escolha editorial, vinda da análise e da interpretação, em termos de crítica literária.

Se antes apenas valorizava o trabalho filológico por meio da reconstrução genética da criação literária, no segundo confronto com a sua tradição incorpora todos os procedimentos a eles relacionados. O trecho em destaque testemunha a adesão definitiva da coordenadora à Crítica Genética, que mais tarde, em seus procedimentos editoriais, afirmaria de maneira ainda mais contundente a categorização dessa versão como uma “edição genética e crítica” (1996, XXXVI).

Nesse sentido, encontra-se a grande diferença entre as edições publicadas pela Archivos. Assim, um texto que priorizava o esclarecimento sobre vontade e variantes, passa a se preocupar com a narrativa dos caminhos que Mário de Andrade percorreu desde a leitura de Koch-Grünberg até a publicação da última edição de Macunaíma em vida do autor. Para tal, Lopez (1996) se utiliza de manuscritos, correspondências, anotações, periódicos, depoimentos e, claro, das próprias obras. Ao se utilizar profundamente de documentos públicos e privados, nos termos de Lebrave (2002), para pautar sua análise, a pesquisadora irmana dois estudos complementares, mas ainda pouco trabalhados em conjunto: a Filologia e a Crítica Genética. Tal escolha pioneira não encontra paralelos na historiografia das edições críticas no Brasil, pelo menos abertamente. Mesmo dentro da coleção, observa-se a preferência pelas escolas tradicionais, como a Comissão Machado de Assis<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Em portaria do dia 19 de Setembro de 1958, o então presidente Juscelino Kubitschek estabeleceu a criação de uma comissão que visasse o estabelecimento crítico dos textos publicados por Machado de Assis, cuja obra acabara de entrar em domínio público. A iniciativa foi encabeçada por nomes significativos da ecdótica nacional, como Antônio José

A grande alteração no trabalho de Lopez entre 1978 e 1996 está, principalmente, na definição do texto-base. Ainda pela LTC, negou a última versão em vida pela quantidade de “incompreensões editoriais constatadas” (LOPEZ, 1978:XXIV), contrariando a clássica premissa de contar com a derradeira publicação em vida. Sendo assim, opta por utilizar a 2ª edição, pela José Olympio, com auxílio desta mesma edição com acréscimos do autor (apontamentos insuficientes para uma mudança relevante). Contudo, já no compartilhamento de suas escolhas editoriais, Lopez não parece satisfeita e reconhece as falhas do texto em seus “deslizes tipográficos e algumas omissões” (1978: XXIX).

Desse modo, passa para definição do texto-base como sendo, além da lançada pela José Olympio, o exemplar de trabalho que deu origem à segunda edição. Exemplar de trabalho era o nome dado por Mário ao texto retrabalhado de maneira autografa sobre a 1ª edição, ou seja, um manuscrito. Essa escolha é trabalhada pela editora em dois setores da introdução, chamados *Uma lição secundária*, em que afirma que “a edição crítica de 1978 não consegue dar o devido peso ao manuscrito B” (1996:LXI), e *O repensar do texto crítico*, ainda mais categórico (1996:LXI):

[...] no ‘exemplar-de-trabalho’, as correções ficam patentes. Que poder tem, porém, um escritor corajoso e renovador que junta economias, paga prestações na gráfica, anuncia, distribui e até vende seu livro, quando o texto passa por outras mãos?

---

Chediak, Celso Cunha, Antonio Candido, Aurélio Buarque de Holanda e Antonio Houaiss. O primeiro volume publicado pela Comissão Machado de Assis foi *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1960, tornando-se parâmetro metodológico para as edições posteriores da própria iniciativa, bem como de grande parte da historiografia da Crítica Textual no Brasil. Para maior entendimento sobre o tema, consultar: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Comissão Machado de Assis, obras de Machado de Assis, VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960 e HOUAISS, Antonio. *Elementos de Bibliologia*: Volume I. Rio de Janeiro: INL, 1967.

[...] Como fica a obediência à vontade do autor no último texto publicado em vida, ou em outro que não depende exclusivamente do manuscrito? Dificilmente um escritor, uma editora, uma gráfica guardam, no Brasil, provas corrigidas. Os testemunhos em entrevistas, em cartas, por essa circunstância, são importantes para avaliar ou detalhar questões de revisão. Deste modo, no processo de colação, em uma edição crítica, deve-se considerar a vontade como um reflexo das relações autor/escritor.

Tendo como base a historiografia da Crítica Textual no Brasil e a bibliografia especializada, mostra-se propício afirmar o caráter inovador (ao menos em termos brasileiros) da segunda edição de *Macunaíma* publicada pela Archivos, em 1996. Lopez harmoniza as especificidades de cada área, Crítica Genética e Filologia, para construir uma leitura mais completa e respeitosa às transformações do texto.

Ao questionar “como fica a obediência à vontade do autor no último texto publicado em vida, ou em outro que não depende exclusivamente do manuscrito” (1996: LXI), na verdade, afirma sua posição de que apenas por meio de seu próprio punho (manuscritos, cartas, anotações), será manifestada a escolha do autor. Essa consciência genética transforma Lopez em caso único dentre os autores estudados em toda a pesquisa, no contexto da Coleção Archivos.

### **3.2 *A Paixão Segundo G. H.* de Clarice Lispector**

No conjunto das obras selecionadas, há condições, em certos livros, que colocam dúvidas se a opção era a construção de um projeto genético, uma edição crítica ou, ainda, simplesmente uma tentativa de edição. Dentre elas, o caso mais significativo é o da *A Paixão Segundo G.H.*, de Clarice Lispector (1988). O próprio editor, Benedito Nunes, inicia a sua *nota filológica* destacando tal fato:

A falta de originais de *A Paixão Segundo G.H.* (1964), de que não têm notícia nem os herdeiros de Clarice Lispector, nem os editores desse romance, priva a presente edição da medula do seu aparato crítico. Mas a falta desses originais é apenas caso particular de uma carência generalizada, extensiva à obra da romancista (NUNES, 1988:XXIX)

Esse contexto já reflete o desafio enfrentado pela equipe responsável pela edição dessa obra. Trata-se de uma situação que se distancia muito das descritas em manuais de Crítica Textual. O caminho a ser percorrido foi trabalhar com o único manuscrito conservado da autora, porém de obra diferente e não integral. Mas, ao mesmo tempo, preservar no interior da brochura o texto de *A Paixão Segundo G.H.* sem nenhum trabalho crítico. Na falta de acompanhar as transformações que o texto sofreu ao longo do tempo, utilizou-se do processo criativo e das suas implicações literárias para se alcançar, mesmo que minimamente, um trabalho de edição. Nunes (1988:XXXII) a justifica da seguinte maneira:

Daí a relevância do fragmento como vestígio do instantâneo, como traço indelével, que podemos surpreender no exame do manuscrito incompleto de *A Bela e a Fera* ou *A Ferida Grande Demais*, reproduzido após o texto de *A Paixão Segundo G.H.* O cotejo da transcrição desse manuscrito com a reprodução do texto respectivo em sua forma definitiva impressa, oferecerá ao leitor um exemplo da proximidade entre o momento da elaboração e o momento da composição na escrita narrativa de Clarice Lispector.

Ao considerar o manuscrito de *A Bela e a Fera* ou *A Ferida Grande Demais* como documento da escrita fragmentária de Clarice Lispector

e possível material de comparação com o processo criativo de *A paixão segundo G.H.*, Nunes considerou que essa relação entre a elaboração e o momento da composição, defendendo que

os dois momentos da escrita clariceana, o do processo e o da composição, que chamamos o da estrutura, guardam estreita proximidade entre si. «É de presumir-se, então, que o texto definitivo, produto do segundo momento, se distancia o menos possível do texto fragmentário do primeiro» (vide «Nota filológica»). O que, entretanto, não significa que o texto definitivo já nasça pronto no primeiro momento, a inspiração igualada a mensagem mediúnica, tal como admite o articulista (NUNES, 1996:XXXIV).

Estruturalmente, a edição crítica em questão apresenta-se de acordo com o padrão da Coleção, com destaque apenas para as duas liminares presentes. A primeira escrita por Antonio Candido, que destacou a valoração literária do trabalho de Clarice Lispector - sua presença é simbólica por ser ele o crítico que tornou conhecida a obra de Lispector; a segunda, por Olga Borelli, em razão da proximidade com a autora, explicitou algumas particularidades de seu processo criativo.

Na parte da nota filológica, especificamente na relacionada à segunda edição, Nunes revela a necessidade de dialogar com Luiz Antonio M. Magalhães, pesquisador que publicara um artigo na revista *Manuscrita*, em 1992, sobre a obra constante do manuscrito conservado de Clarice Lispector, *A Bela e a Fera ou A Ferida Grande Demais*. Magalhães, de certa forma, contesta a interpretação realizada ao utilizar o material como comparativo para o trabalho de edição. Sem esgotar o assunto, Nunes acaba concluindo que

jamais poderíamos tomar o manuscrito do conto por um atestado de que ‘a autora interferia pouco ou nada no texto primeiro’, e nem, portanto, utilizá-lo, ao contrário do que insinua Luiz Antonio M. Magalhães, para justificar a «validade da edição crítica de *A Paixão Segundo G.H.*, sem que se tenham consultado os originais desaparecidos» (Manuscrita, p. 12) (NUNES, 1998:XXXV).

Como resultado, é preciso que o leitor aceite o ponto de vista de Nunes e interprete suas escolhas editoriais como uma maneira de se alcançar a lógica na construção da obra de Clarice Lispector, como a autora produzia os seus textos e os refazia, mesmo que raramente, ou que tipo de modificação supostamente costumava realizar. Se os testemunhos de uma obra devem conduzir o trabalho do editor, em relação a teorias e a métodos, a edição de *A paixão segundo G.H.* é um exemplo audacioso de trabalho crítico embasado em textos de outra tradição, com grande possibilidade de não haver conexão entre eles, embora é o que se observa como objetivo. Sobre a validade ou credibilidade da edição da *Archivos*, Nunes defende o seguinte:

Ao comparar, com base nesta edição, o original incompleto do conto *A Bela e a Fera* ou *A Ferida Grande Demais* com o texto definitivo, num estudo genético que não me competia fazer, Luiz Antonio M. Magalhães apontou alterações na estrutura de significação de frases e no encadeamento da lógica narrativa. Embora reduzida a três casos (Manuscrita, pp. 17, 20, 21-22) em dois fragmentos (fólios 2 e 10), a contribuição é bem-vinda. Mas não revoga nem a essencialidade do fragmento na escrita de Clarice nem invalida o pressuposto da inspiração.

Metodologicamente a *Coleção Archivos* nunca explicitou precisa e claramente as suas orientações, apesar de haver textos indicativos de uma preferência pela Crítica Genética (SEGALA, 1985; FERRER, LEBRAVE, 1991; GORDON, 1993), que, após a leitura, não muito revelam. A escolha pela obra de Lispector, a despeito de suas complexidades documentais, traz a tona possíveis distintos e pouco explorados critérios metodológicos e teóricos - além de possíveis outros - de escolha. Um campo de pesquisa que, certamente, ainda precisa ser explorado no interior do projeto.

### 3.3 *Crônica da casa assassinada* de Lúcio Cardoso

Em 1991, após cinco anos de trabalho, era lançado o 18º volume da Coleção Archivos: a edição crítica do romance *Crônica da Casa Assassinada*, de Lúcio Cardoso. O trabalho foi coordenado por Mario Carelli - de cujas mãos saíram também a biografia do autor e a tradução de *Crônica* para o francês - e editado por Júlio Castañon Guimarães, especialista em modernismo brasileiro e edições críticas e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Mais oito intelectuais colaboraram na edição, incluindo Alfredo Bosi e os membros da Academia Brasileira de Letras, Octávio de Faria e Eduardo Portella.

*Crônica da Casa Assassinada* recebeu uma releitura minuciosa de Guimarães. Sua grande habilidade em lidar com arquivos literários foi colocada à prova ao ter de classificar e organizar os numerosos manuscritos da obra, fora os paratextos. O resultado de seu trabalho foi essencial para a crítica de Lúcio Cardoso, tido vulgarmente como um autor impulsivo, mas que a análise do aparato crítico mostra o contrário: o autor teve um imenso trabalho de reescritura na maioria dos capítulos.

Guimarães (1996b) inicia a *Nota filológica: procedimentos de edição* de *Crônica* com o item “As edições e a escolha do texto-base”, explicando seus critérios para tal escolha. Foram analisadas cinco edições publicadas do romance (as existentes até a ocasião do trabalho) e conforme

apareciam obstáculos para uma possível participação autoral de Lúcio nas edições, o editor excluía tais livros da coleção.

Das cinco edições, apenas as duas primeiras estão datadas (1a: 1959, Livraria José Olympio Editora; 2a: 1963, Editora Letras e Artes). As restantes, no entanto, apresentam indícios da data de publicação. A suposta terceira edição (além de não haver data, não há número de edição), uma edição de bolso da Editorial Bruguera, apresenta Lúcio Cardoso como detentor do prêmio Machado de Assis, concedido a ele em 1966. Tal edição, portanto, é posterior a esta data. As duas próximas edições são do Círculo do Livro e da Nova Fronteira e apesar de não indicarem data, indicam no verso da folha de rosto o Copyright de Maria Helena Cardoso (irmã do autor) de 1979. As edições do Círculo do Livro e da Nova Fronteira foram excluídas por terem sido publicadas após a morte de Lúcio Cardoso (setembro de 1968). As edições da Bruguera e da Letras e Artes, por serem posteriores a dezembro de 1962, quando o romancista perdeu suas habilidades de escrita devido a um derrame cerebral e, por isso, sua participação nas edições não pode ser comprovada.

O critério para a escolha do texto-base foi puramente a manifestação comprovada do ânimo autoral, sem qualquer influência de outros preceitos. Guimarães (1996b), na sua justificativa, faz questão de explicitar que não seguiu o princípio de última edição em vida do autor: “A eleição da primeira edição como texto-base, levando em conta a história interna e externa do texto, não se ateu ao preceito de escolha como texto-base da última edição em vida do autor, mas ao de manifestação comprovada do ânimo autoral” (GUIMARÃES, 1996b:25). O critério de última edição em vida do autor foi usado, por exemplo, pelo próprio Júlio Castañon na edição crítica da poesia de Carlos Drummond de Andrade, que a princípio seria lançada pela Archivos, mas que saiu em 2012 pela editora Cosac Naify. O critério de escolha do texto-base de Crônica é claramente norteado pelos princípios expostos por Antônio Houaiss, concluindo, portanto, que a escolha do texto-base seguiu princípios

conservadores da crítica textual.

A adoção do texto de base para o estabelecimento crítico será a mera eleição de um dos membros supérstites, qualquer, que apresente razões de prioridade: a) já por fatos de cronologia externa incontroversos, aliados a circunstâncias de história interna que provem ter sido o membro aquele que melhor corresponde ao ânimo autoral; b) já pelo cotejo interno das lições textuais, caso a cronologia não possa ser seguramente estabelecida, de par com a caracterização do melhor ânimo autoral (HOUAISS, 1960:59-60).

Foram encontrados na Fundação Casa de Rui Barbosa 634 fólios originais de *Crônica da Casa Assassinada*, incluindo manuscritos e datiloscritos. Esses fólios, porém, não constituem nenhuma versão final do romance, apenas versões parciais e primitivas (prototextos). Há também paratextos (notas sobre a elaboração do texto), seja em fólios separados ou nas margens e entrelinhas do prototexto. Após esse árduo trabalho classificando os originais, eles puderam ser organizados em seis lições (ms1, ms2, ms2, ds1, ds2 e ds3).

Esse estado fragmentado dos originais se relaciona diretamente com a estrutura do romance. Composto por 56 capítulos, cada um deles dá a voz narrativa a um personagem, seja em forma de diário, confissão, carta ou narração. Os depoimentos das personagens nunca acontecem em capítulos consecutivos, dando ao romance uma estrutura de “múltiplas narrativas intercaladas” (GUIMARÃES, 1996a:652). Por isso, o autor muitas vezes redigiu o romance em ordem outra que o do texto publicado. Por exemplo, no ms2 “ao texto do capítulo 45 segue-se no mesmo fólio, não o texto do capítulo 46, mas o do capítulo 47, pois este faz parte da sequência narrativa do capítulo 45” (GUIMARÃES, 1996b:32).

Por esse motivo não foi possível organizar os originais em uma única ordem cronológica, nem elaborar um estema. A cronologia se deu somente por capítulo, ou seja, cada capítulo possui sua cronologia diferente, que está estabelecida dentro do aparato crítico. No lugar do estema foram feitos dois quadros, um contendo a distribuição das lições originais pelos capítulos do texto-base e outro contendo a distribuição dos capítulos do texto-base para cada uma das lições presentes na colação.

Três lições (ms1, ms3 e ds1) são datadas de 1953, as restantes não constam data alguma. No entanto, nenhum desses originais pode ser considerado como a primeira versão do romance porque, além do fato de em seu diário Lúcio Cardoso dizer ter iniciado o romance em 1952, a análise dos manuscritos mostra que houve uma versão mais primitiva do romance, segundo o editor.

A análise minuciosa dos originais foi crucial para o trabalho da edição crítica, já que a colação foi feita apenas com os originais e o texto-base. Tal análise permite não só o editor saber como trabalhar como ajudar o leitor a interpretar as informações dadas no aparato crítico. O cotejo dos originais com o texto estabelecido resultou em um aparato crítico de aproximadamente quatro mil variantes, expostas sem descrições explicativas do editor para que a edição não assumisse “proporções inviáveis” (GUIMARÃES, 1996a:648), mas o aparato crítico passa longe de ser somente um conjunto de variantes para sanar curiosidades do como eram versões anteriores do texto. Nas palavras de Júlio Castañon:

O elenco de variantes, resultado já de um levantamento e de uma análise de dados (os originais, as edições, as anotações), é um repositório de informações nos mais diferentes níveis - desde uma perspectiva histórica no plano do estudo da língua até as definições estruturais de uma obra literária (GUIMARÃES, 1996a:645).

Além dessas discrepâncias, rasuras, substituições, supressões, emendas e correções também foram transcritas como variantes, pois tais elementos “revelam o processo de elaboração do texto, já que participam de sua gênese” (GUIMARÃES, 1996b:35). Tal afirmação revela já certa preocupação com os objetivos da crítica genética.

A análise da edição crítica de *Crônica da Casa Assassinada*, levando em conta todas as informações expostas, demonstra que o trabalho de Guimarães alia teorias tanto da crítica textual tradicional quanto da crítica genética, área relativamente nova no Brasil na época. O resultado é um rico conjunto de variantes que permitiu análises estilístico-gramaticais e conhecer em detalhes o processo criativo de Lúcio Cardoso.

### 3.4 *Os Sertões*, de Euclides da Cunha

No Brasil, a Coleção Archivos objetivava a publicação de doze títulos: *Poesia completa* (Carlos Drummond de Andrade); *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (Mário de Andrade); *Poesia*, que passaria a ser chamada *Obra Incompleta* (Oswald de Andrade); *Contos* (Machado de Assis); *Libertinagem-Estrela da Manhã* (Manuel Bandeira); *Triste fim de Policarpo Quaresma* (Lima Barreto); *Crônica da casa assassinada* (Lúcio Cardoso); *Os Sertões* (Euclides da Cunha); *A paixão segundo G.H.* (Clarice Lispector); *Memórias do Cárcere* (Graciliano Ramos); *Fogo Morto* (José Lins do Rego); *Grande Sertão: Veredas* (Guimarães Rosa); *Casa grande & senzala e Sobrados e Mocambos* (Gilberto Freyre); *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda); e *A formação do Brasil contemporâneo* (Caio Prado Júnior). Por problemas desconhecidos, nem todos esses projetos foram concretizados. Assim como os dez primeiros livros de Drummond, organizados por Júlio Castañon Guimarães e publicados pela Cosac Naify, em 2012, a edição crítica de *Os Sertões* acabou lançada fora da Coleção, em 1985, pela editora Brasiliense, com organização de Walnice Nogueira Galvão.

A escolha dessa obra deu-se justamente por ser uma das que deveriam ter sido publicadas pela Coleção Archivos. Definir semelhanças e diferenças, comparar *Os Sertões* com outras obras brasileiras publicadas, que passaram por trabalho de edição crítica, são processos fundamentais para entender as diferentes teorias aplicadas por organizadores no exercício da Crítica Textual, em que contextos foram aplicados e o nível de respeito à obra dos autores editados. A verificação de estratégias utilizadas para a sua edição fora da Coleção Archivos e a relação com os trabalhos de edição estudados no projeto de historiografia demonstraram-se muito produtivos para os resultados da pesquisa.

*Os Sertões* foi publicado pela editora Laemmert & CIA em 1902 e, posteriormente, passou por outras duas edições: 1903 – 2ª edição e 1905 – 3ª edição. É sabido que existe um exemplar, atualmente desaparecido, com anotações feitas pelo próprio Euclides, considerado por Galvão a última vontade do autor.

É com a quinta edição (1914) que se dá uma reviravolta. Além de repetir a expressão já consagrada de “5ª edição corrigida”, a folha de rosto acrescenta: “Edição definitiva de acordo com as emendas deixadas pelo Autor”, o que corresponde à verdade. Ocorre que, após a morte de Euclides em 1909, e após a tiragem em 1911, fora encontrado um exemplar da 3ª edição minuciosamente emendado pelo autor (GALVÃO, 2009:23, 24).

Embora nascida do mesmo projeto, a edição crítica da obra não segue o mesmo modelo, mas procura ater-se às normas da Comissão Machado de Assis. Todavia, a autora não deixa claro quais são as regras, mas observa que são escassas as edições críticas de autores brasileiros “a presente tarefa pôde ser cumprida graças à preexistência das normas da Comissão Machado de Assis, a que procuramos ater-nos. Tivemos sempre à vista, do mesmo modo, as infelizmente escassas edições

críticas de textos brasileiros” (GALVÃO, 2009:14). São três no total as edições críticas em questão, todas organizadas por Galvão: 1985 - Editora Brasiliense, 1998 - Editora Ática, 2009 - Editora Ática. Como indicam os manuais de Crítica Textual, Galvão se encontra em presença de várias versões autorizadas, e é preciso senso crítico ao escolher qual edição irá restaurar, e qual critério irá utilizar. Existe a preocupação em deixar a obra o mais próxima possível da vontade autoral, por isso a editora detalha o procedimento seguido ao longo das três edições: “O partido tomado foi o de efetuar a colação completa, sinal gráfico por sinal gráfico” (GALVÃO, 2009:11)

Por meio da comparação com a estrutura das edições da *Archivos*, é possível perceber as diferenças com a de Galvão, como pode ser observado pela indicação seguinte:

Introdução

*Apresentação*

Histórico das edições

Descrição dos exemplares

Uniformização gráfica

Uniformização ortográfica

*A emendatio euclidiana*

*Os Sertões*

*Variantes e comentários* (1ª edição 1985 – as demais edições críticas apenas alteram a ordem).

Por meio do trabalho crítico, é possível acompanhar todas as alterações feitas por Euclides da Cunha ao longo do processo de transmissão e difusão do texto, a ponto de ser possível o levantamento de termos que caracterizam o processo criativo do autor, uma espécie de emenda autoral, que inclui pausas do discurso, trocas pronominais, eliminação parcial de vocábulos, eliminação de sufixos, determinadas uniformizações, etc.

Galvão se mostra coerente ao longo de suas edições, pois mostra todas as alterações que foram feitas ao longo da transmissão do texto, e mostra para o leitor que o material pode ser alterado pelo autor, e/ou pela transmissão da própria obra ao longo dos anos, em que muitas vezes o estilo do autor não é respeitado, e o leitor sofre por perder informações valiosas.

Quanto às variantes encontradas entre uma edição e outra, estão devidamente registradas no aparato crítico (*aparatus criticus*), servindo justamente para acompanhar as transformações que o texto sofreu ao longo de sua história. Como esclarece a editora, elas são bem numerosas:

“A colação de quatro textos de *Os Sertões* – 1ª, 2ª, 3ª edições e AP – teve como resultado 180 páginas datilografadas de variantes. Havendo em média 33 variantes por páginas datilografadas, o cálculo fornece o total de quase 6000 variantes entre os quatro textos, não entrando no cômputo das correções gráficas e ortográficas, o que faria aquele total ultrapassar os 10000.” (GALVÃO, 2009:11).

Nesse contexto, a edição crítica da obra de Euclides da Cunha é de suma importância, começando pelas singularidades que a sua tradição carrega. Por não haver edição crítica anterior a que Galvão produz e pela já mencionada escassez de edições críticas de autores brasileiros, a edição crítica de *Os Sertões* acaba sendo importante para a história da obra, pois após a morte do autor, erros editoriais, a partir de 1911 (Livraria Francisco Alves Editora), são recorrentes.

Trata-se de um trabalho objetivo, em que se transmite ao leitor exatamente a escolha do material e o caminho que irá seguir: “esta edição restaura e reproduz o exemplar da 3ª edição com as emendas apógrafas de Fernando Nery transladas das emendas autógrafas de Euclides, num exemplar ora desaparecido” (GALVÃO, 1985:11/1998:513/2009:11). Ao considerar a última vontade do autor, Galvão mostra respeito à obra,

e mostra ao leitor o caminho do texto, tanto em problemas quanto em material, que passa a ter um texto fiel, o conhecimento do caminho percorrido e as dificuldades enfrentadas nesse processo.

Semelhante ao caso da edição de *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, poderia ser questionado o porquê de três edições críticas de uma mesma obra. Como nenhuma edição é definitiva, questões metodológicas e descobertas de novas fontes sempre colocam à prova o alcance das anteriores e mobilizam estudiosos em atenção para novos resultados. Esse fato pode ser constatado pelas modificações e/ou acréscimos entres as três etapas do trabalho de Galvão. Processo laborioso que, muitas vezes sutil, mostra ao leitor que a organizadora tem estado em constante atividade nos “bastidores” da crítica textual e literária.

O objetivo de estabelecer um texto para a crítica textual é bastante claro: buscar a última manifestação do ânimo autoral. Por meio de investigações internas e externas ao texto, o editor elege um testemunho, seja ele manuscrito ou edição impressa. Independente de quantas investigações forem feitas, nunca poderá chamar sua escolha de absoluta, mas apenas de aproximativa, desde que proporcione um estabelecimento textual fundamentado criticamente, com seus critérios conhecidos e explicitados, é justamente o que faz Galvão.

## Conclusão

Com a criação do projeto de pesquisa *Historiografia da crítica textual de autores brasileiros*, objetivou-se principalmente o desenvolvimento de competências acadêmicas indispensáveis para o estudante de graduação em contato com o texto literário, para o respeito à sua história de transmissão e à fidedignidade autoral. A problematização do trabalho do filólogo no exercício da Edótica, partindo da análise metodológica empregada pela Coleção Archivos, propiciou a compreensão dos caminhos que pautaram as escolhas dos editores, com base nos

testemunhos que compunham cada tradição. Com isso alcançou-se o entendimento do processo de emenda das corrupções sofridas ao longo da transmissão dos textos e a apresentação de discussão fundamental para a relevância de um texto fidedigno na atuação do pesquisador no campo dos estudos literários.

A análise de edições de obras consagradas demonstrou também que a compreensão da história do textos e de sua transmissão perpassa pela compreensão de todas as etapas do trabalho de sua reconstituição. De acordo com as diferentes histórias textuais e particularidades de cada uma delas, nem toda tradição é modelar como apresentada em manuais de Crítica Textual. Casos como *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, *Crônica da Casa Assassinada*, *A Paixão Segundo G.H.* e *Os Serões* demonstram a problemática de cada tradição e as exigências ao editor para o seu estabelecimento.

As diferenças encontradas em edições da mesma obra de diversos autores deve continuar provocando a busca pelas fontes e seu estudo, permitindo, assim, perceber que os textos disponíveis chegam a apresentar diferenças relevantes e comprometedoras da sua fidedignidade. Nesse sentido, além do contributo para o repertório acadêmico-científico dos graduandos, trabalhos como o do projeto em questão contribuem tanto para os estudos na área da Filologia e Crítica Textual, uma vez que se sistematiza o conjunto de estudos realizados, e suas teorias e métodos, no âmbito dessas ciências; quanto para a Literatura Brasileira, pois se destaca a relevância do texto fidedigno para interpretações críticas nessa área.

## Referências

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. Edição crítica org. Telê Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

\_\_\_\_\_. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.** Edição crítica organizada por Telê Ancona Lopez. Paris: ALLCA XX, Brasília: CNPq, 1988. Coleção Archivos, vol. 6, 1ª Edição.

\_\_\_\_\_. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.** Edição crítica org. Telê Ancona Lopez. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996. Coleção Archivos, vol. 6, 2ª Edição.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. **Base Teórica de Crítica Textual.** Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

BLECUA, Alberto. **Manual de crítica textual.** Madrid: Castalia, 1983.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual.** 1º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Noções de análise histórico-literária.** São Paulo: Humanitas, 2005.

CARDOSO, Lúcio. **Crônica da Casa Assassina.** *Edição Crítica.* Coord. Mario Carelli. ALLCA XX, 1996.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. **Crítica Textual: Conceito – Objeto – Finalidades.** Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, no. 7, 1994.

CUNHA, Euclides da; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Edição crítica de Os Sertões.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões.** São Paulo: Ática, 2009.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis; FORSTER, Larissa; LIMA, Ligia; Moreira, Camila Paula; NARDI, Ludimila de. **O texto que se lê de autores nacionais.** Filologia e Lingüística Portuguesa, v. 12, p. 105-123, 2010.

FERRER, Daniel; LEBRAVE, Jean-Louis. Introduction: de la variante textuelle au geste d'écriture variant. In: **L'écriture et ses doubles : genèse et variation textuelle**. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1991, p. 9-25.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Os Sertões: Edição Crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo: Ática, 2009.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. "Alguns procedimentos na edição de texto". In: CARDOSO, Lúcio. **Crônica da Casa Assassina. Edição Crítica**. Coord. Mario Carelli. ALLCA XX, 1996a.

\_\_\_\_\_. "Nota filológica". In: CARDOSO, Lúcio. **Crônica da Casa Assassina. Edição Crítica**. Coord. Mario Carelli. ALLCA XX, 1996b.

GORDON, Samuel. **La colección Archivos y los cambios de paradigma en la crítica literaria latinoamericana**. La Colección Archivos: hacia un nuevo canon, v. 158, n.159, 1993, p.12-22.

HANSEN, João Adolfo. Prefácio. In: MOREIRA, Marcello. **Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra**. São Paulo: Edusp, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Introdução crítico-filológica**. In: Memórias Póstumas de Brás Cubas. Rio de Janeiro: INL, 1960.

LEBRAVE, Jean-Louis. Crítica genética: uma nova disciplina ou um avatar moderno da filologia? In: ZULAR, Roberto. **Criação em processo: ensaios de crítica genética**. São Paulo: Iluminuras, 2002, pp.97-146.

LISPECTOR, Clarice. **A Paixão Segundo G.H.** 1º Ed. Paris: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe. Siècle; Brasília – DF: CNPQ, 1988.

LOUIS, Élide. **La crítica genética y la salvaguarda de la inscripción de la memoria escritural latinoamericana.** In: BLIXEN, Carina. Lo que los archivos cuentan. Montevideu: Biblioteca Nacional, 2012, p. 13-29.

LOPEZ, Telê Ancona. Prefácio. In: ANDRADE, Mário. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.** Edição crítica organizada por Telê Ancona Lopez. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996.

MIRANDA, Wander Melo; SOUZA, Eneida Maria de (org.). **Arquivos Literários.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MOREIRA, Marcello. **Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra.** São Paulo: Edusp, 2011.

NUNES, Benedito. **“Introdução do Coordenador”.** In: LISPECTOR, Clarice. **A Paixão Segundo G.H.** 1º Ed. Paris: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe. Siècle; Brasília – DF: CNPQ, 1988, p. 24-33.

PERUGI, Maurizio; SPAGGIARI, Barbara. **Fundamentos da Crítica Textual.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edóctica.** Crítica Textual. 2a. ed. São Paulo: Ars Poética: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SEGALA, Amos. **Méthodologie et pratique de l'édition critique des textes littéraires contemporains : collection archives**. Université de Paris X: Nanterre, Centre de Recherches Latino-Américaines, Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe siècle, Amis de Miguel Angel Asturias, 1985.

TOVAR, Joaquín Rubio. **La vieja diosa. De la Filología a la posmodernidad**, Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2004.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016

# AS DUAS EDIÇÕES DA GRAMÁTICA DE CONTADOR DE ARGOTE (1721, 1725)<sup>1</sup>

Raquel do Nascimento MARQUES

Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*Este artigo funda-se em princípios da História das ideias linguísticas e trata da descrição e análise dos fatos linguísticos nas duas edições (1721, 1725) da gramática Regras da língua Portuguesa, espelho da língua Latina. Para isso, investigamos o horizonte de retrospectão a fim de entender como Contador de Argote desenvolveu seu trabalho. Enquanto na primeira edição Argote trata brevemente dos fatos linguísticos, na segunda edição, o gramático amplia-os consideravelmente, principalmente pelo desenvolvimento das características da língua portuguesa.*

## ABSTRACT

*This article is based on principles of History of Linguistic Ideas and deals with description and analysis of linguistics facts in the two editions (1721, 1725) of the grammar Rules of the Portuguese language, a mirror of the Latin language (Regras da língua Portuguesa, espelho da língua Latina). In order to do this, we have investigated the horizon of retrospection to understand how Contador de Argote developed his work. While in the first edition Argote deals briefly with of linguistics facts, in the second edition, he expands considerably the linguistics facts, mainly for the development of the characteristics of the Portuguese language.*

---

<sup>1</sup> Parte deste artigo consta da Dissertação de Mestrado intitulada “A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote *Regras da língua portuguesa, espelho da língua Latina*” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

## PALAVRAS-CHAVE

*Gramática; Língua portuguesa; Horizonte de retrospectão.*

## KEYWORDS

*Grammar book; Portuguese language; Retrospection horizon.*

## Introdução

As duas edições (1721, 1725) da gramática de D. Jeronymo Contador de Argote intitulada “Regras da língua Portuguesa, espelho da língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portuguesa” trazem expressos no subtítulo seu objetivo: auxiliar no ensino e na aprendizagem do latim, utilizando as regras e a metalinguagem do português.

Apesar de o objetivo ter permanecido o mesmo, a segunda edição da gramática traz conhecimentos novos acerca da língua portuguesa, o que é justificado por Argote pela experiência, ou seja, pelo conhecimento adquirido com o uso.

Assim, partindo do pressuposto de que a análise das diferentes edições de uma obra nos permite observar as continuidades, ou discontinuidades manifestadas pelo autor diante de um fato linguístico, examinamos as duas edições da gramática tendo por base o conceito de *horizonte de retrospectão* (AUROUX, 2008, 2009), ou seja, os conhecimentos antecedentes que nortearam o autor e sua obra, a fim de explicar a continuidade dos saberes sobre a língua portuguesa ao longo do tempo, bem como a progressão desses conhecimentos.

## 1. A concepção da gramática

As *Regras* foram concebidas com o intuito didático de servir às aulas de gramática nas Casas de Nossa Senhora da Divina Providência, da ordem religiosa dos Teatinos.

Argote baseou suas regras no uso. Os exemplos, forjados pelo autor, tem por função validar as regras, já que o discípulo primeiro as expõe e só depois as exemplifica.

A primeira edição da gramática, de 1721, é publicada sob o pseudônimo de Padre Caetano Maldonado da Gama, tem 228 páginas e é organizada em três partes: a primeira, com onze capítulos, trata das classes de palavras, as quais ele denomina “castas”. Esse termo usado por Argote é utilizado para distinguir e hierarquizar as classes de palavras, bem como para especificar os fenômenos linguísticos dentro da gramática. A segunda parte, com oito capítulos, trata da sintaxe simples e a terceira, com cinco capítulos, trata da sintaxe figurada.<sup>2</sup> A essas introduz-se uma folha de rosto, uma página em branco, prólogo, licenças do santo ofício (do ordinário, do paço), despacho final de impressão, outra página em branco e uma introdução ou “Instrucc,am a grammatica”.

Sobre o pseudônimo utilizado, como era uma constante entre os religiosos teatinos, Contador de Argote escolheu o pseudônimo “Caetano” como forma de identificar-se e o sobrenome “Maldonado da Gama” tomou-os de sua mãe, D. Maria Josefa Lobo da Gama Maldonado (KEMMLER, 2012: 82-83).

A segunda edição veio a lume em 1725, com 360 páginas, “muyto accrecentada, e correctá” como informa o próprio autor no frontispício da gramática e consta de folha de rosto, uma página em branco, uma carta dedicada a D. José I, príncipe de Portugal, prólogo, licença da ordem, licenças do santo ofício (do ordinário, do paço), despachos finais de impressão e uma “Introducçam a’ presente grammatica”.

Diferentemente da edição anterior, na qual Argote utiliza apenas um pseudônimo para apresentar-se, nessa edição, o gramático teatino assume a autoria e identifica-se como “Clérigo Regular, e Academico da Academia Real de Historia Portugueza”.

---

<sup>2</sup>A sintaxe figurada apresentada por Contador de Argote equivale à estilística e à semântica.

Contador de Argote começa a ampliar, concretamente, a gramática na terceira parte, acrescentando, na segunda edição, mais dois capítulos em que trata das figuras de palavras e das palavras enclíticas. Segue-se uma quarta parte, com dois capítulos, em que trata dos dialetos e da construção da língua portuguesa e que, segundo Leite (2011a:667), é “a primeira sistematização, embora ainda imperfeita, dos dialetos portugueses”. Argote também apresenta uma carta do Pe. Antonio Vieira ao Arcebispo de Braga, o Cardeal Veríssimo de Lencastre, acompanhada de uma análise, para a prática da regência da língua portuguesa. Ao final, há um tratado de ortografia, com três capítulos em que expõe regras de ortografia e de pontuação, e o índice com a matéria da gramática.

Outra observação acerca dessa obra diz respeito à sua estrutura. As duas edições das *Regras* foram publicadas utilizando como recurso o discurso direto, por meio de um diálogo conduzido entre o *Mestre (M.)* e seu *Discípulo (D.)*.

## 2. O plano da obra

A estrutura da gramática de Argote segue o modelo repetido nas gramáticas dos vernáculos europeus, ou seja, o modelo greco-latino, tratando das classes de palavras, de sintaxe e de ortografia. Conforme explica Hackerott (1994:117), Argote “manteve a mesma ordenação dos capítulos da gramática alvarista”, a fim de que o discípulo “conseguisse acompanhar as aulas de Gramática Latina”. Contador de Argote não trata, todavia, de prosódia, como o fez Manuel Álvares, porque o objetivo de sua gramática era mostrar que as regras do português eram semelhantes as do latim e como ambas as prosódias são diferentes, o gramático não poderia ocupar-se dela.

A primeira parte da gramática nas duas edições, como já mencionado, é dedicada ao tratamento das classes de palavras. Diferentemente dos gramáticos portugueses anteriores - Fernão de Oliveira (1536), João

de Barros (1540) e Amaro de Roboredo (1619)-, e seguindo a lição de Donato (século IV d.C.), Argote não considera o artigo e reconhece oito classes de palavras. Vejamos os dois excertos nos quais as classes de palavras são apresentadas:

As partes da oração são quantas? Oito. Quais? Nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição (DONATO, *Arte menor apud DEZOTTI*, 2007:181).

M. E quantas castas de palavras tem a lingua Portugueza, e as suas oraçoens?

D. Oyto.

M. Quaes são?

D. Nome, Pronome, Verbo, Participio, Adverbio, Preposiçaõ, Conjunçaõ, e Interjejçaõ (ARGOTE, 1721:8/1725:2).

Donato não considera o artigo uma das classes de palavras, porque o latim não o tem como classe, mas como partícula para especificar os seres, e, Argote, tentando regular o português pelo latim, também não o considera, ainda que o artigo seja recorrente na língua portuguesa.

É fato que as definições das classes de palavras mantiveram-se quase inalteráveis desde a sua concepção, no mundo grego, entretanto, como explica Leite (2014:116) “no decurso da história, a apresentação e descrição das categorias linguísticas foram modificadas” seja na forma, seja na ordem de exposição, ou ainda, na descrição, tendo em vista a mudança de perspectiva, de teoria para interpretá-las. No caso de Argote, observamos que as definições apresentadas são um decalque da *Ars Minor*, de Donato.

A segunda parte das duas edições das *Regras* é dedicada à sintaxe simples. Vale notar que foi Apolônio Díscolo, no século II d.C., o responsável pela “consideração da sintaxe como ponto central da análise linguística”, a partir do estabelecimento de um estudo sistemático e completo da língua grega (NEVES, 2002:69). A preocupação deixa de ser, então, a palavra isolada e passa a ser a sintaxe, ou seja, a ordem e disposição das palavras na oração. No mundo latino, é Prisciano, no século VI d.C., que inicia o estudo de sintaxe traduzindo o termo grego sintaxe para o latim, como “constructione”, desenvolvido nos livros 17 e 18 de sua *Arte* “l’Ars Prisciani” (GROUPE ARS GRAMMATICA, 2010:11). De acordo com o mesmo grupo (2010:11, tradução nossa), “a Arte de Prisciano é a primeira obra latina em que a análise da combinação dos constituintes do enunciado aparece como uma parte integrante de uma apresentação global e sistemática da gramática”.<sup>3</sup> Entretanto, apesar do trabalho realizado, notadamente, por Apolônio e Prisciano, o estudo da sintaxe permaneceu submerso durante muito tempo, tendo reaparecido paulatinamente nas gramáticas renascentistas.

Fernão de Oliveira (1536:73) dedica um capítulo de sua obra à “construção”, definindo-a como “composição ou concerto que as partes ou dições da nossa lingua têm entre si, como em qualquer outra lingua”, mas não a desenvolve. João de Barros (1540, *apud* BUESCU, 1971:349) também dedica um capítulo à “construçam das pártes”, definindo-a como a “conveniência entre pártes postas em seus naturáes lugares” e vai além, pois trata de concordância e regência a qual chama “regimento”. Amaro de Roboredo (1619:47) trata da sintaxe, dedicando um capítulo à “composição Portuguesa, & Latina correspondentes, em que se encerra a syntaxe das outras artes”. O gramático apresenta a sintaxe de concordância, denominando-a “concordia”, e a sintaxe de regência, além de apresentar advertências quanto à regência de algumas preposições e ao uso da partícula *que*.

<sup>3</sup> “L’Ars Prisciani est la première œuvre où l’analyse de la combinaison des constituants de l’énoncé apparaît comme une partie intégrante d’un exposé global et systématique de grammaire.”

Contador de Argote, por sua vez, afirma ser a sintaxe “a boa ordem, e disposição das palavras”, sendo para isso necessário estarem “no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence” (1721:161/1725:184). O gramático divide a sintaxe em simples e figurada. Enquanto a primeira “ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural”, qual seja, o artigo antes do nome, o nome antes do verbo, o caso depois do verbo, e o adjetivo acompanhando um substantivo; a segunda “ensina quando estão bem ordenadas as palavras, ainda que estejam fóra da ordem natural” (1721:162-163/1725:185-186).

Na sintaxe simples, Contador de Argote distingue, assim como João de Barros e Roboredo, a sintaxe de concordância e a sintaxe de regência. De acordo com Argote, a sintaxe de concordância ensina as regras de concordar os verbos com os nomes, ou pronomes, em número e pessoa; e a concordar os nomes adjetivos com os substantivos em gênero, número e caso (1721:163/1725:186). Enquanto a sintaxe de regência “ensina em que caso haõ de estar na Oração os nomes, e em que modos, e tempos haõ de estar os Verbos” (1721:165/1725:188). Entretanto, diferentemente dos gramáticos portugueses anteriores, Argote apresenta regras que dizem respeito à sintaxe da língua portuguesa. Por isso Argote destaca-se como o primeiro gramático português a desenvolver significativamente a sintaxe do português, porque além de apresentar as regras fixas latinas comuns à sintaxe portuguesa e à latina, também descreve a sintaxe da língua portuguesa, gramatizando, assim, esse nível linguístico.

Na “sintaxe de concordar”, por exemplo, há regras sobre a relação do adjetivo com o substantivo, do verbo com o nominativo, e dos pronomes relativos com o seu antecedente. Essas regras, como afirma o próprio autor, encontram-se também no latim. Por outro lado, Contador de Argote destaca uma regra que não concorda com a sintaxe latina e que diz respeito ao uso de participípios “quando vem nos tempos compostos, com o Verbo *Ter*” (1721:166/1725:189-190). Assim, na oração “Nós temos

comprado a louça”, Argote analisa a não concordância do particípio “comprado” em número com o pronome “nós” e em gênero com o substantivo feminino “louça”, a fim de descrever um fato específico do português.

Na “syntaxe de reger”, Contador de Argote apresenta regras de regerência dos nomes, ou seja, regras que ensinam “em que casos haõ de pór na Oraçaõ os nomes” e regras de regência dos verbos, ou seja, regras que ensinam “em que modos, tempos &c. se haõ de pòr na Oraçaõ os Verbos” (1721:170-171/1725:194-195). Vale notar que Verney (1746) critica as regras da syntaxe de reger expostas por Contador de Argote. De acordo o autor,

o P. Argote dezemprou o seu mesmo metodo, por seguir os erros de Manoel Alvares, e multiplicar regras sem necessidade; asinando regencias falsas: quando tudo aquilo se reduzia, a explicar a regencia dos Cazos, polas regras fundamentais; que sam mui poucas. Isto é o que deve cuidar o Mestre: reduzindo as regras, as verdadeiras cauzas da regencia: apontando algum particular idiotismo &c. porque isto basta (...) (VERNEY, 1746, Tomo I, Carta I:13).

As falsas regências referidas por Verney são aquelas que dizem respeito à gramática da língua portuguesa, já que a proposta de Argote era dar as regras da língua portuguesa conformadas às do latim, a fim de facilitar a compreensão dessa língua clássica. No entanto, Argote apresenta dentre as regras da syntaxe de regência dos nomes, comuns ao português e ao latim, aquelas relacionadas somente ao português. Essas regras dizem respeito à syntaxe de reger o nominativo, o genitivo, o dativo, o acusativo e o ablativo (1721:185-204/1725:199-231). Quanto à syntaxe de reger os verbos, além das regras comuns ao português e ao latim, Argote apresenta uma que diz respeito apenas ao português. Nela,

o gramático descreve o infinitivo sendo usado no lugar do subjuntivo: “Mandey aos soldados vigiar” em vez de “Mandey aos soldados que vigiassem” (1721:205/1725:236).

A terceira parte da gramática dedicada à sintaxe figurada dispõe, como já mencionado, de sete capítulos. Argote define a sintaxe figurada como “as regras de dispor bem as palavras fora da ordem natural, e por figuras”, ou seja, “contra as regras da Syntaxe simples, porém admitido pelo uso” (1721: 211/1725:241).

Os cinco capítulos iniciais constam das duas edições e tratam das figuras *elipse*, *pleonasm*, *silepse*, *hipérbato* e *idiotismo*, respectivamente. Vale notar que essas figuras são as mesmas apresentadas por Arnauld e Lancelot na Gramática Geral de Port-Royal (1660), com exceção dos *idiotismos*, o que se justifica pelo fato de essa gramática não tratar do sistema interno do francês.

No sexto capítulo, acrescentado na segunda edição, o autor aborda as “figuras de Dicção”, tratando das modificações nas formas das palavras, motivadas pela adição, subtração e comutação de alguma letra. Em estudo feito sobre “a construção da norma linguística na gramática do século XVIII”, Leite (2011a:670) explica a importância desse tema “para o conhecimento da variação linguística, porque é o uso que modifica as palavras por meio dos referidos processos de alteração fonética das palavras”.

Das figuras apresentadas, a mais recorrente no português, de acordo com o gramático, é a síncope, ou subtração de letra no meio da palavra. A recorrência da apóstrofe, na língua portuguesa também é referida por Contador de Argote. De acordo com o gramático (1725:285), a apóstrofe ocorre quando há união de duas palavras e a primeira perde um elemento, como em *antontem*> ante ontem, ou *Pedralves*> Pedro Alvares. De acordo com Leite (2011a:671) esse processo “traduz a tendência da fonética do português europeu de elidir ou reduzir as sílabas pré ou pós tônicas”.

No sétimo capítulo, também adicionado na segunda edição, Argote trata da colocação pronominal, apresentando as palavras enclíticas. Vejamos como o gramático examina a questão:

Mestre. Que cousa he palavra, ou dicção Enclítica?

D. Dicção Enclítica he aquella particula, ou palavra, que perde o seu tom, e o poem na ultima syllaba da palavra antecedente, se he capaz delle.

(...)

M. Dizey exemplo.

D. *Dizme* nesta palavra a particula *Me* se pronuncia com algum geyto, ou diversidade, do que quando pomos a particula *Me*, antes do Verbo *Diz*, e pronunciamos *Me diz* (ARGOTE, 1725:287).

Contador de Argote explica esse fenômeno linguístico pela entonação, ou seja, pela perda da intensidade na pronúncia da partícula. Leite (2011a:671) ressalta a relevância desse capítulo para a historiografia gramatical “por ser a primeira sistematização, para o português, do fenômeno da ênclise”, além de registrar “o fato de a posição da partícula enclítica ser variável para o português europeu, até o século XVIII”.

A quarta parte da gramática é dedicada aos dialetos e a construção da língua portuguesa e conta com dois capítulos. No primeiro, Argote trata de uso linguístico e variação, voltando-se “para as diferenças que o autor observou internamente na língua portuguesa, no que diz respeito a diferenças regionais, sociais, temporais, e de profissão”<sup>4</sup> (LEITE, 2011a:674). Sobre esse assunto, o *Mestre (M.)* pergunta e o *Discípulo (D.)* responde:

Mestre. Que quer dizer Dialecto?

D. Quer dizer modo de falar.

---

<sup>4</sup> Diferenças de estilo, entre prosa e verso.

M. Que cousa he Dialecto?

D. He o modo diverso de fallar a mesma lingua.

M. Dizey exemplo.

D. O modo, com que se falla a lingua Portugueza nas terras v.g. da Beyra, he diverso do com que se falla a mesma lingua Portugueza em Lisboa porque em huma parte se usa de humas palavras, e pronuncia, e em outra parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia , não em todas as palavras, mas em algumas. Esta diversidade pois de fallar, que observa a gente da mesma lingua, he que se chama Dialecto.

M. E quantas castas ha de Dialectos?

D. Muytas, mas as principaes são tres.

M. Quaes são?

D. Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão (ARGOTE, 1725:291-292).

A partir do exposto, vemos que Contador de Argote elucidava claramente o que é dialeto, reconhecendo que há diferentes modos de falar ou escrever a mesma língua a depender do local, do tempo, do tipo de texto escrito (prosa ou verso) e ainda de quem o incide (dialeto rústico ou dialeto verdadeiro).

Argote examina os dialetos locais que são as variações regionais ou diatópicas, ou seja, “a differença, com que se falla a mesma lingua em diversas terras da mesma nação” (1725:292), elegendo o dialeto da Estremadura como o padrão em relação ao dialeto falado nas demais regiões: províncias de Entre Douro e Minho, Beira, Algarve e Trás os Montes.

O dialeto de tempo, ou variação diacrônica “he a diffença do fallar da mesma lingua em diversos tempos”. Esses dialetos são divididos em três: antiquíssimo, “que se usou até o tempo de ElRey Dom Diniz o Sexto de Portugal”; antigo, “que se usou quasi até a perda de ElRey D.

Sebastião; moderno, “o que actualmente se usa da perda de ElRey D. Sebastião para cà” (1725:296).

Os dialetos de profissão são, por sua vez, as variações diafásicas ou de estilo. Esses dialetos dizem respeito ao estilo prosaico, “modo de fallar, de que usamos quando dizemos qualquer cousa sem ser em verso, assim como quando fallamos familiarmente, &c.”, e ao estilo poético, “modo de fallar de que usamos quando contamos algum sucesso, ou quando o escrevemos em verso” (ARGOTE, 1725:297-298). O gramático também trata das variedades *diatráticas*, fazendo alusão “ao modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico, e delle usa a gente ignorante, rustica, e incivil”, em oposição ao “Dialecto Verdadeyro”, que “differe na pronuncia, nas palavras, e no modo de fallar a lingua Portugueza”. Além desses, Argote ainda menciona os “Dialectos ultramarinos, os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo”, além da “Giria”, de que usam entre si “os homem de ganhar” e os “Siganos”. (1725: 299-300).

Conforme explica Leite (2011b:19), a variação linguística vem sendo estudada desde os gramáticos antigos, notadamente, Varrão (séc. I a.C.), que “no domínio específico dos estudos gramaticais, tratou de diferenças linguísticas devidas ao uso”. No mundo português, Fernão de Oliveira fez algumas observações sobre o uso linguístico, mas foi Argote, 189 anos depois, que apresentou uma organização do sistema variacional do português. Essa descrição feita por Contador de Argote serviu de base para que José Leite de Vasconcelos desenvolvesse seu estudo sobre a dialetologia portuguesa e publicasse, em 1901, a obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, validando, assim, o trabalho de Contador de Argote.

No segundo capítulo, Argote desenvolve o estudo da “Construção” da língua portuguesa, ou seja, das “regras que ensinão a pôr em huma lingua na ordem natural as significaçoes daquillo, que em outra lingua, ou Dialecto estava na ordem perturbada, e confusa” (ARGOTE, 1725:303). Trata-se, pois, de uma tradução, seja de uma língua para outra, seja de

um dialeto para outro, ou, ainda, de um estilo para outro. De acordo com Leite (2011a:680), “nessa época, considerava-se não somente a variação entre as modalidades da língua (falada e escrita), mas também aquela existente entre os gêneros de uma mesma modalidade (prosaico e poético)”.

Leite (2011a:679) também chama a atenção para a acepção do termo “construção” dada pelo gramático, diferente daquela exposta por Prisciano (séc. VI. d.C), “constructione”, no sentido de ordenação ou construção das palavras na oração. Argote expõe dez regras, a partir das quais o estudioso poderia trocar e/ou ordenar as palavras na frase, passando da ordem “confusa” para a ordem “direita”, considerando as regras da língua a ser descrita. Cada regra é seguida de um exemplo, e cada exemplo é cuidadosamente justificado pelo gramático, haja vista seu objetivo “mostrar ao principiante a conveniencia, e semelhança entre a Construção latina, e Portugueza, e lhe dar luz para a Construção Latina” (1725:309).

Seguindo a ideia de conformar as regras da língua portuguesa às regras do latim, Contador de Argote propõe um exercício para a prática da regência da língua portuguesa, a fim de facilitar a “regencia, e regras da língua Latina”. Para esse fim, expõe uma carta do padre Antônio Vieira endereçada ao Arcebispo de Braga, D. Veríssimo de Lencastre e divide-a em quatro períodos, dos quais o primeiro, por estar minuciosamente analisado, serviria de exemplo para que os mestres vissem “como haõ de perguntar, e ensinar aos meninos”, tratando-se, pois, de um modelo a ser seguido.

Contador de Argote também traz, ao final da segunda edição de sua gramática, um tratado sobre a ortografia da língua portuguesa, composto por três capítulos, o qual denomina “breve”. De fato, D. Jeronymo Contador de Argote não poderia deixar de tratar, ainda que brevemente, da ortografia, já que, como afirma Ceia (2011:92), essa era uma das matérias estudadas na Casa da Divina Providência, de Lisboa.

Na gramaticografia portuguesa, essa matéria vem sendo tomada desde Fernão de Oliveira, porém cada um dos gramáticos portugueses, a depender de seus objetivos, dedicou-se mais, ou menos a este assunto. Conforme explica Buescu,

a Ortografia constituiu sempre um dos problemas mais delicados da gramática. O ortografista encontra-se perigosamente dividido entre a tradição, a etimologia e as realidades fonéticas que se submetem à sua observação. As fontes clássicas para o problema, ou melhor, para a problemática da Ortografia foram, principalmente, Quintiliano, Escauro, Vêlio Longo, Varrão e Prisciano. Contudo, os gramáticos do Renascimento depararam, evidentemente, com realidades completamente diferentes das do latim. Por consequência, o apoio dos clássicos que, nos outros capítulos da gramática, havia sido tão forte quanto útil e eficiente, revelou-se praticamente nulo neste aspecto e as principais fontes clássicas gramaticais, se dificilmente poderiam ser abandonadas, foram, contudo submetidas a uma crítica e a sua doutrina a inevitáveis adaptações (BUESCU, 1984:81-82).

Assim, era necessário adaptar as regras ortográficas defendidas pelos gramáticos antigos às realidades ortográficas dos vernáculos, visto que os fatos linguísticos em voga eram outros.

Esse tratado de ortografia é composto por três capítulos: no primeiro, Contador de Argote trata das propriedades das letras; no segundo capítulo, trata dos erros ortográficos cometidos por diminuição, aumento, mudança e/ou transposição de letras, e de como evitar tais erros; no terceiro, apresenta os sinais de pontuação.

Para Argote, ortografia “he a arte de escrever as palavras, e Oraçoens com acerto”, ou seja, “com as letras, e pontuaçãoõ, com que se devem

escrever” (1725:343). Argote toma a letra não apenas como um sinal gráfico, mas também como uma unidade fônica: “he uma figura, que representa o som, que devemos fazer com a boca para a pronunciar” (1725:342) e seguindo a lição de Donato, apresenta três propriedades das letras: figura, nome e poder, ou seja, representação gráfica, designação da letra e som a ela correspondente. O gramático também adverte quanto aos diversos sons que uma mesma letra pode representar.

Contador de Argote encerra as duas edições da gramática com a frase latina *FINIS, LAUS DEO, Virginique Matri* (Chegamos ao fim, louvemos a Deus e a Virgem Mãe), expressão de uso frequente nas obras gramaticais até aquela altura.

## Conclusão

Como verificamos, o exame das duas edições mostrou que Argote preocupado com o uso da língua tratou tanto de regras gerais, ou seja, regras comuns ao português e ao latim, como de regras particulares do português, dando ênfase às regras gerais, haja vista o objetivo da obra.

Vimos também que as duas primeiras partes da gramática, que Argote dedica ao exame das classes de palavras e da sintaxe simples, respectivamente, permaneceram sem grandes alterações, no que diz respeito ao conteúdo gramatical.

Quanto à terceira parte, dedicada à sintaxe figurada, Argote acrescenta, como vimos, na segunda edição mais dois capítulos em que trata das figuras de dicção, descrevendo as alterações na estrutura das palavras e de colocação pronominal, gramatizando as palavras enclíticas.

A quarta parte da gramática, em que Contador de Argote descreve o sistema variacional do português também é acrescentada na segunda edição. Essa descrição realizada no século XVIII foi desenvolvida no século XIX-XX por José Leite de Vasconcelos na obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, publicada em 1901, confirmando assim o trabalho de Contador de Argote.

Além disso, o gramático se ocupa da ortografia da língua portuguesa, pela importância da matéria, apresentando fatos comuns ao português e ao latim, bem como fatos que configuram a ortografia do português.

Por fim, pela análise das duas edições da gramática foi possível constatar tanto uma continuidade, quanto uma progressão do conhecimento em relação ao conteúdo apresentado na primeira edição, evidenciando assim a influência do horizonte de retrospectão do autor e da obra na segunda edição.

## Referências

ARGOTE, Jeronymo Contador de [GAMA, Pe. Caetano Maldonado da]. **Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina**, ou disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portuguesa. Lisboa: Oficina de Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedroso, 1721.

\_\_\_\_\_. **Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina**, ou disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portuguesa. Lisboa: Oficina da Musica, 1725.

BARROS, João de. [1540]. **Gramática da língua portuguesa**. Cartinha, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Reprodução fac. com prefácio, estudo introdutório e anotações de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude. [1660]. **Gramática de Port-Royal**. Trad. Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Muracho. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Joanilho. Campinas: RG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução tecnológica da gramatização.** Trad. Eni Orlandi. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2009.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Historiografia da língua portuguesa.** Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984.

CEIA, Sara Bravo. **Os académicos teatinos no tempo de D. João V** - construir saberes enunciando poder. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2011.

DEZOTTI, Lucas. **Donato, Arte menor.** In: Letras clássicas, n.11. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

GRUPE ARS GRAMMATICA. **Priscien, Grammaire, Livre XVII-Syntaxe, 1.** Texte latin, traduction, introduite et annotée. Paris: Vrin, 2010.

HACKEROTT, Maria Mercedes. **A passagem da Minerva para a Gramática Geral na história da gramática portuguesa.** Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

KEMMLER, Rolf. **Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina (1721, 1725), p.75-101.** 2012. Disponível em: <<http://www.revistalimite.es/volumen%206/05kemm.pdf>>. Acesso em: 2016-05-10.

LEITE, Marli Quadros. **A construção da norma linguística na gramática do século XVIII,** Alfa. Revista de Linguística, 55/2, p. 665-684. 2001a. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4745/4050>>. Acesso em: 2016-04-16.

\_\_\_\_\_. **Variação linguística: aspectos históricos.** In: PRETI, Dino. Variações na fala e na escrita. São Paulo: Humanitas, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI** in *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores Evanildo Bechara...* [et. al.]; org. Maria Helena Moura Neves, Vânia Cristina Casseb-Galvão; Marli Quadros Leite; Francisco Roberto Platão Savioli. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino.** São Paulo: UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Fernão de. [1536]. **Gramática da linguagem portuguesa.** Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

ROBOREDO, Amaro de. [1619]. **Methodo grammatical para todas as linguas.** Ed. fac. com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Coleção Linguística 1. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2007.

VERNEY, Luis Antonio (Barbadinho). **Verdadeiro metodo de estudar.** Carta I. Tomo Primeiro. Valensa: Oficina de Antonio Balle, 1746.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016

# DOIS FRAGMENTOS EBORENSES DA *VITA CHRISTI*: QUAL O SEU LUGAR NA TRADIÇÃO DA OBRA?

Sílvio de Almeida TOLEDO NETO  
Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*Descrição dos testemunhos que compõem a tradição direta da primeira parte da Vita Christi. Colação de dois fragmentos do texto preservados em Évora com os testemunhos manuscritos provenientes de Alcobaça e Lorrão e com o impresso de 1495. Identificação de variantes e proposta de localização dos fragmentos na genealogia da primeira parte da obra.*

## ABSTRACT

*Description of the witnesses in the direct tradition of the first part of Vita Christi. Collation of two text fragments preserved in Évora, with handwritten witnesses from Alcobaça and Lorrão and the printed witness of 1495. Identification of variants and possible position of the fragments in the genealogy of the first part of the work.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Colação. Estemática. Fragmentos eborenses. Vita Christi.*

## KEYWORDS

*Collation. Évora fragments. Stemmatcs. Vita Christi.*

## Introdução

O livro *Vita Domini nostri Jesu Christi ex quatuor evangelii*, escrito por Ludolfo de Saxônia (\*fins do séc. XIII - †1377), monge cartusiano

em Estrasburgo, na segunda metade do século XIV, teve uma enorme difusão por toda a Europa. Desde os finais do referido século, circulavam inúmeros manuscritos da obra, dos quais se conservam cerca de centena e meia.<sup>1</sup>

Na *Vita Christi*, o autor elabora uma biografia de Jesus Cristo a partir dos quatro evangelhos, acrescida de comentários dos santos padres e dos escolásticos, além de considerações pessoais. A obra, segundo Frade (2011), “[c]ontribui para aprofundar o movimento espiritual denominado *devotio moderna*, que propõe uma vida comunitária, de meditação e trabalho manual (sobretudo relacionado com a cópia de livros)”.<sup>2</sup>

Embora o autógrafo de Ludolfo de Saxônia tenha desaparecido, as cópias manuscritas circularam nos sécs. XIV e XV. E, com base no texto latino, chegou também a Portugal, faz-se a tradução para o português.<sup>3</sup>

A tradução da obra, alterada durante a sua transmissão manuscrita, foi impressa em 1495,<sup>4</sup> por Nicolau de Saxônia e Valentim de Morávia, a mando de D. João II (\*1455-†1495) e de D. Leonor (\*1458-†1525).

Do período que medeia entre a tradução para o português e a publicação impressa, preservam-se hoje partes (códices, fragmentos) de pelo menos seis cópias manuscritas, que podem ter composto diferentes

---

<sup>1</sup> Da *Vita Christi*, segundo Machado (2006: 3), “There are about one hundred and fifty manuscript editions and eighty-eight printed editions, in Latin and in several other languages, as French, Flemish, Italian, Castilian, Catalan and Portuguese.”

<sup>2</sup> *Devotio moderna* é um movimento religioso dentro do catolicismo romano, que ocorre de fins do séc. XIV ao séc. XVI, enfatizando a meditação e a vida interior, dando pouca importância a trabalhos exteriores, e à espiritualidade altamente especulativa dos séculos XIII e XIV. A *devotio moderna* originou-se na Holanda e difundiu-se para a Alemanha, norte da França, Espanha, Itália e Portugal. A *Imitação de Cristo*, tradicionalmente atribuída a Tomás de Kempis, é a expressão clássica do movimento. <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/160366/devotio-moderna>>

<sup>3</sup> Sobre as hipóteses quanto à tradução da obra para o português, v. Lorenzo (1993: s. v. *Vita Christi*) e Nascimento (2001).

<sup>4</sup> Segundo se declara na *prohemial epistola* que abre o texto do incunábulo (fól. 3r), a obra, antes de ser impressa, foi revista por Fr. André, franciscano de Xabregas. Para Machado (2006: 4), “The reviewer maintained, in general, the version of 1446, inclusively the vocabulary that already seemed archaic, in 1495.”

transcrições integrais da obra.<sup>5</sup>

Neste estudo, concentramo-nos na primeira parte da obra e, mais especificamente, em dois fragmentos atualmente preservados em Évora, que integram a sua tradição.

Ao procurarmos indícios textuais para situar os fragmentos no estema da obra, deparamos com poucas variantes que poderiam constituir lugares críticos (*loci critici*) da tradição. Nesta etapa da pesquisa, uma recolha exaustiva permite apenas identificar casos de variação textual que aproximam e que distanciam os fragmentos dos demais testemunhos, a partir do que podemos emitir algumas hipóteses a respeito da filiação dos fragmentos.

Para o estudo da tradição da *Vita Christi*, tomamos por base o método genealógico-reconstrutivo (TROVATO, 2014: 54), concentrando-nos na etapa da *recensio*: começamos por descrever os mais antigos testemunhos que compõem a tradição direta da obra; em seguida, fazemos a colação de variantes, com base nos fragmentos eborenses; procuramos salientar os casos que julgamos mais significativos, a partir da recolha exaustiva a que procedemos, dentro dos limites dos fragmentos eborenses.

## 1. A tradição da primeira parte da *Vita Christi*

Os testemunhos portugueses mais antigos (datados do séc. XV) que compõem a tradição direta da primeira parte da *Vita Christi* são os seguintes:

---

<sup>5</sup> Considerando-se somente a tradição direta até o incunábulo, a primeira parte da obra preserva-se em cinco testemunhos diferentes (supondo-se que os fragmentos eborenses faziam parte de um mesmo testemunho, como indica o seu exame codicológico e paleográfico). A segunda parte da obra preserva-se em dois testemunhos; a terceira parte registra-se somente no testemunho impresso e a quarta parte preserva-se em quatro testemunhos.

BNP <sup>6</sup>	c.1445-46	ALC. 451
BPE	c.1450	Pergs. frags., pasta 4, doc. 3
BPE	c.1450	Pergs. frags., pasta 4, doc. 4
ANTT	séc. XV	Ord. Cist., Lorvão, cód. 33
MNA	séc. XV	Ms/P/IL, cx. 4/ p. 6/ fr. 1
BNP	1495	Inc - 1541 <sup>7</sup>

O testemunho ALC. 451 conserva-se atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Proveniente do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o códice foi copiado em meados do século XV e concluído em 15 de junho de 1445, conforme data declarada no colofão (fól. 221v). O suporte material é membranáceo e o códice compõe-se de 221 fólios (467 x 306 mm), organizados em 29 cadernos de estrutura variável. A mancha do texto mede 320 x 220 mm, segundo Amos (1989). Cada fólio contém duas colunas de 47 linhas cada uma, delimitadas por um pautado aparentemente à ponta seca. A numeração é romana, em vermelho, centralizada na margem superior dos fólios *recto*; há reclamos centralizados na margem inferior do último fólio de cada caderno. A capitular que abre o texto é cuidadosamente ornamentada. Ao longo de todo o texto, as capitais que abrem capítulo e as que iniciam a oração que conclui cada capítulo são de maiores dimensões, coloridas em azul ou vermelho. Epígrafes e caldeirões em vermelho. Encadernação em madeira, coberta de pele castanha, com brocho (plano anterior) e a marca dos que faltam (plano posterior).

<sup>6</sup> Siglas utilizadas na lista: ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, BNP – Biblioteca Nacional de Portugal, BPE – Biblioteca Pública de Évora e MNA – Museu Nacional de Arqueologia.

<sup>7</sup> As identificações dos testemunhos manuscritos em BITAGAP são respectivamente: Manid 1118, Manid 1605, Manid 1960, Manid 4026 e Manid 6673. As cotas dos incunábulo referem-se a um conjunto de exemplares disponibilizado online pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Há, para além desses exemplares, muitos outros, catalogados em Portugal e em outros países. V. Scrinium. Disponível em: <<http://www.scrinium.pt/pt-021>>. V. tb. DIAS (1995).

A escrita empregada no códice corresponde à gótica denominada *bíbrida portuguesa* (DEROLEZ, 2006: 172). A híbrida portuguesa caracteriza-se principalmente pelo <d> com haste longa e diagonal à esquerda; o <s> final com curva em sentido anti-horário, traço horizontal e cauda diagonal à esquerda; o <z> com cauda horizontal; e o desenho do <e> tironiano.<sup>8</sup>

Os fragmentos denominados respectivamente *Pergaminhos fragmentados, pasta 4, doc. 3* e *Pergaminhos fragmentados, pasta 4, doc. 4*, encontram-se depositados atualmente na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal. Infere-se que tenham sido executados por volta de 1450,<sup>9</sup> dadas as suas características codicológicas e paleográficas. Não encontramos referências a sua origem. O suporte material é membranáceo e ambos os fragmentos terão sido usados como forro interno de encadernação e como capa, de livros tabeliônicos, provavelmente a partir do século XVI. O fragmento 3 corresponde aos fólios 135r-v e 137r-v do incunábulo e contém parte do capítulo 43 da obra, intitulado *Da cura que foy feita ao demoninhado e aa sogra de pedro* e do capítulo 44, intitulado *Do filho da viuua que foy resuscitado*. O fragmento 4 corresponde aos fólios 140v, 141r e 142r do incunábulo e contém parte do capítulo 46 da obra, intitulado *Em como o senhor foy spertado e mandou aos ventos e ao mar que assessegassem*. Dimensão dos fragmentos 3 e 4 respectivamente: 363 x 460 mm e 363 x 522 mm. O texto distribui-se por duas colunas de 39 a 40 linhas cada uma, demarcadas por pautado aparentemente a tinta, nem sempre visível.<sup>10</sup> Os fragmentos são numerados originalmente por algarismos romanos minúsculos, em vermelho, na margem superior à direita do *recto*: no fragmento 3, há o número ccxxvj e no fragmento 4,

<sup>8</sup> Outras características desse tipo de escrita são as seguintes: <ç> com a cedilha bem abaixo e desligada do <c>; <g> com cauda que se fecha em volta em sentido horário; tendência de uso de <j> em posições específicas (antes ou depois de <m, n, u>, depois de <l>), ou no início de palavras; <r> com haste longa e <v> com primeiro traço longo.

<sup>9</sup> É a data que consta em BITAGAP (Manid 1605 e Manid 1960). Disponível em: <<http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon>>.

<sup>10</sup> Poderia tratar-se também de um pautado feito ora a tinta, ora a ponta seca.

ccxxxv. Há diversas anotações tardias, que indicam que os fragmentos encadernavam um livro notarial, a saber: no fragmento 3, anotações à margem e letra aparentemente quinhentista e outras em caligrafia mais recente, talvez seiscentista; o nome Manuel Rodrigues, escrito no meio do fólio e “Rodríguez 1611”, na parte que serviria de lombada do livro. No fragmento 4, anotações quinhentistas referentes ao número do livro de que era capa; em letra mais recente, referência ao número do maço, ao nome do tabelião, Luís Gonçalves, e aos anos de 1611 e 1612. A escrita é uma espécie de híbrida portuguesa cuidadosamente executada, diferente da que ocorre em ALC. 451.<sup>11</sup> Caldeirões vermelhos e azuis quase sempre alternados no início de diferentes partes do texto indicam o cuidado com que o texto foi confeccionado.

O testemunho identificado como *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, códice 33*, encontra-se atualmente sob os cuidados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. O códice terá sido escrito durante o século XV, no Mosteiro de Santa Maria de Lorvão. O suporte material do códice é cartáceo e compõe um livro de 320 fólhos, com os três últimos fólhos rasgados; o texto termina a meio do capítulo 60 (*da peendencia de maria magdalena*, fól. 320v). O texto distribui-se em duas colunas por fólio, com cerca de 42 ou 43 linhas cada uma. O pautado, aparentemente a mina, é visível apenas nas linhas que delimitam as colunas. Numeração romana, em tinta mais clara que a do texto, em módulo pequeno, à direita, na margem superior dos fólhos *recto*. Reclamos centralizados na margem inferior, no fim dos cadernos. Capitulares e epígrafes em vermelho. Encadernação em pele ornamentada. A escrita do códice parece identificar-se com o tipo de gótica que Derolez (2006: pl. 97) denomina como *cursiva currens*. A cursiva é, de longe, o tipo de escrita mais empregado nos séculos XIV e XV. Apresentam formas características as seguintes letras: <a> formada por uma única volta; <b>, <h>, <k> e <l> com hastes em volta para a direita; <f>

<sup>11</sup> Nascimento (2001: 141) aceita que os fragmentos de Évora representam mais fielmente o exemplar primitivo da tradução da obra, sem, no entanto, identificar-se com ele.

e <s> prolongados abaixo da linha de pauta (DEROLEZ, 2006: 142).

O fragmento com a cota *Ms/P/II*, *cx. 4/ p. 6/ fr. 1* é descoberta muito recente. Preserva-se no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal. Bifólio que serviu de encadernação a um exemplar da *Chorografia* de Gaspar Barreiros (Coimbra, 1561). Medidas dos fólhos: 343 x 244 mm. Páginas exteriores (escurecidas): fól. 109v-102; páginas interiores: fól. 102v-109. O texto dos fól. 102-102v é correspondente a parte do cap. 22 da primeira parte da obra. O texto dos fól. 109-109v é correspondente a parte do cap. 23 da primeira parte da obra.<sup>12</sup> Por suas características codicológicas e paleográficas, supomos que esse fragmento terá sido confeccionado e escrito durante o séc. XV.

O incunábulo foi impresso no ano de 1495, em Lisboa, por Nicolau de Saxônia e Valentim de Morávia. Sobre suporte em papel, o texto organiza-se em duas colunas por fólio de 50 linhas cada uma. Letra gótica rotunda, capitulares decoradas, numeração romana na margem superior à direita. Rubricas em vermelho e texto em preto. Há gravuras e tarjas.<sup>13</sup>

## 2. Colação de variantes

Para realizar o confronto textual, tomamos como texto de base os fragmentos preservados em Évora. Por meio da colação, procuramos as identidades e diferenças entre os testemunhos, nos limites textuais dos fragmentos eborenses.<sup>14</sup> Concentramo-nos em recolher todos os casos de variação formal e substancial encontrados. A partir desse levantamento, despontam alguns casos que, a partir de um estudo mais amplo da obra,

<sup>12</sup> Agradecemos imensamente à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Sobral (FLUL, Lisboa) por essas informações, que nos foram gentilmente transmitidas, oportunamente, pouco antes da conclusão deste artigo. O fragmento constará, em breve, em BITAGAP (Manid 6673).

<sup>13</sup> Para uma descrição muito pormenorizada do impresso da *Vita Christi*, v. Jüsten (2009).

<sup>14</sup> A colação fica ainda mais limitada tanto porque os fragmentos nem sempre são legíveis, devido à deterioração do suporte e da tinta, como porque podem faltar os fólhos correspondentes em algum dos outros testemunhos, como ocorre em ALC. 451.

poderão caracterizar erros seguros e ultrapassar o nível de variantes adiaforas, ou poderão reforçar hipóteses baseadas em erros encontrados em outras partes da obra. Por ora, essas variantes classificam-se como adiaforas, porque fazem perfeito sentido e poderiam ser indistintamente lição do original. A sua função, nesta altura, portanto, é servir de indício quanto à possível filiação entre testemunhos, por ocorrerem sistematicamente em um conjunto de testemunhos e não em outro.<sup>15</sup>

A tabela 1 apresenta os casos que consideramos os mais significativos de variantes, substanciais predominantemente, uma vez que permitem visualizar possíveis padrões de variação, que caracterizam as relações entre os testemunhos nesta tradição.

TABELA 1: Exemplos das variantes recolhidas<sup>16</sup>

<b>Frag. 3 e 4</b>	<b>Alc. 451</b>	<b>Lorvão 33</b>	<b>Inc. 1541</b>
conuersaçom [do pe]cador (3)	conuersom do peccador (162v)	cõuersõ do peccador (249r)	cõuersaçõ do pecador (137r)
guareçe com grande dificuldade (3)	guarece com maÿor dificuldade (162v)	cõ maÿor difficuldade (249r)	guareçe com grande dificuldade (137v)
em aquel loguar (3)	em aquella cidade (160r)	ẽ aquella çidade (245v)	em aquella cidade (135r)
pousan sse [muy] tos millagres (3)	pousan se muytos millagres (160r)	contã sse muytos millagres (245v)	contam se muytos millagres (135r)
algũs doentes (3)	algũs enfermos doentes (160r)	algũs ãnfermos doêtes (245v)	alguũs enfermos doentes (135r)
grade mouimento e tormenta (4)	grande mouimêto e tormenta (167r)	grãnde mouimêto e tormêta (255v)	grãde mouimêto e tormêto (141r)
auguas do diluujo (4)	aguas do deluujo (167v)	auguas do denuiõ (255v)	agoas do dilluuio (141r)

<sup>15</sup> Segundo Priego (2011:128), as variantes adiaforas “cuando ocurren sistemáticamente en un grupo de testimonios frente a otro u otros, nos servirán para confirmar la filiación de los mismos.”

<sup>16</sup> Todos os exemplos transcritos neste artigo seguem normas semidiplomáticas, salvo quanto à separação de linhas, conforme Megale e Toledo Neto (2005:147-148).

per esta naueta seer entendida (4)	per esta naueta ser entende (167v)	per esta naueta seer etêdida (256r)	per esta maneira seer entêdida (141r)
assi entram os ventos e mouem as ondas (4)	(Faltam os fólhos correspondentes)	assy / Entram os ventos ã teu coraçom / Certas sy / quando navegas e passas esta vida como peego ã que ha tormêta e perijgo / êtrã os vêtos e mouê as ondas (256v)	assy entram os vêtos em teu coraçom . Certas sy quando nauegas e passas esta vida como peego em que ha tormenta e perigoo Entram os ventos e mouem as ondas (141r)

De modo geral, as lições variantes identificadas podem indicar independência de um testemunho em relação ao outro; podem também indicar relação entre dois ou mais testemunhos frente a outros. A par desses casos, a coincidência existente entre maior parte dos testemunhos revela que todos descendem de um mesmo antepassado comum, isto é, de um mesmo arquétipo.

Por tratar-se de colação restrita aos limites dos fragmentos eborenses, certas variantes formais, como o salto-bordão, podem ter um peso maior na avaliação genealógica do testemunho.

Do conjunto de variantes recolhidas, aquelas que indicam independência dos fragmentos em relação aos demais testemunhos são as seguintes:

TABELA 2: Variantes que distanciam os fragmentos dos demais testemunhos

<b>Frag. 3 e 4</b>	<b>Alc. 451</b>	<b>Lorvão 33</b>	<b>Inc. 1541</b>
loguar	cidade	çidade	cidade
Ø	enfermos	ênfermos	enfermos
entram os ventos e mouem as ondas	-	Entram os ventos ã teu coraçom ... e mouê as ondas	entram os vêtos em teu coraçom ... e mouem as ondas

Os dois primeiros casos constituem lições exclusivas dos fragmentos, frente à lição comum aos demais testemunhos. No caso dos fragmentos, pode tratar-se de lições terminais, isto é, que tenham ocorrido exclusivamente no testemunho, ou tratar-se de lições mais fidedignas que, no entanto, opõem-se aos demais testemunhos. No terceiro caso, há um salto-bordão, que separa os fragmentos ao menos de dois outros testemunhos, os quais preservariam a lição do arquétipo.<sup>17</sup>

As variantes que indicam relação dos fragmentos com outros testemunhos podem ser divididas da seguinte forma: a) identidade entre os fragmentos e um outro testemunho; e b) identidade entre os fragmentos e dois outros testemunhos.

Os casos em que há identidade com um dos outros três testemunhos da tradição são os seguintes:

TABELA 3: Identidade dos fragmentos com um testemunho

<b>Frag. 3 e 4</b>	<b>Alc. 451</b>	<b>Lorvão 33</b>	<b>Inc. 1541</b>
conuersaçom	conuersom	cõuersõ	cõuersaçõ
grande	maÿor	maÿor	grande
pousan	pousan	contã	contam

Nos dois primeiros casos da tabela 3, os fragmentos identificam-se com o testemunho impresso. O primeiro caso tem mais peso na genealogia da obra, na medida em que o contexto apontaria para *conuersom* / *cõuersõ* como a melhor lição, a par de *conuersaçom* / *cõuersaçõ*. Quanto ao segundo caso, as variantes não alteram fortemente o sentido do texto, mas contribuem para aproximar o fragmento do impresso e distanciá-lo dos outros dois testemunhos. Dado que o testemunho impresso é posterior ao fragmento em aproximadamente quarenta e cinco anos, haveria indício de parentesco dos fragmentos com um antepassado

<sup>17</sup> Conforme Priego (2011: 129), embora o salto-bordão seja um erro resultante do ato de cópia, e portanto poligenético, sem valor para a filiação de testemunhos, a sua ocorrência reiterada pode ser indício de filiação, quando esta for confirmada por erros evidentes.

perdido (um subarquétipo) do testemunho impresso. O terceiro caso, no entanto, aproxima os fragmentos do testemunho alcobacense, distanciando-o dos demais. É interessante o fato de os fragmentos ora aproximarem-se do impresso, ora do alcobacense, porque há evidências de que cada um deles pertence a um ramo diferente da tradição da obra.

TABELA 4: Identidade dos fragmentos com dois testemunhos

Frgs. 3 e 4	Alc. 451	Lorvão 33	Inc. 1541
tormenta	tormenta	tormêta	tormêto
diluujo	deluuyo	denuiõ	dilluio
naueta	naueta	naueta	maneira

Os três casos da tabela 4 distanciam os fragmentos do testemunho de Lorvão e do impresso, em casos que parecem resultar de erros de entendimento (*lectio facilior?*) tanto durante a cópia do testemunho de Lorvão (*denuiõ*) como durante a composição do impresso (*tormêto*, *maneira*). Nesses casos, os fragmentos acompanham os testemunhos com a melhor lição.

### 3. Há indícios para a filiação dos fragmentos eborenses?

Segundo Trovato (2014:155), um dos casos em que há dificuldade de aplicar-se o método genealógico é o de textos curtos. No caso dos fragmentos, as variantes encontradas poderão juntar-se a outras dos demais testemunhos, para reavaliar-se o seu peso genealógico. Mesmo com a dificuldade devida à delimitação do texto, há certos indícios que não podem ser desconsiderados e que levantam, a princípio, duas hipóteses. A primeira hipótese seria fazer os fragmentos remontarem a uma posição alta no estema. A maior parte das lições do fragmento, conservadoras, pesa a favor dessa hipótese. E é essa a hipótese defendida por Nascimento (2001:141), quando aceita que os fragmentos de Évora (ou *E*) representam “mais fielmente o exemplar primitivo, sem que tenha de se identificar com ele”. Nesse caso, a lição *conuersaçom* / *cõuersaçõ*

teria sido corrigida nos testemunhos alcobacense e de Lorvão, uma vez que o contexto é “deseiár a conuersaçom [do peca]dor”, no fragmento 3, lição que se identifica com a do impresso (fól. 137r), a par de “desejar a conuersom do peccador” no fól. 162v do testemunho alcobacense e, com alterações formais, no fól. 249r do testemunho de Lorvão.

Uma segunda hipótese seria que, por aproximar-se ora de uns testemunhos, ora de outros, algumas das variantes poderiam evidenciar que os fragmentos resultassem de um processo de contaminação. A contaminação ocorre quando um testemunho não se limita a reproduzir, com inovações, as características de um único antecedente, seguindo uma tradição vertical, mas tem erros significativos em comum com outras famílias no estema, seguindo uma tradição horizontal. Embora as famílias dos testemunhos em português da *Vita Christi* ainda não estejam nitidamente caracterizadas, temos dados suficientes para constatar que ALC. 451 e Inc. 1541 pertencem a ramos distintos da tradição.<sup>18</sup>

## Conclusão

Consideradas as duas hipóteses apresentadas no item 3, a colação dos fragmentos com os demais testemunhos da *Vita Christi* parece apontar que a filiação dos fragmentos remonta a uma posição alta no *stemma codicum* da obra. Considerando-se todo o conjunto de variantes recolhidas, notamos uma tendência de identificação maior entre os fragmentos e o testemunho alcobacense, que é o testemunho datado como mais antigo, o que pode ajudar a confirmar o conservadorismo dos fragmentos. Além das variantes substanciais, favorece a hipótese o conservadorismo de algumas formas linguísticas, como ocorre, entre outros casos, nos seguintes exemplos:

---

<sup>18</sup> Em trabalho inédito de nossa autoria (TOLEDO NETO, 2015), fazemos um levantamento mais extenso de variantes. Evidenciam-se diversos lugares de separação entre o testemunho alcobacense e o impresso que os colocam nitidamente em diferentes ramos da tradição.

tragiã / proues / el	(Frag 3)
traziã / pobres / elle	(ALC. 451, fols. 160r-v)
tragiã / pobres / elle	(Lorvão, fols. 245v-246v)
traziam / pobres / elle	(Inc. 1541, fols. 135r-v)

O apuro com que foram executados os fragmentos é um aspecto relevante para situar a sua procedência em algum importante centro de produção de manuscritos quatrocentista. O cuidado na organização da página e na caligrafia poderiam indicar um cuidado também no ato de cópia, embora sejam identificáveis alguns erros de transcrição. Levando-se em conta, portanto, as características materiais, formais e substanciais dos fragmentos eborenses, apresentadas neste trabalho, parece ganhar força a hipótese de que eles estariam filiados a um testemunho perdido, um subarquétipo, que supomos comum com ALC. 451. Esse subarquétipo, por sua vez, remontaria à cópia alcobacense da tradução do texto e esta, à tradução do latim para o português.<sup>19</sup>

## Referências

AMOS, Thomas L. **The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional**. Lisbon. Colledgeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library, 1989.

BITAGAP (Bibliografia de textos antigos galegos e portugueses). Disponível em: <[http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap\\_po.html](http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html)>. Acesso em: 09 set 2016.

DEROLEZ, Albert. **The palaeography of gothic manuscript books**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

---

<sup>19</sup> Essa última hipótese será mais bem examinada a partir de estudo mais amplo que estamos realizando sobre a tradição da *Vita Christi*. Assim também a posição mais precisa dos demais testemunhos descritos neste artigo.

DIAS, João J. A. (Coord.). **No quinto centenário da Vita Christi: os primeiros impressores alemães em Portugal**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. Disponível em: <<https://global.britannica.com/>>. Acesso em: 2016-09-10.

FRADE, Mafalda. **Scrinium: traduções medievais portuguesas (e de pendor humanista)**. Disponível em: <<http://www.scrinium.pt/>>. Acesso em 11 set 2016..

JÜSTEN, Helga M. **Incunábulos e post-incunábulos portugueses (ca. 1488 – 1518)**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

LORENZO, Ramon. **Vita Christi**. In: LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe (Org.). Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1993.

MACHADO, José B. **Press and translation as changing factors in the 15<sup>th</sup> century portuguese language and culture**. Braga: Projecto Vercial, 2006, p. 1-8. Disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad13.pdf>>. Acesso em 12 set 2016.

MEGALE, Heitor, TOLEDO NETO, Sílvio de A (Org.). **Por minha letra e sinal**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

NASCIMENTO, Aires A. **A Vita Christi de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável**. Euphrosyne, 2001, v. 29, p. 125-142.

PRIEGO, Miguel Á. P. **La edición de textos**. 2.<sup>a</sup> ed. ampl. y act. Madrid: Síntesis, 2011.

TOLEDO NETO, Sílvio de A. **Entre o manuscrito e o impresso: tradição textual e mudança linguística na Vita Christi**. 2015. 138 p. Relatório de pós-doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

TROVATO, Paolo. **Everything you always wanted to know about Lachmann's method**. Padova: Libreriauniversitaria.it, 2014

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016

Anexo  
Tabela 5: Fac-símiles das variantes da tabela 1

Frag. 3 e 4	Alc. 451	Lorvão 33	Inc. 1541
	admirabilem dixerunt.		admirabilem dixerunt.
	et quare cum mulier difficiliter		quare cum grande difficultate
	et in quella cidade		em aquella cidade
	pensasse mulieres nullasque		:contam feminas nullasque
	alguma enferma decite		algumas enfermas decites
	:grãde monimeto e tomiêto		grãdo monimeto e tomiêto
	:grãdas do dilunio		:grãdas do dilunio.
	:p esta nauçã fec entendê		:p esta maneira fec entendê da
			:assí curram os vê tos em ten coaçõ. : : : : : negas e passas esta vida, como peço em q ba tomieta e perigoço. : : : : : oventos

# POR UMA FILOLOGIA VIRTUAL: O CASO DAS ATAS DA CÂMARA DE SÃO PAULO (1562-1596)

Vanessa Martins do MONTE  
Universidade de São Paulo (USP)

Maria Clara PAIXÃO DE SOUSA  
Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

*Este artigo tem como objetivo discutir as reflexões teóricas e suas consequências práticas advindas do encontro de duas trajetórias de pesquisa: uma centrada na reflexão teórica sobre a natureza do texto digital e a contingência do trabalho filológico no meio digital. A outra no trabalho filológico centrado nas Atas da Câmara de São Paulo escritas entre 1562 e 1596. Busca-se amalgamar essas duas trajetórias no ponto que encontramos em comum: o objetivo de trabalhar o texto levando em conta sua época, sua língua, seus autores e leitores, e recriá-lo para o olhar de novos leitores, em uma nova época, sob uma nova luz. Sugerimos, neste artigo, o termo 'edição filológica virtual' para descrever o trabalho de edição iniciado com as Atas da Câmara de São Paulo, mostrado em detalhes neste artigo.*

## ABSTRACT

*This paper aims to discuss the theoretical reflections and their practical consequences that came from the convergence of two trajectories of research: one centered in the theoretical reflection about the nature of the digital text and the contingency of the philological labor in the digital environment. The other centered in the philological labor around the meeting minutes of São Paulo's village written between 1562 and 1596. One searches to combine these two trajectories in their shared point: the objective of working with the text considering its period, its language, its authors and readers, recreating it for the approach of new readers, in a new period, under a new light. We suggest the term 'virtual philological edition' to describe the work of edition started with the meeting minutes of São Paulo's village, laid down in details at this paper.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Filologia. Edição virtual. Humanidades Digitais. Atas de São Paulo.*

## KEYWORDS

*Philology. Virtual Edition. Digital Humanities. Meeting Minutes of São Paulo.*

## Introdução

“**Virtual:** fisicamente inexistente, e sim criado por programas de computação, para parecer real aos sentidos (diz-se de imagem ou ambiente) <imagem n.> <realidade n.>” (HOUAISS, 2012).

Este artigo nasce do encontro de duas trajetórias de pesquisa: uma centrada na reflexão teórica sobre a natureza do texto digital e a contingência do trabalho filológico no meio digital (PAIXÃO DE SOUSA 2009, 2013a, 2013b) e a outra no trabalho filológico focado nas *Atas da Câmara de São Paulo* escritas entre 1562 e 1596 (MONTE & FACHIN a sair, MONTE 2015, 2016a, 2016b). Na trajetória teórica, temos refletido sobre os impactos das tecnologias digitais sobre o trabalho filológico explorando não apenas as perguntas que só podem ser *respondidas* pela filologia no meio digital, mas também as perguntas que só podem ser *formuladas* pela filologia neste meio. Na trajetória do trabalho filológico, temos investigado meios para a decifração, edição, publicação e difusão de um conjunto documental raro, visando superar os obstáculos trazidos pela natureza material e paleográfica dessa documentação e pela trajetória de sua transmissão desde o seu surgimento em meados do século XVI.

Um e outro olhar se cruzam na dupla pergunta proposta e explorada neste artigo: que possibilidades se abrem para o trabalho filológico sobre as *Atas da Câmara de São Paulo* (doravante ACSP) a partir das tecnologias digitais, e de que forma as possibilidades assim abertas contribuem

para a reflexão sobre a confluência entre as tecnologias digitais e o trabalho filológico? A exploração dessa dupla pergunta tocou nos pontos nevrálgicos do *conceito material de texto digital* esboçado em Paixão de Sousa (2013a): acreditamos que as perspectivas de decifração e difusão das ACSP em meio eletrônico só podem ser plenamente exploradas se compreendermos, como principal característica do texto em meio digital, sua natureza de *representação* artificial. O conceito material de texto digital aborda o texto segundo os aspectos das suas condições de produção, difusão e apreciação como objeto cultural, e traz a foco o processamento lógico artificial como seu ponto de diferenciação (dialogando, neste aspecto, com Eggert (2010)). Defende, ainda, que o texto digital em sua dimensão de ‘objeto humanamente legível’ é uma instância de ‘representação do conhecimento’ (nos termos de Unsworth 2001, 2004 e Clement, 2011). A natureza *fragmentária* do texto digital (trabalhada, principalmente, por Chaudiron, 2008) e os impactos dessa natureza sobre a edição filológica em meio digital são, a nosso ver, o ponto fulcral desse debate, com impactos importantes sobre a reflexão aqui proposta, como mostraremos.

A chave, nesta reflexão, está na ideia de *representação*: o ‘texto’ digital é uma simulação computacional de texto, destituída de realidade física, e plena de artifícios lógicos. É nesse sentido que a ‘edição filológica digital’ pode ser resignificada como uma **edição virtual**, ou seja, como a apresentação *‘fisicamente inexistente’* e *‘criada por programas de computação para parecer real aos sentidos’* de um documento fisicamente existente no espaço e no tempo. No caso específico das ACSP, trabalha-se com um documento cuja existência física apresenta-se atualmente em tal estado de fragilidade que sua manipulação é contra-indicada. E que clama, portanto, por uma representação virtual. Do ponto de vista do trabalho filológico, a representação virtual do texto não é uma fraqueza: ao contrário, é sua maior vantagem com relação às outras formas conhecidas de texto. É este engenho na ilusão do olhar que torna a

representação computacional uma ferramenta poderosa de preservação da fidedignidade de um texto original. Discutiremos aqui como opera a conjunção aparentemente paradoxal entre a fidelidade ao texto almejada pelo fazer filológico e a simulação de texto almejada pelo processamento digital.

Assim, buscamos amalgamar as duas trajetórias motivadoras deste trabalho – a reflexão teórica sobre o digital e a dedicação ao fazer filológico – no ponto que encontramos em comum: o objetivo de trabalhar o texto levando em conta sua época, sua língua, seus autores e leitores, e recriá-lo para o olhar de novos leitores, em uma nova época, sob uma nova luz.

## **1. As Atas da Câmara de São Paulo (1562-1596) e seus desafios filológicos**

As ACSP, cujo primeiro exemplar conservado data de 1562, em conjunto com as atas da câmara de Santo André da Borda do Campo, lavradas entre 1555 e 1558, são documentos de inestimável importância histórica, cultural e linguística. Essa documentação, conservada atualmente no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, tinha inicialmente uma função estritamente documental: a de materializar textualmente uma função administrativa. Com o passar do tempo e o aumento da importância político-econômica de São Paulo, os livros de vereações vão adquirindo valor histórico.<sup>1</sup> Esse processo de valoração culmina com a publicação, em 1914, da edição impressa das atas, reeditada em 1967 com o acréscimo de um prefácio à segunda edição. Deve-se ressaltar que, a par da relação de parte das abreviaturas constantes dos originais, não há informação sobre as normas de transcrição utilizadas. Breve apresentação da história da transmissão das atas e da notícia de

<sup>1</sup> Segundo Karla Maestrini, no Simpósio Caminhos de Pesquisa no Arquivo Histórico de São Paulo: Uma Visão Multidisciplinar, realizado em 06/10/2016, o documento não nasce histórico, ele se torna histórico.

sua edição atual foi realizada em Monte & Fachin (a sair), texto com o qual dialogaremos neste artigo. Pode-se afirmar que, a partir da publicação da ‘versão’ impressa das atas, os originais são silenciados, ao ponto de as atas quinhentistas da câmara de São Paulo tornarem-se praticamente sinônimo de sua edição impressa de 1914/1967.<sup>2</sup> É compreensível que as edições impressas tenham sido as responsáveis por ampliar o acesso às atas, já que a documentação original oferece muitas dificuldades de decifração, tanto pela letra gótica cursiva, altamente encadeada, quanto pelo estado de conservação do suporte, muito fragmentário em vários fólios e com manchas e trechos corroídos. Colaborou para esse processo de utilização dessas edições como via de acesso exclusiva às atas quinhentistas o alto grau de confiança depositado no trabalho de decifração comandado por Washington Luís, Afonso d’Escagnolle Taunay e seus contemporâneos, ainda que não tenham anunciado seus critérios editoriais e o grau de fidedignidade mantido em relação aos originais, como apontam Monte & Fachin (a sair).

A ação do tempo associada às condições sabidamente pouco ideais de armazenamento causaram danos irreparáveis ao papel que serve de suporte material às ACSP. O papel, sem marca d’água até onde pudemos verificar, encontra-se extremamente fragmentado, com perdas de suporte em todos os fólios, em maior ou menor extensão. Tendo em vista esse cenário, é altamente recomendável, senão mandatório, fazer a leitura dessa documentação a partir de sua representação digital, criada, neste caso, a partir das fotografias das atas originais. Como os quatro primeiros livros de vereações passaram por um tratamento de conservação e restauro realizado em 2005 pela Fundação Vitae, conforme explicado em Monte & Fachin (a sair), atualmente cada fólio das atas encontra-se envolvido por um invólucro de poliéster, para proteger a documentação da umidade e garantir a conservação do suporte original, entre outras

---

<sup>2</sup> O *website* do Centro de Memória da Câmara, lançado recentemente, retorna os volumes impressos digitalizados em formato .pdf quando se pesquisam as atas antigas de Santo André e de São Paulo (cf. <http://www.camara.sp.gov.br/memoria>, Seção: Biblioteca).

funções. O trabalho de reprodução fotográfica, realizado no âmbito do Projeto *As atas da vila de São Paulo* (MONTE, 2015), teve como primeiro desafio, além da delicada manipulação dos originais, os obstáculos advindos do reflexo provocado pelo invólucro, como veremos a seguir. Pelo seu estado atual de fragilidade e considerando a tradicional etapa inicial do trabalho filológico, que é a leitura das fontes, a necessidade de se tratar digitalmente este material surge, em primeiro lugar, pelo imperativo de preservar os documentos originais: ao armazenar as informações sobre sua materialidade em formato eletrônico, pode-se minimizar a necessidade de seu manuseio. A digitalização como fator de preservação documental tem sido uma abordagem intensamente discutida nos anos recentes – veja-se, entre outros, Sayão et al. (2009) e Nardino et al. (2005). Alinhando-nos a esta abordagem, ressaltamos ainda que, entre as informações sobre a materialidade do documento a preservar no formato digital, importa incluir informações de natureza codicológica, diplomáticas e paleográficas.

Um segundo fator que leva a uma abordagem digital dessa documentação é a relevância de se proporcionar sua leitura a um público amplo constituído tanto por especialistas (linguistas, historiadores, sociólogos etc.) quanto pela comunidade em geral, interessada na representação de São Paulo em seus primeiros livros de vereação. Unindo a motivação do tratamento digital dos documentos (preservação) ao tratamento digital do texto (ampla difusão), surge o caminho de emprendermos o trabalho de edição filológica digital em sentido amplo a que denominamos *edição filológica virtual*: a produção de uma réplica informatizada e ressignificada do conjunto da documentação, detalhada a seguir.

## 2. Caminhos para uma edição filológica virtual

### 2.1 Conceito de edição filológica virtual

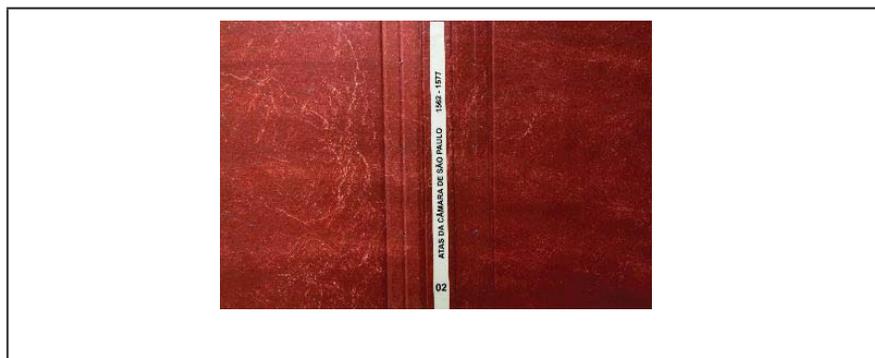
Usamos o termo *edição filológica virtual* para nos referir ao objeto criado a partir de um trabalho que inclui a produção da réplica imagética digital do documento físico, a edição filológica digital, e as múltiplas possibilidades de representação final ou publicação digital. Todos esses processos são construídos com ferramentas e tecnologias computacionais, e são, portanto, ‘digitais’; o conjunto dos processos forma o objeto que chamamos de virtual – pois que simula, representa, re-cria artificialmente os documentos originais. Produzir uma edição filológica virtual é empreender uma efetiva *tradução material* dos documentos, nos termos de Paixão de Sousa (2012): é digitalizá-los no sentido lato do termo, codificando-se as informações relevantes contidas no documento físico sob forma de símbolos computáveis. Almeja-se, neste processo, compor um novo objeto – o conjunto da documentação em formato digital – que ao mesmo tempo remete fielmente aos originais em papel, e proporciona possibilidades de pesquisa não imediatamente presentes nos originais, como a indexação para buscas remissivas, a anotação linguística, ou a inclusão de informações historiográficas.

Este novo objeto tem portanto três componentes básicos: a representação digital do texto original sob forma de imagem; a ‘textualização’ ou passagem da informação visual para informação efetivamente codificada como texto (incluindo-se a ‘transcrição’ do texto e a anotação de informações adicionais sobre o texto); e a apresentação do texto como objeto novamente legível como informação visual (de fato, num processo de *desmaterialização* e *rematerialização* do texto, de informação visual para informação computacional, e de volta para informação visual). Esses três componentes operam na construção da edição virtual das ACSP.

## 2.2 Etapas da edição

A construção da edição virtual tem início já com o processo de reprodução digital, ou *'digitalização'*: a captura e o processamento de imagens digitais a partir de objetos não-digitais. Este processo implica uma simulação da materialidade do objeto original, em particular quando o objetivo é realizar a leitura filológica a partir do documento digitalizado, e se busca construir imagens digitais que reflitam o mais fielmente possível as características físicas do original. De fato, já na captura de imagens digitais o objetivo da fidedignidade ao original resulta de algum grau de manipulação das condições técnicas de captura. Na primeira etapa do Projeto *"As atas da vila de São Paulo"* (MONTE, 2015), foram realizados dois testes de fotografia para simular *"as condições ideais de iluminação, tempo de exposição, margens e, principalmente, rebatimento de luz para tentar minimizar o efeito reflexivo do invólucro de poliéster do documento"* (REGISTRO, 2016). No caso das ACSP, os documentos foram capturados em 300 Dpi-Raw (de 'cru', em inglês), e depois convertidos para JPEG (*Joint Photographic Experts Group*), pois o grande tamanho do formato Raw inviabilizaria o trabalho com os mesmos. Os *Quadros 1* e *2* mostram imagens em JPEG digitalizadas a partir do Volume 2 das ACSP:

QUADRO 1: Imagem em JPEG da Capa e Contra-capas do Vol. 2 das Atas de São Paulo



QUADRO 2: Imagem em JPEG dos fólios 26F e 29V do Vol. 2 das Atas de São Paulo

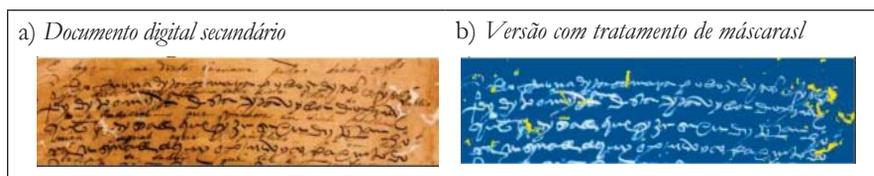


Considerando as múltiplas etapas de manipulação envolvidas na captura e pós-processamento, usamos aqui com o conceito de ‘*documento digital*’, proposto por Namiuti-Temponi et al. (2013), para descrever a reprodução digital obtida com métodos científicos de captura de imagem e codificação da informação. Chamamos a versão do documento resultante inicial da captura de imagens de ‘*documento digital primário*’ (neste caso, o arquivo Raw) e o documento pós-processado de *documento digital secundário* (neste caso, o JPEG). O documento digital secundário pode sofrer manipulações computacionais adicionais para melhorar as condições de leitura, trazendo benefícios notáveis à etapa de decifração do texto nas edições filológicas. Algumas técnicas neste sentido são propostas, por exemplo, por Havens (2014), usando o software proprietário Photoshop, e por Santos & Brito (2014), com um sistema desenvolvido pelos autores com base no conceito de ‘*documento digital*’ já mencionado. No caso das ACSP, realizamos testes de manipulação menos sofisticados<sup>3</sup>, mas já com um grau razoável de facilitação da leitura. É o caso, principalmente, dos fólios que apresentam duas camadas de escrita: a original quinhentista e a de um punho moderno, provavelmente de finais do século XIX,

<sup>3</sup> Com o software aberto GIMP 2.8.10, [www.gimp.org](http://www.gimp.org), 1997-2014.

início do XX, que ao decifrar o material, foi anotando no próprio a leitura feita. O *Quadro 3* abaixo mostra este fenômeno para o fôlio 32v do Volume 1, na Figura (a); a Figura (b) mostra uma versão de trabalho do fôlio, após um teste de manipulação para salientar a camada da escrita quinhentista e esconder a posterior:

QUADRO 3: Experimento de versões digitais para leitura



Vemos aqui revelar-se uma das particularidades importantes do *documento digital* em contraste com o documento em papel: o documento digital é apenas um código, e pode ser ‘clonado’ e manipulado sem prejuízo da versão original (isto é: do *documento digital primário*), mantida como referência ao longo do trabalho. Não estamos lidando com ‘o documento’, mas com múltiplas versões de uma representação artificial, descorporificada, de um documento.

Em que pesem as facilidades de leitura trazidas pela produção de documentos digitais como os ilustrados, no trabalho filológico e linguístico precisamos lidar com textos, não com imagens de textos. Entra, aqui, a segunda etapa do trabalho de edição: a transformação dos documentos digitais no formato imagem em documentos digitais no formato texto (no sentido computacional, um pequeno banco de dados que contém informações sobre codificação de caracteres, cf. Paixão De Sousa 2014). Para documentos digitais obtidos de originais impressos, essa transformação pode se dar por processamento automático; para manuscritos, a técnica segue sendo a decifração e transcrição humana – e no caso de materiais históricos como as ACSP, decifração humana por especialistas. Para além da decifração e transcrição, a edição filológica

inclui a anotação das informações relevantes sobre as decisões críticas do editor, uma etapa também passível de codificação eletrônica. É ao conjunto formado por esses dois processos (transcrição e anotação) somado ao seu produto em meio eletrônico que se denomina, em geral, ‘*edição filológica digital*’ – noção difusa, mas que tem tomado contornos conceituais mais definidos principalmente a partir de Crane, 2008; Gradmann & Meister, 2008; Lucía Megías 2008, 2009, 2010, a que referimos para um aprofundamento do debate conceitual.

Aqui cabe destacar as convergências e divergências entre o processo de edição no meio digital e as etapas do trabalho filológico tradicional. Podemos fazê-lo, seguindo Paixão de Sousa (2013b), partindo da clássica proposta de Segismundo Spina para as etapas básicas do trabalho de edição crítica - a *Fixação* do texto, ou seu preparo, apuração e estabelecimento; e a *Apresentação* do texto, ou “*organização técnica do texto e dos seus elementos elucidativos (...) tendo em vista sua publicação*” (SPINA, 1977: 86). Nesse sentido, a primeira diferença do trabalho de edição em meio digital em relação ao trabalho no meio não-digital é a radical separação entre essas duas etapas, formando-se dois objetos digitais distintos: um representando o texto ‘*fixado*’ e outro, o texto ‘*apresentado*’. Como aponta também Paixão de Sousa 2013b, na publicação em meio não-digital, a limitação do papel obriga o editor a tomar decisões que apagam alguns dos passos tomados durante a etapa de estabelecimento do texto, para criar uma apresentação final mais limpa e inteligível. Assim, “*não há **um objeto** que contenha todas as etapas do trabalho que este editor realizou sobre o texto*”. O trabalho com o documento eletrônico tem aqui uma segunda diferença técnica essencial: o editor pode deixar registrados todos os passos do estabelecimento do texto, anotando-os em único arquivo eletrônico, decidindo (ou deixando a cargo do leitor decidir) quais devem ou não estar explícitos na apresentação da edição. Assim, para Paixão de Sousa (2013b:16),

com a tecnologia digital, o elo entre o trabalho com o texto e sua apresentação final modifica-se. Já não há razão alguma para os “tipos de edição” serem tomados como objetos isolados entre si: podem, muito melhor, ser compreendidos como **camadas editoriais** possíveis sobre um mesmo texto – um mesmo texto lógico, aberto a múltiplas possibilidades de representação final. Ou seja, no contexto de uma edição digital, o trabalho de edição e o produto da edição desvinculam-se, uma vez que um mesmo texto pode conter anotações referentes a diversas etapas do trabalho de edição, reproduzíveis em diferentes camadas como produto final.

Esse conceito de edição em ‘*camadas*’ funda a metodologia de edição digital das ACSP que apresentamos a seguir. Partimos de um esquema simplificado de anotação (em formato texto simples, .txt), que passar a um formato mais complexo e flexível, permitindo a exploração das camadas de edição, como veremos.<sup>4</sup> Resumimos aqui este método com exemplos da edição semidiplomática de Monte & Fachin (a sair) para o fólio 37v das ACSP: o Quadro 4 mostra essa edição em (a), e sua anotação em (b).

---

<sup>4</sup> Essa etapa de anotação simplificada dispensa um conhecimento computacional muito extenso pelos editores. A marcação é também inteiramente independente de qualquer software ou ferramenta computacional: pode ser feita em um arquivo de texto simples (.txt), em qualquer editor de textos comum.

## QUADRO 4: Anotação simples de edição

- (a) Transcrição semidiplomática justalinear (Monte; Fachin, a sair)

Aos vinte eseis dias do mesde marco  
 de mill e quinhentos ese[t]enta e sinquo  
 anos nesta vjllade sampaullo nas pouasa  
 [d]as donde pouasa o vreador antonio cu[bas]  
 estando hi ã camara cõ seu parsei[ro]  
 antonio biquido e antonio preto juiz ordinario  
 fazendo efalando cousas nesesarjas para are

- (a) Anotação preparatória simples em .txt

```
_Aos_vinte_eseis_dias_do_mesde_marco_|
_de_mill_e_quinhentos_[eseenta][ese(t)enta]_e_sinquo_|
_anos_nesta_vjllade_sampaullo_nas_[pouasa$]
$as][pouasa$(d)as]_donde_pouasa_o_vreador_{anto}{ant(oni)o}_{cu}[cu(bas)]_|
_estando_hi_ã_camara_cõ_seu_[parsei][parsei(ro)]_|
_{anto}{ant(oni)o}_biquido_e_{anto}{ant(oni)o}_preto_juiz_ordinario_|
_fazendo_efalando_cousas_nesarjas_{pra}(p(a)ra)_are$|
$publica_
```

Os símbolos usados nessa anotação (da série mais comum nos computadores pessoais) são marcas sobre as quais depois serão efetuadas substituições automáticas gerando uma anotação mais complexa. O traço baixo \_ indica espaço entre palavras<sup>5</sup>; |, quebra de linha; \$, quebra de palavra; [...][...], sequências de palavra original e editada, nos casos de conjecturas; {...}{...}, sequências de palavra original e editada com desenvolvimento de abreviaturas; (...), o caracter acrescentado, nos dois casos. Por exemplo, em 4(a) ‘[eseenta][ese(t)enta]’ indica que a lição original é ‘eseenta’, e a intervenção do editor por conjectura é ‘ese(t)enta’ (i.e.: adição do ‘t’); ‘{anto}{ant(oni)o}’ indica que a edição diplomática é

<sup>5</sup> Neste ponto caber um esclarecimento sobre a marcação da separação vocabular com um caractere visível (e não, simplesmente, um ‘espaço’, que, no texto digital, equivale a um caractere invisível). De um lado, a separação vocabular pode ser uma informação relevante para futuros estudos linguísticos; de outro, a separação por espaços é sujeita a erros humanos e problemas de decodificação na passagem entre programas de processamento de texto; esta anotação garante menor incidência de enganos por parte do digitador e corrupção lógica. Na passagem do arquivo simples para a anotação final em XML, cada ‘palavra’ (no sentido de ‘palavra gráfica’) será codificada pelo elemento <w>...</w>, como veremos.

‘*anto*’, e o desenvolvimento de abreviaturas é ‘*ant(oni)o*’ (i.e., adição de ‘*oni*’). Esta anotação, apesar de conveniente, não pode ser a anotação final dos documentos: para que a edição seja legível em larga escala, e compartilhada no âmbito acadêmico (e mesmo para além dele) via internet, faz-se necessária uma linguagem comum adotada por diferentes projetos e legível em diferentes navegadores.

Nesse sentido, a principal opção é a linguagem XML (*eXtended Markup Language*<sup>6</sup>, W3C 2016), por sua combinação equilibrada entre flexibilidade e controle, e por ser a base da maioria dos corpora eletrônicos e edições filológicas digitais atuais<sup>6</sup>. No âmbito da língua portuguesa, o primeiro projeto a usar essa linguagem para edições com finalidade acadêmica foi o *Corpus Tycho Brahe*<sup>7</sup>, com o sistema proposto em Paixão de Sousa & Trippel (2004, 2006), Paixão de Sousa et al. (2010), detalhado em Paixão de Sousa (2014), e atualmente usado por diferentes projetos brasileiros e portugueses. Para a edição das ACSP, a anotação simples de base (cf. *Quadro 4*) gera um código XML nos moldes desse sistema, como no *Quadro 5*:

QUADRO 5: Anotação XML da edição semidiplomática (20 primeiras palavras)

```

<w>Aos</w>
<w>vinte</w>
<w>esels</w>
<w>dias</w>
<w>do</w>
<w>mesde</w>
<w>marco</w><br/>
<w>de</w>
<w>mill</w>
<w>e</w>
<w>quinhentos</w>
<w><or>eseenta</or><ed t="cjt">ese<ed t="add">t</ed>penta</ed></w>
<w>e</w><w>sinquo</w><br/>
<w>anos</w>
<w>nesta</w>
<w>vjllade</w>
<w>sampaullo</w>
<w>nas</w>
<w><or>pousa<br/>as</or><ed t="cjt">pousa<br/><ed t="add">d</ed>as</ed></w>
<w>donde</w>
<w>pousa</w>
<w>o</w>
<w>vreador</w>
<w><or>anto</or><ed t="exp">ant<ed t="add">oni</ed>o</ed></w>
<w><or>cu</or><ed t="cjt">cu<ed t="add">bas</ed></ed></w><br/>

```

<sup>6</sup> Em especial, graças à *Text Encoding Initiative* (TEI), consórcio dedicado à standardização e manutenção da codificação de textos eletrônicos com fins acadêmicos, cf. <http://www.tei-c.org/index.xml>

<sup>7</sup> Cf. <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>

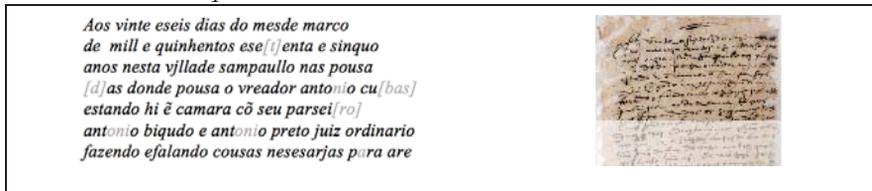
Com esta técnica, um mesmo arquivo anotado contém todas as informações do texto original consideradas relevantes pelo editor e todas as interferências realizadas pelo editor. As camadas editoriais assim registradas são passíveis de diferentes representações finais para leitura, automaticamente geradas com a seleção de uma ou outra forma anotada no arquivo de base, na etapa que segue a digitalização, transcrição e anotação de edição – isto é, a publicação.

A ‘publicação’, de um ponto de vista computacional, equivale ao momento da recomposição do documento em forma de informação visual: opera aqui a simulação de um texto legível a partir dos códigos computacionais incutidos nas etapas anteriores. Pensamos aqui portanto fundamentalmente na publicação *digital* do resultado dos processos anteriores. Guarde-se em mente, entretanto, a equivalência com a etapa da ‘*Apresentação do texto*’ em Spina (1977), malgrado algumas diferenças importantes, já apontadas acima: o sistema de anotação ora apresentado permite a preservação das diversas etapas de interferência sem prejuízo da possibilidade de inúmeras formas de apresentação. No arquivo de base, a transcrição mais próxima ao original está reunida à transcrição com mais intervenções do editor, e as formas de apresentação possível irão selecionar as camadas de informação a serem extraídas, conforme o destino do texto. Vale dizer, portanto, que o arquivo de anotação contém as informações que se *transformarão* na “*edição diplomática*”, na “*edição semidiplomática*” ou na “*edição modernizada*” (melhor dito, nas *apresentações* “*diplomática*”, “*semidiplomática*” ou “*modernizada*”) ou em catálogos de variações, glossários, e outras versões possíveis.

Assim, e ainda a partir o mesmo trecho do fôlio 37v do vol. 2 das ACSP, mostramos algumas das apresentações que poderiam ser geradas a partir da anotação XML básica já mostrada no *Quadro 5*. A apresentação no *Quadro 6* abaixo pode ser gerada a partir daquela anotação por meio de transformações XSLT (*eXtended Language for Stylesheet Transformation*, W3C 2015), gerando-se um arquivo HTML (*Hipertext Markup Language*,

W3C 2016b) – ou seja, um hipertexto, com a aparência ilustrada na coluna da esquerda:

QUADRO 6: Apresentação da edição semidiplomática a partir do arquivo XML



Um ponto interessante se faz ver neste passo: a ilustração no *Quadro 6* parece idêntica à transcrição semidiplomática de Monte & Fachin (a sair), já mostrada no *Quadro 4*. Essa semelhança, porém é fruto de artifício, e esconde um extenso processamento computacional de informação. Agora, temos um texto que **imita** a aparência de uma transcrição semidiplomática tradicional, mas que é produzido por sucessivas transformações automáticas a partir de um código-base. A primeira vantagem deste processo é justamente a de que por trás da representação assim criada há um texto efetivamente composto como um banco de dados compartilhável e processável; a segunda vantagem são as formas diferenciadas de apresentação que ele pode gerar, como veremos a seguir.

### 2.3 Para além da edição filológica tradicional

Como ressaltamos logo acima, a técnica de edição em camadas pode gerar representações muito próximas, visualmente, dos produtos da edição filológica tradicional. Este é em si um resultado interessante, pois nos permite trabalhar em um meio flexível e controlável, sem prejuízo de uma representação de texto com a qual a comunidade acadêmica está familiarizada. Podemos porém ir além dos formatos finais tradicionais,

construindo anotações e apresentações de textos particulares ao modo de difusão digital.

Aqui mostramos algumas dessas possibilidades, começando por técnicas já testadas em diferentes projetos. Nesse sentido, ressalte-se que depois de realizada a transcrição semidiplomática do texto nos moldes acima, o mesmo arquivo pode ser editado em camadas adicionais, por exemplo, modernizando-se as grafias. Esta técnica tem sido seguida longamente no *Corpus Tycho Brahe* (ambiente no qual as versões modernizadas dos textos são base para uso de outras ferramentas computacionais), e segue os mesmos moldes da anotação que codifica a intervenção na edição semidiplomática. No *Quadro 7*, (a) mostra a atualização de ‘*efalando*’ para ‘*e falando*’<sup>8</sup>; e (b) mostra a apresentação da edição modernizada, no mesmo espírito do que foi mostrado acima para a edição semidiplomática.

#### QUADRO 7: Camadas editoriais adicionais: Anotação de modernização de grafia

(a) Anotação XML:

```
<w>efalando</w> =
<w><or>efalando</or><ed t="dis">e falando</ed></w>
```

(b) Apresentação da edição modernizada simples

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil e quinhentos e setenta e cinco anos nesta vila de São Paulo nas pousadas donde pousa o vereador Antonio Cubas estando aí em câmara com seu parceiro Antonio Bicudo e Antonio Preto juiz ordinário fazendo e falando coisas necessárias para a república...



<sup>8</sup> O elemento ‘<w>...</w>’ remete à palavra ‘*gráfica*’, ou seja, ao espaçamento do documento original (mais que às palavras morfológicas interpretadas pelo editor). O elemento ‘<or>...</or>’ remete à transcrição mais conservadora, que preserva a fronteira de palavras original, e ‘<ed>...</ed>’ à versão modernizada.

Além da facilitação da leitura (lembrando-se o objetivo de ampliar o público leitor desta documentação), a versão modernizada pode fundar trabalhos que enriqueçam o texto com informações de ordens diversas, como informações biográficas sobre as figura históricas e contextualização histórico-geográfica dos topônimos mencionados<sup>9</sup>. O *Quadro 8* mostra uma anotação com informações historiográficas em (a), e uma apresentação da anotação em (b):

QUADRO 8: Enriquecimento com informações historiográficas (de LEME, 1905)

(a) Anotação XML	<pre>&lt;referente id="8882" nome="Antonio Bicudo" entrada="Antonio Bicudo Carneiro foi da governança da terra, ouvidor da comarca e capitania pelos anos de 1585; foi quem mandou levantar pelourinho na vila de S. Paulo no dito ano de 1585. Foi casado com Izabel Rodrigues, natural de S. Paulo, segundo se vê do testamento de seu f.º Antonio Bicudo em 1658 em que declara sua filiação. Teve 6 f.ºs, como se vê do requerimento feito aos oficiais da câmara de S. Paulo pedindo em 1598 chãos para fazer casas" fonte="G.P., VI, 296"&gt;&lt;w&gt;&lt;or&gt;ant&lt;/or&gt;&lt;ed t="exp"&gt;ant&lt;ed t="add"&gt;oni&lt;/ed&gt;&lt;/w&gt;&lt;/w&gt;bicudo&lt;/w&gt;&lt;/referente&gt;</pre>
(b) Apresentação	<p>Aos vinte e seis dias do mês de março de mil e quinhentos e setenta e cinco anos nesta vila de São Paulo nas pousadas donde pousa o vereador Antonio Cubas estando aí em câmara com seu parceiro <a href="#">Antonio Bicudo</a>, e Antonio Preto juiz ordinário fazendo e falando coisas necessárias para a re-</p> <p><small>Antonio Bicudo Carneiro foi da governança da terra, que do rei recebeu a capitania pelos anos de 1585; foi quem mandou levantar pelourinho na vila de S. Paulo no dito ano de 1585. Foi casado com Izabel Rodrigues, natural de S. Paulo, segundo se vê do testamento de seu f.º Antonio Bicudo em 1658 em que declara sua filiação. Teve 6 f.ºs, como se vê do requerimento feito aos oficiais da câmara de S. Paulo pedindo em 1598 chãos para fazer casas" [G.P.]</small></p> <p><small>[Ver outras ocorrências de Antonio Bicudo nas atas]</small></p>

É possível, também, combinar-se a anotação de mais de um texto nos mesmos moldes, gerando-se apresentações paralelas. Seria possível, por exemplo, combinar a transcrição semidiplomática das ACSP e a transcrição da edição impressa de 1967 (aquela que, como apontamos, tornou-se sinônimo das *Atas*), gerando uma apresentação com as duas versões alinhadas, como no *Quadro 9*:

<sup>9</sup> É claro que se trata necessariamente de um trabalho multidisciplinar; no caso específico das ACSP, os historiadores seriam os especialistas mais indicados para empreendê-lo. No exemplo que segue, como experimento, usamos a entrada sobre Antonio Bicudo na *Genealogia Paulistana* (LEME, 1905).

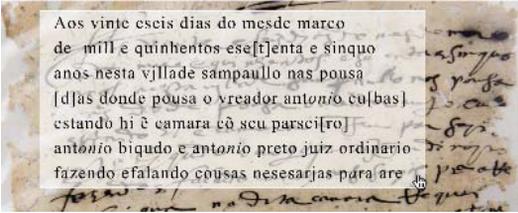
QUADRO 9: Apresentação de edição diplomática justalinear paralela à edição de 1967

<p><b>Aos vinte e seis dias do mesde marco</b> <i>Aos vinte e seis dias do mes de marco</i></p> <p><b>de mill e quinhentos e se[t]enta e sinquo</b> <i>de mill e qui- nhentos e setenta e sinquo</i></p> <p><b>anos nesta vjllade sampaullo nas pouasa</b> <i>anos nesta villa de sam paullo   nas pousadas</i></p> <p><b>[d]jas donde pouasa o vreador antonio cu[bas]</b> <i>donde pouasa o vreador ant<sup>o</sup> cubas</i></p> <p><b>estando hi e camara co seu parsei[ro]</b> <i>estando  hi e camara co seu parseiro</i></p> <p><b>antonio biqudo e antonio preto juiz ordinario</b> <i>ant<sup>o</sup> biqudo e ant<sup>o</sup> preto   juiz ordinario</i></p> <p><b>fazendo e falando cousas nesesarjas para are</b> <i>fazendo e falando cousas nesesarja pr<sup>a</sup>   a republicua</i></p>	
---	--

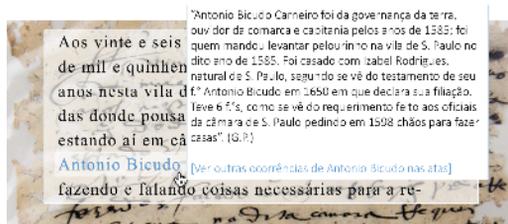
As diferentes apresentações até este ponto mostram o fac-símile do documento em paralelo ao texto. Pode-se, ainda, sobrepor-se o texto editado (em qualquer versão) ao fac-símile, com apresentações que se iniciam com a visualização apenas do fac-símile, ativando-se o texto decifrado ao comando do leitor, como no *Quadro 10*:

QUADRO 10: Apresentações sobrepostas

(a) fac-símile com ativação de sobreposição de edição


---

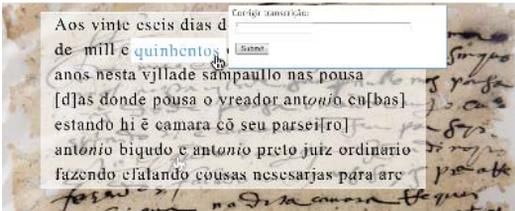
(b) fac-símile com ativação de sobreposição de edição modernizada e texto enriquecido



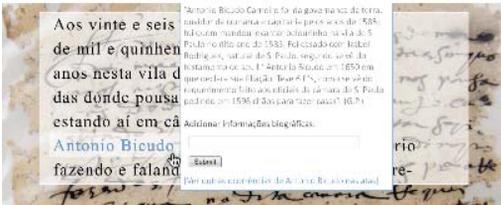
Estes exemplos nos remetem a um ponto interessante, e de particular relevância no caso das ACSP. Como já mencionamos, há duas camadas de escrita na documentação: a original, quinhentista, e a moderna, dos punhos que decifraram as atas. Veja-se então que, com a edição virtual, é possível replicar a intenção do leitor-editor que adicionou sua transcrição ao texto original (supomos, para facilitar a decifração), sem incorrer na mesma consequência pouco desejável (a alteração definitiva do documento). Podemos agora sobrepor nossa leitura ao documento sem prejuízo do mesmo: pois não estamos de fato incorporando nada a este objeto que, como insistimos, não tem corpo. Com efeito, tal é a flexibilidade permitida pela separação entre o objeto físico e o objeto publicado na edição virtual que nem seu resultado final é imutável. Podemos construir versões interativas da nossa edição, possibilitando a interferência do leitor na forma apresentada, sugerindo novas leituras, corrigindo eventuais enganos de decifração, ou enriquecendo a camada de informações historiográficas. É o que sugere o *Quadro 11* abaixo.

## QUADRO 11: Apresentações interativas

(a) Apresentação com abertura para intervenção na transcrição



(a) Apresentação com abertura para enriquecimento da informação historiográfica



Estamos aqui de fato diante do documento ‘descorporificado’, fragmentado, pulverizado, rematerializado. E embora esses termos nos possam causar um arrepio involuntário frente à impressão de alteração e desfiguração de uma documentação tão rara, na realidade o contrário acontece: manipulamos o texto intensamente, sem nada alterar o objeto original que nos trouxe o texto. Este é, a nosso ver, o impacto mais claramente positivo da edição virtual.

## Conclusão

Sugerimos, neste artigo, o termo **edição filológica virtual** para descrever o trabalho de edição iniciado com as ACSP. Esta escolha remete inicialmente às consequências práticas deste trabalho de edição em meio digital: fundamentalmente, queremos destacar que

este trabalho de manipulação do texto – em certos pontos extremo – não tem nenhum impacto material negativo sobre este conjunto documental raro e frágil. O trabalho produz, justamente, uma simulação dos documentos, uma edição *virtual* pois que paralela à existência dos objetos de papel – que podem, assim, permanecer sob a proteção que merecem frente à manipulação dos leitores. Esta é uma característica de todo trabalho de digitalização de fontes (de um lado) e de edição digital (de outro); e pensamos que ao unir essas duas etapas num mesmo objeto digital, estamos apenas potencializando os efeitos positivos da preservação. Trata-se entretanto de uma preservação democratizada: garante-se com ela a um tempo a integridade física do documento e sua ampla difusão para o público leitor, como é nosso objetivo. Estas são, portanto, as principais consequências práticas da edição virtual. De outro lado, no campo teórico, como resultado do experimento inicial com essa documentação que encerra tantos desafios filológicos, vemos consolidarem-se os conceitos sugeridos na reflexão de Paixão de Sousa (2013a) no sentido de tomar como aspecto central da natureza do texto digital sua propriedade **descorporificada**. É por conta da dissipação do elo entre o objeto produzido e o objeto finalmente lido que as vantagens ‘práticas’ da edição virtual, acima apontadas, podem de fato se dar. É apenas porque o texto digital é *‘algo que não se pode segurar com as mãos’*<sup>10</sup> que ele se torna a melhor forma de se conservar, estudar e difundir a preciosa documentação aqui inicialmente trabalhada – e sobre a qual, certamente, muito ainda é necessário (e desejável) trabalhar. Esperamos, com o experimento e a reflexão inicial aqui apresentados, ter apontado caminhos interessantes para esses futuros trabalhos.

---

<sup>10</sup> Como diz Paixão de Sousa 2013a, em paráfrase à colocação de Carter (1968) sobre a natureza material do texto impresso: “*Type is something you can pick up and hold in your hands?*”.

## Referências

CARTER, H. **A view of early typography**. [The Lyell Lectures, 1968. Oxford: Clarendon Press, 1969]. Ed rev. Londres: Hyphen Press, 2002.

CHAUDIRON, S.; IHADJADENE, M.; MAREDJ, A. **La fragmentation et l'unité documentaire en question**, Actes du 16ème Congrès de la SFSIC, 11-13 juin 2008, Compiègne.

CLEMENT, T. **Knowledge Representation and Digital Scholarly Editions in Theory and Practice**. Journal of the Text Encoding Initiative, 1, June 2011.

CRANE, G. (et al.). **ePhilology: when the books talk to their readers**. In: S. Schreibman, R. Siemens (eds), *A Companion to Digital Literary Studies*. Oxford: Blackwell, 2008.

EGGERT, P. *Text as Algorithm and as Process*. In W. McCarty (Ed.), *Text and Genre in Reconstruction: Effects of Digitalization on Ideas, Behaviours, Products and Institutions*. Cambridge: Open Book, 2010 (183-202).

GRADMANN, S.; MEISTER, J. C. **Digital document and interpretation: rethinking "text" and scholarship in electronic settings**. *Poiesis Prax*, 5:139–153., 2008.

HAVENS, H. **Adobe Photoshop and Eighteenth Century Manuscripts: A New Approach to Digital Paleography**. *Digital Humanities Quarterly*, V. 8 N. 4, 2014.

HOUAISS, A. **Grande Dicionário Houaiss online**. 2012.

LEME, L. G. da S. **Genealogia Paulistana**. São Paulo: Duprat, 1905. Vol VI, p. 297.

LUCÍA MEGÍAS, J. M. **De las bibliotecas digitales a las plataformas de conocimiento (notas sobre el futuro del texto en la era digital).**

In: Estudos de edición crítica e lírica galego-portuguesa. Verba. Anuario galego de Filoloxía. Anexo 67. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela: 2010. p. 369-401.

\_\_\_\_\_. **La edición crítica hipertextual.** In: Lecturas y textos en el siglo XXI: los nuevos caminos de la crítica textual. AXAC, Lugo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Las relaciones entre la bibliografía textual y la informática humanística: el incunable del hipertexto.** Tipofilología. Rivista Internazionale di Studi Filologici e Linguistici sui testi a stampa (1), 2008, pp. 119-138.

MONTE, V. M. do; FACHIN, P. R. M. **Notícia da edição filológica das atas de vereações quinhentistas de São paulo e de Santo André da Borda do Campo.** A sair.

MONTE, V. M. do. **As atas da vila de São Paulo.** Projeto de Pesquisa, Programa Unificado de Bolsas (PUB), Reitoria da Universidade de São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. **As atas da vila de Santo André da Borda do Campo e de São Paulo: reprodução digital e edição.** Projeto de Pesquisa, Programa Unificado de Bolsas (PUB), Reitoria da Universidade de São Paulo. 2016b.

\_\_\_\_\_. Simpósio Arquivo Histórico de São Paulo: Memórias, Práticas e Perspectivas – Mesa **Caminhos de Pesquisa no Arquivo Histórico de São Paulo: Uma Visão Multidisciplinar.** São Paulo, 06/10/2016. 2016a.

NAMIUTI-TEMPONI, C.; SANTOS, J. V.; COSTA, A.; FARIAS, I. S. **Computação e Linguística: importante diálogo para pesquisas e preservação da memória nos novos meios das antigas fontes.** RBBA, v. 2, n. 1, p. 9-34, 2013.

NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. **O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras.** Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul./dez. 2005.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **A Filologia Digital em Língua Portuguesa: Alguns caminhos.** In: BANZA, A. P.; GONÇALVES, M. F. (coord.), *Património textual e humanidades digitais: da antiga à nova Filologia.* Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS)/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), 2013(b).

\_\_\_\_\_. **Conceito material de texto digital: Um ensaio.** *Texto Digital*, v. 2009, p. 6, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Corpus Tycho Brahe: contribuições para as humanidades digitais no Brasil.** *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, p. 53-93, 2014.

\_\_\_\_\_. **O livro impresso raro e o ambiente de leitura digital: um debate com base no espólio dos Craesbeeck.** *Seminário Mindlin 2012: Um mundo sobre papel: livros, gravuras e mapas na era dos descobrimentos.* São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Texto digital: Uma perspectiva material.** *Revista ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística).* Volume 1, Número 35, 2013 (a).

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. ***E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos.*** In: T. Shepherd; T.B. Sardinha; M.V. Pinto. (Org). *Caminhos da linguística de corpus.* Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; TRIPPEL, T. **Building a historical corpus for Classical Portuguese: some technological aspects.** V International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC) 2006: Proceedings, 2006.

REGISTRO, T. **Relatório de Reprodução Fotográfica das Atas de São Paulo**. São Paulo, 2016.

SANTOS, J. V.; BRITO, G. S. **Fotografia técnica de documentos para formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc**. Letras & Letras, v. 30, n. 2, 2014.

SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais : políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador : EDUFBA, 2009.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.

TRIPPEL, T.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **Single source processing of Historic corpora for diverse uses**. Association for Literary and Linguistic Computing (ALLC) Annual Conference, Göttingen, 2004.

UNSWORTH, J. **Forms of Attention: Digital Humanities Beyond Representation**. The Face of Text: Computer-Assisted Text Analysis in the Humanities, III Conference of the Canadian Symposium on Text Analysis (CaSTA), McMaster University, November 19-21, 2004.

\_\_\_\_\_. **Knowledge Representation in Humanities Computing**. National Endowment for the Humanities, 2001.

W3C (a). *XML*. <http://www.w3.org/XML>, 2016.

W3C (b). *XSLT*. <https://www.w3.org/Style/XSL>, 2015.

W3C (c). *HTML*. 2013. <https://www.w3.org/html>, 2016.

Recebido em 30/09/2016 e aceite em 06/12/2016

# CADÁVER ESQUISITO

João DIONÍSIO

Faculdade de Letras e Centro de Linguística Universidade de Lisboa (FLUL-CLUL)

## RESUMO

*O objectivo inicial deste artigo é mostrar como o livro O Virgem Negra, de Mário Cesariny de Vasconcelos, obedece a uma série de convenções típicas de uma edição, o que se pode observar em especial na conclusiva secção de notas. O segundo objectivo consiste em argumentar que a forma deste livro terá sido influenciada pela experiência de Cesariny enquanto editor quando organizou um volume dedicado à literatura de cordel. No final, propõe-se que a moldura editorial serve de instrumento ao autor para proceder a uma releitura radical da obra e da posteridade de Fernando Pessoa.*

## ABSTRACT

*The first goal of this article is to show how O Virgem Negra, a work by Mário Cesariny de Vasconcelos, uses a series of conventions which are typical of an edition, something that can be especially observed in the last section of the book, made up of notes. The second goal is to argue that the shape of this book was probably influenced by Cesariny's experience as an editor at the time he prepared a volume on "cordel" literature. In the end it is suggested that the editorial framework the author has had recourse to is instrumental in the extreme re-reading he proposes of Fernando Pessoa's work and posterity.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Edição. Paródia. Notas editoriais*

## KEYWORDS

*Edition. Parody. Editorial notes*

## Introdução

O objectivo do presente artigo é: (i) evidenciar como a forma de *O Virgem Negra*, a que por simplicidade se pode designar um livro de poemas do escritor português Mário Cesariny (1923-2006), inclui convenções típicas de uma edição, contribuindo para que o seu autor pareça assumir o papel de um editor; (ii) mostrar os laços de contiguidade entre essa forma editorial e certos aspectos da mais conhecida experiência propriamente editorial realizada por Mário Cesariny, que teve por objecto alguns textos pertencentes ao que chamou “literatura de cordel” (HORTA, 1983).

Apesar de *O Virgem Negra* ter tido até ao momento três edições (1989, 1996 e 2015), com variação textual e bibliográfica assinalável da responsabilidade do autor e da casa editora (GOMES 2016:39), basear-me-ei apenas na segunda, a última publicada em vida de Cesariny, que ostenta o subtítulo *Fernando Pessoa explicado às Criancinhas Naturais e Estrangeiras por M.C.V.*. Não o faço por menosprezar as diferenças patentes no texto e no código bibliográfico, que justificam análise demorada (cf. MARTINS 1990:251 e GOMES 2016:46), mas por conveniência de concentração em certas características desta obra de Cesariny, que podem ser documentadas com vantagem através do recurso a apenas uma das edições. Característica de qualquer modo comum às três edições é a repartição em quatro secções numeradas: uma parte inicial de teor introdutório, depois uma secção constituída sobretudo por paródias de poemas pessoanos, de seguida quatro cartas onde a paródia também desempenha um papel fundamental, e no fim um apartado de notas.

### 1. Fernando Pessoa de volta ao mundos dos vivos e reeditado

Sendo uma das condições do trabalho editorial a sua posterioridade (i.e., a sua realização ocorre sempre depois da elaboração do texto), *O*

*Virgem Negra* não só diz respeito a um momento posterior à obra e à vida de Fernando Pessoa – em parte o assunto do livro – como se centra num Pessoa retornado ao mundo dos vivos. Este retorno aparece sinalizado de várias maneiras.

Primeiro, através da série de referências à descoberta de que o corpo de Fernando Pessoa se achava incorrupto quando foi aberto o túmulo no cemitério dos Prazeres antes de ser trasladado para o mosteiro dos Jerónimos. A série de referências começa de maneira vaga (“Quando o Palma-Ferreira me abriu o ataúde | E viu o que nunca devia ter visto” (1996:37) e prossegue mais claramente (“O Virgem Negra, tal me descobriram | Cincoenta anos depois,” (1996:69), culminando na nota explicativa que começa: “Na feliz circunstância do primeiro cinquentenário da morte, como na de fazer remover os tão esperados *ossos*, a Direcção do Património abriu e viu corpo incorrupto, vestuário intacto, pele da cara e das mãos completamente negras” (1996:149). Como assinala Julia Pinheiro Gomes, a expressão “virgem negra” parece evocar a descoberta de corpos incorruptos verificada maioritariamente em cadáveres de pessoas beatas e santas da Igreja Católica, sugerindo-se assim um nexó entre Pessoa e uma alegada santidade e castidade (GOMES 2016: 49).

Em segundo lugar, num sentido mais genérico, que o tempo de enunciação dos poemas reunidos em *O Virgem Negra é post mortem* (e talvez após a transladação) acha-se apoiado circunstancialmente por observações concentradas na terceira secção do volume: na carta de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões é mencionada a transladação (“Fez-me mal à cabeça aquela ida dos Prazeres para os Jerónimos”) e depois – note-se que Gaspar Simões tinha falecido em 1987 – quando refere a condição comum ao remetente e ao destinatário da carta (“Mas agora que, por assim dizer, já estamos ambos...” (VASCONCELOS 1996: 117 e 120)). Adicionalmente a mesma carta contém uma alusão à morte de Crowley, que teve lugar já depois do falecimento de Pessoa

(“Crowley morreu em 1947” (VASCONCELOS 1996: 130)), e uma carta seguinte, também dirigida a Gaspar Simões e subscrita por Álvaro de Campos (note-se, contudo, que Pessoa não fixou a data da morte deste heterónimo, pelo que o efeito *post mortem* é incerto no caso dele), menciona uma conferência dada pelo biógrafo de Pessoa em 1977 (VASCONCELOS, 1996:132). Assim, Claudio Willer sintetiza bem o ponto de vista assumido nas principais secções de *O Virgem Negra* ao dizer que se trata da “elocução de um morto, um fantasma comentando as comemorações em sua homenagem”, que decorreram por ocasião do centenário do nascimento de Pessoa, um ano antes de ter saído a primeira edição do livro de Cesariny.

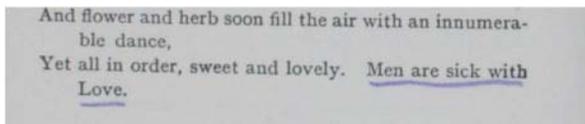
A forma editorial que Cesariny dá ao regresso deste Pessoa é especialmente visível nas anotações que fazem parte do volume (cf. GOMES 2016: 45, 61-62, 70), de modo mais patente na secção final designada “Notas”, mas também de maneira visível nas três secções anteriores. Não surpreende que num livro cujo título faz de M.C.V. um explicador *ad usum delphini* (e dos leitores criancinhas de várias nacionalidades), as notas tenham sobretudo um propósito de explicação textual. Os versos anotados podem ser acompanhados por numeração, que remete para a secção das notas, ou são rematados por um asterisco, respeitante a alguma observação sumária em rodapé. A explicação dada costuma remeter para um de dois tipos de observação: 1. esclarecimento de referências (como, por exemplo, “De Seth e Rimbaud” no v.2 do poema “Alheio” (VASCONCELOS, 1996: 21 e 145); ou 2. apresentação de sinónimo moderno (cf. “Prótese” (VASCONCELOS 1996:13).

No entanto, além destes tipos de anotações, M.C.V. dedica-se a um tipo de comentário em que a noção de texto excede de longe a coincidência com o que se acha impresso e, no fim de contas, com o que o autor publicou. Tal excesso, que não é alheio ao ano em que a obra de Pessoa cai pela primeira vez no domínio público e o espólio guardado na Biblioteca Nacional começa a ser explorado intensamente, diz respeito

à instabilidade do texto gerada pela entrada em cena nos estudos pessoais da génese e das incertezas no estabelecimento propriamente dito do texto. Neste particular, além de um comentário expresso acerca do espólio, incluído na carta de Álvaro de Campos (VASCONCELOS, 1996:140-141), o que aparece perante o leitor no livro de Cesariny é um desfile de alternativas aos textos publicados nas três primeiras secções e de alusões às características materiais dos testemunhos em que se encontram (tudo escrupulosamente sinalizado pelo editor): verso rasurado que é transcrito (v. 122 de “Alheio”, 1996: 146); variante rasurada, também reproduzida (v.3 de *No plaino abandonado*, 1996: 147); inclusão entre parênteses rectos de uma “Variante da estrofe anterior”, impressa em itálico (v. 21 de “O Mário Sacramento”, 1996: 34); transcrição de anotação do próprio poeta (com o título “Nota paradoxal”) a seguir a uma variante (1996: 147); menção de variante existente noutro suporte, sumariamente indicado (“Em outra folha, dactilografada, (...)”) (1996: 148); menção e transcrição de variantes preteridas, uma das quais suscita um comentário que mostra como o editor não segue um critério de preferência estética: “esta talvez a mais conforme ao dizer do poema.” (1996: 148); sinalização de palavra ilegível através da convenção [...] e talvez de palavra omissa através de (...) (1996: 106 e 111); marcação de verso inexistente através de linha pontilhada (1996: 41 e 47); referência à possibilidade de o texto conter um lapso de escrita (*Quando, em boa estação*, v. 2; 1996: 87 e 150); apresentação de características materiais das cartas editadas (1996: 151). A própria matéria bibliográfica invade a condição textual de poemas reunidos em *O Virgem Negra*, com um deles intitulado “Introdução ao volume” e de outro chamado “Nota à introdução”, que comparecem sem surpresa na secção inicial (1996: 39 e 43).

A verosimilhança destas anotações e procedimentos editoriais é reforçada por causa do conhecimento (independentemente do modo como a ele chegou) que M.C.V. patenteia acerca do espólio de Fernando Pessoa, o que se nota desde logo na primeira epígrafe do livro: “O homem

está doente de amor. | *Sublinhado de Pessoa* | *num livro de William Blake.*”. De facto, na p. 236 do exemplar que Fernando Pessoa tinha da poesia de Blake, na secção “The Prophetic Books”, o último poema, “The morning scent of the flowers”, termina com o verso “Yet all in order, sweet and lovely. Men are sick with Love” ([http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/8-44/2/8-44\\_master/8-44\\_PDF/8-44\\_0000\\_1-336\\_t24-C-R0150.pdf](http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/8-44/2/8-44_master/8-44_PDF/8-44_0000_1-336_t24-C-R0150.pdf) ; cf. GOMES 2016: 41):



And flower and herb soon fill the air with an innumerable dance,  
Yet all in order, sweet and lovely. Men are sick with Love.

Tendo em conta o que disse até aqui, a atribuição dos textos incluídos no volume a Fernando Pessoa e das notas a M.C.V. delimita os papéis do autor e do editor, cabendo ao primeiro a função da escrita (mesmo que por vezes se reconheçam passos pertencentes a outros autores) e ao segundo o da transcrição e anotação do que o primeiro escreveu. O título sugere esta distribuição de papéis, que a sintaxe habitual das notas frequentemente confirma. Assim, a primeira nota, da p. 145, tem uma sintaxe que admite como sujeito “O poema” (“Alude a Seth e a Horus, filhos de Ísis e Osíris”), o que deixa em aberto a questão da atribuição (quer seja de Pessoa, quer seja de outro escritor qualquer – por exemplo, M.C.V. –, o poema pode aludir a Seth). Mas logo a segunda nota, também na p.145, com o dubitativo “parece” leva o leitor a pensar que autor das notas e autor do texto não coincidem: “Referência directa, parece, à «cântiga de maldizer» atribuída a Afonso Eanes de Coton (...)”. Sendo estas as funções autoral e editorial que se extraem habitualmente das notas, um nível de complexidade superior é introduzido quando no poema “Prótese” aparece uma quadra onde se lê (VASCONCELOS, 1996: 16):

Eu anónimo e avulso  
Aldeão do mundo a haver  
Eu o mim de mim expulso  
O mim que se vá lamber.

Embora não tenha ocasionado comentário nas notas, o v.2 desta quadra é retomado adiante na carta de Álvaro de Campos a Gaspar Simões, no passo em que escreve: “Tenho para mim que o rocinante que assina M.C.V. e lhe chamou «aldeão do mundo a haver», nisso, acertou, retirado o «mundo», e o «a haver», que bem se vê serem geito da redondilha.” (VASCONCELOS, 1996: 138-139). É certo podermos imaginar que aquele v.2 seja uma citação de algum texto de M.C.V. incluída num poema de Pessoa, mas no percurso normal de leitura, o efeito deste passo de Álvaro de Campos é sugerir M.C.V. como autor de “Prótese”, baralhando os papéis antes descritos.

## **2. *Horta de Literatura de Cordel* como ponto de referência**

Admito que a confusão agora apresentada (Cesariny chega a fingir que são seus os versos que deveras escreveu) e outros excessos sejam, em vários sentidos, compreensíveis a partir da leitura de *Horta de Literatura de Cordel*. Eis algumas linhas de continuidade entre os dois livros.

1. *Horta de Literatura de Cordel* foi o resultado de uma encomenda circunstancial feita pelo director da Biblioteca Nacional entre 1980 e 1983, João Palma Ferreira. É o próprio Cesariny quem, logo no início do prefácio ao volume, declara resultar esta antologia de uma proposta do “excelente amigo” João Palma Ferreira, o mesmo excelente amigo que, em *O Virgem Negra*, viu o que nunca devia ter visto.

2. Na breve recensão a *Horta da Literatura de Cordel*, Rogério Fernandes dá a entender que o investimento que reputava necessário para a realização do estudo sistemático das publicações de cordel seria incompatível com

o escasso tempo de que Cesariny dispôs para a satisfazer: “Estranha terra a nossa, cuja principal biblioteca pública se vê na contingência de encomendar ou sugerir a noventa dias uma investigação sobre tema deste calibre!” (FERNANDES, 1984:100; cf. CESARINY, 1983:11). Mas Fernandes não relaciona as condições insuficientes para a preparação do volume com alguns aspectos menos conseguidos do livro do ponto de vista editorial. Não refere, por exemplo, a ausência de normas de transcrição na *Horta de literatura de cordel*, em cujo prefácio a única alusão a algo de parecido com isto tem um carácter contingente, dizendo respeito apenas ao texto da *Nova relação do testamento de Clara Lopes a muito exemplar, e reverenda Abadeça das caríssimas Madres Cristaleiras, etc.*, quando Cesariny afirma: “[Foram] Convenientemente retiradas as primeiras trinta vírgulas (...) [e perante o resultado obtido] | resolvi tirar todas as outras vírgulas. O leitor ajuizará da fruta da operação” (CESARINY, 1983: 18-19). Salvo esta indicação, o leitor só tem noção das normas de transcrição que foram aplicadas por confronto entre o texto e as poucas partes deste que se encontram fac-similadas. Mesmo assim, como a maioria destes fac-símiles tem a ver com páginas de rosto, muitas das quais não incluem texto propriamente dito, o *corpus* disponível para confronto é relativamente escasso. Apesar deste inconveniente, a transcrição pode ser caracterizada como tendencialmente modernizadora na forma e pouco interventiva na substância. Se tomarmos como ponto de referência a *Nova, e verdadeira relação da morte do feroz bicho que ha muitos tempos infesta as visinhanças de Chaves*, e se o fac-símile que acompanha o texto tiver validade para este efeito, as normas implícitas incluem operações como: a omissão do título, que consta do fac-símile; a actualização da acentuação (*notorios* > *notórios*); a representação por *-am* do ditongo final do pretérito imperfeito (*fizerão* > *fizeram*); a conversão de *s* alto em *s* baixo (*esta* > *esta*); a conservação de maiúsculas segundo o impresso (*Povo Lisbonense*); a simplificação de consoantes duplas (*Villa* > *Vila*); e ainda intervenção assistemática em relação a marcas de pontuação (conservação e eliminação da vírgula antes

de conjunção num segmento como: “a esta Côrte, [vírgula conservada] e Povo Lisbonense os formidáveis [vírgula eliminada] e horrorosos estragos”. Parecemos estar, por isso, perante normas que procuram fazer com que o texto vá ao encontro do maior número de leitores, embora sejam mantidos alguns traços que o vinculam ao período em que circulou originalmente. Esta síntese possível, entretanto, não apaga a impressão de alguma falta de sistematicidade. Quanto a *O Virgem Negra*, não será simples coincidência que também dele estejam ausentes normas de transcrição.

3. O que Cesariny faz em relação ao texto de Pessoa em *O Virgem Negra* consiste bastante em des-reprimi-lo, o que ecoa o modo como se pronuncia acerca da literatura de cordel: publicá-la de novo nos anos 80 do séc. XX corresponderia a torná-la de novo acessível a uma grande massa de leitores, libertando-a do jugo da Inquisição, evidenciando o vitalismo idiomático de uma língua que as primeiras gramáticas começam a regular e mostrando uma alternativa aos padrões de retórica dominantes (CESARINY, 1983:11 e 19). Como diz Rogério Fernandes, esta visão de Cesariny, que associa a literatura de cordel a uma espécie de cultura marginal reprimida pela censura e conservada graças sobretudo à tradição oral, ganharia em ser modalizada [FERNANDES 1984: 10-11]. Mas, independentemente deste tipo de reservas, Cesariny parece de facto actuar em relação à obra de Pessoa como um aliviador da censura, o que se nota em especial (mas não só) nos poemas homoeróticos de *O Virgem Negra*, nos quais recorre a “processos versificatórios próximos do ritmo e da tradição da nossa oralidade” (AMARAL, 1990: 208), a mesma oralidade que seria traço identitário da literatura de cordel. Curiosamente, enquanto editor, Cesariny poderá ter cometido alguns lapsos, de maior ou menor importância, em parte contrários ao programa de defesa das formas linguísticas populares ameaçadas pela padronização:

N.º	Título	Texto	Ed. Cesariny
1	<i>Relaçam, em que se trata, e faz hũa breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa</i>	excedem quaefquer do mũdo	excedem qualquer do mundo (p.54)
2	idem	culto diuino	culto diurno (p.54)
3	Idem	valerofas emprefas	valerosas empresas (p.54)
4	idem	nos campos Africanos, / & nas Africanas terras.	nos campos Africanos, / & nas Africanas terras. (p.54)
5	<i>Monstruoso parto da famosa gigante de Coimbra</i>	disgraça	desgraça (p.110)
6	<i>Relacion en que se trata de un animal, cuya especie no se conoce (...)</i>	de sierras	de tierras (p.168)
7	<i>Primeira parte da conversação nocturna que teve o reo Francisco de Mattos Lobo, com a sombra de Diogo Alves.</i>	Por traição de um criado	Por traição a um criado (p.200)
8	idem	Não dá ao criminoso guerrida,	Não dá ao criminoso guarida(p.200)
9	idem	Vivirás nesta masmorra	Viverás nesta masmorra (p.201)
10	idem	E o cabelo se me irrisa.	E o cabelo se me eriça (p.201)

Nos casos antes apresentados, surpreende que, além de uns erros que ditam um entendimento muito diferente do, ou mesmo oposto ao, sentido produzido pelo texto (como nos casos 2 e 7), se verifiquem várias situações indicativas de que Cesariny preferiu a acessibilidade à manutenção de especificidades articulatórias (cf., na tabela, 3, 5, 8, 9, 10). Esperar-se-ia, talvez, que tais especificidades fossem consideradas exemplos do que, na visão do editor, seria a vitalidade idiomática contra a uniformização gramatical. Mas não é o que se observa.

Também não se verifica outra expectativa, a de que certas rimas toantes, frequentes em poemas de tradição oral, sejam conservadas. Mesmo sem apoio de fac-símile, parece não haver justificação suficiente para a intervenção editorial na p. 74 de *Execução de Isaac Eliot*:

Mas por ser aquela usança  
em tais procissões comum  
pois com muito menos gente  
ir podia mais segura.

Com efeito, não devia ter sido feita a modernização de “commua”, palavra no final do v.2 desta quadra, na medida em que isso colide com a assonância “commua/segura”. O mesmo se verifica em *Bondade das mulheres vendicada, e Malícia dos homens manifesta* [HORTA: 103], logo no princípio da quintilha, quebrando-se a assonância “commuas/suas/ruas”:

Quanto neles são comuns  
as malícias, se ver queres  
por não falarmos nas suas  
puzeram as das mulheres  
a pregão por essas ruas.

E de novo na p.104, onde a intervenção na última palavra da quintilha seguinte impede a sequência toante “duas/suas/commuas”:

Concedo que aquelas duas  
enganassem seus consortes  
e que fizessem das suas  
travessuras as mais fortes  
sendo em ambas mui comuns.

A este respeito, apresentando-se *O Virgem Negra* como um livro “corrigido” de Fernando Pessoa, importa registrar que a correção não resulta de emendas editoriais, senão do próprio texto. Entretanto, as rimas toantes alteradas na *Horta de literatura de cordel* não deixam de aparecer no apócrifo pessoano: “... detraz. || ... será?”, “...Botto || ...pouco” (VASCONCELOS 1996: 13), “...recidiva. || ...a vida” (VASCONCELOS 1996: 53).

4. Se as notas têm uma presença exuberante em *O Virgem Negra*, apresentam-se algo parcimoniosamente na *Horta*. Podemos talvez identificar aqui dois tipos de anotação, as marcadas por (\*) no texto, que pertencem ao editor, e as sinalizadas por (algarismo), apenas aplicadas à edição de *Emblema vivente ou Noticia de hum portentoso monstro, que da provincia da Anatolia foy mandado ao Sultaõ dos Turcos*: trata-se de sete notas, de carácter explicativo, sobre referências islâmicas, as últimas duas trazendo no fim a indicação “Notas do autor”. As notas da responsabilidade do editor são esmagadoramente respeitantes a sinónimos, perífrases ou correspondentes modernos, registando-se também a identificação de uma referência e a explicação do seu uso (*HORTA*: 55) e o uso da convenção “Sic” (*HORTA*: 111). Tomando por referência o volume de literatura de cordel, o que se observa em *O Virgem Negra* é a intensificação do uso de notas e, muito em especial, das respeitantes a intervenções editoriais e características dos testemunhos, ausentes do livro publicado em 1983.

5. Em relação ao título do livro de Cesariny, J. Cândido Martins tem razão quando afirma que ele é devedor do “título clássico, longo e descritivo” (MARTINS 1995: 102-103). Ora, a índole descritiva e a extensão considerável são características de vários dos textos compilados em *Horta de literatura de cordel*, como: *Bondade das mulheres contra a malícia dos homens: Relação Cômica, e Histórica, para divertimento de quem a comprar*, ou *Malícia dos homens contra a bondade das mulheres: embargos que os homens põem á primeira parte. Mostra-se os males de que são causa*; ou *Emblema Vivente, ou notícia de um portentoso monstro, que da Província de Anatólia foi mandado ao Sultão dos Turcos (...)*; ou *Notícia certa do exemplaríssimo castigo, que na Cidade de Paris se deu ao sacrílego assassino Damião de Artois*; ou ainda *Primeira parte da conversação nocturna que teve o reo Francisco de Mattos Lobo, com a sombra de Diogo Alves. (...)*. Além de estes títulos se conformarem ao modelo de que fala J. Cândido Martins, todos eles são atribuídos a autores (ou tradutor) indicados por iniciais, característica partilhada por *O Virgem Negra* em cujas capa e folha de rosto a autoria não é atribuída a Márcio Cesariny de Vasconcelos, mas sim a M.C.V.: L.D.P.G., D.D.M.C.D.M.A.E.C., J.F.M.M., J.L. da C.E.S. e A. J. P., (*HORTA*: respectivamente 19; 19; 25 e 233; 26; 199).

6. Finalmente, há um ainda outro traço que aproxima *O Virgem Negra* da *Horta de Literatura de Cordel*: a comparência surpreendente em ambos os volumes de um mesmo texto. Refiro-me a uma composição do romancero português (do grupo dos romances carolíngios, derivação distante do cantar de gesta francês dedicado a Carlos Magno) na versão de Leite de Vasconcelos (*HORTA*, 44):

Três voltas dei ao castelo  
sem achar por dond'antrar  
Cavaleiro d'armas brancas  
viste-lo por qui passar?  
Eu vi-o morto n'areia

com a cabeça no juncal.  
 Três feridas tinha no corpo  
 todas três eram mortal:  
 por uma lh'antrava o sol  
 pela outra o luar.  
 Pla mais pequena de todas  
 um gavião a voar  
 com as asas mui abertas  
 sem nas ensanguentar.  
 Três voltas dei ao castelo  
 sem achar por dond'antrar.

Com diferenças irrelevantes para o propósito deste artigo, este mesmo texto aparece no final da secção II de *O Virgem Negra*, constituindo por isso o último poema do livro. Aqui segue-se a um outro poema, com o qual dialoga, «“Na sombra do Monte Abiegno”». O texto de Pessoa que serve de base a este poema reescrito por Cesariny é o seguinte:

Na sombra do Monte Abiegno  
 Repousei de meditar.  
 Vi no alto o alto Castelo  
 Onde sonhei de chegar.  
 Mas repousei de pensar

Na sombra do Monte Abiegno.  
 Quanto fôra amor ou vida,  
 Atraz de mim o deixei.  
 Quanto fôra desejal-os,  
 Porque esqueci não lembrei.

À sombra do Monte Abiegno  
Repousei porque abdiquei.  
Talvez um dia, mais forte  
Da força ou da abdicação,  
Tentarei o alto caminho  
Por onde ao Castello vão.  
Na sombra do Monte Abiegno  
Por ora repouso, e não.

Quem póde sentir descanso  
Com o Castello a chamar?  
Está no alto, sem caminho  
Senão o que ha por achar.

Na sombra do Monte Abiegno  
Meu sonho é de o encontrar.  
Mas por ora estou dormindo,  
Porque é somno o não saber.  
Ólho o Castelo de longe,  
Mas não ólho o meu querer.  
Da sombra do Monte Abiegno  
Quem me virá desprender?  
(PESSOA 2004: 144)

Vale a pena colocar lado a lado este poema e o texto por ele ocasionado em *O Virgem Negra* de maneira a que fiquem visíveis as operações desencadeadas por Cesariny na reescrita:

<p>Na sombra do Monte Abiegno  Repousei de meditar.  Vi no alto o alto Castelo  Onde sonhei de chegar.  Mas repousei de pensar  Na sombra do Monte Abiegno.</p> <p>Quanto fôra amor ou vida,  Atraz de mim o deixei.  Quanto fôra desejal-os,  Porque esqueci não lembrei.  À sombra do Monte Abiegno  Repousei porque abdiquei.</p> <p>Talvez um dia, mais forte  Da força ou da abdicação,  Tentarei o alto caminho  Por onde ao Castello vão.  Na sombra do Monte Abiegno  Por ora repouso, e não.</p> <p>Quem pôde sentir descanso  Com o Castello a chamar?  Está no alto, sem caminho  Senão o que ha por achar.  Na sombra do Monte Abiegno  Meu sonho é de o encontrar.</p> <p>Mas por ora estou dormindo,  Porque é somno o não saber.  Ólho o Castelo de longe,  Mas não ólho o meu querer.  Da sombra do Monte Abiegno  Quem me virá desprender?  [PESSOA 2004: 144]</p>	<p>“Na sombra do Monte Abiegno  Repousei de meditar.  Vi no alto o alto Castelo  Onde sonhei de chegar.”</p> <p>“Quanto fôra amor ou vida,  Atrás de mim o deixei,  Quando fora desejá-los,  Porque esqueci não lembrei.”</p> <p>“Talvez um dia, mais forte  Da fôrça ou da abdicação,  Tentarei o alto caminho  Por onde ao Castelo vão.”</p> <p>“Quem pode sentir descanso  Com o Castelo a chamar?  Está no alto, sem caminho  Senão o que há por achar.”</p> <p>“Mas por ora estou dormindo,  Porque é sono o não saber.  Olho o Castelo de longe,  Mas não olho o meu querer.”</p> <p>Cavaleiro de armas brancas,  Dá fim ao meu quererlar:  Da sombra do Monte Abiegno  Quem virá me despertar?  (VASCONCELOS 1996: 89-90)</p>
---	--

Conforme observa Julia Pinheiro Gomes (2016: 65), ao passo que o texto de Pessoa é elaborado em sextilhas, a paródia construída por Cesariny baseia-se em quadras, a forma que resta depois da remoção de todos os dísticos finais das estrofes pessoanas e uma das formas mais exploradas em *O Virgem Negra*. Foi depois acrescentada uma derradeira estrofe. Esta última quadra introduz um nexos com o texto seguinte do livro, precisamente o romance de D. Beltrão, através da referência ao “cavaleiro de armas brancas” (cf. v.3 do romance), sobre o qual recai a expectativa de acordar o sujeito do sono da ignorância, de o ajudar a sair da sombra e, tendo este abdicado do amor e da vida, de o auxiliar a chegar ao castelo da sabedoria (sobre o significado do Monte Abiegno, cf. BIDERMAN, 1966:41-43). Em resposta a este poema, o romance faz gorar tal expectativa, pois o cavaleiro de armas brancas jaz “morto na areia” e o castelo é afinal impenetrável (“Três voltas dei ao castelo | sem achar por dond’antrar”). Em *O Virgem Negra*, uma nota limita-se a assinalar que o texto transcrito provém do *Romanceiro Português* de Leite de Vasconcelos, segundo a versão de Valpaços, não havendo nenhuma referência a versões alternativas (VASCONCELOS, 1996:150). Em contrapartida, na *Horta* menciona-se uma outra versão deste mesmo romance recolhida em Vinhais, que apresenta uma variante significativa: a responsabilidade pela morte do cavaleiro é aqui endossada à sua montada por não o ter dissuadido do assalto ao castelo. No entanto, de seguida nesta versão, por ordem divina, o cavalo toma a palavra e explica-se: “Três vezes o desviei/e três me fez avançar/Apertando-me as esporas/alargando-me o peitoral/Dáva-me sopas de vinho/para melhor avançar/Os muros daquele castelo/três vezes me fez salvar.” (CESARINY, 1983: 15; cf. PINTO CORREIA, 1993-1994, I: 260-263 e 311-312; II: 15-59; PINTO-CORREIA, 2003: 170-177).

Para a organização geral de *O Virgem Negra*, o conhecimento da versão de Vinhais potencia a leitura de que este é o livro que resgata Pessoa da abdicação vã, pois desta vez o cavalo, aqui um rocinante

chamado M.C.V., desviou com sucesso o cavaleiro do castelo. Entretanto, a seriedade dos dois poemas finais de *O Virgem Negra*, por contraste com o carácter jocoso da maior parte dos textos que os antecedem, não esconde uma certa impressão de *memento mori*: tanto cavaleiro como montada têm o mesmo fim.

## Conclusão

Em síntese, tanto a projecção da vida de Fernando Pessoa para momento posterior ao da sua morte e da sua transladação como o *trompe-l'oeil* editorial são instrumentos de que Cesariny se serve para a reescrita paródica de textos pessoanos agora centrados no que fora reprimido: o corpo e a sexualidade (homoerótica). O desenho do primeiro instrumento parece indissociável das narrativas sobre *revenants* cujo regresso à vida é indissociável da ideia de que algo tinha ficado por realizar e de que enquanto esta incompletude permanecesse a errância na condição de morto-vivo prosseguiria. O regresso de Pessoa por Cesariny serviria então para fazer jus ao corpo e, assim, à possibilidade de uma escrita sem abdicação em português, quer dizer, devolvendo à sua língua materna o que tinha sido evacuado para o idioma em que o autor de *Mensagem* imerge na África do Sul (VASCONCELOS, 1996: 21: “As costas do meu ser / Deixei em inglês / Porque isso em português / Não o podia escrever”). O corolário não é bem a instalação violenta da apófrades de que fala Harold Bloom: os mortos regressam pela mão do poeta posterior e de tal maneira transfigurados “as though the later poet himself had written the precursor’s characteristic work” (BLOOM, 1975: 16). Aqui surge aos nossos olhos a obra do precursor, mas obra incharacterística e de facto escrita pelo poeta posterior.

## Referências

AMARAL, Fernando Pinto do. Recensão a Mário Cesariny. **O Virgem Negra**. Lisboa: nAssírio & Alvim, 1989. Colóquio-Letras. Lisboa: Janeiro 1990, n.113-114, p.208-209.

BIDERMAN, Sol. **Mount Abiegnos and the Masks: Occult Imagery in Yeats and Pessoa**, Alfa. Revista de Linguística. 1966, vol. 10, p.37-56. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3282/3009>> Acesso em: 2016-9-28.

BLAKE, William. **Poems of \_\_\_\_\_**. Edited by W. B. Yeats. London: George Routledge & Sons; New York: E. P. Dutton & Co., s.d. Disponível em <[http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/8-44/2/8-44\\_master/8-44\\_PDF/8-44\\_0000\\_1-336\\_t24-C-R0150.pdf](http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/8-44/2/8-44_master/8-44_PDF/8-44_0000_1-336_t24-C-R0150.pdf)> Acesso em 28 set 2016.

BLOOM, Harold. **The anxiety of influence**. London, Oxford, New York: Oxford University Press, 1975.

CESARINY, Mário. **Prefácio e notas**. In Horta de Literatura de Cordel. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983, p.[9]-26.

FERNANDES, Rogério. Recensão a **Horta de Literatura de Cordel**. Selecção, fixação do texto, prefácio e notas de Mário Cesariny. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983. Colóquio-Letras. Lisboa: Novembro 1984, n. 82, p.100-101.

GOMES, Julia Pinheiro. **Fernando Pessoa revisited**: uma leitura de O Virgem Negra, de Mário Cesariny. 2016. 90f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/GomesJP.pdf>> Acesso em: 2016-9-28.

**Horta de Literatura de Cordel.** Selecção, fixação do texto, prefácio e notas de Mário Cesariny. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983.

MARTINS, Fernando Cabral. **Raul Leal e a vertigem.** Colóquio-Letras. Lisboa: Setembro 1990, n. 117-118, p.251-252.

MARTINS, J. Cândido. **Teoria da paródia surrealista.** Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1995.

PESSOA, Fernando. **Poemas de \_\_\_\_ 1931-1933.** Edição de Ivo Castro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.

PINTO CORREIA, João David. **Os romances carolíngios da tradição oral portuguesa.** I-II, Lisboa: INIC, 1993-1994.

\_\_\_\_\_. **Romanceiro oral da tradição portuguesa.** Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2003.

VASCONCELOS, Mário Cesariny de. **O Virgem Negra.** Fernando Pessoa explicado às criancinhas naturais & estrangeiras por M. C. V. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996. 1.<sup>a</sup> ed., 1989; 3.<sup>a</sup> ed., 2015.

WILLER, Cláudio. **Alguns comentários sobre O Virgem Negra.** Fernando Pessoa explicado às criancinhas naturais e estrangeiras, por M.C.V., por Mário Cesariny. Disponível em: <[http://triplov.com/willer/virgem\\_negra.html](http://triplov.com/willer/virgem_negra.html)> Acesso em: 2016-9-28.

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016

## REVISTA DA ABRALIN – INFORMAÇÕES AOS AUTORES

**A Revista da ABRALIN publica trabalhos pertencentes aos seguintes gêneros:**

- a) Artigos – Textos contendo análise, reflexão e conclusão sobre temas acadêmicos ou profissionais;
- b) Resenhas – Textos contendo o registro e a crítica de obras, livros, teses, monografias, etc., publicadas recentemente;
- c) Retrospectivas – Textos contendo histórico analítico e crítico de teorias ou escolas de pensamento linguístico;
- d) Questões e problemas;
- e) Debates.

**Formatação** - Pede-se que os autores dêem aos originais a serem avaliados uma formatação próxima da formatação final da revista. Para esse fim, eles poderão valer-se tanto das *Normas para a preparação de originais*, quanto do “boneco” montado pela equipe editorial. Acesse esses dois recursos neste mesmo site.

**Importante:** ao submeter seu artigo, lembre-se que ele será processado por um profissional. Por essa razão, a revista não aceita arquivos em PDF.

**Submissão** – A submissão de artigo à Revista da ABRALIN é feita através do Serviço Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br). Como etapa prévia à submissão propriamente dita de trabalhos, o SER exige que os autores se cadastrem no sistema, fornecendo informações básicas que serão utilizadas, essencialmente, para efeito de contato. As instruções que seguem procuram ajudar os autores a realizar a contento essas duas etapas.

**Para cadastrar-se**, acesse o site [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br) e siga o caminho Capa > Usuário > Cadastrar. O próprio sistema explica a você o que deve fazer a cada passo.

Ao cadastrar-se como usuário, você define para você mesma um login e uma senha, que deverão ser lembrados.

### **Para submeter um artigo, siga os seguintes passos:**

1. Entre no site do SER, [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br)
2. Digite nos dois espaços no alto à direita o seu login e a sua senha./ O sistema manda você para a “Página do Usuário”.
3. Estando na Página do Usuário, clique à esquerda em AUTOR / O sistema manda a você uma tela intitulada “Submissões ativas”.
4. Estando em “Submissões ativas”, clique em CLIQUE AQUI PARA INICIAR OS CINCO PASSOS DO PROCESSO DE SUBMISSÃO”.
5. O sistema manda a você a tela PASSO 1 - INICIAR A SUBMISSÃO. Daí para frente, é só seguir as instruções.

**Avaliação** – A avaliação dos trabalhos submetidos depende da aprovação por dois membros do Conselho Editorial (veja a composição do Conselho Editorial no site do SER).

**Publicação** – A revista da Abralín foi publicada inicialmente em versão impressa (O ISSN dessa versão era **1678-1805**)

Desde 2011, a Revista da ABRALIN é uma somente publicação eletrônica (ISSN **2178-7603**).

### **Acesso aos trabalhos já publicados**

Em maio de 2013, começou a postagem da coleção da revista junto ao SER-UFPr. O link <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/abralin/issue/archive> dá acesso aos números já postados. A expectativa é tornar acessíveis através desse endereço toda a coleção já publicada, inclusive os números especiais (que reúnem trabalhos apresentados em congressos). Também serão disponibilizados os Boletins, que foram por muito tempo a única publicação da Associação Brasileira de Linguística.